A watercolor illustration of a city street. In the foreground, a large crowd of people is depicted with simple, sketchy outlines and light brown and grey tones. The background shows several buildings, some with dark, jagged outlines suggesting destruction or decay. The overall style is soft and textured, typical of watercolor painting.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ALEX SANDRO GOMES PESSOA

**TRAJETÓRIAS NEGLIGENCIADAS:
PROCESSOS DE RESILIÊNCIA EM ADOLESCENTES COM HISTÓRICO DE
ENVOLVIMENTO NO TRÁFICO DE DROGAS**

PRESIDENTE PRUDENTE

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

ALEX SANDRO GOMES PESSOA

**TRAJETÓRIAS NEGLIGENCIADAS:
PROCESSOS DE RESILIÊNCIA EM ADOLESCENTES COM HISTÓRICO DE
ENVOLVIMENTO NO TRÁFICO DE DROGAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP – Campus de Presidente Prudente, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof. Dr. Renata Maria Coimbra

Linha de Pesquisa: Processos Formativos, diferença e valores



PRESIDENTE PRUDENTE

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

P567t Pessoa, Alex Sandro Gomes.
Trajetórias negligenciadas : processos de resiliência em adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas / Alex Sandro Gomes Pessoa. - Presidente Prudente : [s.n], 2015
226 f.

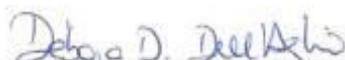
Orientador: Renata Maria Coimbra
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Adolescência. 2. Resiliência. 3. Tráfico de drogas. 4. Risco. 5. Proteção I. Coimbra, Renata Maria II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Trajetórias negligenciadas : processos de resiliência em adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas.

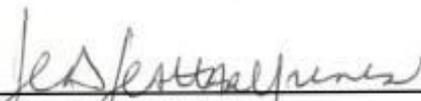
BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. RENATA MARIA COIMBRA
ORIENTADORA



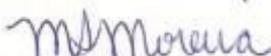
PROFA. DRA. DÉBORA DALBOSCO DELL'AGLIO
(UFRGS)



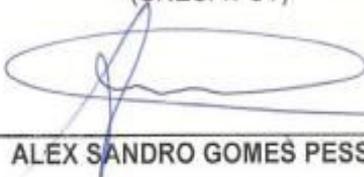
Profa. Dra. MARIA ANGELA MATTAR YUNES
(FURG)



PROFA. DRA. SILVIA HELENA KOLLER
(UFRGS)



PROFA. DRA. MARIA DE FÁTIMA SALUM MOREIRA
(UNESP/FCT)



ALEX SANDRO GOMES PESSOA

Presidente Prudente (SP), 21 de agosto de 2015.

RESULTADO:

APROVADO

DEDICATÓRIA

Às trajetórias juvenis sabotadas, à esperança de justiça social que não cessa e aos militantes que resistem.

AGRADECIMENTOS

Acredito que nunca tive, em toda a minha vida, um desejo tão grande de demonstrar publicamente minha gratidão. Tantas pessoas me ajudaram na empreitada da construção dessa tese que fica difícil mencionar todos os nomes. Foi muito especial saber da disposição dos amigos para ajudar, seja com palavras de encorajamento ou até mesmo com questões práticas para a construção da pesquisa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os **adolescentes** que participaram da pesquisa, em especial aqueles com histórico de envolvimento no tráfico de drogas que, de forma generosa, compartilharam suas histórias de vida, anseios, projetos e dificuldades. A desconfiança inicial que deu espaço para o compartilhamento de parte de suas trajetórias foi o grande diferencial desse trabalho. Nossos encontros serão lembrados como uma experiência ímpar que mudou minha vida pessoal e certamente auxiliará no campo profissional. Estar com vocês foi transformador e espero poder lembrar sempre do compromisso que fiz: ajudar outros adolescentes com uma história parecida com a de vocês.

À minha família, em especial minha mãe (**Leonice**), minha irmã (**Daniela**) e irmão (**Guilherme**). Vocês são tão importantes na minha vida que não consigo expressar o tamanho do amor que sinto por vocês. Obrigado por vocês compartilharem comigo cada conquista e por demonstrarem que sentem orgulho do que me tornei. Contem sempre comigo!

Minha querida amiga e orientadora **Renata Maria Coimbra**. Tantos anos de convivência! Poucos têm a habilidade de nutrir nas pessoas respeito e admiração como você. A energia que você depositou em mim durante todos esses anos, sem dúvida, contribuiu para que eu buscasse uma formação sólida e com princípios éticos. Tenho orgulho de ter sido seu orientando desde a graduação, mas tenho ainda mais orgulho de poder te chamar de amiga. Admiro sua coragem e audácia de não se acomodar. Você é meu maior exemplo no meio acadêmico!

Estendo, também, meus agradecimentos as pesquisadoras **Maria Ângela Mattar Yunes** e **Débora Dalbosco Dell’Aglío**, que participaram da etapa de qualificação do meu trabalho, com sugestões preciosas, e aceitaram avaliar a pesquisa na etapa final. Admiro vocês pela generosidade, compromisso e profissionalismo. Recentemente tive a oportunidade de conhecer o lado humano, bem humorado (muitas risadas em Halifax!) e doce de vocês. Espero que nossos caminhos se cruzem muitas outras vezes.

À **Sílvia Helena Koller** agradeço por ter aceitado participar da minha defesa. Sua história na psicologia e nas ciências humanas me impressiona. O compromisso

ético-político do seu trabalho são inspiradores. Também agradeço a **Maria de Fátima Salum Moreira** por sempre se mostrar disponível ao nosso grupo de pesquisa. Seu olhar sensível e crítico sempre auxiliam no refinamento dos nossos trabalhos. Que orgulho de ter essa banca no meu doutorado!

Não posso, de maneira alguma, deixar de citar a **Dorothy Bottrell**, que me aceitou para realizar o estágio no exterior no ano de 2013, junto à Faculdade de Educação e Serviço Social da Universidade de Sydney. Obrigado pela indicação de leituras, pelas reuniões produtivas, pelo encorajamento na realização do meu trabalho e por me colocar em contato com tantos profissionais competentes. Nossa parceria é duradoura e certamente outros trabalhos em conjunto virão. *As I am going to send you the final version of this report, I want to let you know how much important you were in my career. Thank you for supporting me and also for being so adorable with me. Hope you learn Portuguese soon to read my dissertation! (lol)*

Agradeço os inúmeros pesquisadores internacionais que pude ter contato nos últimos anos, em especial **Michael Ungar** (Canadá) e **Derrick Armstrong** (Austrália). O primeiro, por sempre estar disposto a nos ouvir e dizer que tenho que continuar estudando o *Hidden Resilience* na minha perspectiva. O segundo, por todas as recomendações, desafios e conversas acompanhadas por muita cafeína. Sempre me sinto honrado por estar com vocês.

Aos companheiros do grupo de pesquisa, pelos momentos de debates, discussões e aprendizagem coletiva. Com alguns de vocês aprendi lições que extrapolam a vida acadêmica. Percebi que a convivência constante não necessariamente deve ser nomeada como amizade e que o carinho, respeito e admiração podem surgir em apenas uma semana. Muito obrigado por me acompanharem nessa trajetória (**Ásline, Vai-Nessa, Beth-Patinete, Rita Lima, Marcos, Isaias, Thais, Michele**).

Preciso fazer um agradecimento especial a dois amigos que me ajudaram muito, lendo os meus trabalhos, aguentando minhas queixas e sempre preparados para me ouvir. **Camélia**, você é um presente que a vida me deu. É sempre muito bom estar com você. Tenho certeza que ainda teremos muitas histórias para vivermos juntos e muitos assuntos pra dar risada. Meu querido amigo **Régis**, sua proximidade faz falta, mas estou muito feliz por suas conquistas recentes. Você é meu amigo mais borderline (risos)! Vocês dois foram fundamentais para minha vida nos últimos anos.

Meus agradecimentos para os outros amigos, que também sempre estão comigo, mesmo que distante fisicamente: **Anderson, Arali, Bia, Cléber, Danny, Flávia, Luís, Nelci, Thiago Inácio, Thiago Rosa, Rita, Sayuri, Thais, Vagner, Sílvio** e tantos

outros. Olhando para o nome de vocês juntos parece que eu tenho os amigos mais insanos do mundo! Amo todos vocês e não consigo imaginar minha vida sem vocês por perto. Obrigado por tentarem se organizar para virem no dia da minha defesa.

Rafa e San, claro que vocês são meus amigos insanos também, mas preciso fazer um agradecimento mais do que especial a esse casal que eu amo tanto. O trabalho de vocês deixou a tese do jeito que eu imaginava. Eu tinha certeza que o talento de vocês traria algo especial. Tanto as imagens quanto o conto sintetizam de forma inexplicável o contato que tive com os adolescentes. Obrigado por aceitarem participar desse projeto e por dedicarem parte do tempo de vocês na construção dessa proposta.

Obrigado meus amigos da época de **graduação**, que sempre me acompanharam e fazem questão de criar um pretexto pra nos reunirmos anualmente. Vocês não dimensionam o carinho, respeito e admiração que guardo por cada um. Obrigado por compreenderem minhas loucuras, impulsividades e por se mostrarem pessoas amáveis. Espero que estejamos juntos por muitos anos e que vocês todos estejam no dia da minha defesa.

Agradeço aos **profissionais** de todas as instituições que fizeram parte da pesquisa e que se dispuseram a ajudar no trabalho de campo, na reorganização do projeto e compartilharam suas experiências comigo. Pude conhecer trabalhos primorosos que repercutem de maneira decisiva na vida dos adolescentes. Os desafios que vocês me mostraram me motivam a realizar meu trabalho enquanto pesquisador de forma contextualizada e alinhada às demandas tão desafiadoras que vocês se deparam no cotidiano.

Obrigado a todos os **professores** do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP que contribuíram na minha formação. Tenho orgulho de ter feito parte da história desse grupo. Da mesma forma, meus agradecimentos são extensivos aos **funcionários** da seção técnica de pós-graduação, que sempre me ajudaram de prontidão e mostraram-se disponíveis para sanar as dificuldades. O trabalho de vocês rompe com a ideia de que o serviço público não funciona.

Agradeço à **FAPESP** (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que financiou essa pesquisa, na modalidade de Bolsa Regular, e também custeou a realização do meu estágio no exterior, através de recursos disponibilizados pelo programa BEPE.

EPÍGRAFE

*Quero observar de antemão que pessoalmente sempre
tive pena de pessoas torturadas por angustiosos
pesadelos ou fantasias. Por isso eu já estava prestes
a acordar o pobre companheiro atormentado pelo
pesadelo [...] naquele momento me conscientizei com
muita nitidez de que nem mesmo o sonho mais terrível
poderia ser tão ruim como a realidade que nos cercava
ali no campo; e eu estava prestes a chamar alguém de volta
para a experiência desperta e consciente desta realidade .
(Os sonhos dos prisioneiros, Viktor E. Frankl)*

*A igualdade social é só em conto de fadas,
Felicidade é só em sonho, só em mágica
Acredito na palavra ou na metralhadora?
Revolução verbal ou aterrorizadora?
[...]*

*Tá na hora de parar de mofar no presídio,
Evitar o necrotério com uma pá de tiros,
De ser um analfabeto comendo o resto
Um viciado que o Denarc manda pro inferno.
[...]*

*Exilaram na favela o cidadão na teoria,
Oprimido e censurado no país da democracia.
Te dão crack, fuzil, cachaça no boteco,
Esse é o campo de concentração moderno.
(Discurso ou Revolver, Facção Central)*

SUMÁRIO

Resumo	12
Abstract	13
Lista de Tabela	14
Lista de Gráficos, Figuras e Gráficos	16
Lista de siglas	17
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE RESILIÊNCIA E DO ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES NO TRÁFICO DE DROGAS	31
1.1 Questões conceituais sobre resiliência.....	32
1.2 Individualização dos problemas sociais: estratégias de manutenção para a exclusão social.....	35
1.3 Subvertendo a lógica dos discursos de resiliência.....	38
1.4 O tráfico de drogas como expressão de resiliência na adolescência.....	42
1.5 Redimensionamento da problemática do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas.....	45
CAPÍTULO II – ESTUDO 1	53
2.1 Delineamento metodológico	54
2.1.1 Participantes.....	55
2.1.2 Contextualização das instituições.....	56
2.1.3 Instrumento.....	58
2.1.4 Procedimentos.....	59
2.1.5 Análise dos dados.....	62
2.1.6 Considerações Éticas sobre a pesquisa.....	63
2.2 Resultados	65
2.2.1 Contexto escolar.....	66
2.2.2 Contexto Familiar.....	74
2.2.3 Instituições religiosas	77
2.2.4 Projetos Sociais.....	81
2.2.5 Serviços de Saúde.....	86

2.2.6 Sistema de aplicação de medidas socioeducativas.....	90
2.2.7 Contexto comunitário.....	97
2.3 Discussão.....	102
CAPÍTULO III - ESTUDO II.....	112
3.1.1 Participantes.....	113
3.1.2 Instrumento: <i>CYRM (Child and Youth Resilience Measure)</i>	113
3.1.3 Análise de dados.....	115
3.2 Resultados.....	117
3.2.1 Tráfico de drogas como expressão de positividade pessoal.....	117
3.2.2 Indicadores de resiliência em adolescentes com envolvimento no tráfico.....	119
3.3 Discussão.....	122
CAPÍTULO IV - ESTUDO III.....	127
4.1 Delineamento metodológico.....	128
4.1.1 Instituições e seleção dos participantes.....	130
4.1.2 Instrumentos.....	131
4.1.3 Coleta e análise de dados.....	131
4.2 Resultados.....	132
4.2.1 Trajetórias Negligenciadas.....	132
4.2.2 Atravessamentos das histórias de vida.....	141
4.2.2.1 Categoria 1 – Aspectos culturais e movimentos cíclicos do tráfico de drogas envolvendo adolescentes.....	141
4.2.2.2 Categoria 2 – Binariedade do risco e proteção.....	149
4.3 Discussão.....	157
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178
Anexo A.....	199
Anexo B.....	208
Anexo C.....	225

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Presidente Prudente – SP) e esteve vinculada à linha de pesquisa intitulada Processos Formativos, diferença e valores. O objetivo central desse estudo foi analisar as trajetórias de vida de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas a partir do desvelamento de seus contextos de desenvolvimento, bem como compreender processos que estão associados à resiliência. Participaram desse estudo 565 adolescentes, entre 12-20 anos de idade, (M = 16,01; DP = 1,548), de ambos os sexos (56,3% do sexo masculino) e que recebiam atendimentos em quatro contextos institucionais que oferecem serviços diversificados. Por intermédio de alguns critérios de inclusão estabelecidos previamente, um grupo de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas foi formado e possibilitou que análises quantitativas e qualitativas fossem realizadas, em alinhamento com a abordagem *mixed-method studies*. Desse modo, foram aplicados dois instrumentos quantitativos: 1) IRPPAR (Indicadores de Proteção na Adolescência Associados à Resiliência), com o objetivo de averiguar os contextos de proteção; 2) CYRM (Child and Youth Resilience Measure), que trouxe indicativos de processos de resiliência nas populações estudadas. Após a realização de procedimentos estatísticos, um grupo de adolescentes (n = 8) com alto nível de envolvimento no tráfico e com indicadores positivos de resiliência foi formado, permitindo que entrevistas semiestruturadas fossem conduzidas. Os resultados apontam que o contexto de vida dos adolescentes do tráfico é marcado por várias formas de privação de direitos e que diversas instituições não ocupam um lugar protetivo em suas vidas. Paradoxalmente, os adolescentes com maior envolvimento no tráfico também apresentam os maiores indicadores de resiliência. A pesquisa também revela quais são as atividades relacionadas ao tráfico que esses adolescentes valorizam e problematiza como essas situações podem estar associadas aos processos de resiliência nesse grupo. A tese questiona padrões hegemônicos de resiliência, que arbitrariamente definem o que representa bem estar e saúde, e propõe que alguns conceitos sejam revisitados. A ausência de suporte social e estratégias convencionais de fortalecimento podem implicar na necessidade de adolescentes buscarem formas alternativas de desenvolvimento, incluindo atividades consideradas ilícitas.

Palavras-chave: adolescência; resiliência; tráfico de drogas; risco; proteção.

ABSTRACT

This research was conducted in the Graduate Program on Education located at Universidade Estadual Paulista (UNESP, Presidente Prudente campus - SP) and was associated to themes on Formative Processes, difference and values. The main objective of this study was to analyze the trajectories of adolescents involved in drug trafficking from the point of view of their developmental contexts, as well as understand mechanisms associated to resilience processes. The survey included 565 adolescents between 12-20 years old ($M = 16,01$; $SD = 1,548$), both genders (56,3% male) who were attending four institutional contexts which offer diversified services. Through criteria previously established, a group of adolescents with history of involvement in drug trafficking was formed and it allowed the conduction of quantitative and qualitative analysis, in alignment with the mixed-method studies approach. Therefore, two quantitative instruments were used: 1) IRPPAR (Protective Factor in the Adolescence Associated to Resilience), in order to evaluate the protective contexts and institutions in their lives; 2) CYRM (Child and Youth Resilience Measure), which brought indicative of resilience processes in the populations studied. After conducting statistical procedures, a new group of adolescents ($n = 8$) with high level of involvement in drug trafficking and positive indicators associated to resilience was formed, which allowed to conduct semi-structured interviews. The findings show that the context lives of adolescents exposed to drug trafficking is marked by many types of deprivation of rights and some institutions do not occupy a protective role in their lives. Paradoxically, the adolescents with high levels of involvement in the drug trafficking also have the highest resilience indicators. The survey also reveals the activities related to trafficking that the adolescents value and discuss how these conditions may be associated with resilience processes in this group. The dissertation challenge hegemonic notions on resilience which arbitrarily define what means welfare and mental health and suggests that some concepts in this field need to be revisited. The lack of social support and conventional strengthening strategies may implies the need of adolescents seek alternative ways of development, including activities considered illegal.

Keywords: adolescence; resilience; drug trafficking; risk; protection.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Domínios Desenvolvimentais e seus respectivos conceitos.....	64
Tabela 2	Motivo por não frequentar a escola.....	65
Tabela 3	Avaliação da qualidade da escola.....	66
Tabela 4	Histórico de reprovação.....	67
Tabela 5	Histórico de expulsões e suspensões na escola.....	68
Tabela 6	Indicadores de proteção associados à escola.....	71
Tabela 7	Nível de confiança nos familiares.....	72
Tabela 8	Indicadores de proteção associados à família.....	74
Tabela 9	Vinculação a instituições religiosas.....	75
Tabela 10	Ajuda que espera encontrar na igreja.....	76
Tabela 11	Indicadores de proteção associados a instituições religiosas.....	78
Tabela 12	Vinculação a projetos sociais.....	79
Tabela 13	Tempo que frequentou e atividades disponíveis nos projetos sociais.....	81
Tabela 14	Indicadores de proteção associados a projetos sociais.....	83
Tabela 15	Acesso a serviços de saúde.....	84
Tabela 16	Atendimentos recebidos por profissionais na área da saúde.....	85
Tabela 17	Indicadores de proteção associados a serviços de saúde.....	87
Tabela 18	Problemas com a polícia e justiça.....	89
Tabela 19	Envolvimento em atividades ilícitas.....	90
Tabela 20	Situações ocorridas envolvendo aplicação de medidas socioeducativas.....	91
Tabela 21	Níveis de confiança em profissionais do sistema de aplicação de medidas socioeducativas.....	92
Tabela 22	Indicadores de proteção associados ao sistema de aplicação de medidas socioeducativas.....	94

Tabela 23	Avaliação da segurança na comunidade.....	96
Tabela 24	Confiança nos vizinhos para encaminhamento de denúncias.....	97
Tabela 25	Indicadores de proteção associados à comunidade.....	99
Tabela 26	Seção 1 do CYRM – Resiliência Oculta.....	113
Tabela 27	Análise de agrupamento pelo k-médias.....	114
Tabela 28	Teste de independências dos grupos G1 e G2.....	116
Tabela 29	Teste da igualdade das médias dos grupos G1 e G2.....	117
Tabela 30	Médias e análise de alfa de Cronbach.....	117
Tabela 31	Análise comparativa dos indicadores de resiliência entre os grupos.....	120

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Quadro 1	Escala para avaliação dos itens em cada seção.....	58
Figura 1	Participantes do Estudo 1.....	56
Figura 2	Procedimentos de análise dos resultados do estudo qualitativo.....	130
Gráfico 1	Indicadores de resiliência.....	118
Gráfico 2	Indicadores de resiliência apresentados por categorias.....	119

LISTA DE SIGLAS

CAEE	Certificado de apresentação para Apreciação Ética
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CYRM	Child and Youth Resilience Measure
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IPPAR	Indicadores de Proteção na Adolescência Associados à Resiliência
LA	Liberdade Assistida
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
RRC	Resilience Research Centre
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SPSS	Statistical Package for Social Science
TA	Termo de Assentimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESP	Universidade Estadual Paulista

INTRODUÇÃO

AVATARES

Não pode ter nome, só pode letra

Não pode ter olhos, só tarja preta

— **Batalha Naval**

Pedro Luiz & A Parede

Na primeira tentativa, me vi Davi, 16. E era um galpão vazio, escuro, em alguma periferia. As pessoas chegavam de moto, tarde da noite. O negócio era rápido, quase sem conversa. Elas se iam. Se pudesse explicar minha condição, diria que tive sorte. Minha mãe estranhava o tênis novo, o aluguel já pago, o dinheiro que surgia do nada. Mas não reclamava. Deviam ser os bicos, devia ser a boa sorte, devia ser deus. Era eu. Eu era o anjo que a protegia e construía algo com algo que me ofereciam, assim, a troco de pouco. De pouco em pouco, a vida vai se enchendo de coisas, marcas, objetos e lugares que sempre quis que fossem meus, mas que a mim sempre foram negados. Os guardas, que sempre foram o problema, eu os tinha na mão. Até que me exigiram demais, eu não pude pagar. Trancafiado, as coisas e os lugares se restringiram bastante. Minha mãe? Morreu de desgosto, mas vem me visitar de quando em quando.

Determinado, agora eu era Celso, 18. Descobri que passar pela vida onde nasci era caminhar em um campo minado. Passei por ele, intangível, e agora tinha o trunfo de saber todas as rotas. Por onde ir e com quem falar. O que era importante e o que não era. Quem se podia comprar e quem era simplesmente descartável. Entendi a vontade, o vício e o preço. Entendi a dor, a brisa, o tédio e a fissura. Entendi a qualidade, a quantidade, a cor o sabor e o cheiro. Meu pecado foi provar do gosto. Todos os dias. Todas as horas. Toda hora. E uma hora, as horas passaram tão rápidas que as rotas já se tinha embaralhado. As pessoas já haviam mudado. O descartável era eu.

Descartado, eu era William, 17. Tudo o que aprendi veio de Leandro, 22, meu irmão. Tudo o que ele aprendeu veio de José, 28, um amigo. José aprendeu de Tônico, 40, que chegou aos 40 sabe-se lá como. O costume é morrer antes, como todos nós fizemos. Como poderiam assim nos chamar de meninos, pivetes, malacos? Isso é

trabalho pequeno, coisa de moleque, coisa de maluco. Mas o que importa é que levamos adiante um conhecimento secular e que não deve ser desprezado. Há uma imensa falta no mundo e nós somos o meio mais barato de supri-la. Se pudéssemos nos expressar, diríamos que estamos contigo, Tiago, 12. E até o berço se for preciso.

Então eu era mesmo Tiago, 12. Aos onze eu já era imperador. Ganhei o poder de controlar destinos, menos o meu próprio, já determinado, não importa o que fizesse. Morto por bala na nuca, ajoelhado em frente à cova rasa.

Levantei-me Severino, 17. Conquistei meu espaço a duras penas. De aviãozinho a dono de morro, vou te contar. Nada é mais importante do que galgar posições, adquirir experiência. A vivência no mundo dos negócios é essencial. Conhecer pessoas, ser bem relacionado, estar atento às tendências, conhecer seu produto e seu cliente... tudo isso se aprende. A oferta e a procura é uma lei importante, assim como o código penal. Com a concorrência, deve-se ser implacável. Assim como com os mal pagadores. Com as autoridades, cuidadoso. Também é essencial abstrair certas insignificâncias como a morte, por exemplo. Nunca se é insubstituível. Tempo é dinheiro e os negócios não podem parar.

Estou tonto, mas sou Jean, 14. Não dá pra levar a sério: um pesquisador (imagine só!) tentou encontrar os fios que me controlam. Disse que o mundo era uma imensa estrutura e que eu era apenas uma engrenagem, necessária e dispensável, a depender das circunstâncias. E quem tem o poder de esmiuçar uma realidade que não cabe em linhas? Eu tenho o poder de controlar minhas sucessivas prisões, meus eventuais espancamentos, as sentenças a mim dirigidas e até minhas não raras mortes. A minha dor é minha dor e só eu posso considerar minha grandeza, meus erros e minhas virtudes. Só eu tenho o poder de controlar meu destino. Quem me define sou eu. Sou Jean, 14. Sou Jean, 14? Sou Maurício, 16? Sou Cléber? Joaquim?

Cansado, eu era Bernardo, 15. Queria que todos entendessem. Meu bairro não era tão ruim assim. Minha família me tratava bem. Eu gostava da escola. Eu tinha um Nike. O que importa é que depois que me descobriram, fui fichado, analisado, classificado, medido, rotulado, enquadrado, fantasiado, trancafiado, torturado, abusado e odiado. Depois dessa loucura, os olhos do mundo estavam estranhos. Nada mais tinha a mesma cor, a comida não tinha o mesmo sabor. Eu não era mais convidado. Me lembrava de ter colocado uma blusa vermelha ao acordar, mas acabava sempre com a mesma camiseta branca. Como podia ter penteado os cabelos pela manhã se à tarde o sol me queimava a cabeça raspada? Como faço pra enxergar com essa tarja nos olhos?

Dormi. Acordei Gustavo, 17. A chuva cessara. Caminhei pelas ruas e tudo era novo. Eu não precisava mais viver na ponta dos pés. Foi um dia feliz, consegui um emprego legal e agora posso ajudar lá em casa, comprar minhas coisas. Até a polícia passou a me respeitar. Sabia que uma hora a chuva pararia e tudo daria certo, como que por definição. Tudo foi esquecido e a vida recomeçou. Se conseguisse explicar o que eu sinto nesse momento, diria que na vida a gente passa por fases e essa foi só uma delas. Com o tempo nossa fé na vida cresce, nossa vontade de mudar se mostra inata, a gente aprende e pronto. A gente cresce e, com a gente, cresce responsabilidade, esperança, trabalho, futuro, carro, casa, um amor. Acordei Gustavo, 17. Olhei pela janela. Chovia.

Decidido a ser Marcos, 21, antes que percebesse, já era Miguel, 16. Dessa vez, tentei encontrar um caminho que não me levasse à cadeia, ou à morte, ou à eterna indiferença. Devolvi o dinheiro, as trouxinhas, me livreí das marcas, traços e resquícios. Mas não consegui devolver a suspeita e a desconfiança que sobre mim repousaram. Descobri que a ninguém é dado o direito a renunciar a privilégios. Impossível que alguém não aceitasse o dinheiro, o poder, as meninas, e as portas se abrindo. Rotulado de insano, fui julgado por tribunais aos quais não me cabia recurso. A sentença já transitou em julgado.

Quando Caíque, 17, aprendi que nada era fácil. O caminho era pedregoso e a distância, demasiadamente grande. O que importava, de qualquer forma, era saber se desviar, manter-se sempre em alerta. Nunca provei do meu próprio veneno, evitei multidões, me livreí da família, não me embulhei em riquezas, me exilei em países secretos, aprendi línguas codificadas, tornei-me praticamente invisível. Purifiquei-me e evolui. De iniciado a monge, de monge a santo. Tornei-me um mártir. Sublimei-me. Se tivesse a capacidade de me fazer entender, diria que me converti em rua e em noite.

Ao me tornar Mário, 28, olhei para o passado e não me vi mais em Mário, 14, que perdera o pai em uma batalha. Daí em diante, cheio de ódio, aprendi a ser soldado. Coloquei-me diante do mundo com ares de suicida. Devastei regimentos inteiros, pois não havia mais nada a perder. Sobrevivi, me tornando Mário, 16, um ser humano desprovido de qualquer princípio. Já cauteloso, mas sempre pronto a devorar o mundo. A prisão, a violência e a morte me deram cicatrizes suficientes a tornarem-me irreconhecível. Passada mais de uma década, eu era o signo da dor, não poderia mais me refazer. Indestrutível, tornei-me um eterno refém de minhas próprias possibilidades e de

minha própria história. Convertei-me em rocha de dureza ímpar, estupidificado, inamovível, inanimado.

Alan, 5. Nas brumas da infância, tentei traçar uma nova forma de vida. Sem pai, sem família, sem afeto, sem dinheiro ou sem valores de qualquer espécie. Só eu e minha sagrada inocência. Viveria o desespero desse grande nada, como se isso me bastasse. Mas é importante alertar: não se espere que eu faça entender. Tudo continuará inviável enquanto eu viver. Alguém espera que eu encontre um caminho ou que veja além? Há esperança ou ilusão a tal ponto que faça enxergar o impossível? Do pó ao pó sem tempo o suficiente para me fazer visível, essa é a meta que todos têm para mim. E na iminência da grande tragédia da morte, ponderei, e nada me afastou da fria rebelião. Farei teus pés estranharem a falta do chão. E juro que farei cair cidade, junto comigo, nessa rápida, etérea, cíclica, suave morte.

E fui João, Mateus, Pedro e Tomé. Fui Simão, Tiago, André, Filipe e Bartolomeu. Fui Judas e fui Zelote. Vi e ouvi. Aprendi todas as leis e todas as línguas. Enviado ao mundo, tive por missão espalhar minha epifania pelas ruas. Então me levantei em meio ao pecado e preguei. Ouvido, fui caçado por legiões, meu corpo e minha alma sangraram. Vi a dor e a morte. Fui eu mesmo renegado por meus pares. Minha revelação se tornou praga, minha luz se converteu em escuridão maldita. Cumpri minha missão. Mas nada de loas, nem de poemas, quicá testamentos. Após a morte, não fui consagrado.

Cansado, sucumbi à missão.

Eu tenho. Não tive. Terei. Eu quis. Te quero e tenho. Porque posso. Posso porque tenho e tenho porque quis. Quero mais. Venha que eu mandei. Mando porque posso. É meu porque sim. Ponto. Faça. Agora. Porque digo, faça. Deixe. Vai. Deixei... Volte, que eu mandei. Quero que fique quando quero e vá porque te mando. Dê, porque é meu. Não era, mas agora é, porque mando, porque quero e porque é meu. Me mandaram. Não fui. Nunca mais voltei... outro quis. Não pude mais querer. Se meus avatares pudessem se manifestar em vivazes palavras esse mantra se repetiria, eternamente.

Viver como um moleque era o que me faltava. Descer como o Deus que sou, voltar como toda a indignidade, sofrer toda a indiferença, ser chorado por poucos, não ser lembrado por ninguém. Filhos meus, todos perdidos, todos amaldiçoados. Viciados! Todos viciados! Como achar sentido nesse *loop*? Nessa vida vazia de qualquer riqueza e que se impõe como lei? Estranha entropia. Há imensa

tristeza em olhar as entranhas do universo e perceber que nada importou. Há tristeza muito maior em perceber que a lógica da criação seguiu um sentido inesperado e indesejável. O vício, enfim, revela a natureza mais profunda do humano. O poder, a miséria e a fuga. Viver na carne desses pivetes me faz enxergar também os vícios de Deus. Sim, viciado no pó das estrelas, viciado no poder de criar e recriar o infinito e de dar infinitos sentidos às constelações. Julgar sem ser julgado. Castigar sem conhecer do castigo. Vícios humanos, tão divinos quanto possíveis. Não me faz mais sentido espreitar pelas ruas, me converter em minha própria criação e recriar tudo de novo a partir dessas experiências. Que os anjos flanem pelas galáxias e deixem que essa infeliz raça se desgoverne até o fim dos dias, pois não há esperança! Que sejam todos senhores de si mesmos e se despedacem em intrigas. Me recolho agora a meus aposentos e escuto, pela derradeira vez, o silêncio da terra.

Raphael Bonilha Vila Real

O conto que faz a abertura dessa tese é inspirado nas trajetórias de vida dos adolescentes que participaram da presente pesquisa, assim como em inúmeras histórias que não puderam ser contadas (e que jamais serão!). Adolescências não idealizadas que se perpetuam por tantas gerações. O entrelaçamento desses relatos trazem muitas similaridades e tantas outras incertezas. De fora, com olhar de quem tenta compreender, qualquer mudança no rumo daqueles destinos parece uma tarefa inalcançável. Negligência, sofrimento, violência e privação são categorias centrais para os estudiosos. Para eles, é o que se vive todos os dias, sem ser nomeado.

A desigualdade social e a falta de recursos escancaram um sistema de organização opressor e que mutila milhares de pessoas, incluindo crianças e adolescentes. A escassez de oportunidades faz minar sonhos e antevê histórias de fracasso, dor e subalternidade. A cor da pele, a genitália, o pertencimento autodeclarado e o desejo também passam a ser definidores da lógica que prescreve quem é e quem não é, quem manda e quem obedece.

Em meio a essa barbárie, ainda há espaços para disputas incomensuráveis, individualismos zelosos e egos inflados. Mas a sensação de que está faltando algo ainda paira. O vazio existencial parece generalizado, democratizado, acessível a todos. Como lidar com a sensação do oco? Consumir, aparecer e ter talvez nunca tenha soado tão familiar na história da humanidade.

O contexto atual tem apresentado diversas questões científicas, existenciais e filosóficas de difícil compreensão. Se o advento da tecnologia e o acesso à escolarização, por exemplo, mostravam-se promissores no enfrentamento de questões sociais, nos deparamos com um sentimento de frustração, uma vez que muitos problemas ainda persistem e novas questões emergiram nos últimos anos.

Sem sombra de dúvidas, o envolvimento de adolescentes em atividades ilícitas tem se mostrado uma das principais pautas de discussões no plano político atual. Todavia, os discursos de senso comum ainda parecem fundamentar boa parte dos debates, não apenas da população em geral, mas de setores da sociedade que deveriam embasar suas propostas com argumentos científicos e filosóficos. Nesse sentido, as universidades, os pesquisadores e as pessoas envolvidas com as políticas públicas devem articular-se, no sentido de criar estratégias para apresentar propostas que sejam benéficas a toda população, em especial aos próprios adolescentes.

Os Programas de Pós Graduação no Brasil ocupam um lugar de destaque nessa jornada, pois ao se comprometerem com esses temas mostrarão que a ciência e as práticas realizadas no interior das universidades podem contribuir na diminuição dos problemas que atingem as pessoas e comunidades. Isso exige um olhar multidisciplinar e que privilegie espaços dialógicos entre os diferentes saberes. Pesquisas na área da educação, por exemplo, devem extrapolar os muros das unidades escolares e compreender os diferentes espaços educativos que adolescentes acessam como um todo, incluindo a família, a rua e as diferentes instituições disponíveis no contexto atual.

É com foco nesses pressupostos que a presente tese foi gerida. Defendemos que as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico devem integrar-se aos movimentos de defesa na área de proteção e garantia dos direitos humanos. A universidade apresenta efetivamente seu valor quando se associa ao povo, aos grupos

excluídos e marginalizados. É nesse tipo de ação que acreditamos, que articula militância e pesquisa com relevância científica e social.

O interesse pela temática da violação dos direitos da criança e do adolescente acompanha o pesquisador a longa data. Desde o período da graduação, diversos projetos de extensão e pesquisa foram conduzidos e oportunizou o contato com grupos em instituições, sobretudo vinculados a secretaria de educação e assistência social do município em que reside (Presidente Prudente – SP). As ações contemplaram atendimentos de adolescentes em programas de educação afetivo-sexual, projetos de iniciação científica, acompanhamento em pesquisas nacionais como auxiliar de pesquisa, reuniões com o grupo de pesquisa, dentre tantas outras atividades.

A vinculação ao grupo de pesquisa intitulado “Educação, desenvolvimento humano em situação de risco e indicadores de proteção” (cadastrado junto ao CNP’q e sediado na UNESP), coordenado pela orientadora dessa pesquisa, permitiu que habilidades necessárias a um pesquisador fossem desenvolvidas, mas sobretudo reforçou a importância de ouvir as pessoas, respeitar as dinâmicas institucionais que já existiam antes da nossa presença e sempre questionar o porquê de estar engajado em determinado trabalho.

Durante a pesquisa realizada no mestrado, averiguamos o papel da escola na promoção de resiliência na vida de adolescentes vítimas de violência sexual, enfatizamos o trabalho com as meninas que apresentaram mais indicadores de resiliência e positividade pessoal. Assim, excluímos da amostragem as adolescentes que foram encaminhadas à instituição por situação de exploração sexual, que, através das técnicas que foram empregadas, apresentaram mais indicadores de vulnerabilidade social. Esse fato nos frustrou de alguma forma, pois sabíamos que aquele grupo também deveria ser ouvido.

Por conta do intenso trabalho de campo que foi realizado nesse período, vários aspectos nos chamavam atenção nesse grupo de adolescentes (expostas à exploração sexual). Em conversas informais, ou mesmo acompanhado as atividades pedagógicas que eram ofertadas na instituição, as adolescentes demonstravam, através de comportamentos e atitudes, estratégias de enfretamento e intimidação das pessoas por meio dos conteúdos relacionados à própria sexualidade. Podemos citar a abordagem que

elas faziam as pessoas do sexo masculino, estabelecimento de competição pra ver quem usava a roupa mais curta, utilizavam palavras ofensivas na frente de pessoas que se mostravam intimidadas, relatavam de forma debochada as relações que tinham tido com clientes e as práticas sexuais realizadas, e assim por diante.

Nesse mesma época, discutíamos as implicações do livro de Ungar (2004a) sobre padrões de resiliência que não eram mencionadas na literatura nacional. Nessa obra, o autor apresenta a tese de que, em alguns casos, comportamentos considerados antissociais ou delinquenciais podem representar um mecanismo de empoderamento de adolescentes e jovens diante as situações sociais que os oprimem (ver essas discussões com mais ênfase no Capítulo 1). Associamos, hipoteticamente, que as adolescentes expostas à exploração sexual pudessem expressar essas mesmas estratégias. Frente à sociedade que as rotula, o processo que elas criaram era assumir o estigma e usá-lo como forma de afrontar, ou mesmo amedrontar as pessoas, especialmente desconhecidos e aqueles que imaginariamente ou objetivamente representassem perigo ou desconforto a elas.

Esses momentos de discussões foram muito profícuos e permeados por controvérsias teóricas e metodológicas. Mas ao refletir sobre o contexto brasileiro e realidade de adolescentes e jovens, conseguimos pensar em três grupos que pudessem compor uma amostragem e trazer dados que ajudassem reiterar ou refutar essas hipóteses iniciais: 1) adolescentes expostas à exploração sexual, como já apresentado; 2) adolescentes que não se adequam as instituições escolares e, por isso, apresentam problemas de indisciplina; 3) e, por fim, adolescentes com envolvimento em ato infracional, em especial àqueles com histórico no tráfico de drogas. Essas primeiras reflexões trouxeram desafios que se tornaram, posteriormente, objeto de estudo.

Por uma série de justificativas relacionadas à exequibilidade da realização da pesquisa, optamos em trabalhar apenas com adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas. Nossa hipótese inicial era que por intermédio do tráfico os adolescentes encontravam recursos, objetivos e subjetivos, que representavam forma de empoderamento e construía trajetórias de fortalecimento. Entendemos que quando prevalece a privação de direitos e ineficiência do poder público na garantia de direitos e acesso aos recursos necessários ao desenvolvimento, adolescentes e jovens

buscam formas alternativas, ainda que arriscadas, de construção de identidades, senso de pertencimento e obtenção daquilo que anseiam.

Nessa fase inicial, as principais obras que respaldaram nossas afirmações vinham de pesquisas teóricas e empíricas realizadas por Ungar (2004a) e Feffermann (2006), que havia trabalhado com adolescentes e jovens com envolvimento no tráfico, bem como ouviu profissionais de diferentes áreas sobre as concepções e práticas que tinham em relação a esses jovens. Consideramos esse trabalho pioneiro no contexto nacional, pois além de envolver procedimentos metodológicos ousados, revelou dinâmicas até então obscurecidas e negligenciadas por pesquisadores.

Concomitantemente as estratégias metodológicas que estávamos traçando, o debate sobre a redução da maioridade penal e sobre os índices de violência cometidos por adolescentes havia ganhado mais espaço no cenário nacional. A mídia sensacionalista dava ampla visibilidade a casos isolados de crimes hediondos cometidos por essa população e as repercussões tomavam proporções surpreendentes, auxiliando na argumentação dos setores mais reacionários e conservadores do país. Isso demonstrava que o trabalho que estávamos propondo tinha relevância social e poderia trazer subsídios para o debate.

Os dados divulgados pelo SINASE (2012) trazem dados importantes para o dimensionamento do envolvimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa por terem cometido algum tipo de ato infracional. O relatório mostra que entre os anos de 2010 e 2012 houve, no Brasil, 57.830 casos de restrição e privação de liberdade em todo o país. Esses números não discriminam as reincidências e o tempo de médio de internação. Ainda com base os dados divulgados pela agência supracitada, o estado de São Paulo, onde a pesquisa foi realizada, é disparadamente o que mais aplicou medidas de internação, internação provisória e semiliberdade em todo país, sendo 35.475 casos no período de 2008 a 2012.

Com relação à tipificação do ato infracional, o tráfico de drogas aparece como a segunda atividade mais recorrente no cenário nacional, sendo que em 2011 foram aplicadas cerca de 5.863 (26,6% do total) medidas de internação e semiliberdade. Em 2012 esse número sobe para 5883 (27,0%). Embora o aumento de adolescentes com envolvimento no tráfico seja pequeno de um ano para o outro, podemos pensar na ineficiência dos serviços e programas que deveriam promover práticas preventivas e contribuir na redução desses indicadores.

São Paulo também é o estado que mais apresenta adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas. Na grande maioria dos estados, a tipificação do ato infracional revela que o roubo é a atividade mais recorrente, com uma diferença expressiva para a segunda, no caso, o tráfico de drogas. Já em São Paulo a diferença entre os atos é quase inexpressiva (Roubo = 3.732; Tráfico de drogas = 3.712). Os dados mostram que o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas é mais preocupante em São Paulo quando analisamos que dos 5.881 casos encaminhados para medidas de internação e semiliberdade no Brasil, 3.712 são desse estado (SINASE; 2012).

Após a definição das hipóteses, o levantamento preliminar da literatura específica sobre o tema e a compreensão de que pesquisas com essa população se configuravam relevantes científica e socialmente, definimos os seguintes objetivos para a presente tese:

Objetivo Geral

- Analisar as trajetórias de vida de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas a partir do desvelamento de seus contextos de desenvolvimento, bem como compreender processos que estão associados à resiliência.

Objetivos Específicos

- Averiguar os indicadores de proteção presentes no contexto de adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas, articulando o material empírico coletado com discussões que apontem como as instituições podem se configurar como espaços protetivos na adolescência.
- Verificar os indicadores de resiliência em adolescentes que tiveram envolvimento no tráfico de drogas, bem como avaliar em que medida a participação nessas atividades podem ser associadas a elementos de positividade pessoal para esse grupo.
- Compreender os significados que a atividade do tráfico de drogas ocupou na vida de adolescentes que cumprem medida socioeducativa do tipo liberdade assistida, bem como verificar os indicadores de risco e proteção associados à

essa atividade e a outros contextos de desenvolvimento apresentados na literatura clássica sobre resiliência.

- Disponibilizar o material construído nessa pesquisa a pesquisadores da área, mas também criar estratégias de divulgação dos principais resultados em instituições e outros espaços, contribuindo na elaboração de políticas sociais voltadas a adolescentes em conflito que cumprem medida socioeducativa.

Em termos das ferramentas metodológicas utilizadas, recorreremos à abordagem intitulada *mixed-method* (traduzido nesse trabalho como “métodos mesclados”), em alinhamento com as propostas investigativas do *Resilience Research Centre* (Dalhousie University, Nova Scotia, Canada). Esse grupo de pesquisadores defende que as estratégias de estudos em resiliência devem se atentar para padrões homogêneos e heterogêneos nos processos de resiliência que potencialmente podem ser revelados quando se utiliza diferentes estratégias investigativas, englobando estratégias qualitativas e quantitativas (UNGAR; LIEBENBERG, 2011). A complementariedade dos dados, além de promover maior rigor na análise e no estabelecimento de critérios de inclusão/exclusão, permite que variáveis específicas sejam aprofundadas, dependendo dos objetivos traçados inicialmente pelos proponentes.

Em nosso caso, optamos pela utilização de questionários e escalas e, por intermédio de análises estatísticas aplicadas aos instrumentos, criar uma nova amostragem que foi convidada a participar de um estudo qualitativo. Entendemos que essas opções enriquecem os procedimentos e permitem que as hipóteses sejam reiteradas, refutadas ou até mesmo que novas questões emergjam no processo de análise. Os diferentes pontos de vista e as perspectivas contrastantes que aparecem no uso do *mixed-method* permitem considerações mais assertivas e menos enviesada pela interpretação subjetiva do pesquisador.

Antes de apresentar a estrutura do trabalho, gostaríamos de valorizar o trabalho artístico realizado pelos artistas Sandra Engel Vila Real e Raphael Bonilha Vila Real. A primeira, responsável pela arte da capa e de todas as imagens que dão abertura aos capítulos. O Raphael aceitou, gentilmente, escrever o conto que é apresentado na

Introdução da tese. Os trabalhos artísticos foram inspirados nas histórias dos adolescentes que participaram da pesquisa, em especial ao grupo que foi entrevistado na última parte do trabalho de campo. As investidas nas linguagens artísticas como parte integrante da tese se relacionam com nossa concepção de que essas ferramentas trazem significados particulares e impactam as pessoas de formas diversificadas. Esperamos que os leitores possam apreciar esses recursos e que eles possam abrir um diálogo com as perspectivas suscitadas no decorrer do texto.

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos as interlocuções teóricas, enfatizando nossa concepção de resiliência e com problematizações sobre o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas. Buscamos elencar pontos dissonantes na literatura, mas, sobretudo, deixar explícito ao leitor como nos posicionamos frente aos fenômenos investigados. Recorremos aos clássicos da literatura, mas também utilizamos referências teóricas que apresentam argumentos ainda pouco explorados pela área.

No Capítulo 2, trazemos os dados provenientes de um instrumento que foi criado especificamente para esse estudo, que tem como objetivo averiguar os indicadores de proteção na vida de adolescentes com envolvimento no tráfico. O questionário possui itens que avaliam a perspectiva dos sujeitos com relação aos serviços e programas voltados ao público adolescente, associados às políticas governamentais de educação, saúde, assistência social e na área jurídica, bem como aqueles oferecidos por organizações governamentais, e ainda, as organizações família e igreja.

Em seguida, no Capítulo 3, conduzimos um Estudo que verificou os indicadores de resiliência presentes nas populações de adolescentes com e sem histórico de envolvimento no tráfico de drogas. O instrumento utilizado é uma escala internacional e os resultados obtidos nesse Estudo trazem implicações relevantes para as hipóteses iniciais levantadas. A escolha dessa ferramenta se deu em virtude da sensibilidade de seus idealizadores para os aspectos contextuais que se articulam com resiliência em diferentes culturas e nacionalidades.

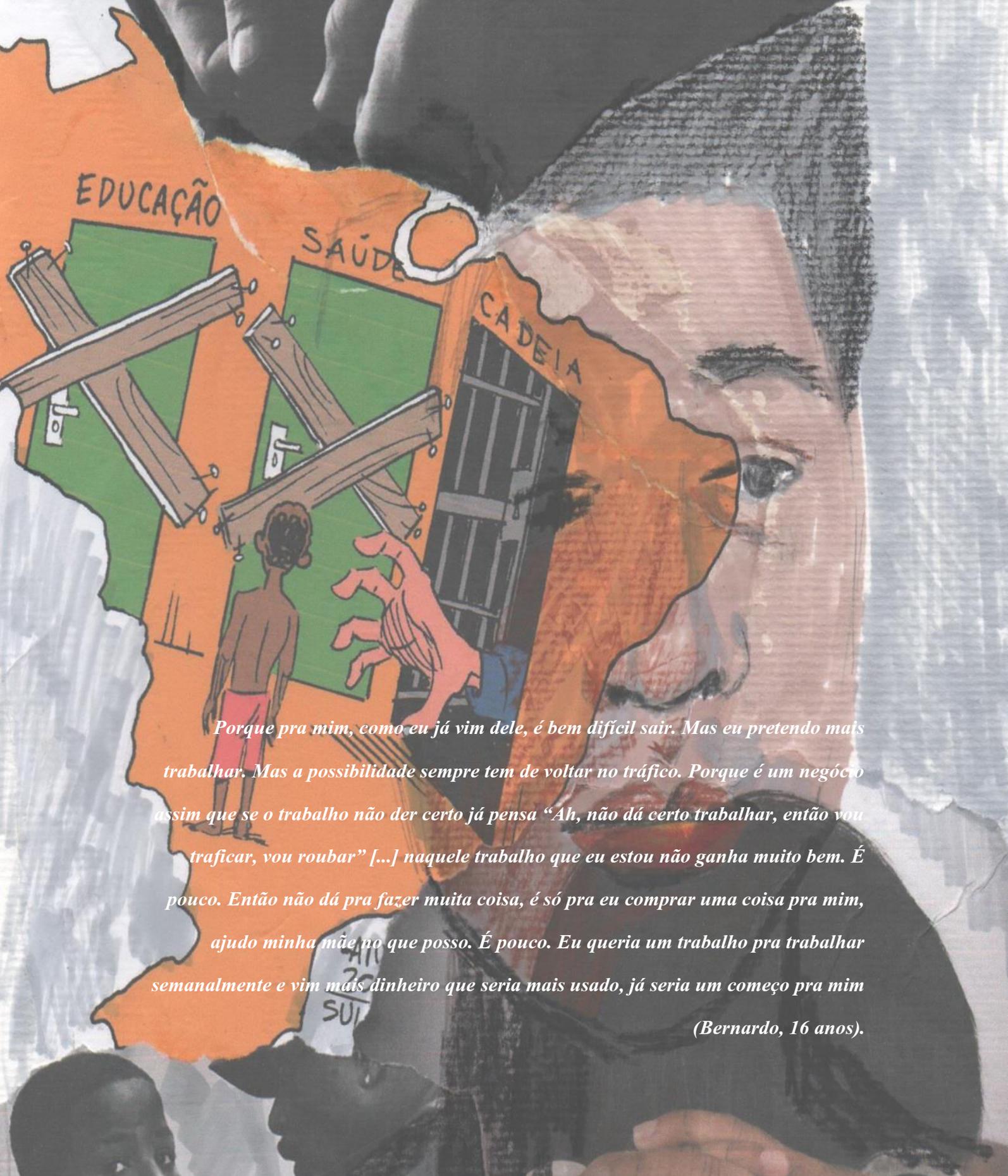
Em consonância com a abordagem metodológica utilizada, o Capítulo 4 traz resultados de um Estudo qualitativo com adolescentes que apresentaram indicadores de resiliência, mas ao mesmo tempo, demonstraram altos níveis de valorização das atividades vinculadas ao tráfico. A análise dos dados permitiu a criação de duas categorias que são alusivas à relação dos participantes com o tráfico, bem como

os espaços que se configuram como indicadores de risco e proteção a partir da perspectiva dos adolescentes entrevistados.

Por fim, nas considerações finais, apresentadas no Capítulo 5, buscamos elaborar uma síntese que fosse atravessadora de toda a pesquisa. Nesse sentido, retomamos alguns resultados, explicitamos algumas limitações e damos indicativos para pesquisas futuras. Nossas experiências enquanto militantes também são expressas nessa parte do trabalho.

Desejamos a todos uma boa leitura!

CAPÍTULO 1



Porque pra mim, como eu já vim dele, é bem difícil sair. Mas eu pretendo mais trabalhar. Mas a possibilidade sempre tem de voltar no tráfico. Porque é um negócio assim que se o trabalho não der certo já pensa “Ah, não dá certo trabalhar, então vou traficar, vou roubar” [...] naquele trabalho que eu estou não ganha muito bem. É pouco. Então não dá pra fazer muita coisa, é só pra eu comprar uma coisa pra mim, ajudo minha mãe no que posso. É pouco. Eu queria um trabalho pra trabalhar semanalmente e vim mais dinheiro que seria mais usado, já seria um começo pra mim

(Bernardo, 16 anos).

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE RESILIÊNCIA E DO ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES NO TRÁFICO DE DROGAS

1.1 Questões conceituais sobre resiliência

Os modelos teóricos que colaboraram na consolidação da psicologia enquanto campo de estudos, bem como boa parte das pesquisas em ciências sociais, enfatizam, majoritariamente, elementos do desenvolvimento humano por um viés patológico, deficitário ou que colocam sujeitos em desvantagens (SELIGMAN & CSIKSZENTMIHALYI, 2000; SNYDER, 2007; MOHAUPT, 2008). A centralidade dessas perspectivas reside na busca da compreensão do impacto que determinados eventos adversos ou estruturas sociais precárias provocam nos indivíduos, tornando-os vulneráveis e carecedores de intervenções psicossociais, seja no campo da saúde, educação ou assistência social.

Entretanto, a temática da resiliência, objeto de estudo desse trabalho, direciona a atenção para os fatores que são favorecedores do desenvolvimento saudável, (sinonimamente entendido como desenvolvimento positivo), mesmo quando encontramos no entorno do indivíduo condições extremamente adversas. Partimos do pressuposto que é relevante analisar os indicadores sociais que conduzem pessoas a encontrarem formas de lidar tão distintas com os infortúnios. Em alguns casos, as pessoas simplesmente sucumbem mediante situações problemáticas. Em outros, notamos o aparecimento de estratégias, objetivas e subjetivas, que diluem a intensidade do impacto das adversidades.

O conceito de resiliência, ainda que permeado por discursos polissêmicos, vem ganhando espaço no cenário acadêmico nacional. Já em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Inglaterra e Austrália, a disseminação de propostas metodológicas com esse viés investigativo possui ampla diversidade (YUNES, MENDES & ALBUQUERQUE, 2005), variando intensamente de acordo com a área de estudo. Constatamos, no Brasil, que o tema da resiliência predominantemente situa-se na área da psicologia, embora possamos encontrar algumas propostas na área da educação (TAVARES, 2001; GARCIA, 2007; TIMM, MOSQUEIRA & STOBÄUS, 2008), serviço social (JANCZURA, 2005; MURTA &

MARINHO, 2009) e enfermagem (SILVA, LUNARDI, LUNARDI FILHO & TAVAREZ, 2005; SÓRIA, SOUZA, MOREIRA, SANTORO & MENEZES, 2006).

Nesse campo conceitual, um dos estudos mais citados na literatura da área, por se tratar de um dos precursores, refere-se à pesquisa longitudinal desenvolvida por Werner & Smith (1992; 2001), que investigou a vida de crianças nascidas no Havai. O objetivo inicial desse estudo não era avaliar resiliência, mas sim monitorar o impacto dos fatores de risco biológicos e sociais, assim como dos fatores de proteção na vida dessas pessoas até a idade adulta (ver ainda uma análise detalhada sobre essa pesquisa nos trabalhos de MARTINEAU, 1993 e YUNES, 2003).

O trabalho de Rutter (1981; 1993; 1999) também é de grande valia para a área. O autor sugeriu a substituição de termos como “variável” ou “fatores” de risco / proteção, para expressões como “processos” e “mecanismos” (RUTTER, 1987). Consideramos que essas colocações permitiram a abertura de uma compreensão mais dinâmica nos processos de resiliência. Também não podemos desconsiderar a contribuição de outros estudiosos que são considerados pioneiros nessa temática, seja pela quantidade de trabalhos publicados ou mesmo por possibilitar atualizações importantes nesse campo teórico, entre eles McCubbin & McCubbin (1988), Garmezy (1991), Luthar, Cicchetti & Becker (2000), Masten (2001), Walsh (2002), Cyrulnik (2004), entre outros.

Ao descrever os estudos sobre resiliência nas últimas décadas, Bolzam & Gale (2011) descrevem algumas fases, que podem ser entendidos como modelos explicativos que embasaram os estudos sobre resiliência. Tais movimentos teóricos revelam proposituras que vão desde posicionamentos mais estáticos, onde resiliência é concebida como traço de personalidade, e, portanto, atribuído hereditariamente como uma marca do indivíduo, até discursos que se pautam nas questões sociais como produtoras de resiliência.

Embora não haja consensos na definição do conceito de resiliência aplicado às Ciências Humanas, sinteticamente, nas últimas quatro décadas, resiliência tem sido associado com o desenvolvimento positivo de crianças, adolescentes e pessoas quando se deparam com adversidade (LUTHAR, CICHETTI, & BECKER, 2000; DAIGNEAULT, HÉBERT & TOURIGNY, 2007).

Definimos para esta pesquisa que resiliência deve ser entendida com dinamicidade, levando em consideração aspectos comunitários e culturais (UNGAR, 2007; 2008; UNGAR, BROWN, LIEBENBERG, OTHAMAN, KWONG,

ARMSTRONG & GILGUN, 2007), num processo situado ontologicamente e atrelado à história do indivíduo. Enfatizamos, desse modo, que compreendemos os processos de resiliência como uma construção social, mediados especialmente pela disponibilidade de recursos (BOTTRELL, 2009) que trazem sentidos pessoais que se desdobram em significações sociais. Não se trata apenas de respostas adaptativas ou criativas frente a adversidades, mas sim de recursos extraídos do contexto que criam oportunidades de desenvolvimento e formam identidades fortalecidas. Os conceitos adjacentes à resiliência também devem ser entendidos num plano dinâmico, sendo que os mesmos causadores de estresse podem ser experienciados de formas diferentes (RUTTER, 1987; PESCE; ASSIS; SANTOS & OLIVEIRA, 2004).

Empenhamo-nos na construção de uma perspectiva crítica para sustentar nossos argumentos, pois quando o tema da resiliência é abordado sem problematizações profundas da realidade social da juventude brasileira, corre-se o risco de superficializar o debate e elaborar modelos explicativos meramente descritivos. A condução de pesquisas com esse viés aproxima o conceito ao modelo positivista de ciência, e retoma questões aparentemente já superadas, como por exemplo, de associação desse conceito com habilidades adaptativas das pessoas.

Novos paradigmas para essa área de estudo exigem um comprometimento dos pesquisadores em termos da compreensão da totalidade da realidade social, que só serão viabilizados na medida em que os recortes metodológicos e aportes teóricos sejam capazes de desnudar a complexidade das relações humanas em sua essência. Assim sendo, o isolamento de variáveis ou dos fatores que são constituintes de mecanismos de vulnerabilidade social já não são capazes de contribuir para o avanço da produção do conhecimento nos estudos que investigam resiliência.

Em consonância com essas leituras, os serviços de atendimento voltados a populações juvenis também estarão presentes no debate. As instituições que ofertam práticas de atendimento a adolescentes e jovens em situação de exclusão social, quando deixam de reconhecer o caráter político de seu trabalho, bem como quando se posicionam alheamente ao processo histórico de marginalização e ocultamento das aspirações individuais, estão a serviço de uma prática que intensifica os efeitos advindos das adversidades que estão presentes no cotidiano desses sujeitos. E mais, a falta de um posicionamento legitimamente crítico sobre os determinantes sociais que produzem desigualdades e fomentam violência, são mantenedores de uma sociedade que promove disparidades, miséria e estratégias de segregação.

É importante expressar nossa concordância com a crítica de diversos autores com relação à constituição dos modelos teóricos em resiliência e sua aplicabilidade descontextualizada em países do Hemisfério Sul (BOYDEN, 2003; OJEDA, 2005), especialmente daqueles com índices de exclusão e desigualdades sociais mais salientes. Além disso, a utilização de ferramentas de pesquisa padronizadas tem se mostrado ineficiente, na medida em que não possibilita o desvelamento da realidade local, pois se fundamentam em conceituações genéricas inábeis à captação da complexidade das trajetórias dos jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Connell (2012; 2007) metaforiza essa realidade utilizando as expressões “metrópole” e “periferia”, referindo-se respectivamente a pensadores/estudiosos do hemisfério norte e sul. A autora destaca as estratégias do neoliberalismo para manter a condição subalterna em termos da produção epistemológica dos países da América Latina e do continente africano. Aponta, inclusive, que “as circunstâncias materiais de pesquisa podem, portanto, criar uma dependência de pacotes teóricos e metodológicos já prontos oriundos da metrópole” (CONNELL, 2012, p. 15).

Os estudos sobre resiliência, afirmam Bolzam & Gale (2011), mesmo recorrendo a uma série de técnicas e métodos que são relativamente significativos para a apreensão dos diferentes caminhos que conduzem adolescentes e jovens ao fortalecimento pessoal, captam apenas um fragmento de como esses sujeitos percebem, vivenciam e entendem seu próprio contexto. A questão inquietante é com relação à utilização de modelos teóricos de resiliência que respondem ideologicamente a questões de países considerados desenvolvidos, mas que, notoriamente, se distanciam da realidade da juventude de países que sofrem cotidianamente com a produção social da violência e da desigualdade social, produzindo discursos uníssonos e homogeneizando realidades tão distintas.

Nossa busca é compreender o presente objeto de estudo através das estruturas sociais e dinâmicas do funcionamento do sistema político e econômico, bem como das relações interpessoais provenientes dessa forma de organização social, que são produtoras de comportamentos socialmente não aceitos, mas que trazem elementos positivos em termos da constituição subjetividades para adolescentes.

1.2 Individualização dos problemas sociais: estratégias de manutenção para a exclusão social

Após essa breve contextualização dos elementos constituintes do constructo da resiliência, torna-se relevante situá-lo criticamente, objetivando uma ruptura com a lógica dos discursos dominantes. “Competência” e “sucesso”, por exemplo, termos corriqueiramente utilizados nos estudos de resiliência, podem colaborar num processo de responsabilização exclusiva do sujeito para o enfrentamento de adversidades, tornando individual questões que consideramos de ordem social.

Giroux (2010), ao analisar novas dinâmicas das políticas sociais direcionadas à adolescência, mediante a uma nova representação social da cultura juvenil, sugere que se tornou muito frequente remover os problemas do contexto social para o campo privativo. Critica enfaticamente as estratégias políticas que buscam soluções rápidas para o envolvimento da criminalidade dos jovens, como por exemplo, o uso de testagens da presença de substâncias psicoativas para permitir ou não a participação desses sujeitos em atividades extracurriculares. Fala, ainda, do papel demonizador que a mídia assume e dos sistemas de segurança adotados pelas escolas, que transformam os jovens em suspeitos que necessitam de regimes especiais de observação e controle, que se assemelham a estratégias militares. Como desdobramento dessa conjuntura da individualização das questões da juventude, emerge a criminalização de problemáticas sociais e a priorização de métodos punitivos ao invés de investimentos sociais que focalizam a minimização dos mecanismos excludentes e exploratórios.

Na mesma direção, o trabalho de Kelly (2001) chama a atenção para as formas de regulação das práticas discursivas de especialistas e estudiosos no que se refere à responsabilização do jovem em situação de risco. Acrescenta que tais produções fornecem dispositivos para a delimitação de quais comportamentos devem ser compreendidos como indesejáveis. Concordamos com tais postulações, e queremos acrescentar que ao definir as condutas de risco no âmbito da pesquisa, somado à identificação de seus protagonistas, criamos, por conseguinte, os contextos de risco. Ao (de)marcar esses grupos, surgem as representações sociais de espaços geográficos que carregam em si “riscos para a sociedade”. Portanto, os debates acadêmicos, quando individualizam as questões sociais de jovens em situação de risco, corroboram para a perpetuação da exclusão e para uma visão simplista do contexto histórico dos jovens (o trabalho de ROSE, publicado já em 1986, traz problematizações importantes sobre essa temática).

Quando não individualizado o problema, também podemos encontrar, não raramente, debates conservadores e retrógados, seja na ciência ou no campo político, que buscam problematizar a relação desses jovens com suas famílias. A culpabilização da família pelo suposto “insucesso” de adolescentes e jovens, bem como a rotulação de lares como “ambientes desestruturados”, é compreendida, nesse trabalho, como mais uma estratégia ideológica para desresponsabilizar o Estado e a sociedade civil no processo da construção social da exclusão.

Não queremos, com isso, apologizar à ideia de família enquanto instituição sagrada. Antes, reconhecemos que muitas delas precisam, inclusive, de uma intervenção mais próxima, que pode variar em termos de tipo e intensidade (GORDANA, 2012; CHRISMAN, CHUA & STEIER, 2011; WALSH, 2006; 2002; PATTERSON, 2002). Contudo, temos clareza que qualquer investigação sobre resiliência e família não pode negligenciar as questões objetivas que podem operar no mal funcionamento da dinâmica relacional, que podem incluir questões como alta jornada de trabalho dos progenitores, privação material de recursos, inacessibilidade a instrumentalização de cuidados parentais adequados, políticas públicas inoperantes, entre tantas outras (EDWARDS & APOSTOLOV, 2007).

A responsabilização/individualização dessas questões, direcionando “resultados indesejados” ao sujeito ou à família, também tem outra função. Ao incorporar o sentimento de culpa e a auto percepção de fracasso, os indivíduos deixam de se organizar coletivamente, em termos de classe social, pertencimento étnico e gênero. Esse quadro inviabiliza a mobilização em termos da coletividade e silencia, mais uma vez, as maiores vítimas de um sistema de organização social que tem como núcleo estruturante as injustiças e a desigualdade (PELLS, 2011; 2009).

As condutas tidas como antissociais de adolescentes e jovens normalmente estão vinculados a segmentos que carregam estigmas sociais intensos, tornando-os corriqueiramente, seja pelos discursos do poder público ou da comunidade científica, únicos responsáveis por essa condição. Essa conjuntura tem empobrecido o debate, tendo como desdobramentos a elaboração de políticas sociais que simplesmente desconsideram as especificidades dos setores que recebem atendimento. Reconhecemos que comportamentos indesejados podem ser expressos em diversas classes e segmentos sociais, em alguns casos até indicando formas de expressão de sofrimento e sentimentos negativos (COHLER, 2012; WALKER, 2007). Mas a ênfase dada nessa pesquisa

apontará para grupos privados de recursos sociais básicos que são necessários para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Nessa direção, sabemos que caminhos alternativos a expressão de resiliência, conceito predominantemente assentado sobre ideais dominantes de ajustamento individuais, podem não ser reconhecidos, sobretudo pela comunidade acadêmica; ao contrário, serão aprioristicamente relacionados com problemas individuais, naturalizando questões que, sem sombra de dúvidas, devem ser entendidas sob o prisma social.

1.3 Subvertendo a lógica dos discursos de resiliência

A conceituação clássica de resiliência perpassa por uma série de convenções sobre o que é “estar bem”, apoiados, sobretudo, nos discursos médicos e nos saberes “psis”. Existem dispositivos reguladores que normatizam a compreensão sobre as formas que seriam representativas dos modelos de agir e pensar que expressam positividade pessoal. Não por acaso, os modelos reconhecidos como formas de desenvolvimento positivo frente às adversidades estão, na maioria das vezes, pareados com a realidade da cultura ocidental, da classe média e dentro da expectativa de determinados grupos étnicos.

Os comportamentos e condutas esperados para um jovem também são atribuídos em termos de expectativas sociais. Espera-se que um adolescente frequente regularmente uma escola, não faça uso de substâncias psicoativas, tenha um bom engajamento em atividades sociais e entre pares, tenha ideias futuras sobre profissão e mercado de trabalho, entre tantas outras. A conduta que escapa da norma/padrão aceitável corre o risco de ser rotulado como um comportamento patológico.

Bottrell (2009), de maneira bastante pontual, chama a atenção do quanto resiliência, assim como os elementos definidores de psicopatologia, são atribuídos por critérios normativos “que minimizam a significância da diversidade cultural e do posicionamento social” (p. 322, tradução nossa). A subversão desses valores, dentro de um modelo de ciência alheia a dinâmica social, muito provavelmente será categorizada como uma conduta desviante, e, portanto, “não resiliente”. Destarte, identidades fortalecidas por meio de atividades antissociais soarão como cacofonemas para as fundamentações teóricas mais ortodoxas de resiliência.

Desse modo, ao reconhecermos a existência de processos de resiliência em atividades que estão fora das normativas de aceitação social, estamos, também, desafiando a própria noção de resiliência que, historicamente, se apoiou em protótipos definidos arbitrariamente. Esse olhar nos convoca a reconhecer que realidades marcadas por segregação e privação de direitos podem redefinir as trajetórias que asseguram positividade pessoal, em termos subjetivos, que se diferem da lógica convencional.

Nesse campo de estudos polissêmicos e cheio de contrariedades, destacamos o trabalho de Ungar (2004a; 2007; 2008). Por meio de estudos interculturais e através de sua prática profissional, o referido pesquisador constatou a existência de certos comportamentos de adolescentes que fugiam dos parâmetros da normatividade. O autor revela que a maioria dos casos com esse perfil são encaminhados para algum tipo de intervenção, seja no campo da saúde (incluindo tratamento terapêutico e medicamentoso) ou enquanto intervenção educativa (formal e não formal). Contudo, acrescenta Ungar, parte significativa desses jovens não aderem as propostas e, surpreendentemente, demonstram, através de suas narrativas, poder, status e identidades fortalecidas por meio de atividades não convencionais.

Partindo dessas constatações, Ungar desenvolveu o conceito *Hidden Resilience* (2004), dentro de uma abordagem que ele define como construcionista, que em termos paradigmáticos, segundo o autor, difere-se dos modelos ecológicos propostos por boa parte dos estudos em resiliência. Assume, nessa obra, os estudos pós-modernos como referenciais epistêmicos que direcionam suas reflexões. No Brasil, o texto publicado por Libório & Ungar (2010) foi um importante material para a disseminação dessa proposta no contexto nacional. A primeira autora do texto, optou em traduzir o conceito como Resiliência Oculta, ou seja, “comportamentos específicos associados com perigo (*dangerous*), afastado dos padrões (*deviant*), delinquência e desordem (em inglês, os 4 Ds), que funcionam como caminhos não padronizados de acesso a saúde” (LIBÓRIO & UNGAR, 2010, p. 481).

Oportunamente, buscaremos um debate com a proposta elaborada por Ungar com relação ao aporte epistemológico utilizado para explicar as trajetórias de resiliência oculta. Por hora, queremos apenas destacar que consideramos seu trabalho de grande relevância social, por elucidar explicitamente a arbitrariedade dos modelos teóricos vigentes em classificar adolescentes e jovens como “não resilientes”, tendo como único parâmetro práticas discursivas que aprovam ou não determinadas condutas.

Tais considerações nos permitem afirmar que as predefinições de comportamentos como risco podem obscurecer nosso entendimento sobre as formas de expressão que alguns indivíduos encontram como estratégias de lidar com adversidades e formas de privação de seus direitos básicos. Assim, estudos que se comprometam com a perspectiva subjetiva de jovens em situação de exclusão podem colaborar na redefinição de conceituações definidas arbitrariamente (RIGBY & JOHNSON, 2004; RAY & CARTER, 2007; LANAS & CORBETT, 2011; MORRISON, NIKOLAJSKI, BORREO & ZICKMUND, 2012). Essa iniciativa fará ainda mais sentido em contextos demarcados por altos índices de desigualdade social, onde a precariedade de recursos e a impossibilidade de apropriação de bens culturais exigem formas alternativas de sobrevivência, muitas vezes obtidas apenas em atividades ilícitas ou de baixo prestígio social.

A partir dessas considerações, pontuamos que é necessário estabelecer críticas a perspectivas dos estudos de resiliência que se fundamentam em análises puramente desenvolvimentistas (em termos de desenvolvimento biológico) ou no plano do indivíduo (enquanto capacidades internas). É necessário que reconheçamos questões como identidades sociais e experiências coletivas que podem conduzir jovens aos processos de resiliência. Assim, expectativas ideológicas de juventude são elementos presentes em modelos teóricos da resiliência que minimizam nossa compreensão de realidades demarcadas por processos de exclusão social.

Bottrell (2009) investigou o cotidiano de jovens do sexo feminino que estão em situações tipicamente apontadas pela literatura como de risco psicossocial. Constatou duas visões de resiliência que emergiram na narrativa das adolescentes: o modelo clássico, alusivo à adaptação positiva, apesar de circunstâncias desfavoráveis, e a condutas inapropriadas, que se referem à manutenção de status social e de sentimento de pertencimento a grupos com estigma social. No segundo grupo, a pesquisadora verificou que mesmo criticando a sua própria maneira de ser, ou seja, com condutas atípicas a modelos convencionais, as jovens conseguem elaborar críticas circunstanciadas em regras sociais, ao preconceito por residirem em determinadas regiões da cidade, currículos escolares irrelevantes, falta de apoio para suas dificuldades de aprendizagem e professores descompromissados.

Compreendendo essas afirmações, Ungar (2004) explicita que através dos discursos de adolescentes rotulados como marginais ou desordeiros podemos encontrar processos e relações interpessoais que demonstram empoderamento e

expressões de fortalecimento subjetivo através dessas atividades. Pontua, ainda, que as narrativas coletadas noticiam uma crítica social, numa espécie de protesto contra as instituições, comunidades e serviços que são ofertados em seus contextos, mas que não trazem sentidos pessoais positivos.

A ênfase que estamos dando em aspectos subjetivos dos jovens não exclui ou minimiza a importância dos serviços de atendimentos a esses grupos. Ao contrário, as críticas elaboradas têm como objetivo central fornecer subsídios teórico-práticos para uma reflexão sobre o sentido que as instituições podem adquirir na vida de adolescentes e jovens (LIBÓRIO, 2011; HOWARD & JOHNSON, 2006).

Nessa direção, espera-se que este trabalho traga contribuições relevantes para a elaboração de políticas públicas, mas também seja utilizado por profissionais que estão na linha de frente do atendimento, tendo em vista que defendemos a subjetividade como uma construção social, e, portanto, mediada por todas as relações estabelecidas pelos sujeitos. A criação de rótulos por parte de profissionais que atendem adolescentes em situações de vulnerabilidade, por exemplo, corrobora na intensificação de formas de violência que esses grupos são vítimas. Na medida em que fazemos uma leitura imediatista de suas realidades, nomeando-os como “problemáticos”, estamos produzindo um estigma que repercutirá em várias esferas.

Nosso enfoque ratifica o valor do profissional e de seu poderio enquanto agente de mudanças, seja no campo da educação, saúde, direito, serviço social, psicologia ou áreas correlatas. Mas também robustece a perspectiva do quanto é necessário um conhecimento científico e social, atrelado com um engajamento político, que abata os discursos de senso comum que superficializam as realidades de exclusão de jovens e apontam suas condutas como naturalmente desviantes.

Queremos apenas acrescentar que, apesar de reconhecer a relevância do trabalho de pesquisadores como Ungar e Bottrell, respectivamente canadense e australiana, é necessário pontuarmos questões relativas ao próprio contexto de desenvolvimento dos jovens. O modelo político, econômico e social dos países de diferentes pesquisadores podem influenciar a compreensão das estratégias não convencionais de resiliência.

Ungar, por exemplo, em alguns momentos de seu livro publicado em 2004, afirma que o trabalho de intervenção com esses adolescentes deve privilegiar estratégias que apresentem ao sujeito novas formas de assegurar identidade pessoal, “sem precisar machucar outras pessoas” (p. 4, tradução nossa), referindo-se mais

especificamente a atos delinquentes, vandalismo, uso de substâncias psicoativas, início precoce de atividade sexual, entre outros. O autor aponta que, apesar de serem ofertados diferentes espaços para o engajamento desses jovens em atividades sociais, os mesmos recusam-se a participar e, voluntariamente, aderem a estilos e práticas não convencionais.

Levantamos como hipótese que, no caso dos jovens participantes do nosso estudo, as trajetórias alternativas de resiliência não se associam a escolhas. Nosso argumento é que, para parte deles, a participação no tráfico de drogas foi o único recurso disponível no contexto que ofereceu algo relevante subjetivamente e/ou em termos de acesso a bens materiais anteriormente inacessíveis.

1.4 O tráfico de drogas como expressão de resiliência na adolescência

O contexto de adolescentes e jovens que participaram desse estudo é demarcado por uma realidade que expressa as injustiças sociais, tipificados pela lógica do modelo de organização vigente que tem em seu bojo os processos de exclusão como centrais na perpetuação de seu modelo. Ao invés de oferecermos uma educação de qualidade e a apropriação dos bens culturais construídos historicamente pela humanidade, ofertamos aos jovens cada vez mais a possibilidade de se sentirem encarcerados, oprimidos e descartáveis (GIROUX, 2002; ARMSTRONG, 2006). A esses fatores, soma-se, não raramente, a persistente ideia de uma impossibilidade de superação da condição de miserabilidade, restando para muitos, apenas aquilo que, arbitrariamente, define-se como antissocial.

Nessa direção, a falta de sentidos em atividades educativas, bem como a inutilidade de programas sociais, é, muitas vezes, suprida por um senso de pertencimento que só foi encontrado por meio do engajamento em atividades ilícitas, com a formação de grupos que compartilham histórias de vida similares. O encontro com pessoas na mesma condição pode ser vantajoso, no sentido de favorecer a criação de relações significativas, mesmo que para isso, seja necessário assumir o estigma de “desajustados”. Desse modo:

[...] o socialmente definido como resultado desejável pode ser subjetivamente definido como indesejável, enquanto o que socialmente definido como resultado indesejável pode ser definido subjetivamente como desejável. Do ponto de vista do sujeito, o individual pode estar manifestando resiliência, enquanto do ponto de

vista social, o indivíduo pode estar manifestando vulnerabilidade (KAPLAN, 1999 apud BOTTRELL, 2009, p. 330, tradução nossa).

A escolha da população participante desse estudo não foi aleatória. Ao contrário, optamos em trabalhar com adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas por reconhecermos que essas atividades constantemente desafiam as políticas públicas e os programas educativos. Além disso, profissionais que atuam no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas relatam o aumento expressivo desse segmento nessas atividades.

Armstrong (2006) aponta que as pesquisas realizadas com jovens envolvidos no crime são baseadas em correlações estatísticas que superficializam a realidade dessa população, uma vez que a perspectiva criminológica desconsidera por completo a perspectiva dos jovens, bem como de outras forças que auxiliam na anulação do debate sobre a construção social dos indicadores de risco. Para autor, surge a necessidade de uma nova abordagem de pesquisa que:

[...] envolve um foco na experiência biográfica dos indivíduos e na construção social de seus comportamentos; considera como crianças entendem e explicam suas próprias condutas; explora o mundo social, geográfico, cultural e histórico em que a vida desses sujeitos recebem sentido, bem como as relações de poder que são ostentadas nos relacionamentos em que esses jovens são envolvidos (ARMSTRONG, 2006, p. 274, tradução nossa).

Outros estudos sobre a temática, embora completamente distintos enquanto proposição teórica e caminhos metodológicos revelam a complexidade do contexto de jovens que de alguma forma se inseriram na comercialização de substâncias psicoativas (MCLENNAN, BORDIN, BENNETT, RIGATO & BRINKERHOFF, 2008; AGUILAR & JACKSON, 2009). Mas queremos destacar a pesquisa feita por Feffermann (2005), que em seu trabalho de doutoramento ouviu adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas, posteriormente denominados por ela como trabalhadores do tráfico. Em sua pesquisa, que leva em consideração tanto aspectos estruturais quanto subjetivos, ficou evidente o quanto para muitos dos participantes do estudo, obviamente oriundos de classes desfavorecidas socioeconomicamente, faltam-lhes oportunidades, seja de inserção no mercado de trabalho ou no que tange aos índices satisfatórios de escolarização.

Por todo o processo de marginalização e pela evidente falta de oportunidades, esses adolescentes precisam fazer uso de mecanismos não convencionais

de reconhecimento que supram expectativas muitas vezes inalcançáveis dentro uma lógica que os rotula como marginais. Dentro do tráfico, mesmo reconhecendo os riscos de morte vividos diariamente, muitos acabam encontrando elementos de valorização da atividade desenvolvida. Isso sem falar que esta atividade acaba se tornando a única possibilidade de geração de renda, mobilidade de classe, ou pelo menos, de suprimento de uma condição miserável de subsistência.

Em uma sociedade que hipervaloriza o consumo, produzindo a necessidade de acessar bens manufaturados, é compreensível que adolescentes e jovens, que foram altamente estimulados a participar desse mercado, ambicionem, de alguma forma, a obtenção de tais produtos. Na impossibilidade da compra por meios convencionais, ou seja, acumulando capital suficiente por meio do trabalho, alguns desses indivíduos partirão para estratégias alternativas. O tráfico de drogas torna-se, então, atrativo para esse segmento.

O envolvimento do tráfico de drogas exige cada vez mais que os adolescentes se envolvam na dentro de uma lógica mercadológica própria. Assim, mais do que adquirir uma identidade, o adolescente precisa mantê-la (HOWARD & JOHNSON, 2000a; HOWARD & JOHNSON, 2000b). Para tanto, precisa cada vez mais recorrer a recursos que expressam poder e o colocam numa condição de prestígio dentro dessa teia de relações (FRANCE, BOTTRELL & ARMSTRONG, 2012; DAVIDSON & TAYLOR, 2007; RUBENSON, LI THI, HÖJER & JOHANSSON, 2005).

Diante da complexidade dessa temática, endossamos o posicionamento de Bottrell (2007), que sugere que o trabalho com adolescentes opere multi-direcionalmente. Mas, em primeira instância, é necessário invalidar ou amenizar as representações desses sujeitos enquanto improdutivos ou sem valor para a sociedade, muitas vezes produzidas pelos próprios profissionais que atendem esses jovens. Isso exige um olhar e uma atuação para além do nível individual ou das conclusões obtidas do comportamento observável, passível de descrição. É fundamental entender os caminhos e o sentido pessoal que levam jovens a realizar atividades que estão fora das normativas sociais, atentando-se para os discursos dominantes e forças hegemônicas que objetivam a manutenção da desigualdade.

O descrédito nas iniciativas governamentais e na própria forma de organização social, produzida deliberadamente nesses jovens, atrelado à inacessibilidade a recursos educativos adequados e uma baixa apropriação dos bens culturais, forma, numa espiral contínua, sujeitos alheios a participação política. Esse

distanciamento intencional inviabiliza a formação de grupos sociais que possam reivindicar de maneira sistemática e objetiva seus próprios direitos.

Portanto, fica evidente que a falta de suporte e recursos necessários para o bem estar de uma pessoa pode conduzi-la a uma situação que socialmente não é bem quista, como o tráfico de drogas. Além disso, é bem verdade que essa atividade, na ausência de mecanismos convencionais, pode trazer algum benefício para o adolescente, seja no campo material, fortemente demarcado por questões de desigualdade sociais, ou subjetivas, na medida em que a carência e ineficiência de relacionamentos com outras pessoas e instituições levam a atitudes não convencionais, produzindo, portanto, formas de resiliência oculta.

Nosso intuito não é fazer apologia ao tráfico de drogas. Mas por meio do reconhecimento das demarcações de realidades injustas e opressivas, precisamos abandonar posturas moralistas e devemos reconhecer que a precarização de recursos, a ineficiência de políticas sociais e a ausência de formas de relacionamentos significativos, muitas vezes, conduzem crianças e adolescentes a situações que não são socialmente aceitas, mas que acabam gerando sensação de bem estar, de pertencimento e autoestima, suprimindo, portanto, algo que não foi encontrado em espaços como a família, escola, comunidade, igreja, e certamente, nas políticas públicas em geral.

1.5 Redimensionamento da problemática do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas

A adolescência se configura como um período do desenvolvimento humano caracterizado por mudanças intensas, seja do ponto de vista das transformações orgânicas, da condição psicológica ou das expectativas sociais. Contrariando as perspectivas naturalistas, compreendemos a adolescência como uma construção social. Isso quer dizer que ela nem sempre existiu, mas configura-se como uma invenção da sociedade moderna.

As narrativas que atribuem a esse grupo identidades rígidas (tais como pessoas problemáticas, rebeldes sem causa, desordeiros, etc.) estão embasadas em modelos explicativos que desarticulam os sentidos históricos e culturais produzidos pela humanidade para diferentes grupos etários (BOCK, 2007; OZELLA, 2003). Podemos dizer que adolescência não é uma categoria que sempre existiu, mas que foi criada em determinado período histórico para o atendimento de demandas específicas, seja pela

necessidade de estender o período entre escolarização e mercado de trabalho ou até mesmo pelas transformações nos modelos familiares (OZELLA; AGUIAR, 2003).

Tais considerações são importantes para auxiliar na compreensão dos mecanismos sociais que conduzem adolescentes a se envolverem em atividades ilícitas. Entender a adolescência como uma construção social permitirá uma visão não homogeneizada e universalista das trajetórias de vida dos adolescentes que participaram desse estudo. A complexidade dos contextos de vida de pessoas que aderem ao tráfico de drogas só é analisada de forma consistente quando submetidas à compreensão de formas de existência e significação da realidade que se pautam a partir de estruturas sociais mais amplas (MONDINI, 2011).

A problemática do envolvimento de adolescentes e jovens na comercialização de substâncias ilícitas é um tema complexo. A compreensão desse fenômeno, bem como as possibilidades de intervenção, exige análises profundas, sistematizadas e não estereotipadas da realidade dessa população. Se por um lado os meios de comunicação em massa têm investido no processo de criminalização descontextualizada desses adolescentes (MESTRE; LEITE; ASSIS, 2014; ESPÍNDULA; ARANZEDO; ZEIDI ARAÚJO; MENANDRO; BERTOLLO; RÖLKE, 2006), produzindo representações sociais distorcidas e acríticas, a universidade e os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento ficam praticamente alheios a esse debate. Prova disso é a escassez da produção científica nessa temática, tendo como desdobramentos a oferta de serviços que ficam desalinhadas às necessidades e interesses desses grupos.

A condução de pesquisas com adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas é algo bastante desafiador, tendo em vistas as dificuldades de acessar essa população e as questões éticas na divulgação de informações concernentes a essa realidade. O resguardo de informações sigilosas do mundo do tráfico por parte dos adolescentes, bem como as políticas repressivas que operacionalizam seu enfrentamento são algumas das variáveis que devem ser levadas em consideração nesse tipo de empreitada investigativa.

Assim sendo, em primeira instância é fundamental desmistificar alguns tabus que perpassam o imaginário social sobre o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas. A adesão desse segmento não é ao acaso. Tampouco podemos afirmar que se trata de pessoas desprovidas de valores morais ou, ainda, sujeitos que optam por um estilo de “vida fácil”. É necessário compreender o atual modelo de

organização social que estabelece relações assimétricas de poder, utiliza mecanismos exploratórios do ser humano e coisifica o outro para a manutenção de *status* e obtenção do poder.

Podemos relacionar uma série de exemplos que mostram como o envolvimento de adolescentes no tráfico é uma situação emblemática. A população, de forma geral, costuma se sensibilizar e mostrar indignação para formas de violação de direitos de crianças (como nos casos de abuso sexual, maus tratos e negligência). Quando deslocamos esse raciocínio para a adolescência, existe uma espécie de demérito na questão. Na verdade, estamos diante da falta de reconhecimento dos direitos dessa população. O sujeito deixa de ser vítima e se torna criminoso, sem se levar em consideração outros fatores que estão associados a essa realidade.

O envolvimento em atividades ilícitas durante a adolescência, incluindo o tráfico de droga, traz demarcações claras de grupos étnicos e quanto ao pertencimento de classe social (SANTIAGO; WADSWORTH, 2011; STUMP STEVENS; MORASH; PARK, 2011; SPANO; BOLLAND, 2013). Acreditamos que sujeitos oriundos de classes populares estão mais expostos a possibilidades de iniciação nesse mercado altamente lucrativo. E mais, não seria precipitado afirmar que quanto mais privado de acesso a recursos sociais de qualidade, incluindo educação, saúde, assistência e habitação, maior probabilidade na prevalência de inserção de adolescentes em atividades vinculadas ao tráfico.

A questão da insuficiência de renda para as famílias desses adolescentes não é o único fator que colabora no engajamento ao tráfico, mas sim os aspectos relativos às múltiplas facetas de formas de desigualdade que se perpetuam na sociedade contemporânea (SHOOK; VAUGHN; SALAS-WRIGHT, 2013), tornando pessoas suscetíveis a mecanismos exploratórios. Diante desse cenário, alguns grupos se rebelam contra essas dinâmicas por meio de ações consideradas violentas e estabelecem ações como forma de receber notoriedade e reconhecimento.

Carreteiro (2003), ao abordar essas temáticas, destaca que alguns indivíduos passam por um processo de sofrimento social, demarcado por formas de invisibilidade, depreciação e invalidação de suas subjetividades. Na mesma direção, Sawaia (2001) fala sobre um sofrimento ético-político, onde marcas são deixadas nas pessoas submetidas a diferentes formas de injustiças sociais. Entendemos que uma das poucas estratégias viáveis para o rompimento com essas formas de sofrimento é assumir identidades que estão fora das prerrogativas de aceitação social. Os adolescentes,

mesmo sabendo dos riscos que acompanham o tráfico, aderem essas atividades como forma de enfrentamento às condições de subalternidade impostas em seus cotidianos.

Portanto, é imprescindível abondar posturas deterministas sobre a inserção de adolescentes no tráfico de drogas. Variáveis como personalidade e características hereditárias, quando utilizadas para explicar os interesses pelo engajamento nessas atividades, acabam se configurando como um desserviço para o enfrentamento dessa problemática, uma vez que atribuem rótulos às pessoas e minimizam a relevância do contexto de desigualdade social como elemento central na produção de atividades ilícitas na adolescência.

As abordagens desenvolvimentistas clássicas trazidas pela psicologia em termos do surgimento de comportamentos taxados como problemáticos ou antissociais também não conseguem explicar a multiplicidade de aspectos relativos ao envolvimento dos adolescentes em atividades ilícitas. Isso porque estabelecem padrões universalistas que negligenciam trajetórias pessoais e processos de subjetivação que não podem ser captados por escalas, instrumentos de mensuração de constructos psicológicos ou por atribuições arbitrárias que enquadram comportamentos.

Nessa mesma direção, atribuir culpa exclusiva à família também limita o debate. A utilização de expressões como famílias desestruturadas como causa-efeito do suposto insucesso de um adolescente desobriga outros setores da sociedade a se engajar na luta de garantia de direitos e no acesso de outros recursos que não sejam penosos e que não coloquem a vida dos adolescentes em risco (BRANCO, WAGNER & DEMARCHI, 2008; NARDI; DELL'AGLIO; 2012). O nascimento em determinado núcleo não pode visto como predestinação ao envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas.

Similarmente, a responsabilização exclusiva aos adolescentes pelo o envolvimento no tráfico de drogas mascara a escassez de oportunidades e a precariedade dos equipamentos sociais que eles têm oportunidade de acessar (CASTRO; GUARESCHI, 2008; MONDINI, 2011;). As trajetórias de escolarização deficitárias por um sistema falido, os projetos sociais que não dialogam com as culturas juvenis, as oportunidades de profissionalização desalinhadas com os interesses pessoais, as tramas familiares afetadas pelas dinâmicas do capitalismo e o Estado descompromissado com as políticas da juventude, são alguns dos elementos que se entrelaçam e corroboram para o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas e invalida proposituras teóricas que individualizam o problema.

Assim, pontuamos que é no contexto de barateamento de mão de obra, nos desdobramentos das taxas de desemprego, no bojo de políticas sociais inócuas, na rotina da espetacularização da vida, no imperativo do aparecer em detrimento do ser, no consumismo exacerbado como forma de pertencimento, da hipervalorização da tecnologia que substitui as relações humanas; é nessa conjuntura que o tráfico de drogas se estabelece e incorpora em suas dinâmicas os adolescentes provenientes de comunidades que vivenciam a privação dos direitos humanos.

Nesse cenário, as contradições ficam ainda mais evidenciadas e alguns valores são sedimentados. Honestidade e bandidagem deixam de ser antagônicos e passam a ser vistas como possibilidades de existência frente à barbárie imposta pelo capital que massacra a maior parte da população.

A lógica do tráfico de drogas se constrói sobre um modelo que intensifica a virilidade, a força física, o poder das armas. Os grandes traficantes surgem como poderosas figuras de identificação – eles secretam prestígio, respeito e dinheiro. Estes três signos consolidam poder e reconhecimento (CARRETEIRO, 2003, p. 63).

No Brasil, existem prerrogativas legais que garantem aos adolescentes condições de desenvolver suas habilidades de forma plena. Os documentos que regem as políticas sociais direcionadas para esse grupo, destaque ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecem parâmetros que versam sobre a garantia de direitos nas diversas áreas das políticas públicas. Esses documentos devem ser entendidos como uma conquista histórica dos movimentos sociais, uma vez que legitimam o compromisso do poder público e da sociedade civil no envolvimento de questões que assolam crianças e adolescentes. Todavia, sabemos que a efetividade desses compromissos é algo ainda a ser conquistado.

Com relação às políticas voltadas ao atendimento de adolescentes que tenham envolvimento em ato infracional, temos como marco a promulgação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que versa, sobremaneira, em relação aos parâmetros pedagógicos de atendimento para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O documento destaca que deverá ser privilegiadas medidas em meio aberto em detrimento de regimes de semiliberdade ou internação, tendo em vista a comprovação da ineficiência desses últimos.

É importante frisar que as leis citadas até aqui não servem apenas para garantir os direitos de adolescentes. É comum a divulgação de concepções errôneas que apregoam impunidade. Entretanto, existem normativas que estabelecem como os

adolescentes podem responder pelo cometimento de atos infracionais, a saber: a) recebimento de advertência; b) obrigação de reparar danos; c) prestação de serviços à comunidade (PSC); d) liberdade assistida (LA); e) inserção em regime de semiliberdade; f) internação em estabelecimento socioeducativo (CARVALHO; WEIGERT, 2012; CONANDA, 2006).

A aplicação de medidas socioeducativas deve, ainda, tomar precauções para que as instituições não se assemelhem a unidades prisionais (BRITO, 2007; MONTE; SAMPAIO, 2012; SALDOMBIDE; SILVA, 2013). O princípio da individualidade deve balizar as intervenções propostas para cada adolescente (por meio da construção do PIA – Plano Individual de Atendimento), respeitando seus interesses e potencialidades. Nesse sentido, toda ação organizada deve ter princípios pedagógicos que não estejam vinculadas a práticas massificadoras e violadoras dos direitos humanos.

Devemos considerar um avanço significativo para uma nação o estabelecimento de leis que asseguram os direitos de adolescentes que cometem atos infracionais, incluindo àqueles que se envolvem no tráfico de drogas. Uma perspectiva humanizada, com subsídios pedagógicos, pode implicar em mudanças significativas para esses sujeitos. Porém, sabemos que a efetividade dos serviços ofertados nas medidas socioeducativas requer reformulações profundas, que vão desde adaptações arquitetônicas, formação continuada das equipes técnicas e investimentos maciços na diversidade de recursos que sejam capazes de promover inclusão social (MONTEIRO, *et al.*, 2011; SOUZA; COSTA, 2012).

As ações socioeducativas voltadas para os adolescentes que tiveram envolvimento no tráfico de drogas talvez sejam ainda mais complexas. Os índices de reincidência, seja daqueles que cumpriram medidas em regime aberto ou fechado, abrem margem para o debate sobre os rumos das políticas sociais vigentes. Faz-se necessário, dessa maneira, buscar elementos explicativos, seja do ponto de vista teórico ou empírico, que tragam impactos substanciais para a implementação de iniciativas que operem contrariamente aos sentidos positivos que adolescentes construíram frente ao tráfico. Compreender as dinâmicas desse mercado pode nos auxiliar nessa jornada.

O caráter de clandestinidade associado à ilegalidade da venda de drogas formou, no Brasil e em diversos países do mundo, um mercado lucrativo que tem abarcado também crianças e adolescentes. Os benefícios financeiros provenientes dessa atividade são inúmeras vezes maiores que os salários obtidos dentro das atividades laborais disponíveis para esses segmentos (BESSA, 2010). No mercado convencional,

as condições indignas de trabalho, o sentimento de desespero e as tarefas alienantes que são ofertadas, não satisfazem uma parcela desses adolescentes, que acabam buscando atividades com menor prestígio social, mas que ao mesmo tempo trazem outras possibilidades de reconhecimento.

Também é necessário considerar que o tráfico permite que alguns adolescentes façam uso das substâncias que eles comercializam (MARTINS; PILLON, 2008). O nível de dependência é um aspecto problemático, uma vez que pode implicar em consumos abusivos que geram dívidas com traficantes e acabam em acertos de contas através de atos de violência e homicídios. Afinal, o temor às organizações do tráfico é algo que deve ser mantido para que as pessoas não sejam encorajadas a burlar as regras e agir fora das orientações dadas. Os adolescentes são instruídos de maneira incisiva sobre condutas que não são toleradas na cultura no tráfico.

Consideramos que envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas extrapola o acúmulo de capital financeiro. Na medida em que os processos de marginalização e exclusão ficam mais evidenciados, maiores são as probabilidades de surgirem atividades que desestabilizam a ordem almejada pela elite exploradora. O tráfico revela a perversão de um modelo social vigente e se torna atrativo para adolescentes que não conseguem encerrar ciclos de privação de direitos que se perpetuam intergeracionalmente. Feffermann (2006) pontua que:

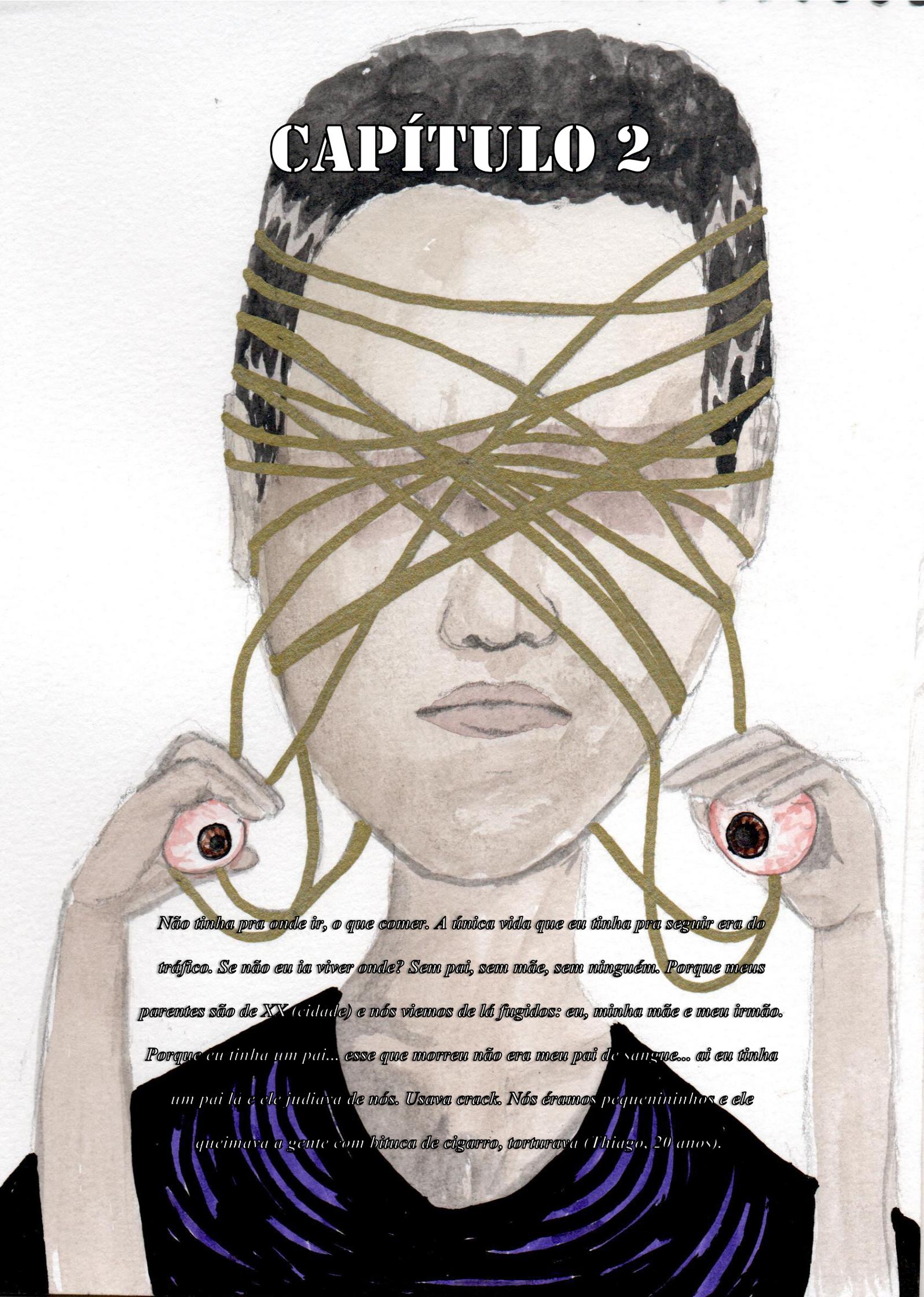
É uma quimera pensar que, num contexto de imensa desigualdade social, com grupos sociais muitos pobres, elevado índice de desemprego e de subemprego, os jovens, atraídos pela possibilidade de um ganho econômico, rápido, impossível de ser obtido no contexto socioeconômico vigente, serão intimidados com a mera perspectiva de punição penal, o que revela novamente a insuficiência do modelo repressor (p. 59-60).

Ainda assim, cabe salientar que o dinheiro obtido por adolescentes por meio do tráfico de drogas é ilusório se comparado às fortunas dos grandes traficantes e das facções criminosas. Os menores acabam fazendo a linha de frente para estas organizações, que por sua vez, tem sido alvo de poucas investigações e responsabilização no que se refere ao aumento do número de usuários das substâncias psicoativas.

As políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas envolvendo adolescentes contemplam uma série de discursos que deslegitimam os princípios de direitos humanos. Visões retrógradas propõem estratégias mirabolantes, que vão desde a

criação de territórios “invisíveis” para a comercialização e uso de entorpecentes, extermínios em massa e diminuição da maioria penal. Essas estratégias devem ser consideradas como medidas paliativas que não focalizam as dimensões históricas que solidificam o tráfico na vida de adolescentes. Trata-se de ações de caráter higienista, sectárias e pautadas em ideais neoliberais em sua forma mais perversa.

CAPÍTULO 2



Não tinha pra onde ir, o que comer. A única vida que eu tinha pra seguir era do tráfico. Se não eu ia viver onde? Sem pai, sem mãe, sem ninguém. Porque meus parentes são de XX (cidade) e nós viemos de lá fugidos: eu, minha mãe e meu irmão. Porque eu tinha um pai... esse que morreu não era meu pai de sangue... aí eu tinha um pai lá e ele judiava de nós. Usava crack. Nós éramos pequenininhos e ele queimava a gente com bituca de cigarro, torturava (Thiago, 20 anos).

CAPÍTULO II

ESTUDO I

O objetivo desse estudo é averiguar os indicadores de proteção presentes no contexto de adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas, articulando o material empírico coletado com discussões que apontem como as instituições podem se configurar como espaços protetivos (ou não) na adolescência.

Antes de apresentarmos os procedimentos metodológicos, gostaríamos de enfatizar que essa pesquisa foi conduzida com foco na valorização de um processo dialógico e colaborativo com outros atores sociais, especialmente pesquisadores mais experientes sobre a temática em questão¹, e com profissionais que atendem adolescentes que apresentam essas demandas. O pesquisador responsável pelo estudo, bem como sua orientadora, tem um contato direto com a rede de proteção de crianças e adolescentes da região onde moram atualmente e participam ativamente de espaços deliberativos e eventos de formação continuada de profissionais da área da educação, saúde e inseridos no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Em vários desses momentos, o objeto de estudo dessa pesquisa pôde ser apresentado e debatido por essas pessoas, estabelecendo, desse modo, momentos de enriquecimento da proposta e o reconhecimento da necessidade de alterações metodológicas com vistas às próprias problemáticas postas à realidade investigada. Estabelecemos como princípio que os resultados dessa investigação devem estar alinhados com o enfrentamento de questões que assolam adolescentes e jovens submetidos à situação de privação de seus direitos. Nesse sentido, a produção do conhecimento que se busca ao elaborar essa tese está intimamente associada ao engajamento social e à militância na área da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

¹ Agradecemos as contribuições dos pesquisadores Dorothy Bottrel (Victoria University), Michael Ungar (Dalhousie University), Michel Born (Universidade de Liège), Natalie Bolzan (University of Western Sydney), Fran Gale (University of Western Sydney), Andrew Martin (University of Sydney) e Derrick Armstrong (University of Sydney). A redefinição dos procedimentos desse estudo se deve aos diversos momentos de discussão nos encontros realizados durante a realização de estágio no exterior, bem como nos congressos internacionais que tivemos a oportunidade de nos encontrarmos.

2.1.1 Participantes

Participaram desse estudo 565 adolescentes, entre 12-20 anos de idade, (M = 16,01; DP = 1,548), de ambos os sexos (56,3% do sexo masculino) e que recebiam atendimentos em 4 contextos institucionais que oferecem serviços diversificados as populações. As instituições foram: a) Duas instituições de semiliberdade de duas cidades de médio porte localizadas no interior do estado de São Paulo (C1 e C2); b) Centro de referencia especializado em assistência social (CREAS) de município de médio porte localizada em outra cidade do interior de São Paulo (C3); c) Projeto social voltada para crianças e adolescentes (localizada em C3); d) Escola pública estadual (C3)².

Optamos em conduzir a pesquisa com diferentes populações, pois um dos instrumentos utilizados na coleta de dados, cujos resultados culminaram na elaboração desse estudo, se refere a uma ferramenta criada especificamente para essa pesquisa. Desse modo, em alinhamento com o objetivo central desse estudo, precisávamos estabelecer análises comparativas entre populações de adolescentes com e sem envolvimento no tráfico de drogas, com o intuito de averiguar possíveis diferenças nos indicadores de risco e proteção em seus contextos, bem como na avaliação dos processos de resiliência.

Nossa amostragem incluiu segmentos expostos a diferentes indicadores de risco psicossocial. A literatura aponta para a necessidade de estabelecermos claramente quais seriam os indicadores de risco potencial para analisarmos a maneira com que os processos de resiliência ocorrem (RUTTER, 1987; 1993; MASTEN; 2014). Em outras palavras, estudos sobre resiliência só são possíveis de serem conduzidos quando existem hipóteses sobre os efeitos negativos que determinados eventos podem ocasionar na vida das pessoas.

Além disso, nosso compromisso, enquanto militantes e pesquisadores, tem sido com grupos submetidos a riscos, sobretudo crianças e adolescentes expostos a diferentes mecanismos de violência, exclusão e violação de seus direitos. Fazemos apenas a ressalva de que nessa pesquisa será enfatizada a temática do tráfico de drogas,

² A pesquisa de campo foi realizada em três cidades de médio porte localizadas no interior do estado de São Paulo. Com o objetivo de não identificar esses espaços e preservar o compromisso de sigilo estabelecido com os participantes, utilizaremos os códigos C1, C2 e C3 para diferenciá-las.

sendo que análises específicas com outras populações poderão ser realizadas em trabalhos futuros.

2.1.2 Contextualização das instituições

Organizamos uma breve descrição das instituições que participaram do estudo, bem como apontamos o número de participantes recrutados em cada um desses contextos e os indicadores de risco social aos quais estavam expostos. Cabe salientar, que essa contextualização não é feita nos estudos subsequentes, por se tratarem dos mesmos *locus* de pesquisa, alterando, contudo, os procedimentos e técnicas utilizadas.

- a) *Instituições de semiliberdade*: participaram 27 adolescentes do sexo masculino, entre 14-20 anos de idade ($M = 17,5$; $DP = 3,223$), que são atendidos em instituições de semiliberdade vinculadas à Fundação Casa do estado de São Paulo. Trata-se de uma modalidade de medida socioeducativa, que pode ser aplicada desde o início ou como um movimento transitório para o meio aberto, em que o adolescente deve engajar-se em atividades sociais na própria rede de proteção. Os sujeitos da pesquisa desenvolviam uma série de atividades acompanhadas, como participação em projetos sociais, programas de esporte e profissionalização, frequentavam escolas regulares, entre outros, mas retornavam para a instituição após cada uma das atividades. Os horários de entrada e saída são rigorosamente acompanhados na instituição e em cada um dos equipamentos sociais que eles acessam. Caso os adolescentes cumpram todas as tarefas e não apresentem problemas durante a semana, eles podem ir para suas casas aos finais de semana, tendo que retornar no domingo a noite ou na segunda pela manhã, dependendo da cidade de origem. É fundamental acrescentar que todos os participantes desse grupo cumpriam medida socioeducativa por envolvimento no tráfico de drogas.
- b) *Centro de referencia especializado em assistência social (CREAS)*: o grupo foi constituído por 21 adolescentes de ambos os sexos (85,7% do sexo masculino), entre 13-19 anos ($M = 18,10$; $DP = 1,586$). Esse serviço é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município e conta com equipe técnica especializada em atendimento de adolescentes com envolvimento em ato infracional. Os participantes estavam em cumprimento de medida

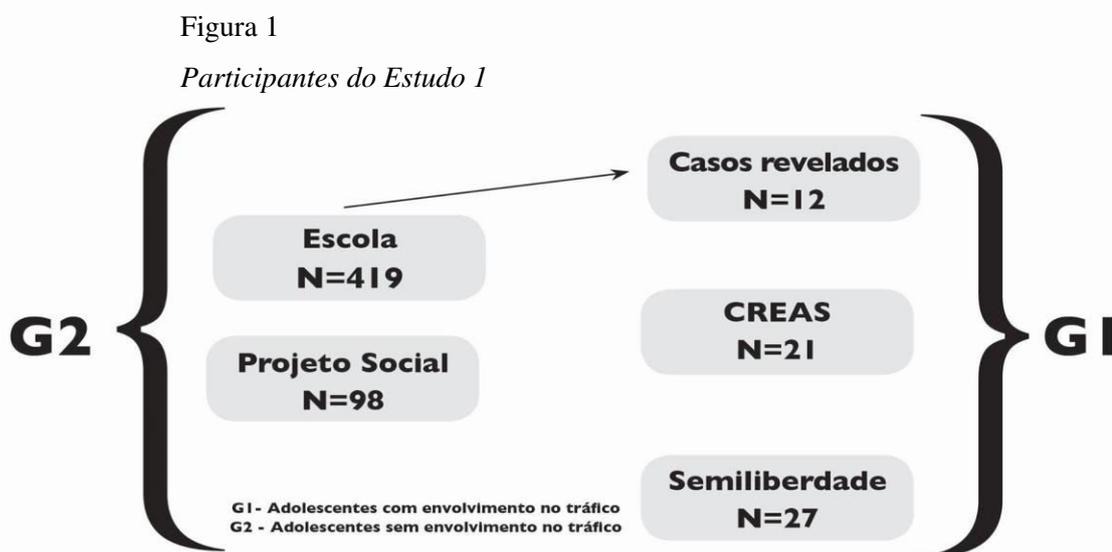
socioeducativa do tipo prestação de serviço à comunidade (PSC), que consiste em atividades desenvolvidas na comunidade de acordo com as aptidões do adolescente, ou liberdade assistida (LA), que designa um técnico para acompanhar o adolescente durante um período de, no mínimo, seis meses. Nessa amostragem também só inserimos casos de adolescentes que foram encaminhados para a instituição por envolvimento no tráfico de drogas.

- c) *Projeto social*: amostragem é composta por 98 adolescentes, entre 12-17 anos (M = 15,45; DP = 1,091), de ambos os sexos (52% do sexo feminino). A instituição atende crianças e adolescentes que residem em diferentes regiões da cidade e que estão submetidos a diferentes indicadores de risco social, entre eles, trabalho infantil, extrema pobreza, negligência e abandono, histórico de violência intra/extra familiar (sexual, psicológica e física) e exposição ao tráfico de drogas. Os recursos e a coordenação também estão ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social do município. Às crianças e adolescentes desse projeto são ofertadas atividades culturais e esportivas no período contrário ao escolar.
- d) *Escola pública estadual*: participaram 419 adolescentes do ensino fundamental e médio (54,2% do sexo masculino), com idades entre 13-19 anos (M = 17,92; DP = 1,311). A escolha dessa instituição foi intencional, pois fica situada próxima à universidade a qual o pesquisador estava vinculado e facilitou o acesso para a coleta de dados. Além disso, existem levantamentos estatísticos³ que comprovam que a unidade escolar está situada em uma região com altos índices de exclusão e vulnerabilidade social. O principal critério de inclusão foi apresentar o Termo de Consentimento Livre e esclarecido assinado pelos responsáveis legais.

Após aplicação do instrumento junto aos adolescentes que frequentavam as instituições supracitadas, foi possível criar dois grupos: 1) Adolescentes em envolvimento no tráfico de drogas (G1); 2) Adolescentes que nunca tiveram envolvimento no tráfico (G2). É importante salientar que as aplicações no contexto escolar revelaram 12 casos de envolvimento de adolescentes no tráfico, de modo que esses sujeitos foram incluídos no G1. A Figura 1 sintetiza o número de

³ Dados obtidos junto ao Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP).

participantes, as vinculações institucionais e a definição dos grupos que compuseram o material de análise.



2.1.3 Instrumento: “Indicadores de proteção na adolescência associados à resiliência” (IPAAR) (Anexo B)

Trata-se de um instrumento criado pelos proponentes dessa pesquisa, que possibilita que adolescentes expressem suas percepções em relação aos serviços de atendimento e instituições disponíveis em seus contextos, de modo que seja possível averiguar a presença de indicadores de proteção que podem se configurar como viabilizadores de processos de resiliência. A seleção dos serviços e instituições elencados para compor as seções desse material baseou-se na literatura da área (que os identificam como espaços de proteção) e nos direitos das crianças e adolescentes preconizados no ECA. Desse modo, constam no questionário itens que avaliam a perspectiva dos sujeitos com relação ao papel dos serviços e programas voltados ao público adolescente, associados às políticas governamentais de educação, saúde, assistência social e na área jurídica, bem como aqueles oferecidos por organizações governamentais, e ainda, as organizações família e igreja.

O instrumento tem 8 (oito) seções, sendo que a primeira parte inclui questões que levantam aspectos sócio-demográficos e as demais compostas por itens relacionados aos serviços e/ou instituições mencionados. A estrutura de cada item é idêntica ao modelo da escala Likert, sendo que as variáveis construídas levam em consideração aspectos (1) Individuais, (2) Relacionais, (3) Comunitários e (4) Sócio-

culturais presentes nas relações que adolescentes podem ter com a instituição (proposta inspirada nos trabalhos de LIEBENBERG; UNGAR; VAN DE VIJVER, 2012; LIEBENBERG; UNGAR; LEBLANC, 2013). Dessa forma, levantamos como hipótese que o questionário pode indicar processos de resiliência nos adolescentes a partir da interação com as instituições e serviços disponíveis em seus contextos.

Por não se tratar de um objetivo da pesquisa, o instrumento ainda não foi validado. Todavia, estão previstas a realização de análises fatoriais para procedermos com adequações no questionário e, com isso, disponibilizar esse material para pesquisadores brasileiros, objetivando o desenvolvimento de investigações futuras com a utilização de ferramentas que foram construídas levando em consideração o próprio contexto nacional.

2.1.4 Procedimentos

Análise de concordância de juízes, avaliação de profissionais e aplicação piloto

Os itens do questionário foram avaliados formalmente por juízes / pesquisadores brasileiros⁴ com comprovada experiência nesse campo investigativo. Utilizamos a técnica de validação do conteúdo, de forma que os itens do instrumento foram analisados por esses estudiosos quanto à Clareza de Linguagem, Pertinência e Relevância teórica:

Clareza de Linguagem: avaliação quanto aos vocábulos utilizados, atentando-se para questões relativas ao acervo linguístico de adolescentes, de 12 a 18 anos. Ressaltamos a complexidade dos casos, que poderiam abarcar populações com evasão escolar e defasagens em termos de apropriação de bens culturais.

Pertinência: verificação se os itens elaborados correspondiam fidedignamente os construtos que se pretendiam avaliar de forma clara e

⁴ Agradecemos aos professores Bernardo Monteiro de Castro / Universidade Federal de Minas Gerais, Débora Dalbosco Dell'Aglio / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maria Ângela Mattar Yunes / Universidade Federal do Rio Grande e Silvia Helena Koller / Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela análise cautelosa dos itens que compõe o questionário, bem como pelas recomendações feitas para a construção do mesmo.

sem dubiedades, possibilitando a captação da percepção sobre as instituições / serviços.

Relevância Teórica: análise das possíveis contribuições para o campo de estudo em que a pesquisa se insere, colaborando na produção de novos conhecimentos e na proposição de futuros recortes investigativos.

Após o recebimento da análise dos juízes, que incluía considerações quantitativas e qualitativas sobre os itens, foi aplicada a técnica de Coeficiente de Análise de Conteúdo, usando como critério a seguinte classificação:

	Pouquíssima	Pouca	Média	Muita	Muitíssima
Clareza da Linguagem	1	2	3	4	5
Pertinência					
Relevância Teórica					

Quadro 1.0 – Escala para avaliação dos itens em cada seção

Os itens que obtiveram média $\geq 0,80$ foram mantidos no instrumento. Àqueles com índices entre 0,70 e 0,79 foram reavaliados pelo pesquisador e, posteriormente, passaram por modificações, levando sempre em consideração as sugestões de mudanças apontadas pelos juízes. Os itens classificados $\leq 0,69$ foram automaticamente retirados do questionário.

Após essa etapa, o instrumento passou pela avaliação de pesquisadores vinculado ao grupo de pesquisa do responsável por esse estudo, coordenado pela orientadora, bem como foram realizadas dois encontros com profissionais do CREAS, objetivando a condução de um processo de análise e discussão com profissionais sobre a adequação do questionário. Nesses espaços, pudemos reavaliar alguns dos itens e proceder com a substituição de expressões e vocábulos que poderiam confundir os respondentes. Foi possível, também, inserir expressões mais condizentes com a realidade brasileira e articuladas com as políticas sociais vigentes.

Na etapa seguinte, realizamos a aplicação piloto do instrumento em uma escola pública, com adolescentes de um 8º ano do ensino fundamental, escolhido pela própria coordenação da instituição. A justificativa apresentada foi que se tratava de uma turma trabalhosa e que tinha baixo envolvimento com as atividades escolares. Queríamos verificar questões relativas à capacidade de compreensão dos itens, o tempo médio gasto e as eventuais dificuldades que surgiriam. Essa etapa foi realizada com um

grupo de pesquisadores que procederam com anotações rigorosas de todas as questões que apareceram na aplicação. Durante o processo de preenchimento, percebemos que poucas dúvidas apareceram. Ainda assim, optamos pela substituição de algumas expressões contidas nessa primeira versão do questionário.

Coleta de dados

As aplicações nas escolas foram realizadas em grupos que variavam de 15 a 25 alunos. Como o pesquisador não pôde contar com auxiliares de pesquisa, a maior dificuldade foi em turmas que tinham alunos com dificuldades de leitura ou com algum tipo de comprometimento cognitivo. No caso das aplicações no projeto social, os grupos eram menores (cerca de 5 a 10 adolescentes) e foram constatados maiores prejuízos em termos de apropriação da escrita e leitura, o que exigiu a redução do número de participantes nas aplicações.

No CREAS as aplicações foram feitas pela equipe técnica que recebeu um treinamento relativo à apresentação do projeto de pesquisa, noções básicas de pesquisa e realização de técnicas e procedimentos para aplicação de questionários padronizados. Nessa instituição, as aplicações se deram em grupos ainda menores ou conduzidas individualmente, sendo que em alguns casos os questionários foram lidos aos participantes que, em seguida, sinalizavam concordância ou não com os itens apresentados.

Nas instituições de semiliberdade as aplicações foram feitas pelo próprio pesquisador em grupos de três a quatro adolescentes ou individualmente (especialmente em situações que o participante apresentava baixo repertório de escolarização). Ainda assim, cabe destacar que a maioria dos participantes provenientes dessa instituição não tiveram dificuldades para responder aos instrumentos, demonstrando domínio e boa compreensão da língua escrita. Em conversas informais, alguns afirmaram que aprenderam a ler quando estiveram em unidades de internação.

Em média, os adolescentes levaram de 40 a 70 minutos para responder a dois instrumentos de pesquisa (o segundo será apresentado no Estudo II). Em alguns casos, percebemos que, de fato, esse processo se configurou como exaustivo para os participantes, o que tem demandado uma reflexão por parte dos pesquisadores sobre a necessidade de realizar alterações na estrutura do questionário.

Ressaltamos que durante o contato com os adolescentes, especialmente àqueles com envolvimento no tráfico, buscamos estabelecer uma relação

menos hierarquizada. Isso incluiu conversas informais antes dos procedimentos de pesquisa propriamente dito, participação nas refeições e realização de atividades dentro da instituição. Buscamos, também, estabelecer um contato respeitoso com os profissionais que atendem os adolescentes, valorizando as dinâmicas institucionais e os acordos estabelecidos previamente.

Reconhecemos que pesquisas com populações em situação de risco devem priorizar o estabelecimento de relações significativas com os participantes. Ceconello e Koller (2003) e Moraes (2009) apresentam propostas de pesquisas relevantes que foram conduzidas no contexto nacional e utilizaram a inserção ecológica proposta por Bronfenbrenner (1996). Em nosso estudo, tais procedimentos não foram possíveis de serem replicados, tendo em vista que tivemos que adequar nossa proposta metodológica às instituições participantes, o que exigiu uma série de negociações com o comitê de ética em pesquisa, a diretoria da Fundação Casa e até mesmo o poder judiciário. Mas ainda assim destacamos a importância do estabelecimento de relações proximais que favoreçam uma compreensão mais assertiva do contexto de vida dessas populações.

2.1.5 Análise dos dados

Os dados passaram por um processo de tabulação e, posteriormente, foram realizados testes descritivos (média, moda, mediana, desvio padrão) de cada uma dos itens propostos nas diferentes seções do questionário e do inventário. O software utilizado foi o SPSS, versão 21.0. As tabelas privilegiaram análises comparativas entre adolescentes que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas por envolvimento no tráfico (G1) e àqueles que frequentam escolas regulares e projetos sociais (G2). Foi utilizado o teste qui-quadrado de Pearson para testar a hipótese de duas variáveis independentes para verificar se, de fato, existe a independência entre as categorias, ou seja, a não significância mostra que as categorias dessas variáveis não é determinante para a classificação dos grupos. Nas Tabelas apresentadas de forma numérica, foi utilizado o test t de student com o propósito de verificar diferença estatisticamente significativa entre as médias dos grupos. Já nas Tabelas que apresentavam diversas variáveis, foi aplicado o teste ANOVA para verificar o nível de significância entre os grupos, analogamente ao teste qui-quadrado. Optamos em inserir

o nível de significância adotado, bem como especificar o teste utilizado em todas as Tabelas.

2.1.6 Considerações Éticas sobre a pesquisa

As questões éticas dessa pesquisa talvez tenham se configurado como um dos pontos mais desafiadores para o pesquisador. Pelas características dos participantes, em relação ao envolvimento no tráfico de drogas, diversos entraves surgiram no percurso metodológico, o que exigiu a criação de espaços de diálogo e negociação.

O estudo tomou como referência todas as normativas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde que estabelece, através da portaria 466/2012, as diretrizes para a condução de trabalhos científicos que envolvam seres humanos. Desse modo, após a organização de toda a documentação exigida, incluindo os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, os Termos de Assentimento (entregues para os adolescentes), as autorizações dos dirigentes das instituições participantes, entre outros, o Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, emitiu parecer favorável para a realização do estudo (CAEE 26468714.0.0000.5402).

O primeiro parecer recebido pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos acarretou uma série de atrasos e contratempos. Uma das solicitações foi de que os possíveis participantes levassem para seus responsáveis os questionários utilizados na pesquisa, sendo que os mesmos deveriam rubricar todas as páginas do questionário e assinar o TCLE's, como condição para participação no estudo. Exigências como essa precisaram ser problematizadas com o respectivo comitê, uma vez que tal procedimento poderia implicar em respostas enviesadas.

O projeto e as etapas metodológicas ainda tiveram que sofrer uma série de adaptações para se adequar as exigências das instituições frequentadas pelos participantes. Além do atendimento das requisições postas por portarias específicas, uma série de reuniões foi agendada em outras cidades para a explanação da proposta de pesquisa e dos possíveis benefícios. Até mesmo as autorizações de comarcas judiciais tiveram que ser providenciadas. É importante destacar esse aspecto, pois os pesquisadores que se interessam por essa temática devem estar atentos para as questões legais que esse tipo de investigação demanda, exigindo intensa flexibilidade, tanto do

ponto de vista de cronograma de execução do projeto, quanto das propostas traçadas inicialmente.

Toda a documentação organizada para o atendimento das questões éticas da pesquisa é apresentada no Anexo A.

2.2 RESULTADOS

Os dados obtidos nesse estudo foram organizados de acordo com os contextos apresentados no instrumento e permitirão que o leitor tenha uma compreensão de como esses espaços (escola, família, religião, projetos sociais, programas de saúde, sistema correccional e comunidade) se configuram como protetivos ou não na vida dos adolescentes com envolvimento no tráfico, a partir de análises comparativas com as demais populações. Cabe salientar, que algumas das questões admitiam que os participantes assinalassem mais de uma alternativa, caso fosse necessário. Existem, ainda, situações em que os respondentes cometiam erros ao marcar uma resposta (circulando duas alternativas na mesma questão, por exemplo), ou ainda deixavam em branco alguns espaços. Esses dados são considerados perdidos (*missing*) e explicam o motivo de algumas tabelas não contemplarem toda a população.

Com relação ao pertencimento étnico dos participantes, no G1, 56,9% se autodeclararam pardos, 17,6% negros e 17,6% brancos. Para G2, encontramos que 42,3% se identificam como pardos, 35,1% brancos, 12,4% negros, 2,4% mistura de etnias, 1,1% indígenas e 0,4% orientais. Desse modo, entendemos que no G1 há predominância de pessoas que se declaram afrodescendentes.

Por se tratar de uma análise sobre os indicadores de proteção associados aos contextos institucionais, enfatizamos, na apresentação dos resultados, os valores encontrados na coluna “Concordo” (sobretudo nas Tabelas de número 6, 8, 11, 14, 17, 22 e 25), que representa maior positividade dos adolescentes em relação às instituições, portanto, associados a indicadores protetivos de desenvolvimento. Quando avaliamos relevante, também recorremos aos índices encontrados nas outras colunas.

As Tabelas que são apresentadas com o *layout* da página na posição horizontal têm uma característica que deve ser esclarecida ao leitor, pois trazem implicações teóricas relevantes. Tal como apresentado na metodologia desse Estudo, no item Instrumentos, levamos em consideração que os espaços de proteção devem ser compreendidos sob diferentes aspectos. Nesse trabalho optamos em definir esses

elementos como “domínios desenvolvimentais”, que se apoiam em aspectos Individuais, de Relacionamentos, Comunitários e Culturais (como já referido, nos inspiramos nas terminologias apresentadas por LIEBENBERG; UNGAR; VAN DE VIJVER, 2012; LIEBENBERG; UNGAR; LEBLANC, 2013). Desse modo, as estruturas das Tabelas 6, 8, 11, 14, 17, 22 e 25, apresentam um modelo interno vinculado a esses pressupostos. Essa subdivisão nos permitiu elaborar algumas análises de forma mais integralizada e abrangente. A Tabela 1 sumariza a definição que construímos, bem como aponta para as letras que são representativas desses domínios e a demarcação de cada uma delas na estrutura das tabelas.

Tabela 1

Domínios Desenvolvimentais e seus respectivos conceitos

Domínio Desenvolvimental	Itens nas Tabelas	Definição
Individuais	A, B, C	Recursos internos que o sujeito apresenta que podem ser facilitadores de mecanismos que o fortaleça mediante adversidades. Contrariando os paradigmas hegemônicos, entendemos que mesmo as capacidades individuais, assim como os elementos mais subjetivos que identificamos, são provenientes de relações sociais e da materialidade da vida.
Relacionamentos	D, E, F	Consiste em vínculos interpessoais que são favorecedoras de positividade pessoal, autoestima e, em muitos casos, sentimento de acolhimento. São acompanhados por aspectos afetivos relevantes para o indivíduo, diversificando os segmentos de onde essas pessoas são provenientes.
Comunitários	G, H, I	Relaciona-se com as formas de organização social que são possíveis a partir da formação de grupos na comunidade e que pautam suas ações em torna da coletividade. Refere-se também a utilização de diferentes recursos disponíveis no contexto para o enfrentamento de problemáticas locais, fomentando o sentimento de pertencimento.
Culturais	J, K, L	Conjunto de ideias da cultura que são incorporadas, ocasionando representações sociais e conjuntos ideológicos que podem trazer dimensões positivas para o sujeito, que passa a vislumbrar novos projetos, alimentar o sentimento de esperança e de ideias positivas com relação a si mesmo.

2.2.1 Contexto escolar

Iniciamos a apresentação dos resultados com os dados obtidos na seção que continha questões relativas ao contexto escolar. Apenas um sujeito do G2

afirmou não frequentar nenhuma escola regular na época em que o questionário foi preenchido. Esse adolescente é pertencente à amostragem extraída do projeto social. Em contrapartida, no G2, 43,3% dos adolescentes com envolvimento no tráfico não estavam matriculados em escolas. Esse dado é inquietante, tendo em vista que tanto a medida de semiliberdade quanto liberdade assistida exige do adolescente a frequência escolar. Podemos inferir que alguns sujeitos estejam em descumprimento com a medida socioeducativa aplicada. Nesse universo, 50,0% dos participantes deixaram de frequentar a escola há menos de um ano, 26,9% há um ano, 3,8% dois anos e 19,2% há mais de três anos.

A Tabela 2 mostra os motivos apresentados pelos adolescentes para não frequentarem mais a escola. Em primeiro lugar, aparece a justificativa de que não gostavam de ir (51,9%). Em seguida, com 29,6% do total, assinalaram que outros motivos provocaram a evasão da instituição, que talvez possa ser explicado pela aplicação de medida de internação que alguns dos participantes haviam recebido. As opções “não passava de série”, “terminou os estudos”, “foi “expulso permanentemente” e “não existem escolas no bairro” apareceram numa proporção inferior, respectivamente, 7,4% e 3,7 para as restantes.

Tabela 2

Motivo por não frequentar a escola

Motivo por não frequentar a escola	G1
	n (%)
Terminou os estudos	1 (3,7)
Fui expulso permanentemente	1 (3,7)
Não gostava de ir à escola	14 (51,9)
Não existem escolas no bairro	1 (3,7)
Não passava de série	2 (7,4)
Outros	8 (29,6)

Os participantes tiveram a oportunidade de avaliar a qualidade das escolas que já tinham frequentado. Mesmo os adolescentes que não estavam frequentando uma escola na época em que a pesquisa de campo foi realizada puderam responder essa questão. Nesse caso, solicitávamos que eles se lembrassem do período que costumavam ir, evocando os sentimentos e ideias relativos aquele período (ver a Tabela 3). A maioria dos participantes do G1 indicou que a qualidade da escola é

regular (45%), seguido por 36,7% que afirmam que as escolas são boas e 9,0% que apontam as escolas como muito boas. Já para G2, a maior parte informou que consideram suas escolas boas (45,6%), 41,0 disseram que são regulares e 6,3% muito boas. Os dados nos mostram semelhança na maneira com que os dois grupos avaliam a qualidade das escolas que frequentaram. Se somarmos, por exemplo, as alternativas “boa” e “muito boa”, encontramos a proporção de 51,7% para G1, contra 51,9% para G2.

Tabela 3
Avaliação da qualidade da escola

Avaliação da qualidade da escola	G1	G2
	n (%)	n (%)
Muito ruim	1 (1,7)	11 (2,4)
Ruim	1 (1,7)	21 (4,6)
Razoável	27 (45,0)	188 (41,0)
Boa	22 (36,7)	209 (45,6)
Muito boa	9 (15,0)	29 (6,3)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

Com relação ao histórico de reprovação no contexto escolar, a Tabela 4 apresenta dados significativos. Para G1, apenas 21,7% afirmam nunca terem reprovado uma série, enquanto para G2, esse número sobe para 85,5%, evidenciando uma diferença significativa entre as duas populações analisadas. Além disso, 66,7% dos participantes do G1 afirmam que já reprovaram de 1 a 3 vezes, enquanto para G2 esse número cai para 14,5%. Os dados ainda mostram que 6,7% dos adolescentes que constituíram o G1 já reprovaram 5 ou 6 vezes durante a trajetória de escolarização.

Tabela 4

Histórico de reprovação

Já repetiu alguma série	G1	G2
	n (%)	n (%)
Não	13 (21,7)	396 (85,5)*
Sim	47 (78,3)*	67 (14,5)

Quantas vezes já reprovou	G1	G2
	n (%)	n (%)
Uma	16 (26,7)	54 (11,5)
Duas	11 (18,3)	8 (1,7)
Três	13 (21,7)	6 (1,3)
Quatro	2 (3,3)	1 (0,2)
Cinco	1 (1,7)	0 (0)
Seis	3 (5,0)	0 (0)

*Nota: p-valor = 0,05 (qui-quadrado)

A Tabela 5 traz dados que podem ser associados a questões de indisciplina, comportamentos tidos como inapropriados para a instituição escolar ou ainda com dificuldades de adaptação dos adolescentes nesse contexto. 16,7% dos participantes de G1 informaram que já foram expulsos da escola, enquanto 2,2% de G2 trouxeram a mesma informação. Similarmente, 16,6% do G1 apontam que já foram expulsos uma ou duas vezes da escola, sendo que essa informação cai para 1,5 para G2. Apenas 10,0% do G1 afirmaram nunca ter levado suspensão nas escolas, contrastando com 73,6% do G2. As diferenças continuam quando analisamos a quantidade de vezes em que os participantes informaram terem sido suspensos, uma vez que 51,6% do G1 indicam que já foram suspensos entre duas e quatro vezes, contra 21,7% do G2. Na última linha da Tabela 5 temos, ainda, que 38,3% dos respondentes do G1 já receberam cinco ou mais vezes suspensão na escola, sendo que G2 aparece com 4,8 nessa variável.

Tabela 5

Histórico de expulsões e suspensões na escola

Já foi expulso da escola	G1	G2
	n (%)	n (%)
Não	50 (83,3)*	452 (97,8)*
Sim	10 (16,7)	10 (2,2)

Quantas vezes foi expulso	G1	G2
	n (%)	n (%)
Nenhuma	50 (83,3)**	464 (98,5)**
Uma	8 (13,3)	6 (1,3)
Duas	2 (3,3)	1 (0,2)

Quantas vezes levou suspensão**	G1	G2
	n (%)	n (%)
Nunca	6 (10,0)	340 (73,6)
Uma vez	14(23,3)	64 (13,9)
Entre duas e quatro	17 (28,3)	36 (7,8)
Cinco vezes ou mais	23 (38,3)	22 (4,8)

*Nota: p-valor = 0,05 (qui-quadrado)

**Nota: p-valor = 0,05 (ANOVA)

A próxima Tabela, de número 6, assim como as Tabelas 8, 11, 14, 17, 22 e 25, apresentam as instituições que foram analisadas no Estudo I em termos do quanto esses espaços se configuraram como protetivos na vida dos participantes. É importante esclarecer que cada um dos itens possui, na estrutura original do instrumento, possibilidades de respostas escalonadas de 1 a 5, sendo que quanto maior o número assinalado pelo sujeito, maior nível de concordância existe com as afirmações, indicando, dessa maneira, que as instituições podem ocupar, de forma mais significativa, um espaço positivo na vida dos participantes.

Para apresentação das tabelas, optamos em agrupar as respostas 1 e 2 (“Discordo totalmente” e “Discordo”) e 4 e 5 (“Concordo” e “Concordo Totalmente”). Além de facilitar a visualização das tabelas, essa ação permitiu que as análises apresentassem índices mais satisfatórios de confiabilidade, tendo em vista que o G1 é relativamente pequeno, devido os critérios de inclusão estabelecidos para a constituição desse grupo.

O primeiro aspecto que nos chamou atenção na Tabela 6 foi a diferença encontrada no primeiro item (“Eu me sinto feliz quando estou na escola”). Para o G1, 20,0% dos participantes apontaram que discordam dessa afirmação,

enquanto apenas 6,4 apresentaram discordância da sentença. Esses valores estão aproximados do item “A escola é um lugar onde aprendo coisas importantes”, que mostra que 20% de G1 discordam e 8,2% para o G2. Como esses itens do questionário apontam para questões da avaliação positiva das instituições levando em consideração os domínios individuais, podemos afirmar que a escola ocupa um espaço menos protetivo na percepção de adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas.

Nos itens relativos ao domínio relacionamentos estabelecidos na escola, temos que as relações entre pares são menos valorizadas para G1 do que para G2, uma vez que 53,3% dizem que gostam de ir para escola porque têm a oportunidade de encontrar amigos, enquanto para G2, esse número passa para 74,4%. Em contrapartida, percebemos que existe uma relação mais polarizada sobre os professores no G1. 35,0% do G1 discordam que podem confiar com seus professores quando têm problemas, enquanto para G2 esse número cai para 26,0%. Mas também podemos perceber que uma proporção maior dos participantes de G1 dizem confiar nos professores (G1 = 45,0%; G2 = 32,2%). Nessa seção, não havia a diferenciação para os grupos entre as escolas regulares e àquelas frequentadas durante o período de internação, o que talvez possa explicar as diferenças numéricas, uma vez que os relacionamentos com educadores que atuam em unidades de medida socioeducativa são avaliadas mais positivamente pelo G1. Essas discussões são retomadas no Estudo III.

A relação entre escola e comunidade também foi melhor avaliada por G1 em relação aos índices apontados por G2. No item que apresenta a afirmativa de que as pessoas na comunidade participam de atividades que são propostas na escola, portanto indicam maior interação entres esses dois contextos, temos que 27,1% do G1 concordam, contra 11,1% do G2. Ainda assim, alertamos que para os dois grupos esses números são baixos e revelam a falta de diálogo entre o contexto escolar e familiar, tão recorrentemente apontados na literatura como os principais espaços de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

As três últimas variáveis presentes na Tabela 6, relativas ao domínio cultural, são alusivas às representações que perpassam o imaginário dos grupos com relação à importância da escola. Temos que levar em consideração que as respostas são, muito provavelmente, embasadas na incorporação de discursos sociais que atribuem valores a determinadas práticas culturais, como a escolarização. Os resultados entre G1 e G2 são semelhantes. Contudo, uma diferença entre os grupos apareceu no último item

(“Pessoas que vão à escola têm posições importantes na sociedade”), uma vez que 78,3% do G1 dizem que concordam e 64,3% de G2. Esses dados nos chamam a atenção, especialmente porque indicam que o G1 parece reconhecer mais a importância da escolarização em sua cultura, embora tenham mais dificuldades de permanência e índices satisfatórios nesse contexto, tal como constatado nessa investigação. Como boa parte dos participantes de G1 não frequentam escolas, isso pode revelar uma expectativa negativa com relação ao futuro.

Tabela 6

Indicadores de proteção associados à escola

FALANDO SOBRE ESCOLA	G1			G2		
	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Discordo	Mais ou menos	Concordo
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
A. Eu me sinto feliz na escola*	12 (20,0)	31 (51,7)	17 (28,3)	30 (6,4)	281 (59,9)	158 (33,7)
B. A escola é um lugar onde aprendo coisas importantes	1 (1,7)	6 (10,2)	52 (88,1)	3 (0,6)	52 (11,1)	413 (88,2)
C. Eu me sinto capaz de resolver a maioria das atividades da escola*	12 (20,0)	25 (41,7)	23 (38,3)	38 (8,2)	201(43,4)	224 (48,4)
D. Gosto de ir à escola para ver meus amigos*	11 (18,3)	17 (28,3)	32 (53,3)	24 (5,1)	96 (20,5)	348 (74,4)
E. Eu posso confiar nos meus professores quando tenho problemas	21 (35,0)	12 (20,0)	27 (45,0)	121 (26,0)	199 (42,8)	145 (31,2)
F. As pessoas que trabalham na escola me tratam com respeito	9 (15,3)	13 (22,0)	37 (62,7)	47 (10,0)	150 (32,1)	271 (57,9)
G. As pessoas no meu bairro acreditam que é importante frequentar a escola	4 (6,9)	8 (13,8)	46 (79,3)	30 (6,5)	94 (20,3)	340 (73,3)
H. Pessoas no meu bairro participam de eventos da escola*	16 (17,1)	27 (45,8)	16 (27,1)	193 (41,3)	222 (47,5)	52 (11,1)
I. Pessoas do meu bairro ajudam a tomar decisões para a escola	31 (53,4)	14 (24,1)	13 (22,4)	281 (60,2)	147 (31,5)	39 (8,4)
J. Escola é um lugar que todo mundo devia frequentar	4 (6,7)	6 (10,0)	50 (83,3)	12 (2,6)	32 (6,9)	420 (90,5)
K. Escola ajuda as pessoas a realizar os objetivos na vida	5 (8,3)	5 (8,3)	50 (83,3)	11 (2,4)	51 (10,9)	405 (86,7)
L. Pessoas que vão à escola têm posições importantes na sociedade	6 (10,0)	7 (11,7)	47 (78,3)	34 (7,3)	133 (28,4)	301 (54,3)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.2.2 Contexto Familiar

Nesse tópico são apresentados os dados relativos ao contexto familiar dos grupos que participaram do estudo. O nível de confiança nos familiares, conforme observado na Tabela 7, não apresentou diferenças estatísticas entre G1 e G2, especialmente quando nos atentamos a coluna “Alto”, que representa maiores indicadores de proteção associados aos membros das famílias. Entendemos que a percepção do adolescente quanto à existência de suporte familiar se configura como elemento favorecedor do desenvolvimento positivo, que pode mobilizar recursos para o enfrentamento de situações adversas presentes nos contextos de vida dessa população.

As mães são apontadas como o principal vínculo de confiança em ambos os grupos (G1 = 85,0%; G2 = 87,1%), seguido dos pais (G1 = 62,7%; G2 = 65,6%). O nível de confiança nos irmãos foi a variável que apresentou maior diferença, sendo que o G1 aparece com índices mais elevados (G1 = 62,1%; G2 = 47,2%). Esses resultados são parecidos com aqueles encontrados nos níveis de confiança nos padrastos, onde os números de G1 também aparecem ligeiramente maiores (G1 = 22,4%; G2 = 8,0%).

Tabela 7

Nível de confiança nos familiares

Nível de Confiança		Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Não tem essa pessoa
		n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Mãe	G1	0 (0)	2 (3,3)	5 (8,3)	51 (85,0)	2 (3,3)
	G2	2 (0,4)	9 (1,9)	44 (9,5)	405 (87,1)	5 (1,1)
Pai	G1	6 (10,2)	5 (8,5)	6 (10,2)	37 (62,7)	5 (8,5)
	G2	24 (5,3)	43 (9,4)	60 (13,1)	300 (65,6)	30 (6,6)
Irmãos	G1	3 (5,2)	6 (10,3)	12 (20,7)	36 (62,1)	1 (1,7)
	G2	18 (4,0)	32 (7,1)	164 (36,2)	214 (47,2)	25 (5,5)
Avó	G1	4 (6,8)	5 (8,5)	10 (16,9)	35 (59,3)	4 (6,8)
	G2	15 (3,3)	41 (9,1)	101 (22,4)	243 (54)	48 (10,7)
Avô	G1	2 (3,5)	8 (14,0)	9 (15,8)	24 (42,1)	14 (24,6)
	G2	30 (6,7)	42 (9,4)	102 (22,7)	182 (40,5)	93 (20,7)
Tios	G1	5 (8,8)	10 (17,5)	14 (24,6)	26 (45,6)	2 (3,5)
	G2	26 (5,8)	63 (14,1)	186 (41,6)	166 (37,1)	6 (1,3)
Padrasto	G1	5 (8,6)	5 (8,6)	4 (6,9)	13 (22,4)	31 (53,4)
	G2	39 (9,4)	20 (4,8)	43 (10,4)	33 (8,0)	279 (67,4)
Madrasta	G1	6 (10,7)	2 (3,6)	3 (5,4)	3 (5,4)	42 (75)
	G2	51 (12,4)	18 (4,4)	22 (5,4)	18 (4,4)	302 (73,5)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

Em consonância com os dados apresentados anteriormente sobre família, a Tabela 8 aponta que não existem muitas diferenças entre os grupos estudados. Contudo, ao analisarmos com mais cautela cada um dos itens que a compõe, nos deparamos com dados intrigantes. Os itens “As memórias que eu tenho com a minha família são situações que me deixam feliz” (G1 = 66,1%; G2 = 76,3%) e “Quando eu estou com problemas eu sei que posso conseguir ajuda com alguém da minha família” (G1 = 71,7%; G2 = 83,7%) apresentam uma diferença de mais de 10% na coluna concordo, o que demonstra menos recursos protetivos associados a esse contexto para o G1.

Embora não sejam apresentadas diferenças estatísticas no item “Eu me sinto bem quando eu ajudo minha família de alguma forma” (G1 = 94,9%; G2 = 93,6%), acreditamos que seja importante problematizar esse aspecto. Essa é uma das poucas variáveis em que o G1 apresenta valores maiores que o outro grupo na coluna “Concordo”. O envolvimento no tráfico de drogas possibilita que os adolescentes ajudem suas famílias com recursos materiais, o que certamente se desdobra na construção de em senso de valorização daquilo que eles podem fazer (ver as reflexões apresentadas no Estudo III a partir de dados qualitativos). Isso favorece que o adolescente construa representações positivas associadas ao tráfico, uma vez que por meio dessa atividade sua família é de alguma forma beneficiada. Entretanto, apenas 62,7% dos participantes do G1 afirmam que suas famílias valorizam o que eles sabem fazer (em G2 esse número sobe para 69,2%), explicitando contradições que precisam ser densamente debatidas.

A relação entre as famílias e as comunidades em que eles moram foi o domínio avaliado mais negativamente nos dois grupos. Ao que parece, na percepção dos adolescentes, as famílias em seus contextos têm dificuldades em ajudar os filhos quando precisam, conhecem pouco sobre eles e não sabem onde encontrar ajuda se precisarem de algo (itens G, H e I da Tabela 8). Já no domínio cultural, o dado que nos chamou atenção foi que apenas 55,9% do G1 e 53,6% do G2 afirmam que as famílias tem o que precisam para serem felizes. Esses achados podem indicar que há uma escassez de recursos para que as famílias se organizem, evidenciando o contexto de desigualdade social, mas também podem ser entendidos como a falta de recursos afetivos e / ou sociais para que operem de forma alinhada com as expectativas dos adolescentes.

Tabela 8

Indicadores de proteção associados à família

FALANDO SOBRE FAMÍLIA	G1			G2		
	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)
A. Eu sei que eu sou importante para a minha família	1 (1,7)	8 (13,3)	51 (85,0)	11 (2,3)	27 (5,7)	432 (91,9)
B. Eu me sinto bem quando eu ajudo minha família de alguma forma	0 (0)	3 (5,1)	56 (94,9)	3 (0,6)	27 (5,8)	439 (93,6)
C. As memórias que eu tenho com a minha família são situações que me deixam feliz	4 (6,8)	16 (27,1)	39 (66,1)	12 (2,6)	99 (21,2)	357 (76,3)
D. As pessoas na minha família me tratam com carinho	1 (1,7)	11 (18,3)	48 (80,0)	11 (2,4)	67 (14,4)	388 (83,3)
E. Quando eu estou com problemas eu sei que posso conseguir ajuda com alguém da minha família	5 (8,3)	12 (20,0)	43 (71,7)	18 (3,9)	58 (12,4)	391 (83,7)
F. Minha família valoriza as coisas que eu sei fazer	1 (1,7)	21 (35,6)	37 (62,7)	33 (7,7)	108 (23,1)	323 (69,2)
G. As famílias no lugar que moro estão sempre preocupadas com seus filhos*	4 (6,8)	14 (23,7)	41 (69,5)	61 (13,1)	144 (31)	260 (55,9)
H. Na minha vizinhança, as famílias sabem muito a respeito de seus filhos	12 (20,3)	23 (39,0)	24 (40,7)	94 (20,2)	201 (43,2)	170 (36,6)
I. As famílias no meu bairro sabem onde encontrar ajuda quando elas têm problemas com seus filhos	19 (32,2)	20 (33,9)	20 (33,9)	95 (20,5)	192 (41,4)	177 (38,1)
J. Família é algo mais importante que alguém poder	0 (0)	2 (3,3)	58 (96,7)	4 (0,9)	16 (3,4)	446 (95,7)
K. As famílias são responsáveis pelo sucesso de crianças e jovens no futuro	2 (3,4)	13 (22,0)	44 (74,6)	15 (3,2)	82 (17,5)	371 (79,3)
L. A maioria das famílias tem o que precisa pra ser feliz	13 (22,0)	13 (22,0)	33 (55,9)	64 (13,7)	153 (32,7)	251 (53,6)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.2.3 Instituições religiosas

Para a construção dessa seção, vários debates foram necessários, desde o momento de elaboração do instrumento do Estudo I. Esclarecemos que temos clareza da diferença entre espiritualidade, fé e crenças em relação à religião enquanto um espaço institucional. Nessa pesquisa consideramos apenas as organizações religiosas, uma vez que o objetivo central do instrumento é avaliar os contextos protetivos. Assim sendo, nos interessava saber o tipo de vinculação dos participantes a instituições religiosas e analisar a percepção dos mesmos com relação a esses espaços. A pesquisa de campo revelou que o G2 afirmou frequentar mais instituições religiosas do que o G1, respectivamente com 81,1% e 58,3%.

Fazendo um recorte entre os sujeitos que afirmaram ir a igrejas, percebemos que a maior parte do G1 frequenta ao menos uma vez na semana (48,6%), seguido por pessoas que vão raramente (28,6%) e aqueles que vão duas ou três vezes por semana (14,3%). Para o G2, esses dados se repetem, alterando apenas os valores (37,2% vão ao menos uma vez por semana; 30,9% raramente; 22,4% duas ou três vezes por semana). Portanto, é possível afirmar que os participantes do G1 estão menos vinculados a instituições religiosas e frequentam esses espaços em menor intensidade.

Tabela 9

Vinculação a instituições religiosas

	G1	G2
Você normalmente frequenta a igreja	n (%)	n (%)
Sim	35 (58,3)	382 (81,1)
Não	25 (41,7)	89 (18,9)

	G1	G2
Com que frequência vai à igreja	n (%)	n (%)
Raramente	10 (28,6)	113 (30,9)
Ao menos uma vez na semana	17 (48,6)	136 (37,2)
Duas ou três vezes por semana	5 (14,3)	82 (22,4)
De quatro a seis dias por semana	2 (5,7)	9 (2,5)
Todo dia	0 (0)	16 (4,4)
Somente quando eu tenho problemas	1 (2,9)	10 (2,7)

*Nota: p-valor = 0,05 (qui-quadrado)

**Nota: p-valor = 0,05 (ANOVA)

A principal ajuda que esperam receber quando vão a igrejas, como pode ser visualizada na Tabela 10, não são similares para os grupos. A resposta mais frequente para o G1 foi o tipo de ajuda espiritual, com 82,9%, sendo 77,1% para G2. Em contrapartida, o tipo de ajuda emocional aparece numa proporção maior para G2 (G1 = 31,4%; G2 = 58,4%). A ajuda material também foi mencionada com menor frequência (G1 = 8,6%; G2 = 12,0%). Por fim, os grupos afirmaram esperar outro tipo de ajuda (G1 = 14,3%; G2 = 6,2%) e, nesse caso, tinham a oportunidade de escrever qual seria. O contato com Deus e a salvação eterna foram as respostas mais frequentes. Os participantes poderiam assinalar mais de uma alternativa nessa questão, caso julgassem necessário.

Tabela 10

Ajuda que espera encontrar na igreja

Tipo de ajuda que espera encontrar na igreja	G1	G2
	n (%)	n (%)
Espiritual	29 (82,9)	276 (77,1)
Emocional*	11 (31,4)	209 (58,4)
Material	3 (8,6)	43 (12,0)
Outra*	5(14,3)	22 (6,2)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

Mesmo os participantes que não frequentavam igrejas ou templos religiosos na época em que a pesquisa de campo ocorreu, puderam expressar suas opiniões sobre essas instituições, possibilitando a construção da Tabela 11. O mesmo raciocínio na seção que averiguava a escola foi empregado aqui, ou seja, os adolescentes poderiam responder usando suas recordações ou experiências anteriores. Como muitos participantes não frequentavam essas instituições houve uma tendência em assinalar respostas que não valorizavam esses contextos institucionais. Mas também percebemos que alguns sujeitos destacavam positivamente o papel das igrejas em suas vidas e na sociedade, mesmo sem frequentá-las. Esses dados mostram contradições que poderiam ser explicadas através de estratégias qualitativas de pesquisa. Além disso, acreditamos que futuras análises que visam a validação desse instrumento podem apontar estruturas que devem ser revistas.

No domínio individual, as respostas dos dois grupos são bem próximas, como pode ser visto na Tabela 11, especialmente na coluna que indica concordâncias com as afirmações. Todavia, o domínio relacionamentos indica que os adolescentes com envolvimento no tráfico (G1) valorizam mais as pessoas que encontraram nas igrejas. Os itens “As pessoas que vão à igreja são afetuosas comigo”, “Pessoas que vão à igreja se preocupam comigo” e “Eu já encontrei pessoas da igreja que me ofereceram ajuda quando eu precisei” apresentam diferenças maiores que 13% entre os dois grupos na opção “Concordo” (D [G1 = 75,4%; G2 = 61,8%]; E [G1 = 57,4%; G2 = 44,3%]; F [G1 = 72,4%; G2 = 59,0%]).

No domínio comunitário, as igrejas, na percepção dos participantes, parecem ter uma relação mais efetiva com a comunidade do que a escola e a família. Se somarmos os valores encontrados nos domínios comunitários desses três contextos (escolas, famílias e igrejas) e verificarmos as médias gerais a partir das colunas que apontam concordância com os itens, as igrejas aparecem como mais protetivas (Escola = 36,9%; Famílias = 45,7%; Igrejas = 63,7%), na medida em que supostamente apresentam mais articulações com as comunidades, de acordo com os adolescentes.

No domínio cultural, os valores entre os dois grupos são aproximados e não apresentam diferenças significativas do ponto de vista estatístico. Ainda assim, nos chama atenção o fato dos dois grupos depositarem bastante confiança e otimismo no papel que as igrejas podem adquirir na vida das pessoas e da sociedade de forma geral, como por exemplo, o entendimento dos participantes de que as igrejas podem ajudar a transformar o mundo em um lugar melhor (G1 = 82,8%; G2 = 75,8%). Categorias explicativas como alienação e a ausência de políticas sociais eficazes podem auxiliar na compreensão desses resultados.

Tabela 11

Indicadores de proteção associados a instituições religiosas

FALANDO SOBRE IGREJA	G1			G2		
	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)
A. Participar em atividades na igreja tem sido importante para mim	14 (24,1)	4 (6,9)	40 (69,0)	53 (11,5)	91 (19,7)	318 (68,8)
B. Quando eu tenho alguma coisa difícil para lidar, eu vou à igreja para me sentir mais forte	12 (20,7)	10 (17,2)	36 (62,1)	53 (11,4)	91 (19,6)	320 (69,0)
C. Eu tenho sentimentos bons quando eu estou na igreja	3 (5,2)	4 (6,6)	51 (87,9)	20 (4,3)	44 (9,5)	398 (86,1)
D. As pessoas que vão à igreja são afetuosas comigo	6 (10,5)	8 (14,0)	43 (75,4)	37 (8,1)	137 (30,1)	281 (61,8)
E. Pessoas que vão à igreja se preocupam comigo	7 (12,3)	17 (29,8)	33 (57,4)	61 (13,3)	197 (42,4)	206 (44,3)
F. Eu já encontrei pessoas da igreja que me ofereceram ajuda quando eu precisei	8 (13,8)	8 (13,8)	42 (72,4)	89 (19,3)	99 (21,5)	272 (59,0)
G. As igrejas no meu bairro fazem atividades para ajudar resolver problemas que existem lá	12 (20,7)	12 (20,7)	34 (58,6)	92 (20,2)	142 (31,1)	222 (48,7)
H. As igrejas no meu bairro ajudam as famílias quando elas têm problemas, dando o que elas precisam (comida, roupas, conselhos, etc)	9 (15,5)	6 (15,5)	40 (69,0)	59 (12,7)	90 (19,4)	315 (67,9)
I. As igrejas organizam eventos e outras atividades interessantes no bairro para crianças e jovens	6 (10,3)	11 (19,0)	41 (70,7)	42 (9,1)	108 (23,3)	313 (67,6)
J. As igrejas podem ajudar a transformar o mundo em um lugar melhor	4 (6,9)	6 (10,3)	48 (82,8)	35 (7,6)	77 (16,6)	351 (75,8)
K. Coisas boas acontecem no futuro das pessoas que vão à igreja	3 (5,2)	6 (10,3)	49 (84,5)	33 (7,1)	84 (18,1)	347 (74,8)
L. Pessoas que têm muitos problemas e não sabem como resolvê-los devem procurar ajuda em alguma igreja	5 (8,6)	11 (19,0)	42 (72,4)	36 (7,7)	76 (16,3)	353 (75,9)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.2.4 Projetos Sociais

Nessa seção, informamos aos participantes qual era o nosso entendimento sobre os projetos sociais. Enfatizamos que se tratava de instituições que eles poderiam ter frequentado (ou ouvido falar), que ofereciam atividades esportivas, artísticas, culturais e profissionalizantes. Mas deixamos claro que as ações realizadas no período formal da escola não estavam incluídas nessa parte. Dessa maneira 61,7% do G1 afirmaram que já haviam frequentado projetos sociais, contra 69,6% do G2.

Entre os motivos mais destacados pelos participantes do G1 que nunca frequentaram projetos sociais aparece, em primeiro lugar, que eles nunca ouviram falar sobre essas instituições (33,3%), seguido da opção que mostra que não há projetos próximos às casas (28,6%) e também não gostarem das atividades que são oferecidas (14,3%). Já para G2, esses dados são diferentes, sendo que o principal motivo apontado por esse grupo se refere ao fato de não gostarem das atividades que são oferecidas no projeto (30,6%), bem como não existirem projetos sociais no bairro (24,1%), não se sentirem à vontade quando estão nessas instituições (19,4) e, por fim, nunca terem ouvido falar sobre esses espaços (18,5%).

Tabela 12

Vinculação a projetos sociais

	G1	G2
Já frequentou algum projeto social	n (%)	n (%)
Sim	37(61,7)	327(69,6)
Não	23(38,3)	143(30,4)
	G1	G2
Motivo por nunca ter frequentado um projeto social	n (%)	n (%)
Eu nunca ouvi nada a respeito	7 (33,3)	20 (18,5)
Não há projetos sociais próximos a minha casa	5 (28,6)	26 (24,1)
Eu não gosto das atividades que eles oferecem	3 (14,3)	33 (30,6)
Eu tentei frequentar um projeto, mas não me senti a vontade	2 (9,5)	21 (19,4)
Outro motivo	5(23,8)	13(12)

*Nota: p-valor = 0,05 (qui-quadrado)

Por outro lado, entre os respondentes do questionário que relataram ter frequentado os projetos sociais, a maioria, nos dois grupos, aponta que participou por menos de um ano (G1 = 48,6%; G2 = 37,8%) ou por um ano (G1 = 27,0%; G2 = 21,9%). Apenas 24,3% dos adolescentes que compõe o G1 frequentaram projetos sociais por dois anos ou mais, sendo que para o G2 esse número sobe para 40,5%. Esses dados, evidenciados na Tabela 13, mostram que o vínculo de adolescentes com envolvimento no tráfico em programas sociais de esporte, lazer e cultura é mais enfraquecido, bem como nos indicam que o tempo de permanência nessas instituições é menor. O início das atividades ilícitas pode ter colaborado para os índices de evasão, mas os resultados também revelam a falta de aderência desses adolescentes em programas sociais desse porte. As estruturas desses projetos, assim como as atividades que são ofertadas nesses espaços devem ser alvo de investigações, considerando também os interesses dos próprios usuários.

Entre as atividades oferecidas nessas instituições, também apresentadas na Tabela 13, destacam-se, majoritariamente, os programas esportivos (G1 = 86,5%; G2 = 66,7%). As outras atividades aparecem numa frequência distinta para cada grupo. No G1, temos as aulas de dança ocupando a segunda atividade mais ofertada nos projetos sociais que os adolescentes frequentaram (54,1%), seguido por aulas de música, pintura, acesso à internet e outras tecnologias (cada uma com 51,4%), aulas de teatro (43,2%), atividades de leitura (40,5%), programas de profissionalização (37,8%) e suporte para a realização de atividades escolares (32,4%). Para o G2, depois das atividades esportivas, são mais recorrentes os programas de acesso à internet e outras tecnologias (45,2%), seguido por aulas de música e dança (respectivamente com 44,5% e 42,4%), ajuda em atividades escolares (34,3%), teatro (31,8%), pintura (29,0%), leitura por prazer (23,1%) e, menos citados, os programas de profissionalização (19,0%).

Na questão que possibilitava que os participantes indicassem as atividades que eles encontravam nos projetos sociais, era possível responder mais de uma alternativa, de acordo com a realidade das instituições que eles haviam frequentado. Ao que parece, entre o G1, existe uma diversidade maior entre as atividades que estavam disponíveis. Contudo, compreendemos que os adolescentes podem ter levado em consideração as atividades que eles acessaram enquanto cumpriam medida socioeducativa, pois nas instituições são ofertadas essas oficinas (tanto para

aqueles que estavam em LA e PSC, quanto para os que se encontravam em semiliberdade).

Também é importante ressaltar que os índices encontrados nessa variável para o G2 poderiam ser menores caso fossem considerados apenas as repostas dos participantes que foram recrutados no contexto escolar. Um dos espaços que a pesquisa de campo foi realizada tem como finalidade exclusiva o oferecimento de atividades culturais, esportivas e educativas, como apresentado na metodologia desse Estudo. Essas particularidades podem auxiliar numa leitura mais fidedigna dos dados apresentados nessa Tabela e da realidade investigada.

Tabela 13

Tempo que frequentou e atividades disponíveis nos projetos sociais

Tempo que frequentou o projeto*	G1	G2
	n (%)	n (%)
Menos de um ano	18 (48,6)	121 (37,8)
Por um ano	10 (27,0)	70 (21,9)
Entre dois e quatro anos	8 (21,6)	80 (25,0)
Mais de cinco anos	1 (2,7)	49 (15,5)

Motivo por nunca ter frequentado um projeto social	G1	G2
	n (%)	n (%)
Aulas de música	19 (51,4)	143 (44,5)
Teatro	16 (43,2)	102 (31,8)
Programas de esportes*	32 (86,5)	214 (66,7)
Leitura por prazer*	15 (40,5)	74 (23,1)
Pintura*	19 (51,4)	93 (29,0)
Aula de dança	20 (54,1)	136 (42,4)
Ajuda nas atividades da escola	12 (32,4)	110 (34,3)
Programas de profissionalização*	14 (37,8)	61 (19,0)
Acesso à internet ou outras tecnologias	19 (51,4)	146 (45,5)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

Os resultados encontrados na Tabela 14, não trazem diferenças significativas entre os dois grupos que participaram da pesquisa. No domínio referente aos aspectos individuais, os dois grupos apresentam elevados índices na coluna concordo. Entretanto, no item “B” aparece um decréscimo significativo nas duas

populações, revelando que os adolescentes não acreditam que os projetos sociais sejam espaços apropriados para falar sobre seus medos e sonhos.

Nos itens que investigam o domínio relacionamentos dos participantes com os profissionais e entre pares, os dados são similares com o do contexto escolar e mostram que as pessoas da igreja e da família são figuras mais confiáveis para os dois grupos, mas, sobretudo para G1. O fato do relacionamento com profissionais que atuam na escola e nos projetos sociais serem enfraquecidos é um indicador preocupante, pois pode implicar na evasão ou na falta de envolvimento desses grupos com as propostas pedagógicas estabelecidas.

Em contrapartida, os participantes dos dois grupos, mas novamente de forma mais intensa no G1, apresentam taxas elevadas no domínio que avalia a articulação dos projetos sociais com a comunidade. Os itens que destacamos são da linha “H” e “I” que demonstram que os adolescentes têm a percepção de que os projetos podem ajudar as pessoas a se afastarem de situações que podem prejudicá-las e que eles conhecem casos que servem como bons exemplos de como o engajamento nesses serviços auxiliaram na construção de novas perspectivas de vida.

Por fim, no domínio cultural, em similaridade com os outros contextos analisados, aparecem valores elevados para os três itens (“J”, “K” e “L”) e, outra vez, avaliados mais positivamente pelos adolescentes que compõe o G1, como explicitado na coluna “Concordo”. Isso indica que esses adolescentes acreditam no potencial dessas instituições e que a criação de mais espaços desse porte, bem com a diversificação de serviços prestados nessa área, pode implicar em melhorias na condição de vida dessa população e repercutir positivamente em termos da implementação de práticas que assegurem inclusão social.

Tabela 14

Indicadores de proteção associados a projetos sociais

FALANDO SOBRE PROJETOS SOCIAIS	G1			G2		
	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Discordo	Mais ou menos	Concordo
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
A. Eu gosto de participar do projeto social porque eu posso fazer atividades diferenciadas	3 (8,3)	5 (13,9)	29 (77,8)	13 (4,0)	50 (15,6)	2538 (80,4)
B. Quando eu vou para o projeto social, eu posso falar dos meus sentimentos, sonhos e até sobre meus medos	12 (33,3)	9 (25,0)	15 (41,7)	106 (33,1)	89 (37,8)	125 (39,1)
C. O projeto social me mostra que eu posso aprender coisas novas na minha vida	3 (8,3)	3 (8,3)	30 (83,3)	7 (2,2)	50 (15,6)	263 (82,2)
D. Eu gosto de ir ao projeto social porque eu encontro pessoas com uma história de vida parecida com a minha	5 (14,7)	12 (35,3)	17 (50,0)	91 (28,3)	94 (29,3)	136 (42,4)
E. As pessoas que trabalham no projeto social me conhecem bem	9 (25,0)	8 (22,2)	19 (52,8)	50 (15,6)	122 (38,1)	148 (46,3)
F. Há pessoas que trabalham no projeto social que me inspiram e que eu admiro muito	7 (20,0)	8 (22,9)	19 (54,3)	49 (15,4)	81 (25,5)	188 (59,1)
G. Eu acho que os projetos sociais no meu bairro são importantes porque eles fazem coisas boas para quem precisa de ajuda.	2 (5,7)	9 (25,7)	24 (68,9)	14 (4,4)	71 (22,3)	234 (73,4)
H. Os projetos sociais são importantes porque eles ajudam adolescentes e jovens se afastarem de situações que podem prejudicá-los	0 (0)	6 (16,7)	30 (83,3)	0 (0)	46 (14,4)	273 (85,6)
I. Eu conheço pessoas no meu bairro que se tornaram pessoas melhores depois que começaram a frequentar um projeto social*	3 (8,3)	4 (11,1)	29 (80,6)	44 (13,9)	88 (27,8)	185 (58,4)
J. Em geral, pessoas que participam de projetos sociais têm a oportunidade de fazer coisas úteis em suas vidas	0 (0)	6 (16,7)	30 (83,3)	11 (3,5)	58 (18,2)	249 (78,3)
K. Os projetos sociais podem mudar realidades porque eles entendem as dificuldades que as pessoas precisam enfrentar no dia a dia	3 (8,3)	6 (16,7)	27 (75,0)	16 (5,0)	88 (27,6)	215 (67,4)
L. Projetos sociais podem ajudar adolescentes e jovens descobrirem coisas que eles podem fazer no futuro para se tornarem mais felizes	1 (2,8)	4 (11,1)	31 (86,1)	5 (1,6)	50 (15,6)	265 (82,8)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.2.5 Serviços de Saúde

De acordo com a Tabela 15, que traz dados sobre os serviços de saúde, 67,8% do G1 e 79,3% do G2 afirmaram que recebem atendimento médico adequado quando necessitam, mas é relevante nos atentarmos para a parcela da população que apresenta uma resposta negativa a essa questão, uma vez que apontam para ausência de políticas públicas eficiente na área da saúde. Os outros dados, apontados nessa mesma Tabela, mostram que 48,3% de G1 e 36,9% de G2 afirmam que receberam atendimentos na área da saúde quando precisaram. O restante, ou seja, mais da metade das populações investigadas, não se lembravam ou não conseguiram atendimento quando necessitaram. Nessas questões, os respondentes tinham a oportunidade de dizer que tipo de serviço não conseguiram atendimentos. Essa foi a questão que os participantes mais se posicionaram através de estruturas textuais discursivas. As respostas mais comuns abarcaram a descrição dos problemas de saúde, a questões objetivas que impediram os atendimentos (filas de espera, não conseguir marcar consulta, etc.) e críticas circunstanciadas ao modelo de saúde pública ao qual tinham acesso.

Tabela 15

Acesso a serviços de saúde

Recebe tratamento médico adequado quando precisa	G1	G2
	n (%)	n (%)
Sim	40 (67,8)*	367 (79,3)*
Não	19 (32,2)	96 (20,7)

Já precisou de algum atendimento de saúde e não conseguiu atendimento	G1	G2
	n (%)	n (%)
Não lembro	25 (41,7)	256 (55,3)
Não	29 (48,3)	171 (36,9)
Sim	6 (10,0)	36 (7,8)

*Nota: p-valor = 0,05 (qui-quadrado)

A Tabela 16 apresenta a quantidade de vezes que os adolescentes receberam atendimento especializado na área da saúde. Os dados são similares para as

populações, com exceção dos atendimentos recebidos por psicólogos e assistentes sociais, que é bem mais expressivo no G1 quando analisamos em conjunto as colunas “Duas vezes” e “3 vezes ou mais” (Psicólogos [G1 = 59,4%; G2 = 18,7%]; Assistentes sociais [G1 = 65,0 %; G2 = 16,7%]). Esses dados se explicam pelo fato dos adolescentes no G1 estarem vinculados a instituições que ofertam esse tipo de serviço, seja na semiliberdade ou na medida de internação. Psicólogos e assistentes sociais compõe a equipe técnica nessas instituições e organizam atendimentos semanais aos adolescentes.

Também nos chamou a atenção a quantidade de atendimentos especializados que o G1 e G2 receberam de alguns profissionais, especialmente médicos e dentistas. Se somarmos as duas primeiras colunas apresentadas na Tabela 16 (“Nunca” e “Uma vez”), encontramos que alguns adolescentes nunca receberam atendimentos dessas áreas ou apenas uma vez durante toda a vida (Médicos [G1 = 17,0%; G2 = 6,5%]; Dentistas [G1 = 17,0 %; G2 = 17,0%]). Levantamos como hipótese que esses adolescentes possam não ter entendido a proposta da questão que estava no questionário, mas caso contrário, esses achados revelam a inacessibilidade a serviços de saúde básicos, o que certamente se configura como um indicador de risco potente ao desenvolvimento dos participantes.

Tabela 16

Atendimentos recebidos por profissionais na área da saúde

Quantas vezes já recebeu esse tipo de atendimento		Nunca	Uma vez	Duas Vezes	3 vezes ou mais
		n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Médicos*	G1	2 (3,4)	8 (13,6)	4 (6,8)	45 (76,3)
	G2	12 (2,6)	18 (3,9)	32 (6,9)	403 (86,7)
Dentistas	G1	5 (8,5)	5 (8,5)	11 (18,6)	38 (64,4)
	G2	23 (5,0)	55 (12,0)	75 (16,3)	306 (66,7)
Psicólogos*	G1	16 (27,1)	8 (13,6)	7 (11,9)	28 (47,5)
	G2	310 (68,9)	56 (12,4)	25(5,6)	59 (13,1)
Agentes de Saúde	G1	29 (49,2)	7 (11,9)	3 (5,1)	20 (33,9)
	G2	220 (49,4)	61 (13,7)	54 (12,1)	110 (24,7)
Nutricionistas	G1	38 (66,7)	9 (15,8)	4 (7,0)	6 (10,5)
	G2	336 (76)	59 (13,3)	21 (4,8)	26 (5,9)
Enfermeiros	G1	13 (21,7)	8 (13,3)	6 (10,0)	33 (55,0)
	G2	106 (23,5)	84 (18,6)	69 (15,3)	192 (42,6)
Assistentes Sociais*	G1	16 (26,7)	5 (8,3)	10 (16,7)	29 (48,3)
	G2	329 (73,3)	45 (10,0)	28 (6,2)	47 (10,5)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

A Tabela 17, dentre as outras que têm essa mesma estrutura e proposta analítica, é a que traz menos diferenças entre G1 e G2. Na primeira parte da Tabela, inserido no domínio dos elementos individuais, constatamos que o item avaliado mais negativamente pelos participantes é com relação à percepção de que receberão tratamento médico adequado caso precisem ou ainda numa situação de emergência. Esse dado está atrelado com as baixas expectativas atribuídas aos serviços de saúde no país, tal como verificado nas duas últimas linhas da Tabela, no domínio cultural. Os itens “Pessoas no meu país recebem tratamento apropriado para suas doenças” (K) e “A sociedade, os políticos e as pessoas em geral estão preocupados como melhorar o sistema de serviços na área da saúde” (L) são itens que apresentam baixos níveis de concordância para os participantes (K [G1 = 32,2%; G2 = 30,2%]; L [G1= 36,7%; G2 = 25,4%]).

Similarmente, dois itens que estão incluídos no domínio relacionamentos mostraram que, nesse aspecto, também falta confiança dos adolescentes nos profissionais que atuam em instituições de saúde. Apenas 35,0% do G1 e 27,0% do G2 disseram que confiariam em um profissional dessa área para falar sobre um problema difícil de falar com alguém. Precisamos considerar, todavia, que não ficou explicitado o conteúdo desses assuntos, o que pode ter levado alguns participantes a acharem que se tratava de questões de ordem pessoal. Reforçam esses argumentos os resultados obtidos no item “F”, que mostram que apenas 38,3% de G1 e G2 acreditam que os profissionais que trabalham em hospitais dão atenção à necessidade das pessoas. As condições de trabalho desses profissionais e o contexto mais amplo da precarização desses serviços devem ser contextualizados para a elaboração de modelos explicativos mais condizentes com a realidade.

Mais uma vez a relação do serviço com a comunidade foi um domínio mal avaliado, especialmente para o G2, pois nenhum um dos itens que compõe essa parte superaram níveis de concordância maior que 50%. O pior item é o que afirma que existem profissionais da área da saúde que trabalham próximo a casa dos participantes que se preocupam com os problemas da comunidade, onde apenas 33,9% de G1 e 28,7% de G2 assentiram.

Tabela 17

Indicadores de proteção associados a serviços de saúde

FALANDO SOBRE SERVIÇOS DE SAÚDE	G1			G2		
	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Discordo	Mais ou menos	Concordo
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
A. Eu sou tratado com respeito quando eu preciso usar os hospitais e outros serviços de saúde	8 (13,3)	17 (28,3)	35 (58,3)	33 (7,1)	189 (40,6)	243 (52,3)
B. Eu me sinto seguro(a) quando eu preciso de tratamento médico ou alguma ajuda de emergência, porque eu sei que vou receber o suporte necessário	8 (13,6)	26 (44,1)	25 (42,4)	60 (13,0)	200 (43,2)	203 (43,8)
C. Eu sei onde eu posso encontrar ajuda se eu precisar de algum tratamento médico	2 (3,4)	13 (22,4)	43 (74,1)	19 (4,1)	110 (23,8)	333 (72,1)
D. Eu recebo cuidados adequados de profissionais que trabalham no serviço de saúde	6 (10,0)	17 (28,3)	37 (61,7)	39 (8,4)	138 (29,9)	285 (61,7)
E. Eu confiaria em um profissional da saúde para falar sobre alguma coisa difícil de conversar com outras pessoas	17 (28,3)	22 (36,7)	21 (35,0)	178 (38,7)	158 (34,3)	124 (27,0)
F. Pessoas que trabalham em hospitais dão atenção as necessidades da pessoas, incluindo as minhas	8 (13,3)	29 (48,3)	23 (38,3)	68 (14,7)	216 (46,6)	180 (38,3)
G. Os serviços de saúde no meu bairro aconselham pessoas sobre como elas deveriam agir para viver de forma mais saudável	7 (11,9)	19 (32,2)	33 (55,9)	66 (14,4)	178 (38,8)	215 (46,8)
H. Os tratamentos oferecidos no meu bairro ajudam a resolver os problemas de saúde que costumam aparecer	6 (10,5)	21 (36,8)	30 (52,6)	50 (10,8)	197 (42,6)	214 (46,3)
I. Há profissionais da saúde que trabalham perto da minha casa que são preocupados como lidar com os problemas na comunidade	17 (28,8)	22 (37,3)	20 (33,9)	152 (32,8)	178 (38,4)	133 (28,7)
J. Em geral, pessoas doentes são tratadas com cuidado e respeito quando elas precisam de um serviço de saúde	8 (13,8)	19 (32,8)	31 (53,4)	56 (12,1)	211 (45,7)	195 (42,2)
K. Pessoas no meu país recebem tratamento apropriado para suas doenças	13 (22,0)	27 (45,8)	19 (32,2)	132 (28,5)	191 (41,3)	140 (30,2)
L. A sociedade, os políticos e as pessoas em geral estão preocupados como melhorar o sistema de serviços na área da saúde	19 (31,7)	19 (31,7)	22 (36,7)	148 (31,8)	199 (42,8)	118 (25,4)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.2.6 Sistema de aplicação de medidas socioeducativas

Essa é outra parte da investigação que demandou uma série de debates entre pesquisadores que tiveram acesso aos procedimentos metodológicos, especialmente na etapa de qualificação da tese. A questão central que perpassava esses momentos de discussão era se devíamos ou não fazer a aplicação das questões que compunham essa seção com adolescentes que não estivessem em conflito com a lei e, portanto, talvez não tivessem subsídios para avaliar os serviços e profissionais que compõe esse sistema. Optamos, contudo, em manter os dados coletados junto ao G2 e proceder com a mesma estrutura de análise empregada nas outras partes desse Estudo. Nossa hipótese é que os adolescentes do G2, mesmo não tendo passado pelo sistema de aplicação de medidas socioeducativas, possuem representações e percepções que devem ser analisadas e discutidas no âmbito acadêmico. Ao retomar os itens que estruturam essa parte do questionário, chegamos à conclusão de que, provavelmente, apenas os itens “A” e “B” da Tabela 22 devam ser revistos para estudos futuros, pois talvez requeiram experiências prévias com esse contexto. Além disso, procedimentos estatísticos mais específicos poderão auxiliar na compreensão do nível de pertinência dessas variáveis.

Cabe um esclarecimento sobre os profissionais que são avaliados nessa seção. Como o leitor poderá notar, consideramos apenas as pessoas que atuam no poder judiciário, que nomeamos no questionário como os aplicadores da lei. Seria muito complicado para os adolescentes avaliarem, conjuntamente, psicólogos e assistentes sociais, por exemplo, com a polícia ou juízes. Todavia, reforçamos a necessidade de estudos que façam essa análise pormenorizada, pois através da pesquisa de campo foi possível observar relações muito distintas dos adolescentes do G1 com os profissionais do poder judiciário, a equipe técnica (composta, basicamente, por psicólogos, assistentes sociais e educadores) e com as equipes de segurança das instituições de semiliberdade.

A Tabela 18 mostra que 95,0% dos participantes do G1 afirmam terem tido problemas com a polícia e 90,0% assinalaram que também tiveram problemas com a justiça. Esses números caem para 11,7% no G2 em relação a situações com a polícia e 5,3% com a justiça. Alguns adolescentes do G2 justificaram no questionário, embora não houvesse espaço para isso, que esses problemas se deram por conta de divórcio dos pais que necessitou de intervenções jurídicas. Destacamos também o fato de alguns

participantes do G1 afirmarem que não tiveram problemas com a justiça, apesar de todos desse grupo estarem em cumprimento de medida socioeducativa por envolvimento no tráfico.

Tabela 18

Problemas com a polícia e justiça

Já teve problemas com a polícia	G1	G2
	n (%)	n (%)
Sim	57 (95,0)*	55 (11,7)
Não	3 (5,0)	415 (88,3)*

Já teve problemas com a justiça	G1	G2
	n (%)	n (%)
Sim	54 (90,0)*	25 (5,3)
Não	6 (10,0)	445 (94,7)*

*Nota: p-valor = 0,05 (qui-quadrado)

No G1, além das atividades vinculadas ao tráfico de drogas, os participantes relataram o envolvimento em diversas práticas ilícitas, sendo que o consumo de drogas (73,3%), o roubo (46,7%), as brigas (31,7) e o porte de arma (31,7%) foram destacados exatamente nessa sequencia. Para o G2, essas atividades também foram citadas, entretanto, mais destacadamente aparecem as brigas (15,1%) e o consumo de drogas (7,6%) . Esses dados, apresentados na íntegra na Tabela19, nos mostram a exposição dos adolescentes em atividades ilegais, evidenciam índices de violência alarmantes e o consumo de substâncias psicoativas que sugerem a necessidade de programas de prevenção.

Tabela 19

Envolvimento em atividades ilícitas

Atividade ilícita que já esteve envolvido	G1	G2
	n (%)	n (%)
Consumo de drogas*	44 (73,3)	36 (7,6)
Roubo*	28 (46,7)	10 (2,1)
Brigas*	32 (53,3)	71 (15,1)
Porte de arma*	19 (31,7)	3 (0,6)
Homicídio *	3 (5,0)	0 (0)
Cometeu violência sexual	0 (0)	1 (0,2)
Outras	1 (1,7)	11 (2,3)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

A Tabela 20 traz dados que problematizam a reincidência dos adolescentes no cometimento do ato infracional. Se somarmos as respostas obtidas nas duas últimas colunas, temos que 63,3% dos participantes do G1 já tiveram que ir aos tribunais duas vezes ou mais por conta de algo que provavelmente fizeram. Essa informação se repete, ainda que numa proporção menor, nos itens “Eu já fiquei preso numa instituição” (G1 = 31,0%) e “Realizei serviços na comunidade por alguma coisa que fiz” (G1 = 14,1%), que representariam as medidas socioeducativas do tipo internação e prestação de serviços à comunidade (PSC). Portanto, cabe mais uma vez refletirmos sobre a atual configuração do sistema de medidas socioeducativas e sua (in)eficiência, devido às reincidências relatadas.

Se continuarmos com esse procedimento de somarmos as duas últimas colunas da próxima Tabela, percebemos que as batidas policiais, conhecida pelos participantes como enquadro, também são muito mais frequentes no grupo de adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas (G1 = 86,7%; G2 = 8,1%). Esse aspecto pode estar relacionado com maior incidência de envolvimento do G1 em atividades ilícitas ou que levantam suspeitas, mas podem ser associadas às dinâmicas persecutórias estabelecidas pela polícia com alguns grupos de adolescentes estigmatizados (essa discussão é retomada no Estudo III).

Tabela 20

Situações ocorridas envolvendo aplicação de medidas socioeducativas

Situações que já ocorreram durante toda a vida		Nunca	Uma vez	Duas Vezes	3 vezes ou mais
		n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Eu fui para o tribunal*	G1	7 (11,7)	15 (25)	14 (23,3)	24 (40,0)
	G2	451 (96,8)	11 (2,4)	3 (0,6)	1 (0,2)
Eu fui questionado pela polícia*	G1	5 (8,3)	3 (5,0)	3 (5,0)	49 (81,7)
	G2	389 (83,5)	39 (8,4)	17 (3,6)	21 (4,5)
Eu já fiquei preso numa instituição*	G1	18 (31)	22 (37,9)	9 (15,5)	9 (15,5)
	G2	461 (99,4)	2 (0,4)	1 (0,2)	0 (0)
Realizei serviços na comunidade por alguma coisa que fiz*	G1	44 (77,2)	5 (8,8)	5 (8,8)	3 (5,3)
	G2	458 (98,7)	2 (0,4)	3 (0,6)	1 (0,2)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

Para a apresentação da Tabela 21, fizemos o movimento contrário das análises expostas anteriormente. Nesse caso, somamos os valores encontrados nas duas primeiras colunas. Os dois grupos apresentaram, de forma contundente, o baixo nível de confiança na polícia, sendo que, evidentemente, esse número é ainda mais expressivo para o G1 (G1 = 88,2%; G2 = 41,7%). Em seguida, os juízes foram o segundo grupo avaliado mais negativamente para G1 (72,9%) e os promotores para G2 (30,2). Cabe destacar que os promotores também receberam uma avaliação bem negativa por parte do G1 (67,8%). Esses resultados evidenciam que na medida em que os adolescentes têm experiências com o sistema de aplicação de medidas socioeducativas, há uma tendência em perder a confiança no poder judiciário. Esse fenômeno talvez seja explicado pelo fato dessas instâncias ainda privilegiarem métodos eminentemente juristas (ações legalistas, punitivas) em detrimento de ações com caráter pedagógico.

Tabela 21

Níveis de confiança em profissionais do sistema de aplicação de medidas socioeducativas

Nível de confiança nos profissionais		Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Não sei ao certo o que eles fazem
		n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Polícia*	G1	47 (79,7)	5 (8,5)	3 (5,1)	2(3,4)	2 (3,4)
	G2	88 (18,9)	106 (22,8)	199 (42,8)	71 (15,3)	1 (0,2)
Advogados	G1	10 (16,9)	13 (22,0)	24 (40,7)	10 (16,9)	2 (3,4)
	G2	39 (8,4)	63 (13,5)	259 (55,7)	100 (21,5)	4 (0,9)
Promotores*	G1	34 (57,6)	6 (10,2)	13 (22,0)	3 (5,1)	3 (5,1)
	G2	58 (12,5)	82 (17,7)	218 (47,0)	62 (13,4)	44 (9,5)
Juízes*	G1	36 (61,0)	7 (11,9)	9 (15,3)	4 (6,8)	3 (5,1)
	G2	61 (13,2)	63 (13,6)	195 (42,2)	135 (29,2)	8 (1,7)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

Esse sistema certamente foi o que recebeu as piores avaliações dos adolescentes, em ambos os grupos. Todos os domínios apresentam índices de concordância bem abaixo dos demais contextos avaliados nessa pesquisa, sobretudo nos aspectos individuais. Apenas 6,8% dos participantes mostraram que concordam com itens que representam que eles são respeitados por profissionais que atuam no sistema de aplicação de medidas socioeducativas (“A”) e que esses profissionais entendem a formas como eles se sentem (“B”).

Na mesma direção, o domínio relacionamentos apresentou um *score* baixo para essa coluna. O item que revelou menor índice, tanto para G1 quanto para G2, foi o que aponta que a polícia é confiável porque trata a juventude de forma justa (G1 = 8,5%; G2 = 23,1). Esses resultados robustecem nossa hipótese de que quanto maior o contato dos adolescentes com o sistema de aplicação de medidas socioeducativas, maior passa ser o descrédito dessa população nesses serviços, o que certamente colabora na construção de um sentimento de injustiça social.

Diferentemente dos outros contextos avaliados, o domínio comunitário não foi o que apresentou piores indicadores de avaliação positiva pelos participantes dos dois grupos. Porém, o item “G” mostra que existe uma forma de discriminação dos adolescentes que tiveram problemas com a polícia, na medida em que existe um tratamento diferenciado para esses grupos promovidos pela população que reside nesses bairros. Ainda nesse domínio, aparece o dado mais elevado de concordância no item “H” (“Jovens e adolescentes com problemas com a justiça podem

encontrar em seus bairros atividades interessantes”), tanto para G1 quanto para G2 (G1 = 35,6%; G2 = 46,2).

No último domínio, relativo ao cultural, temos níveis equiparados de concordância nos grupos nos dois últimos itens (K [G1 = 30,5%; G2 = 32,0]; L [G1 = 32,2%; 31,4]), o que demonstra que possivelmente existe para parte dos participantes uma representação mais positiva com relação às leis no país que protegem adolescentes em conflito com a lei e, em decorrência disso, esses grupos podem vislumbrar um futuro melhor. Acreditamos que as conquistas recentes na área da proteção da infância e adolescência, lideradas pelos movimentos sociais, sejam aspectos que justifiquem esses dados. Ainda assim, os resultados desse Estudo mostram que existem muitas mudanças necessárias no sistema de aplicação de medidas socioeducativas, tendo em vista o baixo nível de confiança depositado pelos principais interessados, no caso, os próprios adolescentes.

Tabela 22

Indicadores de proteção associados ao sistema de aplicação de medidas socioeducativas

FALANDO SOBRE O SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	G1			G2		
	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)
A. Eu me sinto respeitado por profissionais que trabalham no sistema de aplicação de medidas socioeducativas (polícia, advogados, promotores e juízes)	40 (67,8)	15 (25,4)	4 (6,8)	85 (18,2)	209 (44,8)	172 (36,9)
B. Eu acredito que polícia, os advogados, promotores e juízes entendem a forma como eu me sinto*	49 (83,1)	6 (10,2)	4 (6,8)	148 (31,9)	221 (47,6)	95 (20,5)
C. Sinto que os meus direitos são respeitados pelas pessoas que trabalham com medidas socioeducativas (polícia, advogados, promotores e juízes)	41 (69,5)	12 (20,3)	6 (10,2)	88 (19,1)	226 (49,0)	147 (31,9)
D. A polícia é confiável porque trata a juventude de forma justa*	47 (79,7)	7 (11,9)	5 (8,5)	168 (36,3)	188 (40,6)	107 (23,1)
E. Eu acredito que as pessoas que trabalham nos tribunais (incluindo juízes, promotores e advogados) são capazes de tomar decisões que ajudam adolescentes e jovens*	28 (47,5)	18 (30,5)	13 (22,0)	46 (10,0)	220 (47,6)	196 (42,4)
F. Profissionais que trabalham com medidas socioeducativas (polícia, advogados, promotores e juízes) ajudam adolescentes e jovens com problemas	37 (63,8)	13 (22,4)	8 (13,8)	66 (14,4)	236 (51,4)	157 (34,2)
G. Jovens e adolescentes que tiveram problemas com a polícia são tratados de maneira justa e não são julgados nos lugares em que moram*	44 (74,6)	9 (15,3)	6 (10,2)	185 (40,4)	174 (38,0)	99 (21,6)
H. Jovens e adolescentes com problemas com a justiça podem encontrar em seus bairros atividades interessantes (esporte, atividades de arte, praças para encontrar amigos, etc.)*	28 (47,5)	10 (16,9)	21 (35,6)	87 (18,9)	161 (34,9)	213 (46,2)
I. Existem projetos nos bairros que ajudam adolescentes e jovens que tiveram problemas com a justiça ficarem longe de problemas	36 (62,1)	11 (19,0)	11 (19,0)	147 (32,1)	174 (38,0)	137 (29,9)
J. Adolescentes e jovens que tiveram problemas com a justiça são tratados pela sociedade da mesma forma que outros jovens*	36 (62,1)	14 (24,1)	8 (13,8)	191 (42,1)	186 (41,0)	77 (17,0)
K. Existem leis no meu país que ajudam a proteger adolescentes e jovens que tiveram problemas com a justiça.	26 (44,1)	15 (25,4)	18 (30,5)	112 (24,3)	201 (43,7)	147 (32,0)
L. Pessoas que precisam morar em uma instituição de medida socioeducativa recebem ajuda e suporte necessário para terem um futuro melhor*	25 (42,4)	15 (25,4)	19 (32,2)	81 (17,4)	238 (51,2)	146 (31,4)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.2.7 Contexto comunitário

A última seção do questionário trazia questões sobre o contexto comunitários dos participantes. Na Tabela 23, encontramos dados que mostram a avaliação da segurança nas comunidades, a partir das perspectivas dos grupos, assim como as situações de violência que costumam ocorrer nessas áreas. É interessante observar que o G1 apresenta os maiores e menores índices de avaliação de segurança nos lugares em que eles vivem. Se somarmos os dados obtidos nas opções “Muito insegura” e “Insegura”, bem como as opções “Segura” e “Muito segura”, temos para G1, respectivamente, os valores de 21,4% e 33,9%.

Em complementação as informações apresentadas no parágrafo anterior, observamos (também a partir dos dados da Tabela 23) que as batidas policiais (72,4%), tráfico de drogas (67,2%) e roubos (36,7%) são as situações que mais ocorrem nas comunidades do G1, enquanto para G2, a ordem em que aparecem é diferente, primeiramente o tráfico (71,6%), depois os roubos (65,4%) e as batidas policiais (58,1%). A ocorrência de tiroteios reportada pelos dois grupos também é alarmante (G1 = 25,9%; G2 = 16,3%). Esses resultados evidenciam a exposição dos dois grupos a formas de violência, possibilitam um debate sobre a questão das políticas de segurança no país e nos fazem pensar o quanto esses indicadores estão associados à problemática do envolvimento precoce de adolescentes em atividades ilícitas, incluindo o tráfico.

Tabela 23

Avaliação da segurança na comunidade

Avaliação da segurança nas comunidades	G1	G2
	n (%)	n (%)
Muito insegura	7 (12,5)	27 (5,8)
Insegura	5 (8,9)	79 (17,0)
Mais ou menos segura	25 (44,6)	257 (55,2)
Segura	13 (23,2)	91 (19,5)
Muito segura	6 (10,7)	12 (2,6)

Situações que ocorrem nas comunidades	G1	G2
	n (%)	n (%)
Tráfico de drogas	39 (67,2)	333 (71,6)
Batidas policiais*	42 (72,4)	270 (58,1)
Roubos*	21 (36,7)	304 (65,4)
Tiroteios	15 (25,9)	76 (16,3)
Outros	3 (5,2)	20 (4,3)
Nenhuma das opções	7 (12,1)	52 (12,5)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

A próxima Tabela, número 24, foi construída a partir de uma pergunta que fizemos aos dois grupos: se alguma criança ou adolescente estiver sendo vítima de violência, qual a probabilidade dos vizinhos fazerem uma denúncia? Entendemos que essa estratégia poderia nos dar um indicativo da coesão das comunidades na garantia da proteção das populações infanto-juvenis. Mais da metade dos participantes, 64,9% para G1 e 69,5% de G2, responderam que “Provavelmente” ou “Muito provavelmente” a denúncia seria realizada. Entre os grupos que assinalaram a opção “Improvável” ou “Nem um pouco provável”, encontramos 24,6% para o G1 e 12,5% para o grupo dois. 10,5% de G1 e 18,0% de G2 não souberam ao certo como as pessoas reagiriam.

Os dados apontam para as comunidades como espaços de proteção para adolescentes que sofrem violência, na medida em que os participantes reconhecem que os vizinhos encaminhariam denúncias de violência, caso necessário. Ao mesmo tempo, durante a coleta de dados com o G1, vários comentários surgiram no sentido de apontar que essas pessoas seriam “fuxiqueiras”, e, por isso, tenderiam a relatar os casos para órgãos responsáveis. Seria importante um trabalho de sensibilização desse grupo para as responsabilidades civis na proteção de crianças e adolescentes, mostrando que

não se trata de uma ação invasiva por parte dos vizinhos, mas um compromisso ético-político com aqueles que têm seus direitos violados.

Tabela 24

Confiança nos vizinhos para encaminhamento de denúncias

Se alguém está sofrendo violência no bairro, qual a probabilidade de um vizinho fazer a denúncia?	G1	G2
	n (%)	n (%)
Muito provável	16 (28,1)	146 (31,3)
Provável	21 (36,8)	178 (38,2)
Improvável	11 (19,3)	46 (9,9)
Nem um pouco provável	3 (5,3)	12 (2,6)
Não sei ao certo	6 (10,5)	84 (18,0)

*Nota: $p < 0,05$ (ANOVA)

A Tabela 25 mostra que as principais diferenças entre G1 e G2 na avaliação das comunidades estão no domínio de aspectos individuais, especialmente no item “B”, (“Meu bairro é um lugar seguro para morar”), em que 62,1% de G1 concordam com essa afirmação e apenas 35,5% do G2. NO outros itens desse domínio também aparece uma diferença nos grupos, com uma tendência do G1 valorizar mais a comunidade.

No domínio relacionamentos não há diferenças significativas entre os grupos, sendo que aproximadamente metade da população apresenta concordância nos itens que apresentam boas relações entre os vizinhos, exceto no item “D” que aparece com níveis de concordância baixos nos dois grupos, o que indica baixo nível de confiança nas pessoas que moram no bairro (D [G1 = 22,4%; G2 = 22,1%]; E [G1 = 51,8%; G2 = 55,5%]; F [G1 = 48,3%;G2 = 49,9%]).

No domínio comunitário dessa seção, buscamos averiguar as práticas coletivas que existem em torno dos problemas locais e a valorização de práticas culturais organizadas pela própria comunidade. Para 43,1% dos participantes do G1, as pessoas na comunidade se ajudam quando existe algum problema, sendo que esse número cai para 32,3% no G2. Para apenas 27,6% de G1 e 25,5% de G2 as pessoas na comunidade conversam sobre os problemas da comunidade. Já no último item desse domínio (“I”), 37,9% de G1 e 43,8% de G2 concordam que existem festas e atividades no bairro em que as pessoas se divertem. Os dados revelam fragilidades nos vínculos

comunitários, que talvez sejam explicados pela inexistência de programas sociais que objetivem a valorização das forças e potencialidades dos grupos e indivíduos que residem nessas localidades.

No último domínio, cultural, buscamos compreender o senso de pertencimento e as percepções dos adolescentes sobre as potencialidades de viver em comunidades. 53,4% de G1 e 59,4% de G2 concordam que viver em comunidades é importante na vida das pessoas. Uma diferença maior entre a percepção dos grupos foi encontrada no item “As pessoas são tratadas de forma justa, independentemente do lugar que elas moram”, com 44,8% para G1 e 33,8% para o G2. O último item do questionário solicitava uma avaliação dos respondentes com relação às comunidades dos países em que moravam. Como resultados, obtivemos concordância de 46,6% de G1 quanto à afirmação de que as comunidades no Brasil são bons lugares para se viver e 33,3% do G2 apresentaram a mesma resposta. Os resultados para esse domínio revelam uma lógica de individualismo apregoado no cenário atual, onde as comunidades perdem seu valor e o enfrentamento das problemáticas fica alojado no campo privado.

As implicações de todos os resultados obtidos nesse Estudo são retomadas e discutidas à luz da literatura na seção Discussão.

Tabela 25

Indicadores de proteção associados à comunidade

FALANDO SOBRE COMUNIDADE	G1			G2		
	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)	Discordo n (%)	Mais ou menos n (%)	Concordo n (%)
A. Eu tenho orgulho de morar no meu bairro	9 (15,5)	11 (19,0)	38 (65,5)	54 (11,5)	146 (31,2)	268 (57,3)
B. Meu bairro é um lugar seguro para se morar*	8 (13,8)	14 (24,1)	36 (62,1)	76 (16,3)	224 (48,2)	165 (35,5)
C. Eu sinto que eu pertença ao meu bairro e a minha comunidade	8 (13,8)	17 (29,3)	33 (56,9)	82 (17,7)	165 (35,7)	215 (46,5)
D. Eu confio nas pessoas que moram no meu bairro	18 (31,0)	27 (46,6)	13 (22,4)	142 (30,4)	221 (47,3)	103 (22,1)
E. Eu gosto de conversar com as pessoas que moram perto de casa	8 (14,3)	19 (33,9)	29 (51,8)	65 (13,9)	143 (30,6)	259 (55,5)
F. Eu tenho um bom relacionamento com os meus vizinhos	10 (17,2)	20 (34,5)	28 (48,3)	72 (15,5)	161 (34,6)	232 (49,9)
G. Eu acredito que as pessoas no meu bairro ajudam umas as outras quando é necessário	11 (19,0)	22 (37,9)	25 (43,1)	117 (25,1)	199 (42,6)	151 (32,3)
H. Em meu bairro as pessoas discutem os problemas que existem na comunidade.	21 (36,2)	21 (36,2)	16 (27,6)	164 (35,2)	183 (39,3)	119 (25,5)
I. Existem algumas festas e eventos tradicionais no meu bairro onde as pessoas se divertem	12 (20,7)	24 (41,4)	22 (37,9)	102 (22,0)	158 (34,1)	203 (43,8)
J. Viver em comunidade é importante na vida das pessoas.	5 (8,6)	22 (37,9)	31 (53,4)	33 (7,1)	155 (33,5)	275 (59,4)
K. As pessoas são tratadas de forma justa, independentemente do lugar que elas moram	11 (19,0)	21 (36,2)	26 (44,8)	105 (22,7)	201 (43,5)	156 (33,8)
L. No meu país, as comunidades são bons lugares para crescer	11 (19,0)	20 (34,5)	27 (46,6)	89 (19,1)	222 (47,6)	155 (33,3)

*Nota: p-valor = 0,05 (Test t)

2.3 DISCUSSÃO

Os indicadores de risco e proteção presentes na adolescência têm sido arduamente debatidos por estudiosos da área do desenvolvimento humano e da psicopatologia do desenvolvimento, o que implica numa diversidade teórica e proposições que são, muitas vezes, antagônicas ou dissonantes. O recorte que buscamos nessa investigação fundamenta-se na construção dos indicadores de risco e proteção enquanto uma categoria social, portanto não focalizada no indivíduo ou restringida a histórias particulares (MORAIS; RAFFAELLI; KOLLER, 2012; LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014). Antes, buscamos problematizar como os diferentes aparatos sociais organizados para adolescentes, engendrados na dinâmica cultural, podem se consolidar como espaços protetivos e / ou de riscos.

Nesse sentido, se faz necessário debater modelos explicativos que minimizam as questões sociais como produtoras de mecanismos de risco. Moreira *et al.* (2013), por exemplo, apontam que a relação entre violência na adolescência está vinculada a aspectos como “desagregação familiar, uso indevido de tempo, desintegração de valores tradicionais, influência de amizades e marginalização social” (MOREIRA *et al.*, 2013, p. 1374). Esses indicadores, se não analisados profundamente, podem funcionar como um modelo ideológico que omite as mazelas sociais e a história de violação de direitos de determinados segmentos sociais. Uso indevido do tempo na adolescência e desintegração de modelos tradicionais são arquétipos de retóricas conservadoras que recorrentemente fundamentam os argumentos dos setores mais reacionários do campo político e da grande mídia.

Defendemos, nessa tese, um posicionamento embasado em perspectivas críticas, que estejam alinhadas com as bandeiras de lutas dos movimentos sociais e atenta às realidades opressoras advindas do modelo no qual prevalece a desigualdade social. Nessa direção, as discussões aqui empreendidas fomentam uma análise conjuntural que articule os contextos de desenvolvimento dos participantes da pesquisa com sua realidade social, enfatizando os dados provenientes do grupo formado por adolescentes que tiveram envolvimento no tráfico de drogas.

Com relação ao contexto escolar, é preocupante o índice de evasão que encontramos nos adolescentes que tiveram envolvimento no tráfico. Além disso, o motivo que mais colaborou para esse fato, de acordo com as respostas dos participantes, foi que eles não gostavam de ir à escola, demonstrando falta de interesse por aquilo que

as instituições oferecem. O histórico de reprovações nesse grupo, também deve ser levado em consideração quando buscamos explicações para o abandono escolar.

A inadequação dos currículos escolares às realidades juvenis, os conteúdos que são apresentados através de metodologias tradicionais, as estruturas físicas precárias dos prédios, o baixo repertório cultural proveniente da inacessibilidade a equipamentos sociais disponíveis, dificuldades materiais das famílias para garantir a permanência, entre tantos outros aspectos, podem colaborar nos processos de evasão escolar na adolescência de modo geral (GOMES; SOUZA, 2009; DESTRO; SOUZA, 2012; SANTOS; NASCIMENTO; MENEZES, 2012). No caso dos adolescentes em conflito com a lei, tal como apresentado por Monteiro (2010), Dias (2011) e Lourenção (2015), existe, ainda, uma dissociação entre os objetivos estabelecidos pelas instituições escolares e os interesses dos adolescentes, de modo que atividades em outros espaços e com outras características se mostram mais atrativas para esse grupo.

Levantamos como hipótese, com base no material empírico, que o não alinhamento entre as expectativas traçadas pela instituição escolar e a realidade de adolescentes com envolvimento no tráfico repercute na produção da indisciplina e, conseqüentemente, no acúmulo de um histórico de suspensões e expulsões que intensificam estigmas de desajustados que esses adolescentes recebem em diversos espaços sociais. Com isso, a arbitrariedade de mantê-los nas escolas, diante das conjunturas expostas, implica, muitas vezes, no acarretamento de outros problemas, tendo em vista que conflitos sociais, como o caso da indisciplina, têm se transformado problemáticas judiciais (ver o trabalho de AVILA, 2013). Argumentamos que as condutas de adolescentes em conflito com a lei nas escolas também devam ser analisadas com base nas expectativas dos próprios alunos. Todavia, devemos estar preparados para reconhecer que suas vozes ecoarão como uma denúncia a um modelo institucional fracassado.

Apesar dessa constatação, a pesquisa revelou que existe um processo de valorização da escola, uma vez que os participantes reconhecem que aprendem coisas importantes para sua vida quando estão lá. Mas precisamos levar em consideração as representações sociais que esses grupos incorporam, advindos de práticas discursivas que prescrevem fortemente sucesso e ascensão social para os indivíduos que atingem níveis de escolarização satisfatórios. O fato de boa parte dos participantes afirmarem que não se sentem felizes quando estão na escola,

especialmente no grupo de adolescentes com envolvimento no tráfico, é um exemplo emblemático que revela essas contradições.

Os relacionamentos interpessoais no contexto escolar também não foram tão bem avaliados como esperávamos, especialmente na relação entre pares de adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas. No entanto, o relacionamento com os professores parece ser o mais conturbado. As más condições de trabalho do professor, o baixo repertório cultural e as estratégias tradicionais de ensino corroboram na construção de relacionamentos interpessoais esvaziados de sentidos (CAMARGO; GUTN; MOTTA; ZANANDREA; FABRI, 2012), ocasionando a homogeneização dos alunos e a diminuição de significados positivos que as escolas podem adquirir na vida de professores e alunos (LÓ, 2010; FISS; BARROS, 2014).

As trajetórias de vida dos adolescentes do tráfico requerem dos professores e dos profissionais que atuam na escola o estabelecimento de relações afetivas, virtuosas e que respeitem as demandas desses alunos. As condições objetivas do contexto educacional brasileiro não favorecem tais princípios. Daí a necessidade de articulação da sociedade como um todo em busca de estratégias de valorização e melhorias da qualidade da educação pública. Só assim haverá um salto qualitativo nas relações interpessoais no contexto escolar, reverberando, também, na qualidade dos serviços educacionais prestados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os dados ainda mostram que a relação entre escola e comunidade é enfraquecida, especialmente quando comparamos a outros contextos de desenvolvimento dos participantes. Muito se tem debatido sobre as possíveis interlocuções entre escola e comunidade. Alves e Varela (2012) propõem a substituição de expressões como “escola aberta” [à comunidade] por “escola em parceria” [com a comunidade], pois alertam para a necessidade da “passagem da lógica burocrática baseada no cumprimento dos normativos para uma lógica de parceria baseada na negociação entre atores sociais a quem é reconhecido o poder de estabelecer contratos” (p. 37), em prol da resolução efetiva de questões sociais que surgem e que remetem, necessariamente, a esses dois contextos.

Diversos estudos foram realizados no Brasil recentemente com foco no encaminhamento de projetos que articulem sistematicamente ações entre as escolas e os contextos comunitários (CARNEIRO, 2011; GANZ, 2011; PARENTE, 2012; SILVA, 2012). Esses trabalhos apontam para a necessidade das escolas estarem

próximas às comunidades do ponto de vista geográfico, mostram a relevância da utilização de metodologias participativas que revelem as demandas locais e promovam um nivelamento das expectativas educacionais, bem como destacam a necessidade de conhecer os sentidos das práticas educativas na vida dos adolescentes. Compreendemos que o trabalho coletivo e articulado entre comunidade e escola pode se consolidar com uma ferramenta pujante para a diminuição dos indicadores de vulnerabilidade que assolam adolescentes, incluindo grupos que tiveram envolvimento no tráfico ou que estão expostos a essa possibilidade.

Os dados sobre família mostram a relevância desses vínculos na vida dos participantes, tanto na vida dos adolescentes com envolvimento no tráfico, quanto daqueles que não têm esse histórico, contrariando os apontamentos feitos por Brambilla (2012) que enfatizou os aspectos negativos dessas relações. A literatura mostra a importância que as famílias adquirem na vida de adolescentes expostos a indicadores de riscos psicossociais (JUANG; ALVAREZ, 2010; SHARABI; LEVI.; MARGALIT, 2012; MAGUIRE, 2013). Os resultados expressam que as famílias, ainda que com muitas dificuldades, se configuram como espaços protetivos para os participantes. Isso pode ajudar a desmistificar discursos que atribuem responsabilidade exclusiva às famílias pelo suposto insucesso de adolescentes no tráfico de drogas.

Os estudos com adolescentes envolvidos no tráfico devem se atentar para as dinâmicas familiares que antecedem o acometimento do ato infracional em si, contextualizando as dificuldades que as famílias têm de ser organizarem, mas também atentos às potencialidades que podem promover mudanças substanciais. O nível de confiança em alguns membros apontado pelos participantes, em especial às mães (em consonância com as discussões conduzidas por ESMERALDO, 2011), dão pistas de quais alternativas podem se configurar como ações bem sucedidas nas intervenções propostas. Um trabalho direcionado aos responsáveis legais, mais especificamente com aquelas pessoas apontadas como de confiança, no sentido de oferecer espaços e recursos que possibilitem a otimização da condição de cuidador, podem fortalecer a família e dar autonomia para que eles possam criar estratégias para que o adolescente não se envolva em atividades vinculadas ao tráfico.

Todavia, Borges (2012) nos fornece críticas plausíveis sobre a falta de efetividade das políticas de proteção integral ao adolescente envolvido em ato infracional e suas famílias. Ainda prevalece um discurso protetivo, que constantemente é ameaçado por propostas políticas infundadas, com princípios antidemocráticos e

completamente desalinhado com as convenções estabelecidas pelos direitos humanos. Nesse cenário, a desproteção das famílias continua sendo uma pauta recorrente e pouco se tem avançado nessa empreitada. Além disso, temos poucos exemplos divulgados de experiências exitosas com famílias de adolescentes em conflito com a lei (FRANCO, 2013). Acreditamos que esses trabalhos existam no contexto nacional e que esforços devem ser direcionados para o compartilhamento dessas boas práticas.

Como já mencionamos na apresentação dos resultados, é importante que sejam feitas diferenciações entre afiliação religiosa e espiritualidade (BURKE; OLPHEN; ELIASON; HOWELL; GONZALEZ, 2014; GIORDANO; PROSEK; DALY; HOLM; RAMSEY; ABERNATHY; SENDER, 2015). Em nossa investigação, ao focalizarmos o engajamento dos participantes em instituições religiosas e suas experiências nesse contexto, encontramos que boa parte dos adolescentes frequenta igrejas e destacam positivamente os relacionamentos estabelecidos com as pessoas que encontraram nessas instituições, que parecem ter sido pessoas afetuosas e que ofereceram algum tipo de ajuda aos participantes.

A religião e as práticas ligadas a ela ocupa um espaço controverso na literatura sobre os indicadores de risco e proteção. Cerqueira-Santos (2008) encontrou em sua pesquisa que os níveis mais elevados de religiosidade em adolescentes estavam associados a comportamentos sexuais de risco específicos. Por outro lado, no estudo feito por Amparo, Galvão, Alves, Brasil e Koller (2008), foram identificados diversos fatores protetivos apontados por adolescentes que estavam associados à religião, como reconhecimento da importância dessa instituição, frequentar encontros religiosos, ler escrituras sagradas, entre outros.

Pudemos observar a escassez de trabalhos que avaliam as correlações entre religiosidade na adolescência, ato infracional e, mais especificamente, de indivíduos vinculados ao tráfico. Os dados compilados em nossa pesquisa sugerem que as instituições religiosas se configuram como protetivas para uma parcela do grupo e salientam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre essa temática no contexto nacional. Todavia, destacamos a pesquisa feita Salas-Wright, Olate e Vaughn (2013), que trabalharam com adolescentes expostos a altos indicadores de risco social e com um segundo grupo com envolvimento em gangues em El Salvador. Os procedimentos utilizados revelaram que tanto afiliação a uma religião quanto à espiritualidade estão associados a fatores de proteção para esses grupos, sendo que o último aspecto tem um peso ainda maior na não vinculação a determinadas práticas delinquentes.

Algo que queremos evidenciar, a partir de nossos dados, é o peso atribuído pelos adolescentes ao papel que as igrejas desempenham em suas comunidades, que acaba sendo maior do que o contexto escolar, por exemplo. Bryant-Davis e Wong (2013) explicam que o sistema de crenças que passam a ser compartilhado, o senso de pertencer a um coletivo (comunidades de fé) e o acesso a determinados comportamentos e recursos religiosos podem promover subsídios para o enfrentamento de situações desafiadoras na vida das pessoas (ver ainda STROOPE, 2011; TODD, 2012).

Mas ingenuidades não cabem em análises que se propõe a contextualizar os indicadores de risco e proteção em toda sua extensão e possibilidades. Sabemos que a igreja, por meio de seus posicionamentos dogmáticos e adestradores, também pode se configurar como um indicador de risco, na medida em que impõe práticas alienantes e defende posicionamentos que expõe as pessoas a comportamentos de riscos. Todavia, submersos a realidades demarcadas por injustiças, é compreensível que alguns adolescentes e jovens depositem suas confianças nesses espaços institucionais, que podem representar o único lugar que promoveu acolhimento e fizeram com que eles acreditassem em algo.

Com relação aos projetos sociais que oferecem programas esportivos, de arte e educação informal, boa parte dos adolescentes com envolvimento no tráfico demonstraram, através das alternativas assinaladas no questionário, que nunca tinham ouvido falar de instituições desse porte ou ainda que não haviam espaços como estes próximo a suas casas. Esses dados vêm na contramão dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, amplamente divulgadas pelo governo Federal, que devem formular ações para que as comunidades criem estratégias de enfrentamento a situações de fragilidades encontradas nos territórios.

Assim, temos a convicção de que a não inclusão de adolescentes com envolvimento no tráfico em programas sociais, remonta uma política de assistência social esburacada, com traços assistencialistas e com ações que ainda se configuram como minimalistas e compensatórias (MOLLO, 2013). Embora haja uma efetiva expansão na rede de proteção básica (GONÇALVEZ, 2012), os dados apontaram que a grande maioria dos adolescentes participa das atividades nessas instituições por um período inferior a um ano. Isso nos faz refletir sobre a qualidade dos serviços prestados e a necessidade de promover mudanças nessas políticas e práticas.

Azevedo e Gomes Filho (2011) pontuam que diversos países no mundo, incluindo o Brasil, organizaram nas últimas décadas programas de inclusão social por intermédio do esporte, mas que existem contradições nessas propostas, principalmente porque se valoriza na sociedade contemporânea o desempenho ao invés das atividades construtivas e que trariam um senso de comunidade a adolescentes e jovens. Desse modo, as atividades propostas nesses projetos devem estar alinhadas com as demandas do grupo, mas também atentas às práticas excludentes e fundamentadas na lógica da indústria cultural, que promovem um desserviço na apropriação das manifestações esportivas e artísticas por adolescentes oriundos de camadas populares.

Martins e Lucio-Villegas (2014) relatam uma experiência interessante que utilizou como recurso a proposta do Teatro do Oprimido como forma de inclusão social e tomada de consciência de questões que assolavam um grupo de adolescentes residentes em um bairro português com estigma social. Temas como cooperação, preconceito e estigma, questões de gênero, aprendizagem de conteúdos não formal, entre outros, foram capazes de aproximar os participantes da intervenção de novas possibilidades para o futuro, que antes eram inimagináveis. Compreendemos que os programas que oferecem atividades culturais e esportivas são de extrema relevância no desenvolvimento de adolescentes (HARRIST; WITT, 2012; LIBÓRIO; UNGAR, 2013; CONRAD, 2015), sobretudo em contextos de exclusão social. Mas a proposta filosófica e as metodologias empregadas não podem ser aleatórias ou desprovidas de objetivos que visem transformação social e empoderamento (WEARING, 2011; BADEMCI; KARADAY; ZULUETA, 2015).

Os participantes reportaram diversos problemas relacionados aos serviços de saúde, como não ter atendimentos que necessitam e sua baixa qualidade. O descrédito nos serviços e instâncias governamentais reforçam uma percepção de exclusão e escancara as injustiças sociais (ver o trabalho de MARZARI *et. al*, 2013). No caso dos adolescentes com envolvimento no tráfico, o sentimento de desesperança que vai sendo paulatinamente construído em relação às políticas sociais de saúde pode colaborar na significação positiva das atividades ilícitas. A lógica convencional é subvertida: “ser honesto” em uma sociedade que não oferece sequer condições de saúde para a população se torna tolice, e com isso, outros estilos sociais podem trazer a impressão de mais astúcia ou pelo menos de uma resposta frente ao descaso social.

A precarização dos serviços na área de saúde vulnerabiliza a população de uma forma geral, incluindo adolescentes em situação de exclusão, que

passam a conviver com um sentimento de desamparo e permeado por insegurança. As políticas de privatização da saúde, equipes despreparadas, falta de leitos em hospitais, dificuldades de receber atendimento ou falta de especialistas em determinadas áreas, são alguns dos temas que países que possuem níveis de desigualdade social abismais ainda têm que discutir (CAVALCANTE; LIMA, 2013; JOAQUIM; SANTANA; MARTINEZ, 2013). Desse modo, enquanto ainda prevalecer a necessidade de discussão dessas pautas, ou seja, de aspectos que revelam formas da violência estrutural, haverá a participação de adolescentes em atividades tidas como ilícitas.

Reconhecemos que o conceito de saúde não deve ficar restrito as instituições ou pensado apenas nos níveis secundários e terciários de atendimento. Apoiados em Gomes e Loureiro (2013) e Silva e Pelicioni (2013), acreditamos que o desenvolvimento de uma comunidade depende da promoção de saúde das pessoas que nela residem, tendo como perspectivas práticas que incluam a participação social na gestão, nas tomadas de decisão e no levantamento ativo dos problemas que costumam aparecer localmente. Portanto:

A promoção da saúde é vista não apenas como uma responsabilidade do setor saúde, mas também como a garantia do desenvolvimento de estilos de vida saudáveis e de condições de vida dignas, que promovam o bem-estar sendo um processo social e político abrangente que não abarca apenas a ação dirigida a fortalecer as capacidades e as competências dos indivíduos, mas também a ação dirigida à mudança das condições sociais, ambientais e económicas. As atividades de promoção da saúde incluem os programas, as políticas e outras intervenções organizadas que sejam capacitadoras dos indivíduos e das comunidades, numa estratégia participativa, holística, intersetorial, equitativa e sustentável (GOMES; LOUREIRO, 2013, p. 33).

O sistema de aplicação de medidas socioeducativas foi, sem dúvida, o contexto avaliado mais negativamente pelos participantes, o que nos permite afirmar que esses espaços não se configuram como instituições protetivas na vida dos adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico. Essa afirmação se fundamenta nos baixos níveis de confiança depositados na polícia, promotores e juízes, que são os profissionais envolvidos em todo o processo de aplicação de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei (assemelhando-se a pesquisa de SOUZA; SILVA-ABRÃO; OLIVEIRA-ALMEIDA, 2011).

É provável que alguns participantes mantenham um sentimento de raiva ou indignação por terem recebido a medida socioeducativa, especialmente nos

casos de internação e semiliberdade, as quais acabam provocando mudanças bruscas na vida do adolescente e das famílias. Todavia, é importante enfatizarmos que boa parte dos adolescentes dessa pesquisa estava no final do período da semiliberdade, portanto, já haviam passado vários meses nas instituições. Desse modo, caso as medidas tivessem surtido um efeito positivo na vida dessas pessoas, promovendo efetivamente participação social e diminuindo as defasagens culturais e educativas, haveria a possibilidade desses serviços serem avaliados de forma mais positiva.

A produção de discursos ideológicos operacionalizados por jurídicos-sociais, nas palavras de Sartorio e Rosa (2010), apresenta um recorte da realidade dos adolescentes em conflito com a lei e reforçam os estigmas sociais, individualizando a culpa e apartando o adolescente da sociedade, pois nesse prisma, esses sujeitos representam uma ameaça à ordem idealizada por essas instâncias. Além disso, as autoras destacam que durante os processos judiciais envolvendo os adolescentes em conflito com a lei o papel desempenhado por técnicos (incluindo assistentes sociais e psicólogos) e defensores públicos é ínfimo, prevalecendo as decisões do juiz de forma arbitrária (SARTORIO; ROSA, 2010). Se não existe a percepção de proteção ao adolescente, ainda que quando aplicada medidas consideradas mais severas, o sentimento de injustiça e a falta de confiança no sistema jurídico ainda prevalecerá.

O último contexto avaliado nesse Estudo foi o comunitário. Os resultados mostraram que os adolescentes dos dois grupos estão expostos a vários indicadores de violência, o que acentua o sentimento de insegurança. Para Hardaway, Mcloyd e Wood (2012), a exposição à violência aumenta a correlação entre problemas externalizados, como comportamentos antissociais, e internalizados, especialmente de ordem emocional e cognitivo. Self-Brown, Shepard e Kelley (2012) encontraram que a comunicação com os pais e a capacidade de resolução de problemas se configura como moderadores da diminuição dos efeitos psicológicos adversos em adolescentes que estão expostos a situações de violência na comunidade e no ambiente escolar. Essas considerações reforçam a necessidade de ações que visem o fortalecimento de vínculos entre das famílias e comunidade, para assegurar positividade pessoal.

As questões de problemas de comportamento na adolescência e engajamento em atividades que infringem a lei vão depender do tipo de exposição de violência na comunidade, bem como a intensidade que esses fatos ocorrem, pontuam Jain e Cohen (2013). As autoras acrescentam, com base em estudos empíricos realizados, que ser vítima de violência está associado com o aumento da probabilidade

de vinculação a atividades infracionais e de comportamento agressivo. Em contrapartida, a oportunidade de se engajar em atividades sociais significativas na comunidade, bem como manter relacionamentos interpessoais expressivos, podem ter um efeito positivo e estar associado a fatores de proteção (WICKRAMA; O'NEAL; LOTT, 2012; JAIN; COHEN, 2013; LOFVING-GUPTA; LINDBLAD; STICKLEY; SCHWAB-STONE; RUCHKIN, 2015).

Concordamos com Shook, Vaughn e Salas-Wright (2013) os quais afirmam que a ruptura do envolvimento de adolescentes no tráfico exige uma compreensão contextual dos indicadores de risco e proteção, bem como requerem que intervenções focalizem nos aspectos psicológicos, familiares, entre pares, do contexto econômico, entre outros. Na mesma direção, Maguire, Wells e Katz (2011) recomendam cautela no uso de escalas e instrumentos padronizados que não levam em consideração os fatores de risco e proteção de forma contextualizada e sensível as eventuais diferenças culturais. Nosso Estudo tem esse mérito, de propor uma análise de indicadores sociais que estão associados ao desenvolvimento na adolescência, levando em consideração os serviços oferecidos para esse público no contexto regional e as especificidades que moldam dinâmicas protetivas ou práticas que acentuam a vulnerabilidade.

CAPÍTULO 3



Ah... Polícia? Eu sempre vou falar mal deles, mas pra turma perto da onde eu moro lá, pra eles é um herói, não é senhor? Faz tudo de bom, protege a sociedade... mas pra mim assim, se for pra falar mesmo, só vou falar coisa mal, porque pra mim nunca fizeram o bem não (Luciano, 20 anos).

CAPÍTULO III

ESTUDO II

O objetivo desse estudo é verificar os indicadores de resiliência em adolescentes que tiveram envolvimento no tráfico de drogas, bem como avaliar em que medida a participação nessas atividades podem ser associadas a elementos de positividade pessoal para esse grupo.

3.1.1 Participantes

Assim como nos outros Estudos, participaram dessa etapa adolescentes, 542 no total, entre 12-20 anos de idade ($M = 16,01$; $DP = 1,548$), de ambos os sexos, sendo 55,4% meninos. As instituições e os sujeitos que foram recrutados são os mesmos apresentados no Estudo I. Como pode ser notado, houve uma pequena diminuição no número de participantes, pois alguns adolescentes não quiseram responder o segundo instrumento de pesquisa. Desse modo, a população desse Estudo é composta por 58 adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas, vinculados a instituições de aplicação de medidas socioeducativas, e 493 participantes selecionados numa escola estadual e no projeto social.

3.1.2 Instrumento: *CYRM (Child and Youth Resilience Measure)*

Esse material foi criado a partir de uma pesquisa inter-cultural com 1451 adolescentes, que residiam em 14 comunidades de 11 países diferentes (UNGAR, CLARK, KWONG, CAMARON & MAKHNACH, 2005; UNGAR, BROWN, LIEBENBERG, 2007), sendo validado por Ungar *et al.* (2008) como uma medida de resiliência denominado CYRM. O questionário foi traduzido pela orientadora dessa pesquisa tendo como suporte o manual de usuário do CYRM (UNGAR & LIEBENBERG, 2008) e sob a supervisão direta de Michael Ungar e Linda Liebenberg, que foram os idealizadores dessa proposta. O instrumento é composto por 28 itens, estruturados no modelo da escala Likert, organizados de forma crescente, e solicita que os participantes assinalem apenas um item de acordo com seus níveis de concordância nas afirmações (Anexo B).

Esse instrumento ainda não foi oficialmente adaptado para o contexto brasileiro, sendo que os procedimentos adotados nessa pesquisa poderão colaborar para

esse processo. Algumas análises apresentadas na seção Resultados mostram a pertinência de seu uso no contexto nacional e nos encorajam a propor novos recortes investigativos.

O objetivo desse instrumento, que é composto por duas seções, é identificar processos de resiliência debatidos pela literatura, levando em consideração aspectos individuais, relacionais, contextuais e culturais. Nossa escolha por essa ferramenta se deu em virtude da sensibilidade de seus idealizadores para os aspectos contextuais que configuram resiliência em diferentes culturas e nacionalidades. Também acreditamos que existe uma coerência nos itens que compõe esse material que expressam uma superação da resiliência enquanto constructo naturalizado ou traço de personalidade.

Além disso, o instrumento possui uma seção na qual os pesquisadores podem elaborar questões que incluem variáveis que estejam condizentes com os objetivos de cada pesquisa e que sejam relevantes culturalmente. Nesse estudo, em alinhamento com o objetivo definido, essa seção foi composta por itens relacionados ao tráfico de drogas envolvendo adolescentes e percepções valorativas que seriam associados a processos de fortalecimento pessoal e, por conseguinte, a processos de resiliência expressos de maneira não convencional. Os itens que compuseram essa seção foram construídos com base em apontamentos da literatura nacional e internacional sobre adolescência e tráfico de drogas, sendo que a versão final pode ser conferida na Tabela 26. Os respondentes poderiam assinalar, numa escala crescente de 1 a 5 o quanto concordava com as afirmações (1 = Discordo Totalmente; 2 = Discordo; 3 = Mais ou Menos; 4 = Concordo; 5 = Concordo Fortemente).

Tabela 26

Seção 1 do CYRM – Resiliência Oculta

-
-
- A. A venda de drogas pode ajudar pessoas a melhorar de condição de vida
 - B. Algumas pessoas que vendem drogas ajudam outras famílias que não tem dinheiro a comprar comida ou remédios
 - C. Algumas pessoas que vendem drogas ganham respeito e admiração no lugar onde elas moram
 - D. As notícias na TV, jornais e revistas mostram uma imagem errada sobre as pessoas que vendem drogas
 - E. Vender drogas deveria ser visto como uma forma digna de trabalho
 - F. Algumas pessoas preferem vender drogas ao invés de ir para a escola
 - G. Vender drogas pode ser mais divertido do que outras formas de trabalho
 - H. Vender drogas pode ser uma forma de sair da condição de pobreza
-

Esclarecemos que apenas os adolescentes que tinham histórico de envolvimento no tráfico de drogas responderam essa seção. Optamos, ainda, quando possível, formular afirmações com o verbo na terceira pessoa, evitando que os participantes se sentissem desconfortáveis ou intimidados em expressar a opinião sobre o tráfico, sobretudo porque estavam passando por intervenções no sistema de medidas socioeducativas e podiam achar suas respostas poderiam prejudicá-los de alguma forma.

3.1.3 Análise de dados

O material coletado passou por um processo de tabulação e as análises foram realizadas a partir do software SPSS, versão 21.0. O primeiro procedimento que adotamos foi a definição dos grupos a partir da seção 2 do CYRM, ou seja, dos participantes que apresentavam mais valorização do tráfico. Utilizamos uma técnica de agrupamento para estabelecermos as diferenças, de modo que esses procedimentos nos permitiram separar dois grupos em que as respostas eram assemelhadas entre si e distantes do outro grupo. A Tabela 27 mostra esses valores e ilustra que o “Agrupamento 1” é formado por adolescentes que tenderam a discordar das afirmações da seção 1 do CYRM, sendo que o “Agrupamento 2” seria o oposto.

Tabela 27

Análise de agrupamento pelo k-médias

AGRUPAMENTO	N	MÉDIA	DP
1	24	17,792	4,482
2	34	28,735	4,202

Esses procedimentos são importantes de serem informados, pois definiram os grupos desse Estudo, bem como permitiram a seleção dos sujeitos que foram convidados para participar do estudo qualitativo (Estudo III), apresentando no próximo capítulo. Isso porque, a partir do “Agrupamento 2”, formado por adolescentes que tenderam a valorizar mais o tráfico, foi possível a inserção de outro critério de inclusão para identificar quais os sujeitos seriam mais apropriados para constituir a amostragem que nos interessava, ou seja, que valorizam o tráfico e apresentam maiores indicadores de resiliência.

Assim, com os dados organizados, consultamos a equipe técnica das instituições que atendiam os adolescentes desse grupo, formado por psicólogos, assistentes sociais e educadores, e solicitamos que eles nos ajudassem a selecionar os adolescentes que durante os atendimentos psicossociais haviam trazido mais elementos relacionados ao tráfico, expressando uma relação positiva com essa atividade e / ou com vínculos significativos com pessoas ou com as ações que desempenhavam quanto estavam envolvidos na comercialização de substâncias psicoativas. Cabe fazer a ressalva de que esses procedimentos foram adotados apenas nas instituições de semiliberdade (não replicamos no CREAS). Por hipótese, os adolescentes nessa instituição estavam numa situação mais agravada e, até mesmo por isso, receberam uma medida considerada mais pesada.

A equipe nos deu um retorno de que, de fato, os adolescentes que havíamos selecionados a partir da seção 1 do CYRM eram os que tinham um envolvimento mais intenso com o tráfico, em termos de avaliação positiva e histórico de reincidências de medidas de internação. Após a discussão com a equipe, definimos que a constituição de um grupo de 8 adolescentes, sendo 4 de cada cidade (C1 e C2 – consultar essa separação no Estudo 1, seção “Participantes”), poderia nos trazer elementos quantitativos e qualitativos que nos auxiliariam na compreensão dos fenômenos analisados. Portanto, para esse Estudo, temos a seguinte separação dos grupos: G1 = adolescentes com envolvimento no tráfico e com altos indicadores de

valorização dessa atividade (n = 08); G2 = adolescentes com envolvimento no tráfico e com indicadores menores de valorização (n = 50); G3 = adolescentes de escolas públicas e projetos sociais sem envolvimento no tráfico (n = 461). Passaremos a apresentação das análises quantitativas provenientes da utilização do CYRM.

3.2 RESULTADOS

Iniciaremos com a apresentação dos resultados obtidos na seção 1 do CYRM, cujos itens foram apresentados nos procedimentos metodológicos dessa pesquisa, mais especificamente na Tabela 26. Em seguida, os dados relativos aos indicadores de resiliência nas populações investigadas são expostos.

3.2.1 Tráfico de drogas como expressão de positividade pessoal

As letras representadas em cada linha da Tabela 28 permitem a identificação das variáveis, bem como as diferenças obtidas em G1 e G2. Nela, podemos observar a média e o desvio padrão dos grupos em cada item, bem como a soma das respostas dadas pelos adolescentes. Observamos também que apenas para os itens “B” e “F” as diferenças entre os grupos G1 e G2 não são significativas, ao nível de 5%, segundo a técnica de análise discriminante. Ainda assim, em todos os itens o G1 aparece com indicadores maiores de valorização do tráfico.

Não houve uma diferença significativa do ponto de vista estatístico nos itens “B” e “F” porque houve uma tendência dos dois grupos assinalarem respostas mais similares. Contudo, tal como evidenciado na Tabela, o G2 parece concordar mais com as afirmações que indicam que pessoas que vendem drogas ajudam famílias que precisam, assim como que existem pessoas que preferem vender drogas ao invés de ir para a escola.

Os itens que aparecem com maiores médias em G1 são, primeiramente, “Algumas pessoas que vendem drogas ganham respeito e admiração no lugar onde elas moram” (C), com média de 4,625, seguido por “Vender drogas pode ser uma forma de sair da condição de pobreza” (“H”) e “As notícias na TV, jornais e revistas mostram uma imagem errada sobre as pessoas que vendem drogas” (“D”), respectivamente com médias de 4,571 e 4,375. Por outro lado, o item que apareceu com

menor nível de concordância para o G1 foi o “E” (“Vender drogas deveria ser visto como uma forma digna de trabalho”), com média de 3,571.

Os itens que apresentaram maior diferença entre o G1 e G2 foram “Algumas pessoas que vendem drogas ganham respeito e admiração no lugar onde elas moram” (C), “Vender drogas pode ser mais divertido do que outras formas de trabalho” (“G”) e “A venda de drogas pode ajudar pessoas a melhorar de condição de vida” (“A”) (respectivamente com diferenças numa média de 1,945; 1,745 e 1,385 entre cada grupo).

Tabela 28

Teste de independências dos grupos G1 e G2

	GRUPO	N	M	DP
A*	G1	8	4,125	1,126
	G2	50	2,740	1,337
B	G1	8	3,875	0,835
	G2	50	3,020	1,169
C*	G1	8	4,625	0,518
	G2	50	2,680	1,096
D*	G1	8	4,375	0,916
	G2	50	3,100	1,129
E*	G1	7	3,571	1,134
	G2	50	2,520	1,129
F	G1	8	4,250	1,389
	G2	50	3,360	1,241
G*	G1	8	4,000	1,414
	G2	48	2,271	1,005
H*	G1	7	4,571	0,787
	G2	49	3,367	1,220
SOMA*	G1	8	32,375	6,865
	G2	50	22,900	6,028

Através das análises apresentadas na Tabela 29, observamos que apenas a item “B” não discrimina significativamente os grupos G1 e G2, ao nível de significância de 5%, segundo a técnica estatística de análise discriminante. Isso significa que os grupos são homogêneos entre si e que existe uma coerência nos itens que foram

propostos com relação à valorização do tráfico de drogas na adolescência. A organização de dois grupos com essa técnica permitiu que pudéssemos realizar análises específicas sobre os indicadores de resiliência em grupos com maiores e menores indicadores de concordância com os elementos positivos ao tráfico.

Tabela 29

Teste da igualdade das médias dos grupos G1 e G2

Item	Lambda de Wilks	F	p-valor
A	0,890	6,553	0,013*
B	0,942	3,243	0,077
C	0,672	25,848	0,000*
D	0,823	11,425	0,001*
E	0,909	5,332	0,025*
F	0,867	8,114	0,006*
G	0,771	15,747	0,000*
H	0,892	6,423	0,014*
SOMA	0,711	21,539	0,000*

3.2.2 Indicadores de resiliência em adolescentes com envolvimento no tráfico

A Tabela 30 foi usada como referencia para a construção do Gráfico 1 e 2, mas também podemos observar que os resultados obtidos na análise de Alfa de Cronbach, sugerem confiabilidade no instrumento, tanto nos valores obtidos na população geral, como nas categorias internas do CYRM (Individual, Relacional, Comunidade e Cultural). Esses dados podem auxiliar na adaptação do instrumento no contexto brasileiro.

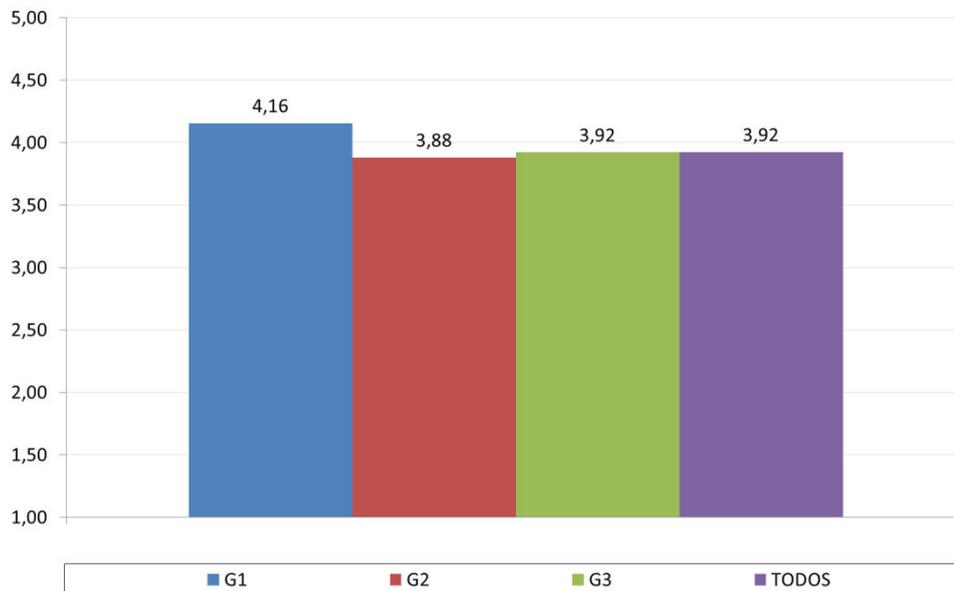
Tabela 30

Médias e análise de alfa de Cronbach

	G1	G2	G3	TODOS	Alfa de Cronbach
Individual	4,30	4,17	4,08	4,09	0,75
Relacionamentos	4,33	3,90	3,99	3,98	0,81
Comunidade	3,77	3,57	3,67	3,67	0,74
Cultural	4,10	3,82	3,89	3,89	0,68
Geral	4,16	3,88	3,92	3,92	0,90

Os 28 itens que compõe o CYRM foram submetidos a procedimentos estatísticos. O Gráfico 1 mostra a média das repostas obtidas, fazendo a separação por grupos. Embora não tenhamos encontrado significâncias estatísticas no material, o G1 (adolescentes com alto envolvimento no tráfico) apresentaram maiores indicadores de resiliência a partir do instrumento utilizado. Na sequência, aparece o G3 e, em seguida, como uma diferença pequena, o G2, que também é composto por adolescentes tiveram participação no tráfico de drogas.

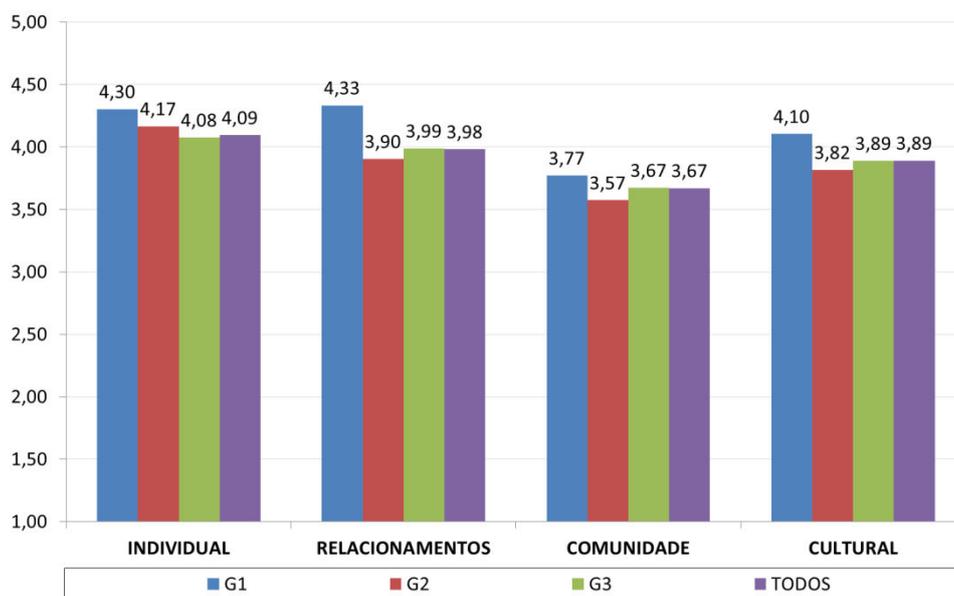
Gráfico 1
Indicadores de resiliência



Similarmente aos dados apresentados anteriormente, o Gráfico 2 evidencia as diferenças encontradas nos grupos a partir da estrutura interna proposta no instrumento. Procedemos com análises por intermédio do agrupamento dos itens que se encontram dispersos no CYRM. Mais uma vez, o G1 apresenta indicadores maiores em todas as categorias, sendo a variável “Relacionamento” a que apresenta mais diferença. Todavia, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Gráfico 2

Indicadores de resiliência apresentados por categorias



Por intermédio das análises estatísticas, mais especificamente o teste t para comparação das médias e o teste D de Cohen para a definição do tamanho do efeito, observamos, na Tabela 31, que apenas o tema “Relacionamentos” apresentou diferença estatisticamente significativa ($p\text{-valor} < 0,05$) entre as médias dos grupos G1 e G2, sendo que pela estatística d-valor o tamanho do efeito obtido para essa diferença é classificado como “Grande”. Quando procedemos com as mesmas análises comparativas entre G1 *versus* G3 e G2 *versus* G3 não encontramos nenhuma diferença estatisticamente significativa, tendo como referência $p\text{-valor} < 0,05$.

Tabela 31

Análise comparativa dos indicadores de resiliência entre os grupos

	M	DP	M	DP	t-valor	p-valor	d-valor	Tamanho do efeito	
	G1		G2		G1/G2				
	Individual	4,30	0,62	4,14	0,55	0,76	0,45	-	-
Relacionamentos*	4,33	0,42	3,82	0,59	2,34	0,02	0,90	Grande	
Comunidade	3,77	0,93	3,54	0,77	0,77	0,45	-	-	
Cultural	4,10	0,74	3,76	0,61	1,41	0,17	-	-	
Geral	4,16	0,55	3,83	0,52	1,61	0,11	-	-	
	G1		G3		G1/G3				
	Individual	4,30	0,62	4,08	0,54	1,18	0,24	-	-
	Relacionamentos	4,33	0,42	3,99	0,60	1,62	0,11	-	-
Comunidade	3,77	0,93	3,67	0,62	0,43	0,66	-	-	
Cultural	4,10	0,74	3,89	0,64	0,93	0,35	-	-	
Geral	4,16	0,55	3,92	0,50	1,31	0,19	-	-	
	G2		G3		G2/G3				
	Individual	4,14	0,55	4,08	0,54	0,75	0,46	-	-
	Relacionamentos	3,82	0,59	3,99	0,60	-1,73	0,09	-	-
Comunidade	3,54	0,77	3,67	0,62	-1,35	0,18	-	-	
Cultural	3,76	0,61	3,89	0,64	-1,24	0,22	-	-	
Geral	3,83	0,52	3,92	0,50	-1,14	0,25	-	-	

3.3 DISCUSSÃO

O uso de escalas para verificação de processos de resiliência tem sido bastante questionado por estudiosos nessa área do conhecimento (REPPOLD; MAYER; ALMEIDA; HUTZ, 2012). A discussão predominante questiona se resiliência pode ser mensurada, como ocorre com outros processos psicológicos básicos. Parte do material científico disponível para averiguação de possíveis índices da resiliência em pessoas e grupos ainda enfatizam aspectos centrados no indivíduo e nas características de personalidade (CARDOSO, 2013; AMAR; UTRIA; LLANOS; GONZÁLEZ; ROMERO, 2014), ou na detecção de atributos que permitam a obtenção de lucros e a otimização do desempenho empresarial (MANZANO-GARCÍA; CALVO, 2013).

Para além de uma discussão polarizada entre os malefícios e potencialidades no uso de instrumentos quantitativos no estudo da resiliência, defendemos que tais procedimentos, incluindo o uso de escalas e questionários, devem estar embasados em modelos epistêmicos claros, que demarquem a compreensão de seus proponentes e evidenciem as bases conceituais que sustentam as pesquisas propostas. Esse cuidado não tem a finalidade de criar demarcações separatistas entre correntes teóricas, mas sim de possibilitar a construção de modelos de investigação que estejam em consonância com a compreensão de homem, mundo e sociedade dos pesquisadores das diversas áreas que se interessam pela temática. Além disso, essas precauções impedem a banalização do conceito e permitem a construção de análises fundamentadas.

Em nosso caso, optamos pelo uso do CYRM por haver uma defesa de seus criadores da resiliência enquanto um processo relacional, permeado por significações subjetivas atribuídas aos relacionamentos interpessoais, às instituições e as práticas culturais, de modo que se estabelece uma visão dinâmica desse constructo psicológico (UNGAR, 2011; TOL; SONG; JORDANS, 2013). Assim sendo, os dados obtidos podem ser passíveis de modificações substanciais dependendo das alterações do contexto e de variáveis não-normativas que eventualmente apareçam no percurso desenvolvimental dos adolescentes. Não definimos resiliência com como um rótulo ou como adjetivação de algumas pessoas, antes, reconhecemos seu caráter multidimensional (LIBÓRIO; CASTRO; COELHO, 2005).

Além disso, contrapondo visões apriorísticas do desenvolvimento e das capacidades tipicamente humanas que se fundamentam em visões determinadas pelo aparato biológico, consideramos os construtos psicológicos uma construção social, mediada pela inserção do homem na cultura e a partir do processo de apropriação das práticas sociais (LEONTIEV, 1978; VIGOTSKI; LURIA; LEONTIEV, 1989). Isso que dizer que mesmo as funções consideradas mais elementares, como afetividade, personalidade, imaginação, atenção, entre outras, têm sua origem na cultura. Desse modo, também compreendemos a resiliência com uma construção social, mediada por relações e experiências que são estabelecidas pelas pessoas no decorrer do plano ontogênico, que permitem que recursos sejam extraídos da cultura e internalizados para o plano psíquico, no sentido de favorecer o enfrentamento das situações adversas (sobre assunto, consultar ainda MONDINI, 2011; FRANCISCO; 2013).

Tais postulações reforçam as mudanças paradigmáticas que ocorreram na compreensão da resiliência. Se não se trata mais de características centradas no indivíduo que possibilitam o aparecimento desses processos mediante a adversidade, faz todo o sentido compreender como podemos criar estratégias interventivas que potencializem os contextos de desenvolvimento, criando oportunidades para que as pessoas mobilizem recursos, objetivos e subjetivos, para lidar com os infortúnios da vida. Essas considerações revitalizam a importância das políticas públicas e tonificam a função social das instituições organizadas para o bem estar e desenvolvimento das comunidades em geral.

Todavia, Ungar, Liebenberg, Dudding, Armstrong e Vijver (2013), a partir de pesquisa empírica em áreas urbanas e rurais no Canadá, fazem uma análise sobre o peso das instituições na vida de adolescentes expostos a indicadores de riscos significativos, incluindo adolescentes que estão em sistemas de aplicação de medidas socioeducativas. Chegam à conclusão de que a quantidade de serviços ofertados não está, necessariamente, associada à redução de riscos, aumento da resiliência ou positividade pessoal nas populações infanto-juvenis. Mas que qualidade dos serviços prestados nas instituições traz implicações significativas em termos da promoção da positividade pessoal e da resiliência.

Ainda seguindo essa lógica, caberia uma reflexão sobre os contextos que não possuem serviços de atendimento a adolescentes em situação de exclusão social, ou então que possuem alguns espaços institucionais que oferecem diferentes serviços, mas que deixam a desejar na qualidade, seja pela precariedade de recursos, baixos investimentos ou pela presença de profissionais não qualificados (tal como apresentamos no Estudo I). Os resultados desse Estudo trazem contribuições para esse debate.

Nossa hipótese, com base nos dados empíricos coletados, é que as instituições sociais, bem como os contextos familiares e comunitários, possuem defasagens e não estão alinhadas com as necessidades dos adolescentes. Os itens que mostram o nível de valorização do tráfico, especialmente para o G1, evidencia que essa atividade pode ser permeada por sentidos positivos.

Tendo como parâmetro a pesquisa realizada por Theron e Malindi (2010), queremos destacar que todos os grupos que participaram desse Estudo, ou seja, do contexto brasileiro, apresentaram maiores indicadores de resiliência do que os adolescentes que foram recrutados na pesquisa conduzida na África do Sul (G1 = 4,16;

G2 = 3,88; G3 = 3,92; África do Sul = 3,45). Mas um dado relevante, é que tanto na África do Sul quanto no Brasil, os grupos que por hipótese estão mais expostos a indicadores de vulnerabilidade, respectivamente estar na condição de rua e envolvido no tráfico de drogas, demonstraram maiores *scores* nos resultados obtidos através do instrumento utilizado (Adolescentes em situação de rua na África do Sul = 3,98; G1 = 4,16).

Rutter (2007) explica que a exposição a diferentes formas de risco podem implicar em resultados inesperados, como por exemplo, provocar um efeito catalisador no sujeito em direção a processos de fortalecimento ou na busca da superação dessa condição. Na mesma direção, Silva e Graner-Araújo (2011), ao entrevistar adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas, encontraram vários aspectos objetivos que se configuram como centrais na constituição das identidades juvenis, estabelecidas a partir do engajamento nas atividades ilícitas, especialmente o reconhecimento social, senso de pertencimento e a possibilidade de participar ativamente como consumidores de produtos manufaturados.

Com isso, defendemos que as ideias apresentadas por Ungar (2004) devem ser retomadas. Ao invés de propormos intervenções verticalizadas, que buscam construir trajetórias de fortalecimento, devemos, antes, nos atentar para o fato de que talvez os comportamentos que nomeamos como problemáticos, podem significar empoderamento, ainda que convencionalmente negligenciados. Os sentidos que o tráfico de drogas adquire na vida dos adolescentes, pode ser mais efetivo dos que os serviços oferecidos nas mais diversas instituições que eles podem ter acesso.

Isso não significa que devemos aceitar o tráfico como uma forma possível de desenvolvimento, sobretudo porque sabemos os riscos que essa atividade carrega na contemporaneidade. Mas concordamos com Libório e Ungar (2010) que devemos investigar quais outras atividades e práticas culturais podem substituir os sentidos pessoais e os significados culturais que foram construídos através do tráfico. Não se trata de uma perspectiva moralista ou higienista. Estamos priorizando a subjetividade dos adolescentes que, por serem submetidos cotidianamente a práticas discriminatórias e processos de exclusão, são obrigados a buscar estratégias alternativas que promovam participação social. Apostamos que esses adolescentes “escolheriam construções subjetivas mais socialmente aceitáveis se seus talentos fossem valorizados e o acesso a recursos de saúde adequadamente disponibilizados” (UNGAR, 2004, X, tradução nossa).

A participação de adolescentes em atividades ligadas ao tráfico tem sua gênese em questões de ordem estrutural (VARGAS; CHAVES, 2011). Todavia, os achados dessa investigação são, no mínimo, intrigantes e trazem novas questões para a área de estudos em resiliência. Embora não haja diferenças estatísticas significantes entre os grupos, os dados apontam que o grupo que apresentava maior envolvimento no tráfico também apresentou maiores indicadores de resiliência. Como essa atividade é considerada pela literatura um indicador de risco potente para o desenvolvimento de adolescentes, os achados dessa investigação apontam controvérsias que merecem investidas por parte dos estudiosos dessa temática.

CAPÍTULO 4



Não gosto de nada na escola. Eu vou, tenho que ir, marcar presença.

Eu fico lá conversando, escutando música no celular [...]

Com estudo ou sem estudo acho que tanto faz. (Marcelo, 16 anos).

CAPÍTULO IV

ESTUDO III

4.1 Delineamento metodológico

O objetivo central desse estudo foi compreender os significados que a atividade do tráfico de drogas ocupou na vida de adolescentes que cumprem medida socioeducativa do tipo liberdade assistida, bem como verificar os indiciadores de risco e proteção associados a essa atividade e a outros contextos de desenvolvimento apresentados na literatura clássica sobre resiliência.

Esse estudo foi delineado tendo como fundamento os pressupostos de Estudos de Casos Múltiplos proposto por Yin (2010). Optamos por esse recurso investigativo pelo próprio recorte da pesquisa, que está relacionado a situações reais que necessitam de análises profundas e contextualizadas de fenômenos atuais. O Estudo de Casos Múltiplos permite a aparição de conteúdos similares numa mesma amostragem, o que permite a concordância ou questionamento de discussões empreendidas pela literatura científica. Entretanto, não podemos correr o risco de propor generalizações demasiadas, uma vez que os dados possibilitam considerações restritas às histórias de vida dos sujeitos que integram determinado estudo. Caso contrário, correremos o risco de elaborar estratégias universais para problemáticas que envolvem dimensões históricas e culturais que precisam ser dimensionadas de forma complexa.

Em concordância com os argumentos de Yin (2010), a pesquisa contou com 5 (cinco) componentes estruturais que balizaram a construção da lógica investigativa: 1) as questões de estudo; 2) as preposições; 3) as unidades de análise, 4) a lógica que une os dados e as proposições; 5) os critérios para interpretar as constatações.

As **questões de estudo** fundamentaram-se, inicialmente, em manuscritos localizados sobre a temática central e na experiência do pesquisador no trabalho com adolescentes expostos a indicadores de risco social. Alguns temas ainda pouco explorados na literatura, incluindo discordâncias teóricas, auxiliaram na formulação das questões centrais. De forma sumarizada, tais questões relacionavam-se com o papel que o tráfico ocupa da vida de adolescentes, as redes de proteção que falharam ou que serviram de suporte social e os projetos de vida construídos pelos participantes.

Com relação às **proposições de estudo**, nos fundamentamos em hipóteses iniciais, mas abertos a refutá-las em qualquer momento da investigação. Entre elas, destacamos o anseio de analisar se, em alguns casos, o tráfico de drogas pode estar relacionado com os processos de resiliência e, caso afirmativo, como explicar esse fenômeno que se contrapõe as definições clássicas sobre o tema. Outras dimensões foram norteadoras, entre elas, que os participantes mantêm relações difíceis nos contextos familiares, vínculos enfraquecidos com as redes de proteção, lógica de consumismo imposto pelo capital, histórico de violação de direitos, entre outras. Consideramos, também, que as proposições de um estudo devem estar relacionadas à relevância científica e social que os achados podem trazer e contribuir na compreensão do fenômeno.

A **unidade de análise** estabelece o sujeito como unidade primária, ou seja, os dados coletados sobre sua história são categorizados como relevantes mediante as questões e proposições de estudo. Esse estudo é baseado nos relatos de adolescentes com histórico de envolvimento em atividades ligadas ao tráfico de drogas. Utilizamos como recurso metodológico as falas dos participantes e os questionários utilizados, uma vez que não estava previsto no projeto original a análise de seus prontuários nas instituições (que exigem procedimentos éticos e jurídicos de alta complexidade) ou entrevistas com profissionais que atendiam os adolescentes na época da pesquisa de campo. Reconhecemos que esses procedimentos poderiam trazer elementos significativos para a descrição e exploração dos casos analisados.

A **vinculação dos dados às proposições** refere-se ao modelo analítico empregado para a sistematização e validação dos procedimentos metodológicos. Desse modo, submetemos o material coletado às proposições iniciais do estudo, estabelecidas na etapa de formação do projeto e das hipóteses. Os dados apresentados nos estudos anteriores também nos ajudaram na elaboração desse estudo. No trabalho com adolescentes, consideramos que essa etapa deve envolver a construção de espaços dialógicos que produzam material empírico suficiente para realização de análises plausíveis, o que inclui a diversificação de estratégias na coleta de dados e o estabelecimento de vínculos que favoreçam confiança. Casos que envolvem privação de liberdade são ainda mais desafiadores, tendo em vista que o contato com os participantes, bem como o tempo que o pesquisador permanece com os mesmos, dependerá da rotina dos sujeitos e dos acordos estabelecidos previamente com as instituições.

Por fim, optamos em utilizar a técnica de análise de conteúdo como a principal ferramenta para **interpretar as constatações**. Essa escolha está fundamentada nos objetivos centrais da pesquisa, nas técnicas utilizadas para captação de material e empírico e em consonância com os preceitos da abordagem de *mixed-method studies*.

4.1.1 Instituições e seleção dos participantes

Esse estudo foi conduzido em dois municípios de médio porte (C1 e C2), localizados no interior do estado de São Paulo e que possuem serviços de liberdade assistida para adolescentes com envolvimento em ato infracional. Participaram 8 (oito) adolescentes do sexo masculino, com idade média de 16,8 anos (DP = 1,79). Os critérios de inclusão foram:

- 1) ter sido encaminhado à instituição por vinculação ao tráfico;
- 2) apresentar um alto *score* na seção 1 do CYRM (Estudo 2), que traz elementos de valorização do tráfico de drogas. Para tanto, os valores da escala foram analisados através da técnica de análise discriminante;
- 3) Após esse procedimento de análise, o terceiro critério foi a concordância dos profissionais que atendem os adolescentes quanto à valorização do tráfico por parte desses adolescentes. Solicitamos aos profissionais da equipe técnica que levassem em consideração discursos positivos do tráfico que apareceram espontaneamente durante os atendimentos.

Desse modo, os 4 (quatro) primeiros adolescentes de cada instituição foram convidados a participar das entrevistas. O cruzamento desses dados, ou seja, os resultados do CRYM e as referências dos profissionais, permitiram que a seleção dos participantes para essa etapa não fosse conduzida de forma arbitrária. Além disso, através dos relatos dos profissionais pudemos compreender que os itens do questionário estavam coerentes, pois selecionaram os adolescentes que realmente já haviam trazido elementos de valorização do tráfico nos atendimentos realizados nas instituições.

Dois participantes, na época da pesquisa de campo, já eram maiores de idade, mas estavam em cumprimento de regime de liberdade assistida, pois as infrações ocorreram pouco tempo antes deles completarem 18 anos. Optamos em mantê-los na amostragem, sobretudo porque ambos haviam tido um envolvimento intenso no tráfico de drogas durante toda a adolescência e poderiam contribuir significativamente com o estudo.

O critério para definição do tamanho da amostragem levou em consideração elementos relacionados à viabilidade de análise do material. Antes da condução das entrevistas, o pesquisador buscou retomar o contato com os participantes, esclarecer a importância de sua participação e garantir o sigilo das informações. Priorizamos, durante todo o processo, estabelecer relações menos hierárquicas com os adolescentes, respeitando seus interesses e valorizando a contribuição voluntária.

4.1.2 Instrumentos

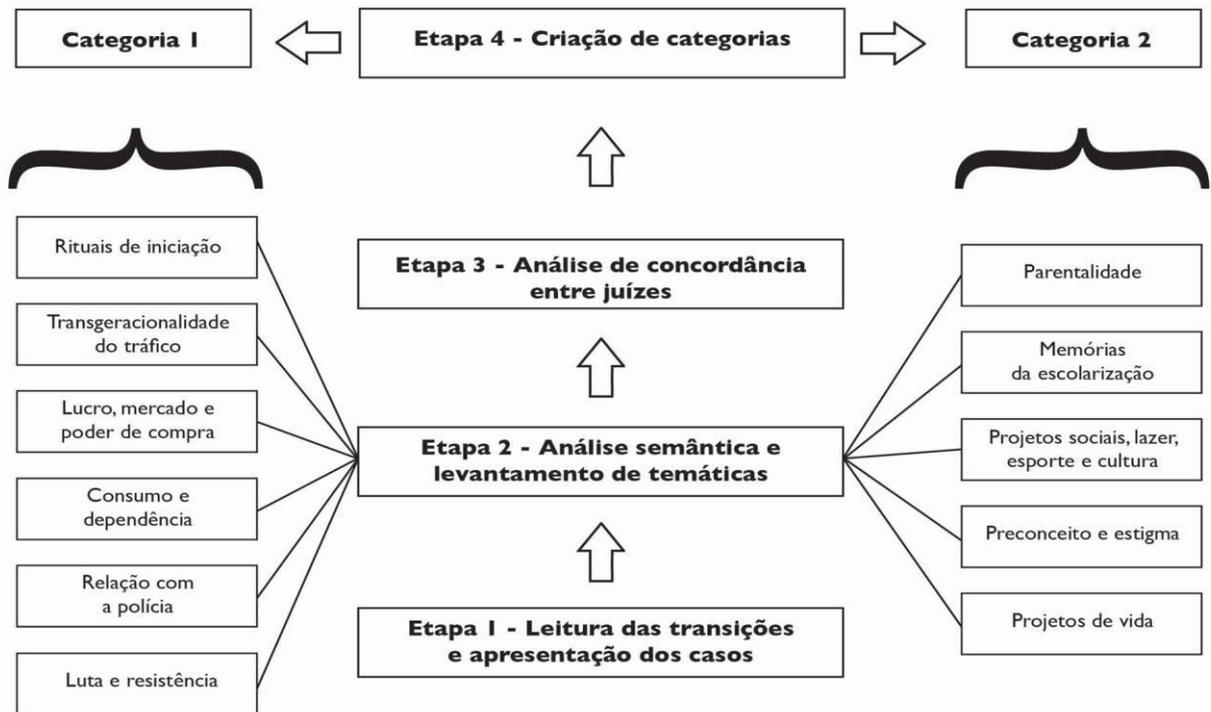
Inicialmente, estava prevista a realização de entrevistas com base no material fotográfico produzido pelos próprios participantes, em consonância com estudos embasados nos métodos visuais. Todavia, a instituição se posicionou veementemente contrária esse tipo de técnica, uma vez que isso poderia trazer transtornos para os adolescentes e para a própria instituição, caso esse material fosse exposto ou utilizado indevidamente. Dessa forma, buscando atender as exigências da instituição, adaptamos a proposta e formulamos questões de um roteiro semiestruturado (Anexo C) que se fundamentam na literatura específica e trazem indicadores importantes para responder os objetivos dessa investigação. Os participantes tinham o direito de ler as questões contidas na entrevista antes do início da técnica, negar responder parte das questões ou até mesmo não dar continuidade a pesquisa.

4.1.3 Coleta e análise de dados

As entrevistas foram realizadas individualmente, em salas reservadas, num único encontro e tiveram a duração média de 50 (cinquenta) minutos. O material foi gravado por meio de aparelho digital e posteriormente transcrito na íntegra. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, inspirados na proposta de Bardin (1974), e permitiram a criação de categoriais explicativas sobre o fenômeno investigado. Para aumentar o grau de confiabilidade das categorias, submetemos o material produzido à análise de Concordância entre Juízes. A Figura 2 sintetiza as etapas que compuseram a realização das análises e como os resultados foram obtidos.

Figura 2

Procedimentos de análise dos resultados do estudo qualitativo



4.2 RESULTADOS

4.2.1 Trajetórias Negligenciadas

Passaremos à apresentação dos casos selecionados para este estudo. Reforçamos que os dados apresentados são provenientes das entrevistas realizadas e dos questionários que foram aplicados juntos aos adolescentes. Informações fornecidas pela equipe técnica ou análise nos prontuários não compõe esse material, uma vez que tais procedimentos não foram previstos na etapa de elaboração do projeto e, portanto, não foram submetidos à apreciação da instituição ou mesmo do Comitê de Ética em Pesquisa. Desse modo, apresentamos as histórias dos participantes de acordo com os conteúdos que emergiram na relação com o pesquisador, muitas vezes guiadas pelos próprios adolescentes. A diversidade dos contextos de vida e as diferenças na relação estabelecida entre participante e pesquisador não permitem que os casos sejam apresentados de forma padronizada.

Embora as cidades de origem não sejam apresentadas, sobretudo pelos cuidados éticos de não identificação dos sujeitos, acreditamos que seja importante reforçar que todos os adolescentes são provenientes de cidades localizadas no interior do estado de São Paulo (de pequeno e médio porte), sendo que a maioria deles residia em outras cidades para o cumprimento de medida socioeducativa do tipo liberdade assistida.

Buscamos construir narrativas que evidenciam parte da história de vida dos adolescentes, com ênfase em conteúdos que revelam o envolvimento no tráfico de drogas, as relações nos contextos familiares e escolares, projetos futuros, entre outros. Embora haja certa arbitrariedade na escolha das temáticas selecionadas, certamente vinculadas às questões subjetivas do próprio pesquisador, consideramos que uma apresentação mais detalhada permite uma aproximação do leitor à realidade dos adolescentes, bem como minimiza possibilidades de leituras reducionistas e simplificadas dos contextos de vida dos participantes.

Caso 1 - Luciano, 20 anos

Ressalta que seu envolvimento no tráfico se deu por interesse em “ganhar dinheiro fácil”. Iniciou com atividades de roubo aos 9 anos no centro de sua cidade de origem, um município de pequeno porte. Aos 12 anos de idade relata que já ficava dias sem voltar para casa, pois já tinha um envolvimento intenso no tráfico. Ressalta que sua família, especialmente sua mãe, sempre deu conselhos para que ele se afastasse das atividades ilícitas. Os pais são separados e o adolescente afirma que a ida à casa do pai aos finais de semana possibilitou que ele conhecesse pessoas vinculadas ao tráfico. Muitos deles, de acordo com os dados coletados, estão presos ou foram assassinados. Fala que sempre foi teimoso e que não dava nenhuma importância para o que as pessoas falavam, incluindo os familiares, embora demonstre afeto por sua mãe, padrasto, avó materna e duas irmãs. Descreve situações de violência doméstica que sofreu por parte do pai, que constantemente chegava em casa embriagado e agredia a mãe e ele. As agressões incluíam espancamentos e ameaças com faca. Tem uma namorada desde o período que antecede a segunda internação. Ela parece se configurar como um suporte social positivo, tendo em vista que fazem planos para o futuro juntos e o visita constantemente. Relata várias situações de preconceito que já viveu em espaços públicos, especialmente depois que as pessoas souberam do seu envolvimento no tráfico. Teve duas passagens por unidades de internação, ambas por conta do tráfico.

Mostrou-se bastante desiludido com os amigos que tinha, pois alega que não deram assistência e sequer mandavam cartas durante o período que ele estava na instituição. Foi conduzido à delegacia por portar meio quilo de craque, mas já fazia muitas coisas ligadas ao mundo do crime, como clonagem de cartões e falsificação de documentos. As medidas socioeducativas de internação aplicadas ao adolescente somam 3,9 anos. Afirma que gostava muito de jogar futebol e que seu sonho é fazer uma faculdade de música. Citou até uma música que escreveu durante o período de internação, mas não acha boa suficiente para mostrar para as pessoas.

Caso 2 – Bernardo, 16 anos

Afirma ter praticado roubo e tráfico de drogas durante a adolescência. Antes de ingressar no tráfico, começou a fumar maconha com 11 anos de idade. Algum tempo depois, começou a sair com sua irmã e os amigos dela, que já eram bem envolvidos no tráfico. Desse grupo surgiu o interesse do adolescente pela comercialização. Justifica que começou a traficar por ser de uma família pobre e que seu maior objetivo, no começo, era dar uma casa para a mãe. Arrepende-se por ter gastado o dinheiro com coisas supérfluas e não ter investido em algo mais concreto. Acredita que as pessoas que moram em comunidades sofrem preconceito por sua condição econômica. Mantém um contato intenso com seus amigos que estão fora da instituição, chegando a mandar uma média de 12 cartas por semana, de acordo com seu relato. Na época em que a entrevista foi conduzida, parecia estar bem empolgado com o novo emprego que havia conseguido para trabalhar em uma barraca de lanches aos finais de semana. Entretanto, destacou que ganha pouco, mas que se sente bem porque a mãe diz que está feliz com a nova função dele. Proveniente de uma família numerosa, constituída por 11 irmãos, demonstra ter um afeto por todos, especialmente pelos sobrinhos que são pequenos. Não conheceu o pai que, durante a gestação da mãe, foi assassinado por dívidas do tráfico. Relatou não se dar muito bem com a família, mas que aprendeu a dar valor quando estava no período de internação, sobretudo por conta da saudade que sentia de todos. Não se considera uma boa influência para os irmãos, pelo fato dos policiais entrarem na sua casa para o prenderem e o terem algemado na frente de todos, causando muito sofrimento para a família. Acredita que o ensino fundamental é o máximo que pode alcançar, por conta de sua idade (se considera velho para estudar), e anseia ter um emprego com horários fixos que garanta o sustento da família que ele almeja construir no futuro. Pensa em atuar no conserto de automóveis ou

instalando som em carros. Quando estava no período de internação, teve uma educadora que se tornou uma referência importante para o adolescente, ajudando-o a se engajar em diversas atividades e a repensar a sua condição. Ainda assim, verbaliza que o tráfico sempre será uma possibilidade na sua vida, especialmente se os trabalhos convencionais não derem certo.

Caso 3 – Gustavo, 16 anos

O adolescente tem mais um irmão e vive com o pai e a mãe. Relata nunca ter tido problemas com a família. Foi abordado por policiais quando armazenava craque, dinheiro e cheques sem fundo. A medida socioeducativa recebida incluiu regime de internação por 1 ano. Relata que conheceu algumas pessoas na rua que vendiam drogas e que sempre estavam com dinheiro. Esses garotos tinham aproximadamente a mesma idade, portanto, nos primeiros anos da adolescência. Os amigos antigos sempre aconselhavam que ele se afastasse desse tipo de prática, mas ele não dava atenção. Afirma ter gastado muito dinheiro com roupas caras, bebidas e maconha, sendo que o consumo era cada vez maior. Diz que os familiares não sabiam do seu envolvimento e que foi uma surpresa muito grande a todos. Frequentemente ressalta que a única pessoa na família que “não presta” é ele, e define o restante como pessoas honestas e trabalhadoras. Todos os bens adquiridos através do tráfico ficavam em uma casa que o próprio adolescente alugou para efetuar as transações. Esse fato, segundo o participante, permitiu que tudo ficasse omitido para os familiares. Conseguiu guardar uma quantia de dinheiro, mas teve que gastar boa parte com advogados. Ainda tem um montante guardado (cerca de R\$ 3500,00), mas não sabe exatamente no que vai gastar. Nenhuma pessoa, nem mesmos os familiares, sabem desse dinheiro. A mãe passou mal quando o viu algemado na delegacia, mas tem dado suporte e conselhos para que ele não se envolva novamente com tráfico. Trouxe diversos relatos positivos da família, como um relato bem preciso de uma viagem que eles fizeram juntos para o litoral. Foi reprovado pela primeira vez na escola depois que se envolveu no tráfico. Antes tirava boas notas e se destacava pela qualidade dos textos que produzia. Nesse mesmo período, deixou de frequentar o CRAS que funcionava próxima a sua casa. Com a entrada no tráfico, as pessoas no seu bairro demonstravam que tinham medo de se aproximar, relatou o adolescente. Também anunciou que sofreu por diversas vezes preconceito por seu pertencimento étnico. Para o futuro, pensa em fazer um curso técnico para trabalhar nas usinas que estão instaladas em sua região.

Caso 4 – Cléber, 15 anos

O adolescente mora apenas com a mãe. Sua irmã, que é mais velha, mora na mesma cidade, mas já é casada. O pai se separou da mãe há 3 anos e mora em outra cidade. Ele se recusa a passar o endereço atual para o filho, pois a mãe sempre menciona que vai à justiça para reivindicar o direito à pensão alimentícia. Ainda assim, relata que conversa todos os finais de semana com o pai, por telefone, e acrescenta que se dá melhor com o pai, pois a mãe é muito nervosa e explosiva. No começo o adolescente não conseguia lidar bem com a separação, porque estava acostumado a ter os pais sempre por perto, mas agora já se adaptou. Começou a se envolver no comércio de drogas aos 13 anos. Entretanto, no início apenas guardava o dinheiro para uma pessoa que era maior de idade e que já vendia há bastante tempo. Após um período, relata que adquiriu a confiança dessa pessoa e se tornou uma espécie de gerente dos negócios. Todos os outros adolescentes pegavam a droga com ele (com o Cléber) e devolviam no final do dia o dinheiro correspondente. Cléber foi abordado pela polícia quando estava preparando a droga para distribuição. Na tentativa de fuga, levou um pacote com uma quantidade considerável de drogas, que ficou registrado em seu boletim de ocorrência e repercutiu em uma medida mais severa. Afirmou nunca ter usado nenhum tipo de droga. Sua família nunca desconfiou de nada, pois buscava se afastar de situações e pessoas que pudessem comprometê-lo em espaços públicos. Embora tenha conseguido bastante dinheiro através do tráfico, nunca conseguiu guardar, por dois motivos: primeiramente, porque gastava muito com bebidas, festas e com relacionamentos com garotas de programa; depois, por sempre imaginar que o dinheiro poderia vir em quantias maiores, o que o desestimulava a ter cuidados com reservas. O adolescente fala que pôde conversar apenas 20 minutos com a mãe enquanto estava sendo encaminhado para a delegacia. Ela, por sua vez, ficou muito abatida durante o período de internação, mas fazia visitas periódicas e aconselhava constantemente o filho. Gosta de ir para escola e só reprovou no ano em que foi cumprir medida de internação. Mesmo quando estava atuando como “gerente do tráfico”, buscava conciliar a atividade escolar. Uma das pessoas que mais aconselhavam o adolescente a frequentar a escola era o traficante que o recrutou. O adolescente demonstra admiração e verbalizou que ele sempre recomendava que ele buscasse um novo estilo de vida, pois no tráfico não existem futuros promissores. Na época em que foi encaminhado para a medida socioeducativa, o adolescente chegava a ganhar mais de R\$ 5.000,00 por mês,

sendo que um dos principais pontos de venda era uma região universitária da cidade que abarca duas instituições privadas e uma pública. Com um dos meninos que trabalhou na venda de drogas, aprendeu algumas técnicas da mecânica de carros, e pretende, no futuro, trabalhar nesse ramo.

Caso 5 – Artur, 15 anos

Artur foi abordado pela polícia enquanto saía de um terreno onde escondia a droga. Com ele foram encontradas várias porções de maconha que seriam vendidas naquele dia. Começou a vender drogas aos 13 anos de idade, depois que experimentou maconha na escola. Seus pais são separados e os outros três irmãos moram com ele e a mãe. Fala que a separação dos pais foi boa, pois brigavam muito quando estava morando na mesma casa. A família nunca desconfiou de nada, até um dia que o adolescente quase foi pego pela polícia. Os pais acharam que ele estava apenas usando drogas e procuraram um serviço de saúde mental no município. No primeiro atendimento com a psicóloga, ele esperou mais de duas horas pra ser atendido devido a um atraso da profissional. De acordo com seu relato, quando falou com a psicóloga a mesma não acreditou que ele havia usado apenas as drogas que mencionava. Depois disso não quis mais voltar aos atendimentos. As drogas que usava eram cocaína, cigarro, bebidas alcoólicas e, frequentemente, maconha. Gastava muito com roupas e festas, mas afirmou que sua irmã mais velha o ajudava a guardar parte do que ganhava, embora ele dissesse a ela que o dinheiro era de outras fontes, como “bicos” que fazia. Pouco tempo depois de ingressar no tráfico, alugou uma casa em parceria com outros adolescentes e pouco voltava para a casa da mãe. A polícia chegou a fazer uma busca nesse local, mas o adolescente conseguiu fugir. Os outros foram pegos e, atualmente, todos estão cumprindo medidas socioeducativas ou presos. Não gostava de ir à escola, mas no regime de internação a escolarização passou a ter significados mais positivos. Considera-se habilidoso em matemática e chegou a participar de concursos nessa área. Reclamou que diversas vezes, quando estava indo para a escola regular, recebeu batida policial e ameaças. Disse que os policiais o perseguiam e o obrigavam a assumir ocorrências que ele não tinha participação. Almeja cursar serviço social, porque assim conseguiria ajudar de alguma forma sua comunidade e solucionar os problemas que existem lá.

Caso 6 – Júnior, 17 anos

Considera que iniciou as atividades do tráfico por influência dos amigos. A família sempre o alertou sobre os riscos que corria. A mãe chegou a encontrar drogas em suas gavetas, mas achou que era para uso do adolescente. Pediu que ele não trouxesse drogas para casa para não expor os irmãos mais novos. Começou vender drogas aos 13 anos nas cidades de sua região e promovia assaltos em mercados e outros estabelecimentos comerciais. Estava cumprindo a medida por ter cometido roubo, mas aguardava audiência para responder por um flagrante com porte de maconha, com uma quantidade que caracteriza o tráfico. Relata que sempre teve problemas no contexto escolar, com históricos de reprovação, brigas, dificuldades de relacionamento com professores e diretores, diversas suspensões e expulsão de duas escolas. Gosta de praticar esportes e tocar violão. Durante o período na internação, pôde aprimorar suas habilidades na música. Falou constantemente sobre a vontade que tem de sair do regime de liberdade assistida. Sente-se discriminado na sua cidade depois que cumpriu a medida de internação. Segundo o adolescente, todas as pessoas na cidade sabem do período que ele permaneceu na fundação e os motivos que o levaram pra lá. Mora com os pais e tem mais dois irmãos pequenos, com 10 e 6 anos de idade. Acrescenta que é o único na família que tem envolvimento com atividades ilícitas. Critica arduamente o mundo do crime e repete com frequência a expressão utilizada pelos adolescentes, que consiste na ideia de que existem apenas dois caminhos após tráfico: cadeia e caixão. Usava maconha diariamente e com alta frequência; outra droga que menciona ter usado é a cocaína. Critica as pessoas que usam crack, pois as considera dignas de pena, porque muitas vezes têm que roubar botijão de gás ou idosos na rua para fazer uso da substância. Como projeto futuro, pensa em trabalhar em uma indústria têxtil que existe na sua região, mais especificamente no setor de produção, “batendo carinho” nas calças que são produzidas.

Caso 7 – Marcelo, 16 anos

O adolescente foi pego em flagrante vendendo drogas próximo à sua casa. Com ele, havia maconha, cocaína e dinheiro em espécie que ele havia ganhado naquele dia. Embora estivesse com uma quantidade pequena, o juiz decretou medida de internação, alegando que o adolescente já tinha outras passagens pela polícia. Iniciou a venda de drogas aos 13 anos, por intermédio de amigos que tinha no bairro. Alguns vendiam drogas na esquina de sua casa. Chegava a ganhar R\$ 2.000,00 por dia,

especialmente aos finais de semana. Ficava na rua após as 18h e vendia para pessoas de diferentes classes sociais, modificando somente o tipo de droga procurada. Várias pessoas da família apresentam histórico de envolvimento no crime, incluindo o pai e o tio, que também estavam presos. Usava maconha, cigarro e bebidas alcoólicas, mas enfatiza que nunca quis experimentar cocaína e crack. A mãe de Marcelo não sabia do seu envolvimento no tráfico e ficou muito surpresa quando recebeu a ligação para ir até a delegacia. A pessoa que ele elege como referência importante na sua vida é o tio, que se encontrava preso por tráfico. Justifica que ele (o tio) ajuda as pessoas e sempre foi uma pessoa humilde, mesmo sendo julgado por muitos. Com relação ao pai, fala que sua relação sempre foi muito complicada, pois o mesmo tem atitudes estúpidas e conversa pouco com ele. Marcelo deixou de frequentar a escola antes de iniciar o tráfico. O adolescente foi expulso por ter agredido fisicamente a diretora e uma professora e depois não quis mais saber de estudar. Mesmo durante o período de liberdade assistida, o adolescente diz que frequenta a escola por que é obrigado, mas que nunca presta atenção ou faz as tarefas que são propostas. Aprendeu a ler quando estava cumprindo medida de internação, mas considera esse elemento indiferente em sua vida. Demonstra rancor dos funcionários que trabalhavam no setor de segurança da fundação. Relata que gostava de frequentar o CRAS por conta das atividades que fazia (com exceção daquelas de caráter escolar que às vezes eram propostas), mas parou de frequentar a instituição porque se envolveu no tráfico. Diz que a maioria das pessoas que vão para o tráfico o fazem por que não têm oportunidades de trabalho digno. Cita uma experiência de quando foi contratado para trabalhar informalmente carregando geladeiras. Alega que o trabalho era pesado e que não tinha o reconhecimento financeiro que merecia. Estabelece como projeto futuro morar em um sítio com o tio para ajudá-lo nas tarefas do campo. Acredita que essa seja uma estratégia para mantê-lo afastado do tráfico.

Caso 8 – Thiago, 20 anos

Desde os 12 anos de idade, passou por 3 internações, sempre por envolvimento no tráfico de drogas. Na última vez, foi abordado por policiais dentro de sua casa, enquanto tomava banho. Na época, sua namorada, que morava com ele, estava grávida de 3 meses. O irmão de Thiago também estava na casa, mas para protegê-los, acabou assumindo a responsabilidade de toda droga e dinheiro que havia na residência. Relatou que passou a vida fugindo da polícia e que em vários momentos se mantinha

foragido. Os pais foram assassinados quando ele ainda era criança. A mãe foi morta quando ele tinha 8 anos e o padrasto (que é a pessoa que ele considerava como seu pai) foi assassinado 3 anos depois, ambos por acerto de contas no tráfico. Os pais eram envolvidos no tráfico e preparavam as drogas dentro de casa. Para que os filhos não tivessem contato, trancava-os dentro do quarto. Thiago relata que depois de um tempo eles começaram a subir no guarda-roupa e olhar para o outro cômodo da casa no intuito de ver o que os pais faziam. Considera que nesse momento iniciou a aprendizagem das habilidades que o tráfico exige. Durante os três primeiros anos de vida, o pai biológico, que era dependente químico, agredia constantemente sua mãe e espancava os filhos, além de queimá-los com a ponta do cigarro. Ela decidiu fugir durante a noite para uma cidade de médio porte, onde não pudessem ser encontrados. A mãe, que carregava os dois filhos, praticava pequenos furtos para alimentá-los e, posteriormente, começou a se relacionar com o padrasto do Thiago, que já era envolvido no tráfico. Com a morte do padrasto, ele assume os negócios aos 11 anos e passa ser considerado um dos maiores traficantes da cidade. Além disso, herda dos pais a rixa que existia com algumas facções locais, carregando sempre os riscos dessa teia de relações. Aos 12 anos, fala que já estava casado e ganhando muito dinheiro em um dos pontos de venda de drogas mais movimentados da cidade. Ganhou muito dinheiro, mas não investiu em nada. Gastava muito com maconha e com prostitutas. Chegou a contrair uma doença sexualmente transmissível que foi tratada durante o período que esteve na internação. Fala de sua filha com muito afeto. Ela parece ter trazido novos sentidos para sua vida, pois verbaliza que o que mais quer nesse momento é poder ter paz e criar sua filha ao lado dele. Na semana em que a entrevista foi realizada, Thiago havia conseguido um novo emprego, o primeiro de sua vida com carteira assinada. Relatou que no dia que foi levar os documentos contratuais, quase perdeu a hora, pois foi abordado por policiais que não acreditaram onde ele estava indo. Precisou ir com os policiais até a empresa para provar que não estava mentindo. Para o futuro, pretende constituir uma família e sonha em ver um filho crescer, afinal, ficou longe da filha durante os primeiros anos dela. Fala, ainda, de ajudar o irmão a sair do crime e que ficaria feliz de poder fumar maconha de vez em quando com ele, citando exemplos de pessoas “de bem” que ele conhece e que também fazem isso.

4.2.2 Atravessamentos das histórias de vida

Com base nas entrevistas realizadas com os participantes, foram levantadas, por intermédio da análise de conteúdo, categorias semânticas que dão indicativos importantes sobre os indicadores de risco e proteção presentes nas trajetórias de vida dos adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas. Os dados obtidos são apresentados a seguir em duas categorias, intituladas “Aspectos culturais e movimentos cíclicos do tráfico de drogas envolvendo adolescentes” e “Binariedade do risco e proteção”. Subsequentemente, os resultados são debatidos à luz da literatura científica.

4.2.2.1 Categoria 1 – Aspectos culturais e movimentos cíclicos do tráfico de drogas envolvendo adolescentes

Essa categoria abarca as dinâmicas das relações presentes no cotidiano de adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas, mas também revela os fatores sociais que tornam essa atividade atraente para esse segmento etário. Nessa direção, são apresentados elementos que descortinam a realidade do grupo entrevistado e subsidiam a compreensão dos fatores que são valorizados ou repudiados pelo próprio grupo no mundo do tráfico.

Rituais de Iniciação

Consideramos nessa categoria, trechos que reportam ao início do envolvimento dos adolescentes na comercialização das drogas. Os dados revelam que pessoas próximas aos adolescentes, sobretudo amigos da escola e que moram no mesmo bairro, são apontados como os principais responsáveis pela vinculação inicial a essa atividade.

Luciano: Minha mãe é separada do meu pai. Meu pai mora numa vila e minha mãe mora em outra. A vila que minha mãe mora é aquele tipo civilizada. A vila que meu pai mora é tipo uma favela e eu sempre fui pra casa do meu pai. Ali eu comecei a arrumar uns colegas e, os meus colegas que arrumei, como amigos, foram os mesmos que me envolveram nesse negócio.

Gustavo: Ah, vendo com os outros assim, um dinheiro, ai eu fui de embalo. Eu andava com os moleques que vendiam droga. Eu via eles com dinheiro sempre e quis me envolver também. Mais de embalo eu fui.

Artur: *Porque eu fui no embalo dos moleques. Comecei a andar com os moleques da escola, daí nós começamos a sair e eu já parei de andar com minha família, só andava com os moleques. Teve vez que eu voltava pra minha casa só pra pegar roupas, essas coisas, nem dormia. Eu dormia na outra casa que eu tinha.*

Alguns familiares também são apontados como as pessoas que apresentaram o tráfico aos adolescentes. Nesses casos, é importante salientar que a complexidade dos contextos familiares, compostas por muitos membros, exposição à extrema pobreza e presença constante de múltiplas formas de violências, são fatores que devem ser entendidos como variáveis relevantes, evitando com isso mais uma forma de estigmatização e culpabilização exclusiva da família.

Bernardo: *No tráfico, foi mais na amizade assim. Minha irmã, antes dela casar, ela já era envolvida. Então eu era super apegado com minha irmã e eu ia em todo lugar junto com ela. Ai eu conheci uns amigos dela que viraram meus amigos e foi quando eu comecei a entrar no tráfico [...] pra mim acho que foi pelo dinheiro, porque quando eu traficava eu ganhava muito.*

Thiago: *Eu tenho. Sou eu, meu outro irmão e uma irmã. Eu sou o mais velho. Eu que cuido deles agora. Sempre cuidei, porque minha irmã foi morar com a tia dela quando minha mãe morreu. Ai meu irmão ficou com meu pai. Mas pelo fato dela ser mulher e era pequeninha, ele mandou ela pra lá, pra não se envolver, não viver aquela vida que nós estávamos vivendo. Ai meu pai morreu depois de 3 anos, depois da minha mãe. Ai como eu já tinha vivido bastante tempo o crime, eu já sabia a noção. Eu comecei vender drogas, participar do crime, já tinha envolvimento com as pessoas.*

Pesquisador: *E depois que seu pai foi assassinado, pra onde você foi?*

Thiago: *Ai fiquei sozinho né. Fui vender droga. Com 11 anos morava com mulher já. Já era casado já, tinha biqueira, tinha casa.*

Transgeracionalidade do Tráfico

Chamou-nos atenção o fato de alguns participantes relatarem que familiares e pessoas que ocupam um espaço importante em suas vidas já estiveram envolvidos com o tráfico, tiveram problemas com a justiça ou até mesmo alertaram insistentemente sobre os riscos dessa atividade. Esses dados relacionam-se com os ciclos de exclusão que se perpetuam intergeracionalmente e que são difíceis de romper, formando, desse modo, um espiral contínuo que perpetua a exclusão e a necessidade da aderência a atividades ilícitas como forma de participação social.

Pesquisador: *E seu pai?*

Bernardo: *Meu pai eu não conheci, porque quando minha mãe estava grávida ele morreu [...] mataram ele, deram tiro. Ele era envolvido no tráfico.*

Marcelo: Foi surpresa, eles não sabiam e nem desconfiavam.

Pesquisador: E o que te falaram?

Marcelo: Minha mãe falou que era pra eu parar, que não virava, que eu tinha exemplo já na família.

Pesquisador: Que exemplo?

Marcelo: Meu pai esta lá, meu pai está preso. Meu tio tinha acabado de sair. Ela falou que era pra eu pensar o que eu queria da minha vida.

Pesquisador: Como você aprendeu?

Thiago: Querendo ou não, eu aprendi com meu pai e minha mãe, sem eles quererem me ensinar. Eu escondido, eu aprendi. Quando eles iam picar, eu sempre ficava olhando assim. Eles trancavam a gente lá no quarto pra picar droga, mas mesmo assim eu sabia. Ia lá depois e via as sacolinhas cortadas e já começava a montar o quebra cabeça. Fui vendo... meu pai ia esconder a droga, ia vender lá longe, porque tinha medo das policias pegarem ele. Então eu já pensava que quando eu fosse vender “Vou levar a droga lá em baixo, longe”.

Lucro, mercado e poder de compra

Um dos objetivos centrais da pesquisa foi compreender os principais aspectos que motivaram os adolescentes a se envolverem no tráfico de drogas. Unanimemente, alegaram que essa atividade permitiu o acesso a recursos e bens de consumo, como roupas de marcas, tênis e bonés que custam caro. Citaram, ainda, as festas aos finais de semana, sempre acompanhadas de episódios intensos do consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Nessas ocasiões, tinham o hábito de pagar a conta de outras pessoas, incluindo amigos próximos, mas também de pessoas sem vínculos significativos. Justificavam que andar com essas roupas e consumir na vida noturna geravam status e garantiam o reconhecimento do grupo em termos do poder adquirido por intermédio do tráfico.

Também podemos encontrar nas entrevistas uma correlação entre o tráfico de drogas e as relações afetivo-sexuais dos adolescentes. Os participantes revelaram que ser reconhecido como traficante em suas comunidades é algo que chama a atenção de algumas mulheres (adolescentes do sexo feminino). Quando elas os acompanham, ocupam, também, uma posição social de poder e podem fazer uso de algumas drogas que consomem. Os adolescentes envolvidos no tráfico valorizam essas questões e utilizam diferentes estratégias para se tornarem atrativos a essas adolescentes.

Mas também é importante salientar que os participantes do estudo verbalizaram que o dinheiro obtido no tráfico possibilitava ajudar suas famílias com as contas mensais e na compra de mantimentos. Alguns participantes informaram que

mantinham uma conta no mercado próximo a suas casas e que suas mães faziam compras que eram pagas periodicamente pelos próprios adolescentes.

Aparece nos discursos um lugar paradoxal dos recursos obtidos, muitas vezes denominado como “dinheiro sujo” ou “amaldiçoado”. Descrevem que depois que iniciam a venda de drogas, não conseguem parar. Todas as vezes que necessitam de algum valor financeiro, o tráfico se mostra como a alternativa mais eficaz.

Pesquisador: *Você acha que se você não estivesse preso...*

Luciano: *Estaria no tráfico.*

Pesquisador: *Porque você acha isso?*

Luciano: *Por causa da ambição, senhor. O dinheiro fala pra você. O dinheiro hoje tá levando a gente a fazer maluquice.*

Pesquisador: *E como você gastava a sua grana?*

Bernardo: *Ah, com balada, bebida, mulher, droga, de tudo um pouco, era jovem né. [...]Eu ajudava em casa. Eu pagava umas contas, fazia compra. Porque assim, quando eu traficava eu tinha uma conta no mercado. Ai minha mãe ia lá e pegava as coisas que precisava e eu ia lá e pagava [...] Ali era dinheiro fácil, era dinheiro rápido. Se eu precisasse de 300 reais, eu ia na esquina ficava cinco minuto e ganhava. Vinha rápido. Então, é um dinheiro que não é abençoado, é uma coisa que vem rápido e vai rápido. Pelo menos pra mim.*

Pesquisador: *O que o tráfico tem de atrativo para os jovens?*

Gustavo: *Dinheiro sujo só. Ai é onde você se ilude e no fim você vê que não vale a pena.*

Pesquisador: *Você acha que é só a questão da grana? Ou tem mais alguma coisa?*

Pedro: *Ah, eu acho que é só por causa disso... carro bom, moto boa essas coisas... pra ter mulher.*

Pesquisador: *O que você fazia com seu dinheiro?*

Cléber: *Tudo em baladinha. Em balada, marmita. Baile funk [...] eu gastava quinhentos, mil reais em uma noite. Nós pagávamos 50 do taxi, 50 pra ir, 50 pra voltar, que dava cem. Ai chegava lá pegava um litro de whísque, fora as outras coisas que nos pagávamos. Gastava mesmo. Mas em droga eu não gastava. É dinheiro muito fácil. Você fala assim “Ah, vou gastar esse dinheiro que amanhã eu tenho mais”. O bagulho vai que nem agua.*

Artur: *Dinheiro fácil. É mais por dinheiro fácil mesmo.*

Pesquisador: *Quanto você ganhava por dia?*

Artur: *Ah, uns quinhentão*

Pesquisador: *E como você administrava?*

Artur: *Teve vez que eu saia, ia comer lanche, porque eu não bebia.*

Pesquisador: *Você ainda tem dinheiro guardado?*

Artur: *Não, comprei roupa, essas coisas. Eu tinha conta na lojinha de roupa, no barzinho, em mercado do bairro [...] eu comprava bastante coisa de marca: tênis, sapato, tudo de marca. Era mais com isso que eu gastava.*

Pesquisador: *E você acha que dá pra ganhar dinheiro?*

Júnior: Ah, você faz dinheiro pra caramba, todo dia, acho que você ganha uns 600 reais por dia.

Pesquisador: E com que as pessoas gastam?

Júnior: Ah, o que eu ganhava eu ia lá e gastava só com bebida, chamava mulher pra tomar, só tomava wisque, pagava as coisas pros outros... e roupa também, só roupa de marca, umas par de tênis.

Consumo e dependência

Todos os adolescentes reportaram o uso de diversas drogas, especialmente maconha, cocaína, cigarro e bebidas alcoólicas. Alguns adolescentes afirmaram usar constantemente, o que pode configurar quadros de dependência química, especialmente no caso da maconha e cocaína. Reconheçamos, todavia, a necessidade de que fossem feitas avaliações mais aprofundadas sobre esses elementos, tanto do ponto de vista clínico quanto estrutural. Outros relatos talvez poderiam ser mais associados com uso recreativo em festas e aos finais de semana. Entretanto, encontramos nas entrevistas prejuízos sociais em todos os casos e uma possível correlação entre o uso de algumas substâncias psicoativas e o abandono escolar.

Um elemento central nessa categoria é o reconhecimento dos adolescentes, ao menos do ponto de vista discursivo, da incompatibilidade que existe entre o tráfico de drogas e o consumo, embora façam as duas coisas. É de conhecimento dos participantes que o uso pode implicar em prejuízos financeiros que podem se desdobrar em dívidas com outros traficantes e facções.

Os adolescentes, no processo de comercialização das drogas, criam categorias que abarcam os usuários. O crack é sempre associado com pessoas que aparentam maior comprometimento em termos da dependência e são nomeados como os “nóias”. Outras drogas, como a cocaína e a maconha, têm um status diferenciado, não apenas porque são mais caras, mas também por tratar-se de outra clientela, supostamente mais sofisticada.

Pesquisador: *Que drogas você já usou?*

Marcelo: *Maconha, lance e bebida só. Pó não e nem crack.*

Pesquisador: *Maconha você fumava bastante?*

Marcelo: *Fumava. Nem sei, mas era bastante. Era quase toda hora, acho que dava mais de 10. E final de semana era pior, porque tem piãozinho.*

Pesquisador: *O que é piãozinho?*

Marcelo: *Dar uma volta, ir pros bailes. Ai consome mais bebida, droga. O que mais usa é isso.*

Pesquisador: *Como foram tuas experiências na escola?*

Bernardo: Ah no começo eu me dava bem, mas depois que eu comecei a fumar maconha e ia pra escola, não dava muito bem não. Porque entrava na sala de aula já batia aquela revolta “Nossa, o que eu estou fazendo aqui?”. Eu falava “Não, eu quero ir embora” e eles não deixavam. Eu pegava e saía, pulava o muro e ia embora [...] depois que eu comecei a entrar no tráfico, não tinha mais tempo pra mim ir pra escola, porque se eu fosse pra escola, eu não ia ganhar o dinheiro. Eu tinha que ficar ali, foi um tempo que pra mim já não tinha como mais... depois fui ficando longe da escola e fui aprendendo a desgostar.

Pesquisador: Você conhece pessoas que vendiam pra poder usar?

Júnior: Não, nunca, porque essas pessoas que usavam, se for passar pra ele vender, ele vai usar tudo. Não tem nem como, senhor. Não tem nem como receber o dinheiro, deu tudo B.O, o dele e o seu, tudo.

Pesquisador: Quem vende tem que saber o quanto que usa?

Júnior: É lógico. Se não ele vai acabar desandando tudo numa bancada, aí depois ele morre.

Relação com a polícia

Todos os participantes revelaram manter uma relação conturbada com a polícia. Contaram sobre situações abusivas e desrespeitosas ocorridas antes e após os períodos de internação, bem como o quanto são perseguidos quando passam a cumprir a medida de liberdade assistida. As batidas policiais, conhecida pelos participantes como enquadres, são frequentes e a estratégia mais utilizada para evitar que isso aconteça é não andar em grupos na comunidade ou com pessoas que possam levantar suspeitas de atividades ilícitas.

Os conflitos estabelecidos com a polícia, envolvendo agressões físicas e verbais, situações de humilhação e até mesmo formas evidentes de violação dos direitos humanos. Em todas as entrevistas aparecem informações sobre morte de pessoas que trocaram tiros com a polícia por envolvimento no tráfico e que eram próximas aos adolescentes (amigos e parentes).

O material da pesquisa mostrou que alguns dos adolescentes foram detidos pela polícia quando estavam na casa dos pais ou em residências que haviam alugado para manter a droga e os pertences adquiridos (que deveriam ser escondidos das famílias para não levantar suspeita de envolvimento no tráfico). Outros casos mostram que foram organizadas operações complexas por parte da polícia para abordar os adolescentes, com a mobilização de diversas viaturas e estratégias de busca. Por fim, outra parte dos entrevistados disse que foram abordados na rua com quantidades de drogas que seriam vendidas naquele mesmo dia.

Pesquisador: *Você já perdeu amigos?*

Bernardo: *Já, acho que uns 5. Tem um recente agora que o policial deu dois tiros nele. Tem outro que foi roubar e a polícia deu tiro nele e ele morreu. Era menor, tinha acabado de sair da Febem. Ficou um mês na rua e morreu. Então foi uma coisa que eu já pensei “Já pensou se eu vou roubar e acabo morrendo?”. Imagina como que a mãe dele não está. Como que o irmão dele está? Imagina se fosse minha mãe? Então a gente pensa tudo. Tinha um amigo meu, que estava na função comigo, que estava todo costurado. Ele foi roubar aí o policial deu 21 tiros nele e ele não morreu. Foi por Deus mesmo. Estava todo costurado. Então foi uma coisa ali que pra ele mudou a vida dele, porque ele nasceu de novo.*

Pesquisador: *Como é que te pegaram? Como foi?*

Cléber: *Eu tinha acabado de liberar os moleques na biqueira. Ai depois eu fui fazer uns pingos de cocaína. Ai eu estava ralando e o moleque já saiu correndo “Ó os homens”. Ai me caguetou. Saiu correndo da biqueira, atravessou a pista e saiu correndo. Ai me caguetou. O policial estava daqui até ali na cadeia. Ai o policial logo veio a um. Eu saí correndo, peguei o craque, o pacotão de craque. Corri pra caramba, mas os caras cercaram eu e me pegaram. Eles foram correndo atrás de mim. Corri bastante (...) eles chamaram mais viaturas. Ai me cercaram.*

Pesquisador: *Ai quando eles te pegaram você está com tudo carregando?*

Cléber: *Estava nada, eles viram eu amoitando no meio do mato. Ai eles acharam [...] eles viram eu guardando. Ai eu sai. Na hora que eu estava saindo eles viram e me pegaram.*

Pesquisador: *Você parou de estudar quando você parou de vender?*

Artur: *Eu ia pra escola. Ai na hora que eu estava subindo os policiais me paravam e batiam em mim. Eu voltava embora e parei de ir pra escola. Estudava à tarde.*

Pesquisador: *E porque você acha que eles faziam isso?*

Artur: *Eles não gostavam de mim, porque eles sabiam que eu vendia, porque eram os mesmos policiais.*

Pesquisador: *Eles batiam em você?*

Artur: *Várias vezes. Ai eu falei “Eu não vou ficar indo pra escola pra apanhar”. [...] Eles faziam eu assinar B.O que nem era meu. Tipo, quebraram umas câmeras lá na escola ai falaram que foi eu e um outro moleque. Só que não foi. Ai fez a gente assinar esse B.O.*

Pesquisador: *E o que você acha da policia Luciano?*

Luciano: *Ah (Risos). Eu sempre vou falar mal deles, mas pra turma perto da onde eu moro lá, pra eles é um herói, não é senhor? Faz tudo de bom, protege a sociedade... mas pra mim assim, se for pra falar mesmo, só vou falar coisa mal, porque pra mim nunca fizeram o bem não.*

Luta e reincidência

As entrevistas revelaram a ideia persistente de alguns participantes em não voltarem à prática da venda de drogas. A estratégia mais recorrente é a busca por empregos que possam garantir que eles tenham acesso a recursos financeiros. Alguns verbalizaram que mesmo quando traficavam, conseguiam intercalar com algumas atividades laborais informais, como pintor, ajudante de pedreiro, lavador de carros,

entre outros. Mas reclamam do baixo prestígio social e de receberem pouco por essas atividades.

No caso dos adolescentes que tiveram mais de uma passagem pelo sistema correcional, há uma queixa da existência de práticas discriminatórias que impedem que eles exerçam atividades sociais diversas, especialmente relacionadas ao mundo do trabalho formal. Ao que parece, o tráfico, na ausência do suporte social e de atividades mais atrativas de geração de renda, acaba se reapresentando como possibilidade de geração de renda para alguns participantes.

A escolarização e a aquisição de certificados de conclusão de cursos do ensino fundamental e médio também aparecem como estratégias de resistência e luta de retorno ao tráfico. Entretanto, os entrevistados alegam que não se enquadram nas rotinas escolares e acabam evadindo. O sofrimento e desgosto que os familiares relatam pelo envolvimento deles no tráfico e suas consequências também se configuram como variáveis importantes para que os participantes não retornem as atividades ilícitas.

Pesquisador: *E como está sua expectativa agora?*

Thiago: *Muito boa. Eu sou uma pessoa esforçada, senhor, que trabalha mesmo. Nunca fui de trabalhar registrado, mas já trabalhei assim de servente de pintor. Até quando eu estava no crime eu dava uns trampos. Ai depois voltava pro crime de novo. E foi assim, um pouco pra lá um pouco pra cá, dos dois lados, não só de um lado. Eu aprendi os dois lados também, eu já fui cidadão na vida normal assim, igual o senhor. E hoje eu estou sendo novamente.*

Pesquisador: *E quando você saiu de lá, você pensava em voltar para o crime?*

Luciano: *Pensava. Porque naquela época eu era mais molecão. Porque quando você é moleque, igual eu falei aquela hora, você não pensa em nada. Você quer sair e ganhar dinheiro fácil. E na época eu procurava serviço e ninguém me dava, cara. Ninguém me dava serviço, ainda mais que você falava que passou pela fundação. Não era preciso falar, mas se você fosse sincero com o dono do serviço e ele te perguntasse se você já teve algum problema com a justiça... “Passou por algum lugar?” e você falar “Passei, passei já pela Fundação Casa”, ai ele já discriminava, arrumava uma desculpinha e falava que não dava serviço. Então não tinha outro jeito e voltava pro crime [...] De um jeito ou de outro eu queria meu dinheiro, mas não consegui emprego.*

Pesquisador: *Você acha que existe a possibilidade de você voltar pro tráfico?*

Bernardo: *Existe.*

Pesquisador: *Porque você acha que existe?*

Bernardo: *Ah, porque pra mim, como eu já vim dele, é bem difícil sair. Mas eu pretendo mais trabalhar. Mas a possibilidade sempre tem de voltar no tráfico. Porque é um negócio assim que se o trabalho não der certo já pensa “Ah, não dá certo trabalhar, então vou traficar, vou roubar” [...] por exemplo, pra mim, naquele trabalho que eu estou, não ganha muito bem. É pouco. Então não dá pra fazer muita coisa, é só pra eu comprar uma coisa pra mim, ajudo minha mãe no que posso. É pouco. Eu queria um trabalho pra trabalhar semanalmente e vim mais dinheiro que seria mais usado, já seria um começo pra mim.*

4.2.2.2 Categoria 2 – Binariedade do risco e proteção

Nessa categoria, incluímos temas que são apontados pela literatura sobre resiliência como indicadores de proteção, mas que na verdade, quando analisados detalhadamente a partir dos dados obtidos na pesquisa empírica, ocupam um espaço ambíguo na vida dos participantes. Em todos os itens é possível problematizar o quanto as pessoas, instituições e espaços sociais podem atuar negativamente, acentuando processos de vulnerabilidade, ou protetivamente, colaborando nas trajetórias de resiliência de adolescentes que tiveram envolvimento no tráfico.

Parentalidade

Os procedimentos metodológicos adotados permitiram uma compreensão da qualidade das relações dos adolescentes com seus progenitores. As entrevistas revelaram que as relações com a figura paterna são, na maioria dos casos, estremecidas e conturbadas, com episódios de violências constantes e dependência química.

Luciano: *Com meu pai eu comecei brigar assim, depois que ele ia pro bar e enchia a cara de pinga, cerveja. Chegava em casa revoltado e batia na minha mãe. Ai eu já brigava com ele também, já ficava cada um no seu canto, tinha vez que ele ia dormir pra fora, ficava uns mês, não voltava mais. Pegava faca e vinha pra cima da família inteira.*

Pesquisador: *E você se dá bem com seu pai?*

Marcelo: *Mais ou menos.*

Pesquisador: *Vocês brigam bastante?*

Marcelo: *Não, nós não brigamos, mas não sou muito chegado nele não. Sempre foi assim, ele é mais estúpido, mas tem vezes que nós conversamos.*

Thiago: *Não tinha pra onde ir, o que comer. A única vida que eu tinha pra seguir era aquela. Se não eu ia viver onde? Sem pai, sem mãe, sem ninguém. Porque meus parentes são de XX (cidade) e nós viemos de lá fugidos: eu, minha mãe e meu irmão. Porque eu tinha um pai... porque esse que morreu não era meu pai de sangue... ai eu tinha um pai lá e ele judiava de nós. Usava crack. Nós éramos pequenininhos e ele queimava a gente com bituca de cigarro, torturava. Ai minha mãe pegou uns trens louco da vida, porque ela ia visitar ele na cadeia antes.*

Em contrapartida, as mães foram apontadas, por todos os participantes, como a principal fonte de suporte e apoio social na família. Relataram que

se sentem constrangidos por envolver as mães nos processos judiciais e o quanto as idas às delegacias causaram desconforto a elas. Verbalizaram que as mães sempre aconselharam que eles deixassem o tráfico, mas não davam atenção. Relatam, embora sejam adolescentes, que quando se é mais novo, é como se a opinião dos familiares não fosse importante. Alguns participantes mencionaram que imaginavam que o tráfico poderia ajudá-los a dar uma condição de vida melhor à mãe, citando a possibilidade da compra de um imóvel ou até mesmo para que as mães deixassem de trabalhar tanto.

Pesquisador: *E como é que foi a chegada deles lá (na delegacia)?*

Gustavo: *Eu já estava algemado já. O pé e a mão. E minha mãe me viu assim, aí começou a chorar, ficar mal.*

Pesquisador: *Seu pai não chegou a te ver lá?*

Gustavo: *Não, estava trabalhando meu pai.*

Pesquisador: *Então você não viu sua mãe?*

Cléber: *Vi só no outro dia, que o advogado fez um monte de papelada lá pra minha mãe me ver. Aí me trouxeram pra XX (nome da cidade) pra eu ver ela e depois eu voltei. Fiquei uns 20 minutinhos só com minha mãe. Ela estava abalada. Nem falou nada. Chorava.*

Pesquisador: *E sua mãe viu você saindo da delegacia?*

Júnior: *Viu. Ela foi até buscar roupa pra mim. Me algemaram, mas ela não viu. Minha mãe quase passou mal, quase morreu rapaz. Ela foi pro hospital ainda no dia que fui preso, a pressão caiu.*

Memórias da escolarização

Nessa temática, consideramos os trechos das falas que se relacionam com as experiências escolares dos adolescentes antes do período de aplicação de medida socioeducativa, mas também foi possível conduzir algumas análises sobre as práticas educativas formais que os participantes foram engajados no período de internação ou quando estavam cumprindo o regime de liberdade assistida.

De certa maneira, todos os adolescentes valorizam as possibilidades e oportunidades que os processos de escolarização podem trazer. Reconhecem que, na contemporaneidade, dificilmente as pessoas são bem sucedidas se não adquirirem formações acadêmicas satisfatórias. Narram poucas experiências positivas no contexto escolar, limitando-se a lembranças com alguns professores, funcionários, amigos e, em menor frequência, com o próprio processo de aprendizagem.

Além disso, relatos de violência e agressão também foram encontrados. Os participantes mostram que se sentiam desconfortáveis no contexto

escolar e, de certa forma, inadaptados as rotinas propostas. Talvez por esse aspecto a escola seja sempre apontada como uma instituição positiva para o futuro, mas com poucos referenciais positivos relacionados ao presente ou capaz de gerar o sentido de pertencimento à instituição.

Os participantes falam de suas dificuldades de permanecer na escola, especialmente após o envolvimento no tráfico. O abandono escolar é concomitante a esse momento em quase todos os casos. Alguns dos participantes afirmam que no início conseguem conciliar o tráfico e a escola, mas com o aumento das demandas, necessitam se ausentar cada vez mais para executar a comercialização das substâncias consideradas como ilícitas. Assim como ocorreu com os familiares, os funcionários da escola não notaram o início dessas atividades. De acordo com os relatos de alguns dos participantes, eles apenas observavam a ausência constante dos adolescentes nas aulas.

Pesquisador: *E como era a sua relação com os seus professores?*

Bernardo: *Eu não tratava bem eles [...] eu não sei direito, mas eu acho que era a revolta de ter que ir pra escola, porque ninguém gosta, eu não sei explicar direito. Mas acho que era mais a revolta de estar lá, ter que estudar.*

Pesquisador: *E a escola? Você curtia?*

Gustavo: *Eu ia só de vez em quando.*

Pesquisador: *Sempre foi assim?*

Gustavo: *Não, antes eu ia todo dia, não faltava. Depois que eu comecei a vender (drogas) eu ia só de vez em quando. Ai eu dava um jeito de não ir. Eu fiquei 4 meses sem ir pra escola. Sem ir nem um dia.*

Pesquisador: *Ninguém percebeu?*

Gustavo: *Ah, eles ligavam, só que eu enganava minha mãe, falava que eles estavam mentindo pra ela. Ai ela ficava meio assim, ai não sei.*

Pesquisador: *Você gosta de ir pra escola?*

Marcelo: *Não.*

Pesquisador: *O que você mais detesta na escola?*

Marcelo: *Tudo, não gosto de nada na escola.*

Pesquisador: *Mas como você faz, porque aqui você é meio que obrigado a ir (no regime de liberdade assistida)?*

Marcelo: *Eu vou, tenho que ir, marcar presença. Eu fico lá conversando, escutando música no celular.*

Pesquisador: *Você acha que os estudos são importantes na sua vida?*

Marcelo: *Eu acho que não.*

Pesquisador: *E como você acha que vai ser pra você?*

Marcelo: *Com estudo ou sem estudo acho que tanto faz.*

Os adolescentes, durante as entrevistas, apresentavam claramente as diferenças entre a escolarização obtida em escolas regulares e as experiências que tiveram nos espaços educativos dentro da instituição em que cumpriram regime de

internação. Valorizaram as relações interpessoais estabelecidas com os educadores das instituições, vistos como pessoas acessíveis e que compreendiam suas dificuldades, e a possibilidade de participarem de diferentes projetos, como por exemplo, concursos que abrangiam as diferentes unidades. Alguns dos participantes afirmam que só aprenderam a ler e escrever enquanto cumpriam a medida socioeducativa.

Pesquisador: *E a escola pra você?*

Artur: *Ah, antes eu não gostava, agora eu gosto. Porque antes eu só ia pra bagunçar, agora eu estou querendo terminar meus estudos logo pra arrumar um serviço, tirar carta.*

Pesquisador: *Você tem dificuldade com as matérias na escola?*

Artur: *Não. Em matemática eu ganhei em segundo lugar num projeto estadual da fundação. Em primeiro foi XX (nome da cidade) e em segundo eu. A senhora (educadora da instituição) falou que era pra eu ter ganhado em 100 pontos, mas ficou sem internet na fundação. Era pra eu ter ganhado um notebook.*

Pesquisador: *E você tem boas notas?*

Artur: *Tenho, só 10 mesmo. Na Fundação eu era o único que tirava 10 em geografia, porque eu me empenhava.*

Pesquisador: *E hoje os estudos têm algum sentido pra você?*

Thiago: *Tem, é uma chave de muitas portas para a vida, é muita coisa boa, só produtividade. Porque sem estudo você não arruma nada. Até bandido precisa de inteligência. Se for um bandido burro o povo passa pra trás. Tem que ser um cara inteligente, porque pra estar no crime tem que ter suas malandragens e suas inteligências. Então na escola aprende tanto pra usar dentro da escola como lá fora. E a escola que eu aprendi mesmo foi na fundação.*

Projetos sociais, lazer, esporte e cultura

Apenas dois entrevistados relataram ter participado de projetos sociais em suas comunidades (Centro de Referência em Assistência Social), sendo que a entrada no tráfico culminou na evasão. Os profissionais que trabalhavam nessas instituições procuraram os adolescentes para que eles retornassem ao projeto, mas não obtiveram sucesso. As atividades que os adolescentes realizavam foram avaliadas positivamente, com destaque para ações esportivas e propostas de intervenção que utilizavam a música com recurso pedagógico.

Falaram que a participação em atividades esportivas e culturais acaba sendo uma estratégia eficiente para os manterem longe do tráfico e do consumo de drogas. Aparecem relatos que mostram que os participantes gostam de atividades artísticas, como escrever poemas e letras de música, mas que não têm espaços para divulgar a produção, o que resulta numa insegurança na qualidade do que fazem ou mesmo na impossibilidade de progredirem nessas áreas.

Também foram citados eventos esportivos organizados esporadicamente pelas prefeituras envolvendo vários bairros. Essas ações são conduzidas em centros comunitários, escolas públicas e áreas de lazer disponíveis. Alguns desses lugares contam com professores ou educadores que conduzem as atividades, mas a maioria dos participantes falou que os grupos na comunidade que buscam essas articulações. Em contraposição a estas atividades, os adolescentes citam, como atividades de lazer, as festas aos finais de semana, sempre envolvendo o consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas.

Pesquisador: *Você chegou a participar de algum projeto social?*

Marcelo: *O CRAS.*

Pesquisador: *E o que você fazia lá?*

Marcelo: *Ficava falando negócio de escola também. Na parte da manhã, quando nós chegávamos, nós tomávamos um café. Ai nós íamos pra sala e assistia vídeo. Tinha vezes que nós íamos pro campo jogar bola e ficava escutando musica lá. Era meio bom, só nas palestras que eu não gostava.*

Pesquisador: *E porque você parou de ir?*

Marcelo: *Por causa do tráfico*

Pesquisador: *Mas você não trabalhava só à tarde no trafico?*

Marcelo: *Porque eu ficava mais na biqueira, tinha vezes que eu ficava o dia inteiro.*

Pesquisador: *E você já participou de alguém projeto, por exemplo, de música?*

Luciano: *Já, já, já participei do projeto XX (nome do projeto). Mas quando eu estava internado também participei. Fiz o cavaco e quando eu estava esse meio tempo na rua também. Segunda vez agora, eu continuei. O cavaco parecia uma coisa que eu aprendi a tocar desde a primeira vez e foi uma coisa que eu gostei. De tantas coisas que tem lá eu me dei bem com o cavaco. Eu gosto do cavaco, eu não consigo tocar muitas músicas, mas pelo menos umas vinte (...) eu pretendo ser, se eu terminar os estudos, fazer uma faculdade de musica (...) eu gosto mais do MPB, um Rappa, que fala de antigamente que tinha aquela guerra entre sociedade e polícia, que fala da guerra, que tem um pouco da parte da ditadura também (...) tinha vez que sobrava tempo lá na internação que eu parava e pedia papel, caneta e escrevia umas músicas. Mas nunca levei a sério.*

Pesquisador: *Já mostrou pra alguém o que você escreve?*

Luciano: *Já, as pessoas, pra não desanimar, falam assim “Da hora, pá”. Eu falava “Tá da hora mesmo?” “Tá da hora mesmo”. Mas tinha umas pessoas que falavam e você via no olhar da pessoa que não era verdade mesmo, só que fala que é verdade pra não deixar você lá em baixo.*

Pesquisador: *Você gosta de escrever?*

Gustavo: *Eu escrevo o dia inteiro se deixar*

Pesquisador: *E o que você escreve?*

Gustavo: *Às vezes eu faço cartas, gosto de fazer poesia.*

Pesquisador: *Você tem coisas escritas aqui (na instituição de liberdade assistida)?*

Gustavo: *Não.*

Pesquisador: *E você participava de algum projeto antes?*

Gustavo: *CRAS. Fiquei um ano parece.*

Pesquisador: *O que você fazia lá?*

Gustavo: *Tinha capoeira, academia, tinha futebol, filme, tinha várias coisas (...) Era legal, era bom. Distraía a mente.*

Pesquisador: *Porque você saiu?*

Gustavo: *Depois que eu me envolvi nessas coisas (...) Eles estavam me ajudando... davam conselho, mas não teve jeito.*

Preconceito e estigma

Diversos relatos de práticas discriminatórias foram encontrados nas entrevistas com os participantes do estudo. Essas situações ocorreram antes dos adolescentes receberem uma medida socioeducativa e eram expressas através de preconceito racial, pelos lugares em que moravam ou pela maneira que se vestiam e / ou se comportavam em determinados espaços sociais. Alguns deles falam sobre os estereótipos que carregam e como isso supostamente os identificam, seja na comunidade ou pela própria polícia.

Os participantes que residiam em cidades pequenas informaram que as pessoas comentam com frequência sobre a relação deles com o tráfico, sobretudo depois que retornam do período de internação. Dessa maneira, afirmam que encontram dificuldades para encontrar empregos ou mesmo de estabelecerem relações interpessoais, pois ao receberem uma medida desse porte ficam marcados e reconhecidos como pessoas ligadas ao crime.

Também encontramos categorias semânticas que mostram que os participantes se sentiam desrespeitados de diversas maneiras, mas especialmente através do olhar de algumas pessoas. Três participantes alegaram que depois que se envolveram no tráfico houve uma mudança nesse aspecto, como se as pessoas passassem a encará-los com medo.

Pesquisador: *Você se lembra de ter passado por uma situação de injustiça durante a sua vida?*

Bernardo: *Sim. Ah, porque assim, passo até hoje. Porque como eu sai, várias pessoas me olham com um olhar diferente. Já falam “Nossa, olha lá, ele saiu. Estava preso igual um presidiário, traficante, usuário. Então as pessoas olham você assim com um olhar diferente. Não todas, mas tem umas pessoas que te olham com um olhar diferente, então isso é uma coisa que, querendo ou não... logo quando tem as pessoas me olhando diferente... nossa é isso que me dá mais raiva, que me dá cada vez mais vontade de entrar no tráfico, pra eu ver a cara daquela pessoa mudar... não só com medo e dó, mas pra ela sentir mais medo pra pessoa falar assim “Nossa, olha aquele moleque ali”. Vai me olhar diferente, mais com respeito [...] é pra ganhar o respeito delas e não elas ficarem olhando pra mim e falando “Nossa, esse moleque é um ex-presidiário”. Isso que me dá mais revolta.*

Pesquisador: *Você já teve alguma experiência na qual se sentiu injustiçado?*

Gustavo: Ah, já me chamaram de macaco, dessas coisas assim, por causa da minha cor.

Pesquisador: E quando foi isso?

Gustavo: Eu tinha 10 anos. Lembro até hoje.

Pesquisador: E pelo tráfico teve alguma coisa de preconceito?

Gustavo: Ah, já falaram pra mim “Sai daqui traficante, não sei o que” e era chato. Humilhação você ouvir uma coisa dessa.

Pesquisador: Você lembra de ter passado por alguma situação de discriminação na sua vida?

Cléber: Ah, não, nunca. Depois que fui pra fundação, sei lá, só o povo da minha comunidade mesmo ficou meio pá. Sou de XX, é uma cidade pequena, lá todo mundo se conhece, deve ter uns 8 mil habitantes... é pequena. Todo mundo ficou sabendo quando eu já fui preso.

Pesquisador: Você já foi discriminado de alguma forma?

Thiago: Ah direto. Até agora, pelo jeito, pela minha fisionomia de ser, as pessoas pensam que sou bandido, pelo jeito que sou. Mas eu sempre fui assim, minha personalidade sempre foi essa. Mas tem gente que me olha que fala “Vixi, que cara de bandido”. E eu não consigo esconder a pessoa que eu sou pra ninguém. Porque eu passei na Febem, pela tatuagem que eu tenho de um monte de palhaço com arma nas costas. O palhaço é matador de polícia.

Projetos de vida

Os projetos de vida dos participantes do grupo são apresentados com certa similaridade. Embora todos mencionem que almejam terminar os estudos, apenas dois entrevistados cogitam a possibilidade de ingressar no ensino superior. As expectativas mais recorrentes se relacionam com a possibilidade de conseguir um trabalho que permita que eles tenham uma vida mais convencional em termos dos parâmetros de aceitação social.

Constituir uma nova família também foi citado. Alguns dos entrevistados namoram e pensam, no futuro, casar e ter filhos. Desejam, também, bens materiais, como casa, carro e a possibilidade de ter uma vida confortável. Alegam que conquistar essas coisas pode significar uma nova possibilidade de existência, o que implica ser respeitado por algo que fazem que não seja o tráfico.

Com exceção de um participante, que afirma ter dúvidas quanto à saída definitiva do tráfico, os participantes almejam não retomar as atividades que implicaram na aplicação de uma medida socioeducativa. Não dar “desgosto à família” e ajudar melhorar a condição de vida da mãe também foram aspectos citados como motivadores para a busca de novos horizontes. Para isso, a grande maioria alega que

precisam se manter afastados de algumas companhias que podem influenciá-los negativamente.

Reconhecem os desafios que deverão enfrentar por apresentarem um histórico de envolvimento no tráfico e por terem recebido medidas socioeducativas de internação e liberdade assistida. Ainda assim, buscam se apegar nos recursos que lhes parecem viáveis, na esperança de refazer suas próprias histórias e traçar metas que se mostram ofuscadas, mas que sustentam a possibilidade de uma trajetória diferente, marcada pela ausência do sofrimento que os acompanha de longa data.

Pesquisador: *Como seria seu futuro ideal?*

Artur: *Ah, eu quero fazer uma faculdade de assistente social para ajudar a comunidade afastar o povo da droga.*

Pesquisador: *Você acha que faria um bom trabalho?*

Artur: *Sim, porque eu já tenho um exemplo vivido pra passar pras pessoas pra eles saírem do mundo da droga, porque não compensa. Depois que cai lá dentro só tem o familiar, poucos amigos mandam uma carta pra você.*

Pesquisador: *Tem alguma assistente social que marcou sua vida?*

Artur: *A da Fundação. Eu gostava dela. Todas elas, eu passei pela senhora V., a senhora F., a senhora C.*

Pesquisador: *O que você pensa pro seu futuro?*

Cléber: *Ah, ter uma casa, uma família um carro uma moto.*

Pesquisador: *E você já pensou em alguma profissão?*

Cléber: *Já. Mecânico.*

Pesquisador: *Você curte mexer com mecânica?*

Cléber: *Com carro, no do meu cunhado é eu que mexo.*

Pesquisador: *E onde você aprendeu?*

Cléber: *Aprendi, é que quando eu comecei entrar na vida do crime tinha um menino que mexia com carro. Ele é rolista, aí eu fui aprendendo com ele.*

Pesquisador: *E hoje em dia o que é o tráfico pra você?*

Gustavo: *Pra mim agora não é nada, não quero nem saber mais disso.*

Pesquisador: *Então o que você quer daqui pra frente?*

Gustavo: *Arrumar outro serviço pra mim, ajudar meu pai e minha mãe dentro de casa e me afastar dessas coisas do mal.*

Pesquisador: *Como que você acha que vai conseguir se afastar?*

Gustavo: *Ah, tipo, pra eu me afastar é só eu não ficar junto. Tipo, eles estão ali, aí eu vou junto com eles e fico trocando ideia assim. É só não me envolver mais com eles e eu não volto mais.*

Pesquisador: *E você pensa em alguma coisa que você pode trabalhar?*

Bernardo: *Ainda não. Mas eu acho que um pouco é só questão da gente querer e ter uma oportunidade. Porque oportunidade é o que mais falta.*

Pesquisador: *Como assim?*

Bernardo: *Ah, porque, por exemplo, a maioria das pessoas quer um serviço, mas não vai ser fácil dela arrumar, vai ser muito difícil. Ainda mais pra mim que vim da onde eu vim... da comunidade, de um bairro pobre, de uma família mais humilde. É muito mais difícil do que uma pessoa que vem de um modo bem vestido, que fala bem. Então pra mim vai ser cada vez mais difícil.*

4.3 DISCUSSÃO

Os dados obtidos nessa investigação revelaram diversidade nas histórias de vida dos participantes, mas também permitiram a sistematização de um material empírico capaz de elucidar aspectos que são similares e que podem auxiliar na compreensão dos motivos que levaram os adolescentes a se engajarem em atividades vinculadas ao tráfico de drogas. Destacamos, em primeiro momento, as realidades precárias das famílias em termos socioeconômicos. Todos os jovens entrevistados eram pertencentes a camadas populares e relataram as dificuldades financeiras presentes em suas realidades. O processo de exclusão e o impedimento da participação social efetiva, em termos de acesso a recursos materiais básicos, pode expressar-se como fator impactante para o cometimento do ato infracional, especialmente no tráfico, que permite o acúmulo de capital financeiro de forma rápida (CAIRUS; CONCEIÇÃO, 2010; LAULETTA, 2011; ROCHA, 2013).

Ungar (2007) ressalta que o acesso a recursos materiais é fundamental para os processos de resiliência, pois garantem não só a sobrevivência, mas a possibilidade de superação de realidades opressivas. Nessa direção, apontamos que os estudos sobre resiliência devem estar comprometidos com as questões sociais e sensíveis às especificidades culturais que inviabilizam que as pessoas tenham os recursos necessários para promoção do fortalecimento subjetivo. Abordar o tema de superação de adversidades só faz sentido quando articulada com debates que primam por inclusão e justiça social. Se a desigualdade que impera não permite que uma parcela da população consiga adquirir bens que necessita através de estratégias consideradas convencionais, o tráfico pode surgir como uma alternativa para os adolescentes.

Além disso, os dados mostraram que a necessidade de complementação da renda ou até mesmo a obrigação do sustento das pessoas que compõe as famílias apareceu como um fator que justifica a participação de alguns adolescentes no tráfico. Essa realidade se estrutura não apenas nas limitações das famílias em se organizarem para que os responsáveis legais supram as necessidades de seus filhos, mas, sobretudo pelos índices de desemprego que assolam o país ou devido à baixa remuneração no mercado que exige que atividades informais sejam realizadas, tanto pelos pais quanto pelos próprios adolescentes (PESSOA, LIBÓRIO, VIOTTO FILHO, no prelo).

As contradições se intensificam quando esses adolescentes anseiam em ajudar suas famílias, mas esbarram nas prerrogativas legais que estabelecem a idade mínima para o trabalho (LIEBEL, 2007). Como na lógica do mercado exploratório as atividades informais são mal remuneradas, em especial quando se trata de crianças e adolescentes, o tráfico pode aparecer como uma resposta imediata para as necessidades apresentadas (FEFFERMANN, 2005). A ajuda direcionada à família com os recursos provenientes do tráfico podem também estar associada à promoção de resiliência no adolescente e na própria família, uma vez que pode trazer significados positivos em seu funcionamento, como por exemplo, quando otimiza a qualidade das relações interpessoais, diminui os fatores de estresse associados a precariedade material, beneficia os integrantes pelos recursos financeiros obtidos, permite que hajam rotinas mais harmoniosas, entre outros aspectos. Todos esses elementos estão presentes e são discutidos arduamente pela literatura sobre resiliência (BLACK, LOBO, 2008; MULLIN; ARCE, 2008; UNGAR, 2010).

O recrutamento dos adolescentes no mundo do tráfico ou o início dessa atividade se deu por intermédio de pessoas próximas aos adolescentes, especialmente amigos que moravam perto de suas casas ou familiares. Cabe, então, problematizar essa questão, tendo em vista que os dados contrariam a literatura que apresentam a priori as relações entre pares na adolescência e as famílias como espaços protetivos. Tem-se tornado relativamente consensual que conceitos adjacentes ao constructo resiliência devem ser entendidos de forma contextual, especialmente quando se busca definir os fatores de risco e proteção (ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006; THERON; CAMERON; LAU; DIDKOWSKY; UNGAR; LIEBENBERG, 2011; SANDERS; MUNFORD, 2014). Esses resultados nos revelam a importância de contextualizarmos os indicadores de risco e proteção, tomando como base as perspectivas dos sujeitos e às dinâmicas presentes nos diferentes contextos sociais.

As famílias que participaram no estudo apresentam diversas problemáticas, não apenas de ordem econômica, mas também em suas dinâmicas de funcionamento. Nossa hipótese, com base no material empírico, é que quando a família participa ou é condizente com a participação dos filhos no tráfico de drogas, existem no espaço intrafamiliar indicadores de risco cronificados, como por exemplo, histórico de múltiplas violências, casos de dependência química, situação de extrema pobreza, e assim por diante. A pesquisa conduzida por Nardi e Dell’Aglío (2012) encontrou diversos aspectos presentes nas relações familiares que interferem negativamente no

percurso do desenvolvimento dos adolescentes com histórico de ato infracional. Esses aspectos reiteram nosso posicionamento de que as famílias de adolescentes com envolvimento no tráfico devam ser assistidas por diferentes programas sociais, que objetivem a emancipação e a sedimentação de valores naturalizados que repercutem em práticas que expõe os adolescentes a indicadores de vulnerabilidade.

A temática intitulada transgeracionalidade do tráfico mostrou como essa prática se perpetua nas famílias durante várias gerações. Certamente não se trata de uma herança biológica, mas da produção social da exclusão que se mantém, simbolicamente, num movimento espiral contínuo. Esse assunto é repetidamente estudado quando se trata de violência sexual contra crianças e adolescentes (RAMOS; OLIVEIRA, 2008; DE ANTONI; YUNES; HABIGZANG; KOLLER, 2011; RODRIGUES; CHALHUB; 2014) e na violência contra mulheres (OLIVEIRA, 2011; KRENKEL; MORE; MOTTA, 2015). Mas ainda carecemos de pesquisas que relacionem essas questões das transmissões geracionais do tráfico, do ponto vista histórico e cultural, e suas repercussões na vida de adolescentes.

Os estudos sobre desenvolvimento humano podem colaborar nessa empreitada. Masten e Cicchetti (2010) desenvolveram o conceito “*developmental cascades*”, traduzido nessa pesquisa como cascatas desenvolvimentais. Avaliamos que essa abordagem se insere na abordagem sistêmica e, sumariamente, leva em consideração os efeitos e impactos de determinadas variáveis em diferentes níveis do desenvolvimento. Salientamos que essa terminologia sublinha os fatores intergeracionais que podem ser promotores de vulnerabilidade ou dos mecanismos protetivos, o que poderia contribuir para uma dimensão mais historicizada do envolvimento dos adolescentes no tráfico.

Nessa mesma direção, se faz necessário avaliar a condição dos progenitores. Os pais dos adolescentes que participaram das entrevistas são figuras emblemáticas na vida dos filhos. Os casos de violência, dependência química e abandono presentes nessas relações revelam cuidados precários e práticas parentais que certamente se configuram como indicadores de risco ao desenvolvimento. Embora não esteja alinhada como o nosso aporte teórico, sabemos que existe um vasto corpo de estudos, apoiados em pressupostos psicanalíticos, que analisam a correlação entre a ausência da figura paterna com o envolvimento de adolescentes em atos infracionais (ZEITOUNE, 2010; SANTOS; ZEITOUNE, 2011; CAPANEMA; VORCARO, 2012). Contudo, nossas matrizes teóricas nos conduzem a pensar que as dificuldades nas

relações com os pais residem em questões objetivas, como a necessidade de encaminhamentos a serviços de saúde mental e intervenções de políticas públicas em casos que envolvam violência, bem como os casos de abandono poderiam ser explicados pelos discursos patriarcais que desresponsabilizam ou minimizam os cuidados paternos como imprescindíveis para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Por outro lado, as mães dos participantes foram apontadas como a principal referência em suas vidas, tal como encontrado na pesquisa realizada por Penso, Costa, Conceição e Carreiro (2013). Em algumas entrevistas, os adolescentes falam que inicialmente imaginavam que o tráfico pudesse auxiliá-los a dar uma condição de vida melhor para as mães. Entretanto, relatam o sofrimento delas ao irem à delegacia, nas visitas à instituição de internação e o anseio que elas têm para que os filhos deixem as atividades ilícitas.

Um dado alarmante encontrado na pesquisa é que alguns participantes alegaram que as mães sabiam do envolvimento deles com as drogas na condição de usuários. Algumas delas chegaram a encontrar quantidades consideráveis de drogas em armários ou escondidas em outros lugares da própria residência. Ainda segundo os relatos coletados, essas mães não sabiam do envolvimento dos filhos no tráfico. Esses dados nos revelam a necessidade de problematizar com as famílias as possibilidades de encaminhamentos dos filhos a serviços de atendimentos a pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, independentemente do nível de dependência, bem como mostram poucas habilidades para identificação de comportamentos que indiquem a inserção em atividades ilícitas. O fortalecimento dessas famílias passa, sem sombra de dúvidas, por intervenções que acreditem no potencial transformador e que invistam em recursos materiais e humanos que ofereçam o amparo necessário mediante a complexidade dessas famílias (HERMETO; SAMPAIO; CARNEIRO, 2010).

Como já exposto, na maioria dos casos analisados, os adolescentes aderem ao tráfico pelo intermédio de amigos ou pessoas conhecidas em suas comunidades e escolas. Entretanto, precisamos olhar para esses resultados com cautela e mediante a problematizações assertivas. A atribuição exclusiva à pressão exercida pelo grupo nos casos de adolescentes e jovens que se envolvem em atividades ilícitas é entendida por Ungar (2004) como um mito, que auxilia profissionais em elaborar explicações do comportamento em si, mas que não revelam os sentidos dos próprios jovens. O autor defende que esses jovens buscam um senso de fortalecimento pessoal e

social, bem como utilizam dessas estratégias para o enfrentamento de rótulos que foram atribuídos a eles por outras pessoas.

De fato, os adolescentes que participaram da pesquisa mostraram que o contato com pessoas do tráfico se configurou como um facilitador para o início da comercialização de substâncias psicoativas. Mas notoriamente encontramos discursos que revelaram o quanto esses jovens buscavam uma forma de empoderamento e de construção identitária que não foi conquistada em outros espaços sociais. Assim sendo, a inclusão de adolescentes em programas e instituições que os auxiliem na expressão de seus desejos e em realizações pessoais, do ponto de vista material e subjetivo, podem representar uma alternativa para a substituição de comportamentos que trazem risco a própria vida.

A pesquisa de campo também revelou a possibilidade dos adolescentes adquirirem, através do tráfico, produtos de marca e de alto valor no mercado. Esse aspecto pareceu mais relevante do que superar a condição de pobreza que as famílias estavam expostas. Oliveira e Tomazetti (2012) apontam que adolescentes e jovens são arremessados numa lógica de consumo que os faz sempre querer novos produtos, sendo que esses objetos, por sua vez, “logram significativa incidência na subjetivação dos jovens contemporâneos” (p. 189). Contudo, a participação nessa lógica de consumo imposta pelo sistema capitalista produz modos de existências individualistas, que substitui o “ser” pelo “ter”, promove disputas descabidas e estabelece padrões hedonistas (BAUMAN, 2007; GUITART, 2011).

O ideal de consumo repercute em todas as classes sociais, mas traz severas implicações para adolescentes e jovens das camadas populares que, para se sentirem pertencentes a essa lógica da compra, necessitam criar estratégias alternativas. O tráfico, nesse momento, se apresenta com uma possibilidade. O “ser” traficante passa a ser um rótulo mais proveitoso do que não “ter” determinado produto e, portanto, não se sentir parte da própria cultura. Como debatido por diversos autores (HENNIGEN, 2010; MOREIRA, 2010; PARISI, 2011; PAIM; MACHADO; SCARPARO; PIZZINATO, 2013), a mídia acaba tendo um papel decisivo, pois através das ferramentas mercadológicas e com foco na geração de lucro impõe modelos do que supostamente seriam as formas de adolescer mais adequadas, destituindo possibilidades singulares de existência.

O estímulo desenfreado a compra de determinados objetos culturais se configura como um potente indicador de risco ao desenvolvimento de jovens,

especialmente àqueles sócio-economicamente desfavorecidos. Na busca pela realização feiticista engendrada pela grande mídia, qualquer esforço vale a pena, inclusive se envolver no tráfico. Desse modo, programas interventivos que promovam problematizações sobre consumo e identidades juvenis, podem colaborar no enfrentamento dessas questões e possibilitar o fortalecimento subjetivo de adolescentes frente essas demandas mercadológicas que massificam as pessoas e desconsideram temas como diversidade e diferença.

Grande parte dos lucros obtidos através do tráfico é destinada as festas aos finais de semana, sempre envolvendo usos abusivos de substâncias psicoativas, especialmente álcool, cigarro, maconha e cocaína. Esses dados coincidem com o material empírico coletado por Andrade (2007), Kessler (2010) e Rocha (2012), que problematizam, ainda, como os adolescentes com envolvimento no tráfico ou em outras atividades ilícitas se queixam da monotonia de suas cidades. A criação de espaços de lazer e o oferecimento de programas artísticos e culturais diversificados podem ser alternativas para que os adolescentes ampliem seu repertório de atividades sociais, que parecem muito restringidos à vida noturna e ao uso de entorpecentes.

Outro aspecto importante apontado pelos entrevistados é a obtenção de status com adolescentes do sexo feminino por meio do tráfico. Essa atividade os torna atraentes, seja pela imagem de virilidade que transmitem por desafiar normativas sociais ou pelo fato de poderem oferecer recursos materiais para as mulheres / adolescentes (presentes, roupas, entradas em festas e consumo de drogas). Pereira (2009) discute que enquanto para adolescentes do sexo feminino existem disputas embasadas em padrões de beleza, de sedução ou experiências sexuais, para os adolescentes do sexo masculino sobressaem posturas e vinculação entre pares e grupos que representariam masculinidade e poder, com ênfase para o desempenho sexual, as ameaças e a imposição do medo. Todas essas características estão presentes, de alguma forma, no tráfico, o que exige novos recortes investigativos para a compreensão sobre o modelo patriarcal, as formas de dominação e as ideologias machistas que circundam essa lógica (ver os trabalhos de ZIMMERMANA; MESSNER, 2010; BARCINSKI, 2012).

Assim sendo, encontramos que sentidos pessoais e significados sociais da participação de adolescentes no tráfico extrapola a questão exclusiva de pobreza das famílias. Consumismo, poder, status social, dominação, masculinidade e dependência

química são alguns dos temas atravessadores desse debate. Destarte, concordamos com as considerações realizadas por Kessler (2010):

[...] a falta de trabalho e o impacto do desemprego na família e nos laços comunitários constituíram o contexto no qual o crime se expandiu na Argentina e em toda a América Latina, porém a ênfase exclusiva nas privações era insuficiente para compreender a particularidade dos fatos. Em primeiro lugar, não explica por que entre todos aqueles que sofrem com a pobreza, apenas uma ínfima minoria comete crimes. Além disso, a ênfase analítica exclusiva na pobreza dificulta a compreensão dos sentidos particulares, das emoções e das outras dimensões que seus protagonistas outorgam aos fatos (p. 81).

Mas também é fundamental reconhecer que o fato dos participantes alegarem que ajudam suas famílias com os lucros obtidos no tráfico nos revela o sistema onde predomina a desigualdade e o quanto as políticas públicas ainda se mostram inoperantes. O tipo de ajuda mais reportada é com a compra de alimentos e pagamentos de contas mensais, como energia elétrica, água e contas em geral, ou seja, com recursos básicos que garantem a sobrevivência da família. Com isso, fica evidenciada a necessidade de estabelecermos em nossas pautas de discussões os elementos políticos, econômicos e sociais que produzem o ato infracional, extrapolando visões fundamentadas em vieses individualizantes e que criminaliza a população jovem sem considerar outros fatores. O ocultamento dessas tramas sociais aparece, corriqueiramente, nos discursos criminológicos, da mídia e do poder judiciário que desconsideram as questões históricas que lançam adolescentes na rotina do tráfico (SANTOS; OLIVEIRA; PAIVA; YAMAMOTO, 2012; ROCHA, 2013).

Os dados relativos ao uso de substâncias psicoativas estão em consonância com as considerações estabelecidas pela literatura, ou seja, há uma relação entre o tráfico e o consumo. Todavia, assim como Pereira e Sudbrack (2008), defendemos que é necessário romper com a dicotomização que ora aponta esses jovens como delinquentes *versus* doentes ou estabelecem relações lineares entre consumo e ato infracional. As autoras acrescentam que num contexto de pobreza e exclusão social, “a drogadição não se limita a uma relação sujeito–produto, mas compreende o adolescente no seu contexto relacional sócio-familiar mais amplo, favorecendo sua inserção no circuito da delinquência” (PEREIRA; SUDBRACK, 2008, p.152).

Ainda sobre essa temática, constatamos que quase todos os jovens, antes de se envolverem no tráfico, tiveram a oportunidade de experimentar algum tipo de substância psicoativa ilícita, em especial a maconha. Esses resultados, embora

advindos de uma amostragem pequena devido à própria abordagem adotada, se assemelham à pesquisa realizada por Martins e Pillon (2008). Outros achados se apresentam de forma bastante similar entre os estudos, como por exemplo, o tipo de droga mais recorrente, a saber: maconha, cigarro, álcool, cocaína e, menos frequentemente, o crack.

Esses dados indicam a necessidade da criação de programas preventivos com relação ao uso de drogas na adolescência, visto que pesquisas nessa área sugerem que os adolescentes iniciam atividades no tráfico após experimentarem substâncias psicoativas. O enfrentamento dessa realidade aponta para um desafio para os diferentes segmentos sociais, incluindo os programas governamentais, a mídia, os contextos comunitários, as famílias, a sociedade civil, entre outros. Além disso, cabe destacar que o nível de dependência química dos adolescentes encaminhados para programas de medidas socioeducativas devem ser levados em consideração nos planos individuais de atendimento, pois o não encaminhamento desses casos a serviços de saúde mental eficientes pode implicar em reincidências e em ações inócuas.

As relações conflituosas com a polícia apresentadas pelos participantes reforçam as discussões empreendidas por diversos pesquisadores sobre o clima de guerra estabelecida nos grandes centros urbanos entre a corporação e os adolescentes do tráfico (FONTES, 2010; ZALUAR; BARCELLOS, 2013; BARREIRA, 2014). Entretanto, em nossa pesquisa, os adolescentes eram pertencentes a cidades de pequeno e médio porte, sendo que algumas delas contam com menos de 5 mil habitantes, o que traz características específicas à amostragem. Pudemos perceber que, em alguns casos, houve um esboço no sentido de ampliar a comercialização das drogas, com a locação de imóveis, por exemplo, demonstrando iniciativas de organização. Mas também percebemos que vários desses adolescentes foram abordados pela polícia quando agiam de forma amadora, andando pelas ruas ou quando escondiam drogas em terrenos vazios.

Ainda assim, os discursos de ódio com relação à polícia, bem como o desejo de acerto de contas se fazem presentes no grupo entrevistado. Houve várias declarações de abuso de autoridade, situações de perseguição, violência física e psicológica. Esses indicadores estão em sintonia com os apontamentos de Marques (2010), que explica que “a maneira que os policiais lidam com os cidadãos pobres e marginalizados traz à tona uma característica comum a todas elas: o abuso do poder e do uso da agressão física como forma de eliminar um “inimigo”” (MARQUES, 2010, p.

49). Na mesma direção, Kessler e Dimarco (2013) consideram que existe uma demarcação clara de territórios e das populações juvenis que por, supostamente, serem suspeitas da polícia, recebem um tratamento hostil, com práticas ameaçadoras e violentas.

Exceto um participante, que afirma ter dúvidas se vai conseguir ficar afastado do tráfico, todos os outros entrevistados afirmam que essa atividade já não faz parte de suas vidas. Cabe ressaltar, no entanto, que alguns deles já tiveram mais de uma passagem por instituições que atendem adolescentes em cumprimento de medida de internação. Ao que parece, existem questões objetivas que dificultam o abandono definitivo do tráfico, sendo que a questão financeira parece ser o aspecto mais relevante. Os adolescentes afirmam que pretendem conseguir empregos e desenvolver atividades que não os coloquem em problemas com a justiça novamente, mas reconhecem que sofrem preconceito em suas comunidades pelo histórico de conflito com a lei, e que dificilmente conseguirão bons empregos se tiverem que falar sobre isso.

Ainda com relação às perspectivas de não reincidência dos participantes, consideramos que o fato deles apontarem que se preocupam com as famílias também podem nortear ações interventivas, tanto de fortalecimento do adolescente, para que ele possa efetivar seu anseio de não causar sofrimento para os familiares, como também na criação de recursos para que as famílias passem a reconhecer e valorizar esse desejo dos filhos. Contudo, algumas dessas famílias necessitam de suporte para reconhecer seu valor protetivo, muitas vezes relegados por um histórico de desencontros. Souza e Costa (2013) mostram que, para algumas famílias, ter um filho cumprindo medida de internação parece mais seguro do que se ele estivesse em convívio com os familiares. Não desconsideramos que o envolvimento no tráfico pode ter trazido ameaças para os adolescentes em suas comunidades, mas advogamos pelo empoderamento dessas famílias para que elas possam lidar com essas adversidades e reconstruir suas trajetórias.

Os baixos índices de escolarização e a dificuldade de adaptação no contexto escolar também podem se configurar como fatores significativos para que haja reincidência no tráfico. Com base nas pesquisas de Silva e Salles (2011), Bazon, Silva e Ferrari (2013) e Padovani, Sandoval e Ristum (2013), apontamos a necessidade de discussões de caráter pedagógico que possam estabelecer ações educativas mais alinhadas com as expectativas de adolescentes com histórico no tráfico de drogas,

visibilizando participação social e, por conseguinte, a não reincidência no ato infracional.

A pesquisa mostrou que existiu para os participantes uma relação entre o início do tráfico e a evasão escolar. As relações na instituição se mostram complexas, com relatos de desrespeito mútuo entre os adolescentes e educadores e com indicadores de violência alarmantes. Os índices de reprovação também devem ser levados em consideração, pois estão relacionados com a evasão escolar (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2013), especialmente no caso dos adolescentes do tráfico, que acabam ocupando seu tempo com outras atividades.

Os participantes argumentam que a escola é importante na vida das pessoas e que podem trazer coisas boas para o futuro, mas ao mesmo tempo não conseguem permanecer na instituição e dizem que não gostam das atividades que são propostas. Ao que parece, existe uma incorporação dos discursos da cultura ocidental que valoriza os processos de escolarização formal (UNGAR, 2007), mas não existe, efetivamente, um engajamento dos jovens. Os sentidos que as atividades escolares (ASBAHR; SOUZA, 2014) adquirem na vida dos adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas será determinante para garantir sua permanência ou evasão.

Além disso, é instigante encontrar nos discursos desses adolescentes a preferência pelas escolas oferecidas dentro das instituições em que eles cumprem medidas de internação, em comparação às escolas regulares que eles frequentavam anteriormente. Boa parte do grupo entrevistado afirma que aprendeu a ler a escrever enquanto estavam na medida socioeducativa. Esses dados nos trazem alguns elementos para debate: 1) primeiramente, isso significa que existe a potencialidade de aprendizagem de conteúdos acadêmicos nesses adolescentes, o que contraria retóricas conservadoras apresentadas por algumas áreas do conhecimento; 2) a qualidade das relações interpessoais com os profissionais que atuam nas escolas dentro da fundação mostrou-se capaz alterar também a relação do aluno com o processo de aprendizagem; 3) o reconhecimento da diferença, das potencialidades e das dificuldades dos alunos que tiveram envolvimento no tráfico em termos da apropriação do conteúdo, pode se configurar como uma estratégia eficiente para a construção de novos sentidos e significados para a escolarização.

Constatamos que poucos adolescentes participaram de programas e projetos sociais antes de serem encaminhados à medida socioeducativa de internação. Os contextos que apresentam indicadores de risco social, como os casos de exposição

de adolescentes ao tráfico de drogas, devem organizar ações fundamentadas em abordagens preventivas que minimizem o engajamento em atividades que possam se desdobrar no ato infracional, bem como estabelecer diretrizes para o fortalecimento de vínculos nas famílias e na comunidade (SILVA; CORGOZINHO, 2011) tal como preconizado no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (MDSCF, 2006).

Uma alternativa no trabalho com adolescentes, tanto para os que residem em comunidades expostas ao tráfico quanto para aqueles que estão em conflito com lei, é utilizar recursos artísticos e esportivos que dialoguem com as culturas juvenis e com os interesses da população em questão (SILVA; OLIVEIRA; PICCIONE; LEMOS, 2008; COSTA; SANTOS; FRANCO; BRITO, 2011). Os recursos tecnológicos também se configuram como ferramentas importantes, justamente por estarem articulados com os interesses pessoais de grande parte dos adolescentes (REIS, 2009).

As práticas discriminatórias são uma constante na vida dos adolescentes que praticaram o tráfico de drogas. Mas não se trata apenas da construção de representações de preconceito que surgiram em virtude do envolvimento do grupo em atividades consideradas ilícitas. Os participantes da pesquisa informaram que as marcas sociais que carregam, como as roupas que usam, o vocabulário que utilizam, a forma de andar, os lugares em que moram, etc., são mal vistos de forma geral pelas pessoas. Crochik, Casco, Ceron, e Catanzaro (2009) definem o preconceito como “uma expressão de atitudes hostis contra minorias e produto das relações entre as necessidades psíquicas e a ideologia” (p. 125). Os adolescentes do tráfico perturbam uma organização social idealizada pela burguesia e, de certa forma, apontam as mazelas e contradições sociais; por isso, sofrem na pele, cotidianamente, com as imposições e truculência da não aceitação da diferença.

O preconceito, o estigma e a intolerância com os adolescentes que participam do tráfico acentuam a desigualdade de oportunidades dessa população, uma vez que impedem a criação de um senso de pertencimento e inviabiliza a promoção de justiça social. A relação entre grupos estigmatizados e resiliência tem sido intensivamente estudada pelo grupo “*Stigma and resilience among vulnerable youth centre*”, vinculado à University of British Columbia (Vancouver, Canadá). Esse grupo de pesquisadores defende que a redução do estigma, articulado com programas interventivos, formação de educadores e profissionais da área da saúde, bem como

ações propostas nas políticas públicas podem auxiliar na construção de espaços de fortalecimento desses jovens, promovendo saúde, bem estar e resiliência (SAEWYC; MILLER; RIVERS; MATTHEWS; HILARIO; HIRAKATA, 2013; SAEWYC; CLARK; BARNEY; BRUNANSKI; HOMMA, 2014a; SAEWYC; ROSE; HOMMA, 2014b; FIELDS; SNAPP; RUSSELL; LICONA; TILLEY, 2014).

Por fim, queremos discutir os projetos de vida mencionados pelos participantes do estudo. Com índices insatisfatórios de escolarização, perseguições constantes pela polícia, precariedade socioeconômica, exposição a formas de preconceito, ausência de políticas sociais de esporte e cultura, cuidados parentais deficitários, níveis alarmantes de consumo de substâncias psicoativas, entre outros elementos discorridos até aqui, os projetos de vida dos participantes do estudo ficam restringidos a dois aspectos: 1) terminar os estudos para conquistar um posto no mercado de trabalho e, posteriormente, constituir uma família (assemelhando-se com os resultados encontrados na pesquisa feita por Ferreira, Littig e Vescovi (2014) com crianças e adolescentes abrigados); 2) e construir alternativas para não retornar ao tráfico.

As aspirações individuais dos participantes demonstram a escassez de oportunidades e como eles esbarram em diversas questões para construírem idealizações futuras mais complexas. Mesmo os participantes que demonstraram interesse em ingressar no ensino superior reconhecem que será muito difícil conquistar esse objetivo, seja pela aprovação no vestibular ou para arcar com as despesas financeiras dos estudos. Expectativas positivas com relação ao futuro são aspectos importantes para o desenvolvimento saudável na adolescência, tal como debatido por Zappe, Moura Júnior, Dell'aglio e Sarriera (2013), e podem estar associado à promoção da resiliência, na medida em que impulsiona o sujeito para ideias positivas para si mesmo. Em contrapartida, a ausência desses projetos ou mesmo a percepção de impossibilidade de realização, configura-se como elemento vulnerabilizador e pode conduzi-los a atividades de retorno imediato, como o tráfico de drogas.

Os dados obtidos na pesquisa de campo permitiram que fossem realizadas análises que articulam resiliência e o tráfico de drogas, bem como possibilitou a compreensão dos contextos de risco e proteção presentes na vida desses adolescentes. Consideramos que os objetivos do estudo foram atingidos, mas uma série de questões conceituais e metodológicas devem ser apontadas para que sejam realizados novos

recortes investigativos. O processo de construção da tese nos revelou desafios e potencialidades que serão debatidos no capítulo de considerações finais.

CAPÍTULO 5



Dinheiro fácil. É mais por dinheiro fácil mesmo [...] comprei roupa, essas coisas. Eu tinha conta na lojinha de roupa, no barzinho, em mercado do bairro [...] eu comprava bastante coisa de marca: tênis, sapato, tudo de marca. Era mais com isso que eu gastava (Artur, 15 anos).

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração desse capítulo, buscamos contemplar os aspectos mais relevantes encontrados na pesquisa, mas sem recorrer a estruturas padronizadas. A proposta é que o leitor consiga, através da leitura desse material, encontrar uma síntese que seja atravessadora de toda a pesquisa. Desse modo, valorizamos as potencialidades dos procedimentos adotados na presente tese, damos indicativos de novas propostas investigativas e enfatizamos as implicações práticas que esse Estudo traz para o campo em que se insere.

As questões éticas da pesquisa merecem ser debatidas. Encontramos muitas dificuldades no acesso ao grupo de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas, sendo que o início da pesquisa de campo demandou amplos esforços por parte do pesquisador. Certamente deve haver cuidados para que os adolescentes não sejam alvos de “feitichismo acadêmico”, mas não permitir que sejam abertas conexões para os projetos de pesquisa e extensão com as universidades, impede que novos conhecimentos sejam produzidos, assim como inviabiliza que as boas práticas sejam avaliadas e divulgadas.

Além disso, algo que nos deparamos constantemente quando realizamos nosso trabalho de campo, foi o descrédito que muitos profissionais tinham com pesquisadores vinculados às universidades. Frequentemente eles compartilhavam conosco que não havia devolutivas dos resultados das pesquisas que foram propostas nas instituições em que atuavam. As universidades, em especial aquelas inseridas no contexto latino americano, devem protagonizar movimentos de transformações substanciais nas problemáticas sociais. Acreditamos que as pesquisas devam enfatizar a função social que desempenham, sobrepondo-se às técnicas aplicadas ou a quantidade de *papers* publicados. Isso exige um trânsito constante dos estudiosos nesses espaços, e não apenas enquanto os dados são coletados.

As defasagens sociais encontradas nos adolescentes com envolvimento no tráfico são alarmantes. É controverso o fato dos participantes reconhecerem o peso da escolarização na cultura, mas não conseguirem se engajar nesse processo. A não apropriação dos conteúdos escolares, somado ao sentimento de

indiferença e desvalorização desse espaço fortalece nossa compreensão de que mudanças profundas são necessárias nesse contexto.

As metodologias de ensino tradicionais, com conteúdos desinteressantes e professores desmotivados, intensificam o processo de vulnerabilidade que os adolescentes do tráfico estão expostos. A não escolarização significa um *déficit* que inviabiliza a participação social não apenas com relação ao mercado de trabalho, mas com a própria inserção na cultura e na apropriação de seus elementos.

Também é importante lembrar que vários participantes trouxeram informações mais positivas com relação às vivências escolares nas instituições de internação, do que nas escolas regulares que haviam frequentado anteriormente. É paradoxal que eles se sintam mais pertencentes e entusiasmados na escola que, de alguma forma, representa a condição de privação de liberdade. Ironicamente, vários dos adolescentes trouxeram a informação de que foram alfabetizados durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação e, por isso, puderam responder os instrumentos da pesquisa. Os relacionamentos com os educadores dessas instituições merecem investidas por parte dos pesquisadores, pois se revelaram de grande importância na vida desses adolescentes.

Por outro lado, não podemos ter uma visão idealizada das instituições de aplicação de medidas socioeducativas. A equipe técnica, formada por educadores, psicólogos e assistentes sociais, foi lembrada em diversos momentos de forma positiva. Em contrapartida, diversos relatos evidenciam que as equipes de segurança promovem ações autoritárias, desrespeitosas e violentas. Essa concepção de atuação desconsidera a história de negligência e abandono que esses adolescentes já foram submetidos e acabam repetindo os padrões tenebrosos de relacionamentos impostos pela sociedade. Esses achados também merecem ser averiguados com mais exatidão, visando a construção de programas de formação profissional para melhoria na relação desses profissionais com os adolescentes, bem como auxiliar na formação dos novos profissionais que assumam esses cargos.

Consideramos, a partir da pesquisa de campo, que as famílias ocupam um espaço importante na vida dos adolescentes com envolvimento no tráfico. Contudo, encontramos diversos aspectos que revelam as dificuldades que essas famílias têm para se organizarem, como por exemplo, falta de recursos, presença de dependentes químicos e histórico de violência. Todas essas situações requerem intervenções sociais que possibilitem a superação dessa condição e permitam que as famílias consigam criar

autonomia e independência. Embora as políticas sociais implementadas nos últimos anos tenham possibilitado um avanço nessa área, sobretudo com a presença de serviços que atendem populações expostas a situações de média complexidade (como os casos de violência intrafamiliar), a pesquisa mostra que ainda existe um caminho longo a ser percorrido no fortalecimento de famílias.

Ficou explicitado que as mães são as principais fontes de confiança e vínculos positivos que os adolescentes percebem em seu contexto familiar. Já os pais, principalmente dos adolescentes que foram entrevistados, se mostraram descompromissados, violentos, autoritários e, em vários casos, completamente omissos. A cultura patriarcal que impõe o cuidado dos filhos como responsabilidade exclusiva da mulher, certamente está associada a esses indicadores.

Boa parte das famílias possuem dificuldades financeiras para seu funcionamento, como já destacado. Os adolescentes mostraram que gostam de ajudar e se sentem bem quando podem fazer isso. Todavia, isso não é possível de fazer de forma legalizada, pois as leis no país não dão suporte para a realização de atividades laborais para adolescentes, exceto em situações bem específicas. Assim, ou o Estado provê as condições para que essas famílias não necessitem da força de trabalho de seus filhos, ou uma discussão profunda deve ser retomada, em relação à arbitrariedade de algumas normativas. Caso contrário, os adolescentes procurarão por atividades ilícitas que são altamente lucrativas, como o tráfico de drogas, com o intuito de enfrentar a condição de pobreza que suas famílias vivenciam.

Na mesma direção, foi interessante encontrar o papel que as igrejas ocupam nas comunidades. Deparamo-nos constantemente com discursos na universidade atribuindo juízo de valores as igrejas, entendidas com espaços de alienação e exploração. Esse Estudo nos conduziu a refletir, mais uma vez, sobre a ausência das políticas sociais e como outras instâncias vão ocupando essas lacunas nas comunidades e na vida das pessoas. Se não existem programas sociais que atinjam as necessidades das famílias, bem como os acadêmicos não se mobilizam para lidar com os problemas sociais, as igrejas parecem suprir algumas demandas.

Alguns adolescentes envolvidos no tráfico afirmaram que quando vão às igrejas buscam ajuda emocional. Esse dado pode representar a inexistência ou falta de efetividade de serviços de saúde mental. Outro dado que ainda está relacionado com a necessidade de suporte emocional, é com relação ao conflito existente entre estar envolvido na comercialização de substâncias ilícitas, mas, ao mesmo tempo, verbalizar

que o dinheiro obtido é “amaldiçoado”, “sujo”. O sentimento de culpa e o mal-estar gerado nesse impasse podem trazer implicações negativas para o desenvolvimento psicológico dos adolescentes. A questão da religiosidade em adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas mostrou-se um campo de estudos necessário e profícuo.

O conjunto de estudos apresentados revelou a urgência na criação de projetos sociais que utilizem as linguagens artísticas, culturais e esportivas como recurso para inclusão e promoção de justiça social. Se por um lado os adolescentes do tráfico tendem a valorizar esse tipo de serviço, por outro demonstraram elevados níveis de evasão dessas instituições. Além disso, a falta de sistematização das atividades e eventos esportivos, tão valorizados pelos adolescentes, representa uma falha no oferecimento de atividades de lazer que são do interesse desse grupo.

Pudemos encontrar diversos relatos sobre talentos e habilidades que os adolescentes acreditavam ter, especialmente na área da música e da literatura. Todavia, não tiveram a oportunidade de aprofundamento nessas habilidades, tampouco puderam apresentar suas aptidões para as pessoas que conheciam. Defendemos que as artes e as tecnologias, por dialogarem com as culturas juvenis, devam ser utilizadas como ferramentas pedagógicas para a inclusão de adolescentes e jovens com envolvimento no tráfico, pois acreditamos em seu efeito terapêutico e na possibilidade de superação de formas reducionistas de enxergar o mundo e as relações sociais.

A avaliação feita pelos adolescentes aos serviços de saúde no país é calamitosa. Entre tantas questões, sobressai-se o sentimento de insegurança e o descrédito nas políticas públicas dessa área. Sem mencionar os atendimentos e serviços que eles nunca ou pouco usufruíram. Esses achados começam a construir um cenário nada otimista: a educação e a saúde no país, segundo a perspectiva de adolescentes com envolvimento no tráfico, não se configuram como contextos protetivos. Mais uma vez a escassez e a precariedade marcam as trajetórias desses adolescentes.

Para agravar ainda mais a situação, temos que frisar as percepções dos adolescentes com relação ao poder judiciário. Como já havíamos registrado, a pesquisa mostra que quanto maior o contato dos adolescentes do tráfico com o sistema de aplicação de medidas, maior o descrédito na justiça do país e na segurança pública de forma geral. O nível de confiança dos adolescentes na polícia, promotores e juízes é vexatório. É evidente que poderíamos esperar respostas negativas com relação a esses profissionais, afinal, os mesmos foram avaliados pelas pessoas que receberam a medida

socioeducativa. Entretanto, não podemos esquecer que essas críticas se unem ao sentimento expressado por diversos movimentos sociais e de parte significativa da população que avalia o sistema correcional como ultrapassado e ineficiente.

As práticas coercitivas também compõe a dinâmica desses grupos subjugados. A relação com a polícia pode ser compreendida como uma rotina de humilhação. A utópica do poder outorgada pelo Estado e legitimado por seus aparelhos ideológicos torna mais recorrente o processo de batidas policiais (“enquadros”, nos termos utilizados nas culturas juvenis) em alguns adolescentes em detrimento de outros. São recorrentes as alegações de lugares isolados que são escolhidos por policias para levar os adolescentes e promover os linchamentos. Estes atos de covardia, atrelados aos escandalosos índices de corrupção, corroboram no descrédito da polícia e na intensificação das rixas com os traficantes. A população, nessa disputa, alterna seu posicionamento, discursando favoravelmente para um lado ou para o outro, dependendo dos indicadores de confiança estabelecido nas comunidades.

Portanto, a questão de segurança pública é um tema central nessa empreitada. É contraditório, mas compreensível, o fato dos adolescentes que residem em contextos de vulnerabilidade afirmarem, enfaticamente, que têm mais medo da polícia do que dos traficantes ou dos índices de violência em suas comunidades. Esse descrédito na polícia, por conta da cultura corruptiva e militarizada, promove diariamente uma disputa acirrada, tornando as áreas urbanas campos de batalha.

Entendemos que a articulação de uma rede de proteção que esteja sintonizada com essas demandas pode permitir práticas bem sucedidas que auxiliem no enfraquecimento da incorporação de adolescentes no comércio de drogas. O trabalho intersetorial não pode mais ser visto como algo ideal, inatingível. Ações coletivas devem integra-se em torno da proteção absoluta da adolescência exposta aos índices de criminalidade que se fazem presentes no contexto brasileiro. Cabe reconhecer que essa população não deve ser atendida exclusivamente pelas políticas de assistência social e instâncias jurídicas, mas que todos os segmentos são responsáveis pelo atendimento dos adolescentes com envolvimento no tráfico.

A falta de uma rede de proteção efetiva para os adolescentes trazem implicações severas. Na ausência do suporte social, a pesquisa mostrou que o tráfico de drogas pode ser permeado por sentidos positivos para esses grupos. As trajetórias de vida, quando marcadas por escassez, sofrimento e falta de perspectivas, podem exigir dos adolescentes a vinculação a atividades sociais que representam, convencionalmente,

perigo e desajustamento. Todavia, através de uma aproximação atenta e sem julgamentos desses grupos, encontramos que o tráfico trouxe um sentimento de pertencimento e empoderamento que não foi encontrado em nenhum outro espaço social.

Mostrou-se ainda mais intrigante o fato dos adolescentes que apresentaram o envolvimento mais intenso com o tráfico demonstrarem maiores indicadores de resiliência. Seguindo o raciocínio convencional dos estudos nessa área, a exposição a indicadores de risco social estaria associado à vulnerabilidade e não a processos de fortalecimento subjetivo. A pesquisa sugere que devemos revisitar alguns paradigmas para compreender, de forma mais assertiva, quais são as trajetórias percorridas por adolescentes para a construção de seus processos de resiliência diante de situações de precariedade ou mesmo quando estão vinculados a atividades consideradas ameaçadoras ou antissociais.

A pesquisa reitera a possibilidade da existência da resiliência oculta enquanto um conceito científico. Todavia, algumas recomendações são necessárias. Em nosso trabalho de campo, abordamos adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa. As intervenções realizadas pelos profissionais que os atendem, muito provavelmente, já haviam enfraquecidos os sentidos e os significados positivos que tinham sido construídas em relação ao tráfico. Assim, defendemos que resiliência oculta é um conceito que seria mais bem esclarecido quando aplicado a grupos que não receberam nenhum tipo de intervenção, em especial adolescentes em conflito com a lei, em situação de exploração sexual, que apresentam problemas de comportamento em espaços sociais (como escolas, ruas e projetos sociais), entre outros.

Também não descartamos a possibilidade de aplicação desse conceito com populações adultas ou com crianças. O importante é que os pesquisadores apresentem claramente em que medida comportamentos e representações avaliadas negativamente no campo social / coletivo, podem significar positividade pessoal e formas de empoderamento construídas subjetivamente.

Outra recomendação que fazemos é com relação à seleção de instrumentos e técnicas para a coleta de dados em estudos desse porte. Estamos cada vez mais convencidos que as pesquisas que envolvam adolescentes devem priorizar procedimentos mais interativos, em detrimento das metodologias convencionais (questionários, entrevistas semiestruturadas, inventários, etc.). A pesquisa participativa, a produção de imagens e textos, o trabalho em grupo, as técnicas provenientes dos

métodos visuais, entre tantas outras possibilidades, certamente se configuram como estratégias que dialogam de forma mais efetiva com as culturas juvenis e, por isso, podem trazer informações que sejam mais relevantes para as pesquisas nessa área.

Sumariamente, consideramos que essas sejam as principais contribuições de nossa pesquisa. Uma série de ações está sendo organizada para a divulgação dos resultados dessa investigação no âmbito acadêmico. Outras análises ainda podem ser feitas em complementariedade as que foram expostas. Também consideramos fundamental estabelecer estratégias para exposição desse material aos profissionais que atendem adolescentes com envolvimento no tráfico e as pessoas envolvidas com a política pública de proteção à infância e adolescência. As visitas às instituições que participaram da pesquisa já começaram a ser agendadas para a realização da devolutiva dos resultados.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que experiências como as vivenciadas nessa empreitada investigativa podem ser transformadoras, do ponto de vista profissional e pessoal. Não dá pra ser indiferente, apático. As mudanças necessárias exigem articulações daqueles que não se conformam com o descaso social e com as formas de violência que crianças e adolescentes são submetidos diariamente nesse país. Que essa pesquisa seja um instrumento que revigora e auxilie àqueles que estão ao lado dos que sofrem.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, J. P. & JACKSON, A. K. From the streets to institutions: female adolescent drug sellers' perceptions of their power. **Journal of Women and Social Work**, 24 (4), p. 369-381, 2009.

ALVES; M. G.; VARELA, T. Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 25, n. 2, pp. 31-61, 2012.

AMAR, J. J.; UTRIA, L. M.; LLANOS, R. A.; GONZÁLEZ, M. M.; ROMERO, F. A. C. Construcción de la Escala de Factores Personales de Resiliencia (FPR-1) en mujeres víctimas del desplazamiento forzado en Colombia. **Universitas Psychologica**, vol.13, n. 3, pp.853-864, 2014.

AMPARO, D. M.; GALVÃO, A. C. T.; ALVES, P. B.; BRASIL, K. T.; KOLLER, S. H. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos de Psicologia**, vol. 13, n. 2, pp. 165-174, 2008.

ARMSTRONG, D. Becoming criminal: the cultural politics of risk. **International Journal of Inclusive Education**, 10:02-03, p. 265-278, 2006.

ASBAHR, F. S. F; SOUZA, M. P. R. "Por que aprender isso, professora?" Sentido pessoal e atividade de estudo na psicologia histórico-cultural. **Estudos de Psicologia**, v. 19, p. 169-178, 2014.

ASSIS, S. G., PESCE, R. P., & AVANCI, J. Q. **Resiliência**: Enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZEVEDO, M. A. O.; GOMES FILHO, A. Competitividade e inclusão social por meio do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol.33, n.3, pp. 589-603, 2011.

BADEMCI, H. Ö.; KARADAY, E. F.; ZULUETA, F. Attachment intervention through peer-based interaction: Working with Istanbul's street boys in a university setting. **Children and Youth Services Review**, vol.49, pp.20-31, 2015.

BARREIRA, M. A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas. **Revista Continentes**, vol. 3, n.5, 2014.

- BAUMAN, Z. **Consuming Life**. Cambridge, UK: Polity Press, 2007.
- BAZON, M. R.; SILVA, J. L.; FERRARI, R. M. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**, v. 29, n. 02, pp. 175-199, 2013.
- BESSA, M. A. Contribuição à discussão sobre a legalização de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.15, n.3, pp. 633-636, 2010.
- BLACK, K; LOBO, M. A conceptual review of family resilience factors. **Journal of Family Nursing**, vol. 14, n. 1, pp. 33-55, 2008.
- BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee)**, vol. 11, n. 1, 2007.
- BORGES, M. A. B. **As implicações socioeconômicas, históricas e jurídicas na vulnerabilização das famílias dos adolescentes autores de ato infracional - Goiânia - 2009 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Católica de Goiás, 2012.
- BOYDEN, J. Children under fire: challenging assumptions about children's resilience. **Qualitative Social Work**, 8 (3), p. 321-339, 2003.
- BOLZAN, N. & GALE, F. Using an interrupted space to explore social resilience with marginalized young people. **Qualitative Social Work**, 11 (5), p. 502-516, 2011.
- BOTTRELL, D. 'Resistance, Resilience and Social Identities: Reframing 'Problem Youth' and the Problem of Schooling'. **Journal of Youth Studies**, vol. 10, n. 5, pp. 597-616, 2007.
- BOTTRELL, D. Understanding 'Marginal' perspectives: towards a social theory resilience. **Qualitative Social Work**, 8: 321, 2009.
- BRANCO, B. M., WAGNER, A., & DEMARCHI, K. A. Adolescentes infratores: Rede social e funcionamento familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 21, n. 1, pp. 125-132, 2008

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: Experimentos naturais e planejados (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979)

BRAMBILLA, B. B. **Percepção do suporte familiar de adolescentes em conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde), Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

BRITO, L. M. T. Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 23, n. 2, pp. 133-138, 2007.

BRYANT-DAVIS, T.; WONG, E. C. A. Faith to Move Mountains: Religious Coping, Spirituality, and Interpersonal Trauma Recovery. **American Psychologist**, vol. 68, n. 8, pp. 675-684, 2013.

BURKE, A.; OLPHEN, J.; ELIASON, M.; HOWELL, R.; GONZALEZ, A. Re-examining Religiosity as a Protective Factor: Comparing Alcohol Use by Self-Identified Religious, Spiritual, and Secular College Students. **Journal of Religion and Health**, vol.53, n. 2, pp. 305-316, 2014.

CARDOSO, T. **Construção e validação de uma escala dos atributos pessoais da resiliência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde), Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

CAMARGO, M. E.; GUTN, S. C.; MOTTA, M. E. V; ZANANDREA, R. M. G.G.; FABRI, J. P. As abordagens educacionais nas relações professor-aluno e seus reflexos na gestão organizacional. **Revista Gestão, Inovação e Tecnologia**, vol. 2, n. 1, pp. 52-63, 2012.

CAIRUS, R.; CONCEICAO, M. I. G. Adolescentes na corda bamba: aspectos psicossociais na relação com a lei. **Revista Psicologia Política**, vol. 10, n. 20, pp. 275-292, 2010.

CAPANEMA, C. A.; VORCARO, A. Modalidades do ato na particularidade da adolescência. **Ágora**, vol. 15, n. 1, pp. 151-163, 2012.

CARNEIRO, S. F. B. **A articulação entre escola e comunidade do entorno em um projeto de literatura marginal**: um olhar fenomenológico. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 14, n. 3, 57-72, 2003.

CARVALHO, S.; WEIGERT, M. A. B. As alternativas às penas e às medidas socioeducativas: estudo comparado entre distintos modelos de controle social punitivo. **Seqüência**, Florianópolis, n. 64, pp. 227-257, 2012.

CASTRO, A. L. S.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 20, n. 2, pp. 200-207, 2008

CASTELAR, P. U. C.; MONTEIRO, V. B. ; LAVOR, D. C. Um estudo sobre as causas do abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no estado do Ceará. In: BARRETO, F. A. F. D.; MENEZES, A. S. B; DANTAS. R. F.; ALBUQUERQUE, E. L. S.; SOUSA, F. J.; GOLÇALVES, L. C. (Org.). **Economia do Ceará em Debate**. Fortaleza: Ipece, 2013.

CAVALCANTE, M. V. S.; LIMA, T. C. S. A precarização do trabalho na atenção básica em saúde: relato de experiência. **Argumentum**, vol.5, n. 1, pp. 235-256, 2013.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol.16, n.3, pp. 515-524, 2003.

CERQUEIRA-SANTOS, E. **Comportamento sexual e religiosidade**: um estudo com jovens brasileiros. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

CHRISMAN, J. J.; CHUA, J. H. & STEIER, L. P. Resilience of family firms: an introduction. **Entrepreneurship Theory and Practice**, p. 1107-1119, 2011.

COHLER, B. J. Confronting destruction: social context and life story in the diaries of two adolescents in Eastern European ghettos during the shoah. **American Journal of Orthopsychiatry**, 82, 2, p. 220-230, 2012.

CONRAD, D. Education and social innovation: the youth uncensored project--a case study of youth participatory research and cultural democracy in action. **Canadian Journal of Education**, vol. 38, n. 1, 2015.

CONNELL, R. **Southern theory**: the global dynamics of knowledge in social Science. New South Wales: Allen & Unwin, 2007.

_____. A eminente revolução na teoria social. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 7, 80, 2012.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Conanda). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília, DF: Autor, 2006.

COSTA, C. R. B. S. F.; SANTOS, M. M.; FRANCO, K. S.; BRITO, A. O. Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. **Psicologia, Ciência e Profissão**, vol. 31, n. 4, pp. 840-855, 2011.

CROCHIK, J. L.; CASCO, R.; CERON, M.; CATANZARO, F. O. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. **Estudos de Psicologia**, vol. 26, n. 2, pp. 123-132, 2009.

CYRULNIK, B. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes: 2004.

DAIGNEAULT, D., HÉBERT, M. H. & TOURIGNY, M. Personal and Interpersonal Characteristics Related to Resilient Developmental Pathways of Sexually Abused Adolescents. **Child and adolescent Psychiatric Clinics of North America**, 16, p. 415-434, 2007.

DAVIDSON, J. & TAYLOR, J. S. Infância, Turismo Sexual e Violência: retórica e realidade. Em: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P. L.; LIBÓRIO, R. M. C., **Tráfico de pessoas e Violência Sexual** (p. 119 – 136) Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

DE ANTONI, C.; YUNES, M. A. M.; HABIGZANG, L.; KOLLER, S. H. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de Psicologia**, vol.28, n.1, pp. 97-106, 2011.

DESTRO, C. M. A.; SOUZA, L. A. P. Linguagem oral e escrita em adolescentes infratores institucionalizados. **Revista CEFAC**, vol.14, n.6, pp. 1020-1027, 2012.

DIAS, A. F. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar**: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2011.

EDWARDS, A. & APOSTOLOV, A. A cultural-historical interpretation of resilience: Implications for practice. **Critical Social Studies**, 1, 70-82, 2007.

ESMERALDO, M. B. S. **Adolescência e ato infracional: a família em conflito**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

ESPÍNDULA, D. H. P.; ARANZEDO, A. C.; ZEIDI ARAÚJO; MENANDRO, M. C. S.; BERTOLLO, M.; RÖLKE, R. K. “Perigoso e violento”: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. **Revista de Psicologia da Vektor Editora**, vol. 7, n. 2, p. 11-20, 2006.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, V. V. F.; LITTIG, P. M. C. B.; VESCOVI, R. G. L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, vol. 26, n. 1, pp. 165-174, 2014.

FIELDS, A., SNAPP, S., RUSSELL, S.T., LICONA, A.C., & TILLEY, E.H. Youth voices and knowledges: Slam poetry speaks to social policies. **Sexuality Research and Social Policy**, vol. 11, n. 4, pp. 310-321, 2014.

FISS, D. M. L.; BARROS, R. D. Escola, currículo e identidades juvenis: efeitos de sentido no discurso de professores. **Educação**, vol. 37, n. 3, pp. 369-380, 2014.

FONTES, M. W. A carnavalização da barbárie: uma análise da endêmica “guerra civil” no Rio de Janeiro. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência**, vol. 6, n. 6, 2010.

FRANCE, A., BOTTRELL, D., & ARMSTRONG, D. **A political ecology of youth and crime**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2012.

FRANCISCO, M. V. **A construção social da personalidade de adolescentes expostos ao bullying escolar e os processos de “resiliência em-si”**: uma análise histórico-cultural. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, 2013.

FRANCO, K. S. **Interações familiares e resiliência em adolescentes do contexto socioeducativo.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Amazonas, 2013.

GANZ, S. T. C. **Integração da escola com a comunidade na perspectiva de desenvolvimento local:** um estudo comparativo entre duas escolas estaduais do Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

GARCIA, N. M. **Educação nas famílias de pescadores artesanais:** transmissão geracional e processos de resiliência. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

GARMEZY, N. Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. **American Behavior Scientist**, 34, 416-430, 1991.

GIORDANO, A. L. ; PROSEK, E. A. ; DALY, C. M. ; HOLM, J. M. ; RAMSEY, Z. B.; ABERNATHY, M. R. ; SENDER, K. M. Exploring the Relationship Between Religious Coping and Spirituality Among Three Types of Collegiate Substance Abuse. **Journal of Counseling & Development**, vol. 93, n. 1, pp. 70-79, 2015.

GIROUX, H. A. **Teens Girl's resistance and the disappearing social in Ghost World.** Review of education, Pedagogy, and Cultural Studies, 24:4, 284-304, 2002.

GOMES, C.; SOUZA, V. L. T. Fracassos, representações e exclusões no processo de permanência na escola. **Revista Psicopedagogia**, vol.26, n.79, pp. 41-47, 2009.

GOMES, J. C. R.; LOUREIRO, M. I. G. O lugar da investigação participada de base comunitária na promoção da saúde mental. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, vol. 31, n. 1, pp. 32-48, 2013.

GONÇALVEZ, E. J. **Sistema Único de Assistência Social:** o desafio da intersetorialidade do PNAS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, 2012.

GORDANA, B. Family resilience: theory and concept application in social work. **Social welfare and social work**, 19, p. 145-167, 2012.

GUITART, M. E. The consumer capitalist society and its effects on identity: a macro cultural approach. **Revista Psicologia Política**, vol.11, n.21, 2011.

HARRIST, C. J.; WITT, P. A. Seeing the court: a qualitative inquiry into youth basketball as a positive developmental context. **Journal of Sport Behavior**, vol. 35, n. 2, pp.125-29, 2012.

HARDAWAY, C.; MCLOYD, V.; WOOD, D. Exposure to violence and socioemotional adjustment in low-income youth: an examination of protective factors. **American Journal of Community Psychology**, vol. 49, n. 1, pp.112-126, 2012.

HENNIGEN, I. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Mal-Estar Subjetivo**, vol.10, n.4, pp. 1173-1202, 2010.

HERMETO, E. M. C.; SAMPAIO, J. J. C.; CARNEIRO, C. Abandono do uso de drogas ilícitas por adolescente: importância do suporte familiar. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p.639-652, 2010.

HOWARD, S. & JOHNSON, B. **Eight years on:** Trajectories of childhood and adolescent resilience. AARE 2005 International education research conference : UWS Parramatta, 2006.

HOWARD, S. & JOHNSON, B. **Resilient and non-resilient behaviour in adolescents.** Trends & issues in crime and criminal justice, 183. Australian Institute of Criminology, 2000a.

HOWARD, S. & JOHNSON, B. What makes the difference? Children and teachers talk about resilient outcomes for children 'at risk'. **Educational Studies**, 26, 321-337, 2000b.

JAIN, S.; COHEN, A. Behavioral adaptation among youth exposed to community violence: A longitudinal multidisciplinary study of family, peer and neighborhood-level protective factors. **Prevention Science**, vol.14, n. 6, pp.606-617, 2013.

JANCZURA, R. Abrigos para adolescentes: lugar social de proteção e construção de sujeitos? **Revista Virtual Textos e Contextos**, 4, p. s/n, 2005.

JOAQUIM, C. V.; SANTANA, J. R.; MARTINEZ, F. R. Precarização do trabalho através do uso de cooperativas: estudo de caso na Cooperativa de Trabalho Múltiplos de Saúde do Estado de Roraima. **Revista de Administração de Roraima**, vol. 3, n. 1, pp.45-58, 2013.

JUANG, L. P.; ALVAREZ, A. A. Discrimination and adjustment among Chinese American adolescents: family conflict and family cohesion as vulnerability and protective factors. **American Journal of Public Health**, vol. 100, n. 12, pp. 2403 - 2409, 2010.

KESSLER, G. Trabalho, privação, delito e experiência portenha. Trad. Macedo, R. G. M. **Tempo Social**, vol. 22, n. 2, pp. 79-99, 2010.

KESSLER, G.; DIMARCO, S. Jovenes, policia y estigmatizacion territorial en la periferia de Buenos Aires. **Espacio abierto**, vol. 22, n. 2, pp. 221, 2013.

KRENKEL, S.; MORE, C. L. O. O.; MOTTA, C. C. L. The significant social networks of women who have resided in shelters. **Paidéia**, vol. 25, n. 60, pp. 125-133, 2015.

LAULETTA, K. A. S. **A criminalização do adolescente infrator no maranhão e o sistema de proteção Brasileiro**. Mestrado (Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, 2011.

LEMOS, F. C. S.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. Uma análise do acontecimento "crianças e jovens em risco". **Psicologia e Sociedade**, vol.26, n.1, pp. 158-164, 2014.

KELLY, P. Youth at risk: processes of individualization and responsabilization in the risk society. **Discourse: studies in the cultural politics of education**, 22:1, p. 23-33, 2001.

LANAS, M. & CORBETT, M. Disaggregating student resistances: Analyzing what students pursue with challenging agency. **Young**, 19, 417-434, 2011.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIBÓRIO, R. M. C. ; CASTRO, B. M. ; COELHO, A. E. Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. In: Dell'Áglio, D. D. ; Koller, S. H.; Yunes, M. A. M. (Org.). **Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, pp. 89-115.

LIBÓRIO, R. M. C. & UNGAR, M. Hidden Resilience: the social construction of the concept and its implications for professional practices with at-risk adolescents. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 23, Vol. 23, nº 3, 2010.

LIBÓRIO, R. M. C. & UNGAR, M. Children's perspectives on their economic activity as a pathway to resilience. **Children and Society**, Special Issue, 24, 326-338, 2010.

LIBÓRIO, R. M. C. **Negociando resiliência**: processos protetivos de adolescentes em contextos potenciais de risco. Relatório de Pesquisa não publicado (financiamento FAPESP), 2011.

LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resilience as protagonism: interpersonal relationships, cultural practices, and personal agency among working adolescents in Brazil. **Journal of Youth Studies**, vol. 17, n. 5, p. 682-696, 2013.

LIEBENBERG, L., UNGAR, M., & VAN DE VIJVER, F. Validation of the Child and Youth Resilience Measure-28 (CYRM-28) among Canadian youth. **Research of Social Work Practice**, vol. 22, n. 2, pp. 219-226, 2012.

LIEBENBERG, L., UNGAR, M., & LEBLANC, J. C. The CYRM-12: A brief measure of resilience. **Canadian Journal of Public Health**, vol. 104, n. 2, pp. 131-135, 2013.

LÓ, J. E. D. Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. **Conjectura**, v. 15, n. 1, p. 119-134, 2010.

LOFVING-GUPTA, S.; LINDBLAD, F.; STICKLEY, A.; SCHWAB-STONE, M.; RUCHKIN, V. Community violence exposure and severe posttraumatic stress in suburban American youth: Risk and protective factors. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, vol. 50, n. 4, p.539-547, 2015.

LOURENÇÃO, E. S. P. **Permanência e sucesso escolar de adolescentes autores de ato infracional**: percepções do adolescente. Relatório de Qualificação não-publicado (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista, 2015.

LUTHAR, S.S.; CICCHETTI, D & BECKER, B. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. **Child Development**, 71, p. 543-562, 2000.

MAGUIRE, E. R.; WELLS, W.; KATZ, C. M. Measuring community risk and protective factors for adolescent problem behaviors: evidence from a developing nation. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, vol. 48, n. 4, p.594-620, 2011.

MAGUIRE, E. Exploring Family Risk and Protective Factors for Adolescent Problem Behaviors in the Caribbean. **Maternal and Child Health Journal**, vol.17, n. 8, pp.1488-1498, 2013.

MANZANO-GARCÍA, G.; CALVO, J. C. A. Psychometric properties of Connor-Davidson Resilience Scale in a Spanish sample of entrepreneurs. **Psicothema**, vol. 25, n. 2, pp. 245-251, 2013.

MARTINEAU, S. D. **Rewriting resilience: A critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to “kids at risk”**. Tese (Doutorado em Filosofia), University of Toronto, 1993.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Caderno de Saúde Pública**, vol. 24, n. 5, pp. 1112-1120, 2008.

MARTINS, V.; LUCIO-VILLEGAS, E. Teatro do oprimido como ferramenta de inclusão social no bairro Horta da Areia em Faro. **Sociologia**, número temático, pp. 57-75, 2014.

MARZARI, C. K.; BACKES, D. S.; BACKES, M. S.; MARCHIORI, M. T.; SOUZA, M. T.; CARPES, A. D. Realidade sociopolítica, ambiental e de saúde de famílias pertencentes a uma comunidade vulnerável. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 1, pp. 77-84, 2013.

MASTEN, A. S. **Ordinary magic: Resilience in development**. New York: Guilford Publications, 2014.

MCCUBBIN, H. I. & MCCUBBIN, M. A. Typologies of resilient families: emerging roles of social class and ethnicity. *Family Relations*, 37, 247-254, 1988.

MCLENNAN, J. D., BORDIN I., BENNETT, K., RIGATO, F. BRINKERHOFF, M. Trafficking among youth in conflict with the law in São Paulo, Brazil. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, 43, p. 816–823, 2008.

MESTRE, S.; LEITE, T.; ASSIS, M. M. “Olha, é de menor”: a mídia na construção e difusão de estigmas sociais em torno dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias em Porto Velho-RO. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, n. 1, 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF). **Proteção básica do SUAS: orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF: Autor, 2006.

MOHAUPT, S. Resilience and Social Exclusion. **Social Policy and Society**, 8 (01), p. 63-71, 2008.

MOLLO, K. G. **Universalidade e particularidade de Campinas no atendimento socioassistencial às crianças e adolescentes em situação de rua: entre assistência e repressão**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, 2013.

MONDINI, C. E. C. M. **Resiliência e medidas socioeducativas: síntese dialética de múltiplas determinações**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação/Educação Social), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul /, Campus do Pantanal, 2011.

MONTE, F. F. C. & SAMPAIO, L. R. Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol. 25 n. 2, pp. 368-377. 2012.

MONTEIRO, E. M. L. M.; ALMEIDA FILHO, A. J.; BRANDÃO NETO, W.; BRADY, C. L.; FREITAS, R. B. N.; AQUINO, J. M. Desafios e perspectivas na reeducação e ressocialização de adolescentes em regime de semiliberdade: subsídios para Enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, vol. III, n. 3, pp. 37-46, 2011.

MONTEIRO, R. F. **Adolescentes em conflito com a lei: memórias e trajetórias de vivências na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, 2010.

MORAIS, N. A. **Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MORAIS, N. A.; RAFFAELLI, M.; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Av. Psicol. Latinoam.* [online]. 2012, vol.30, n.1, pp. 118-136.

MOREIRA, D. P.; VIEIRA, L. J. E. S.; PORDEUS, A. M. J. P.; LIRA, S. V. G. L.; LUNA, G. L. M.; SILVA, J. G.; MACHADO, M. F. A. S. Exposição à violência entre adolescentes de uma comunidade de baixa renda no Nordeste do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.18, n.5, pp. 1273-1282, 2013.

MORRISON, P., CARA NIKOLAJSKI, C., BORRERO, S., & ZICKMUND, S. Youth Perspectives on Risk and Resiliency: A Case Study From Juiz de Fora, Brazil. **Youth & Society**, 2012.

MULLIN, W. J; ARCE, M. Resilience of Families Living in Poverty. **Journal of Family Social Work**, vol. 11, n. 4, 2008.

MURTA, S. G. & MARINHO, T. P. C. A clínica aplicada e as políticas de assistência social: uma experiência em adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. **Revista eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**, 1 (11), p. 58-72, 2009.

NARDI, F. L.; DELL'AGLIO, D. D. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 28 n. 2, pp. 181-191, 2012.

OJEDA, E. N. S. Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. Em: MELILLO, A. & OJEDA, E. N. S. **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas (p. 45 – 57). Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, A. M.; TOMAZETTI, E. M.. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. **Educar em Revista**, n.44, pp. 181-200, 2012.

OLIVEIRA, M. S. A. **Violência Intergeracional**: da violência na família à violência no namoro. Dissertação (Mestrado em Ciências Forenses) Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 2011.

OZELLA, S. (Org.) **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Editora Cortez, 2003. 349p

OZELLA, S; AGUIAR, W. M. J. O sentido subjetivo atribuído à escolha profissional: um estudo com jovens de camadas populares. In: Ozella, S. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 253-276.

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, vol. 39, n. 4, pp. 969-984, 2013.

PARENTE, C. **Comunidade, escola, jornal escolar**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, 2012.

PARISI, E. R. Escenarios del consumismo: desde lo social a lo individual. **Revista Psicolatina**, n.22, pp. 1-17, 2011.

PATTERSON, J. M. Integrating family resilience and family stress theory. **Journal of Marriage and Family**, 64, p. 349-360, 2002.

PELLS, K. 'No-one ever listens to us': Challenges and obstacles to the participation of children and young people in Rwanda. In B. Percy-Smith & N. Thomas (Eds.), **A handbook of children's participation: Perspectives from theory and practice** (pp. 196-203), 2009.

_____. 'Keep going despite everything': Legacies of genocide for Rwanda's children and youth. **International Journal of Sociology and Social Policy**, 31, 594-606, 2011.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; CARRETEIRO, T. C. O. C. As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional social e de natureza sexual. **Interacções**, n. 25, pp. 151-179, 2013.

PEREIRA, S. E. F. N.; SUDBRACK, M. F. O. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 24, n. 2, pp. 151-159, 2008.

PESCE, R. P.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N. & OLIVEIRA, R. V. C. Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(2), 135-143, 2004.

RAMOS, M. E. C. & OLIVEIRA, K. D. Transgeracionalidade percebida nos casos de maus-tratos. In PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção (pp. 99-122). São Paulo: Summus, 2008.

RAY, P., & CARTER, S. **Each and every child**: Understanding and working with children in the poorest and most difficult situations. London: Plan, 2007.

REIS, J. B. **O bairro está on-line?** - Vivências e sociabilidade(s) juvenis na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, 2009, 98f.

REPPOLD, C. T.; MAYER, J. C.; ALMEIDA, L. S.; HUTZ, C. S. Avaliação da Resiliência: Controvérsia em Torno do Uso das Escalas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 25, n. 2, pp. 248-255, 2012.

RIGBY, K., & JOHNSON, B. Students as Bystanders to Sexual Coercion: How would they react and why? **Youth Studies Australia**, 23, 11-16, 2004.

ROSE, N. **Inventing ourselves: psychology, power, and personhood**. Cambridge: Syndicate of the University of Cambridge, 1996.

ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Serviço Social e Sociedade**, n. 115, pp. 561-580, 2013.

RODRIGUES, L. S.; CHALHUB, A. A. Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. **Pensando famílias**, vol. 18, n. 2, pp. 77-92, 2014.

RUBENSON, B., LI THI, H., HÖJER, B., & JOHANSSON, E. Young sex-workers in Ho Chi Minh City telling their life stories. **Childhood**, 12; 391-411, 2005.

RUTTER, M. Stress, coping and development: some issues and some questions. **Journal of child psychology**, 22, 323-356, 1981.

_____. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316-331, 1987.

_____. Resilience: some conceptual considerations. *Journal of adolescent health*, 14, 626-661, 1993.

_____. Resilience concepts and findings: implications for family therapy. *Journal of family therapy*, 21, 119-144, 1999.

_____. Resilience, competence and coping. **Child Abuse and Neglect**, vol. 31, pp. 205-209, 2007.

SAEWYC, E.M., MILLER, B.B., RIVERS, R., MATTHEWS, J., HILARIO, C., & HIRAKATA, P. Competing discourses about youth sexual exploitation in Canadian

news media. **The Canadian Journal of Human Sexuality**, vol. 22, n. 2, pp. 95-105, 2013.

SAEWYC, E., CLARK, T., BARNEY, L., BRUNANSKI, D. & HOMMA, Y. Enacted stigma and HIV risk behaviours among sexual minority indigenous youth in Canada, New Zealand, and the United States. **Pimatisiwin: A Journal of Aboriginal and Indigenous Community Health**, vol. 11, n. 3, 2014a.

SAEWYC, E., KONISHI, C., ROSE, H. & HOMMA, Y. School-based strategies to reduce suicidal ideation, suicide attempts, and discrimination among sexual minority and heterosexual adolescents in Western Canada. **International Journal of Child, Youth, and Family Studies**, vol. 5, n. 1, 2014b.

SALAS-WRIGHT, C. P.; OLATE, R.; VAUGHN, M. G. The protective effects of religious coping and spirituality on delinquency results among high-risk and gang-involved Salvadoran youth. **Criminal Justice and Behavior**, vol. 40, n. 9, pp. 988-1008, 2013.

SALDOMBIDE, G.; SILVA, C. Libertad vigilada: un estudio sobre las tecnologías de gobierno. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 2, pp. 362-371, 2013.

SANDERS, J. & MUNFORD, R. The interaction between culture and opportunity: A New Zealand study. In Theron, L., Ungar, M. & Liebenberg, L. (Eds.) **Youth Resilience and Culture - Commonalities and Complexities**. USA: Springer, 2014.

SANTIAGO, C. D.; WADSWORTH, M. E.; STUMP, J. Socioeconomic status, neighborhood disadvantage, and poverty-related stress: prospective effects on psychological syndromes among diverse low-income families; **Journal of Economic Psychology**, vol.32, n. 2, pp.218-230, 2011.

SANTOS, L. I. C.; OLIVEIRA, A. M.; PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 12, n. 2, pp. 521-538, 2012.

SANTOS, R. M., NASCIMENTO, M. A. & MENEZES, J. DE A. Os sentidos da escola pública para jovens pobres da cidade do Recife. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 10, n. 1, pp. 289-300, 2012.

SANTOS, T. C.; ZEITOUNE, C. M. Amor, impasses da sexuação e ato infracional na adolescência. **Tempo Psicanalítico**, vol. 43, n. 1, pp. 85-108, 2011.

SARTORIO, A. T.; ROSA, E. M. Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. **Serviço Social e Sociedade**, n.103, pp. 554-575, 2010.

SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SELIGMAN, M. E. P & CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: an Introduction. **American Psychological Association**, 55 (1), p. 5-14, 2000.

SILVA, E. C. S.; PELICIONI, M. C. F. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 2, pp. 563-572, 2013.

SILVA, F. S., OLIVEIRA, F. H. S.; PICCIONE, M. A.; LEMOS, R. F. Futebol Libertário: Compromisso Social na Medida. **Psicologia, Ciência e Profissão**, vol. 28, n. 4, 832-845, 2008.

SILVA, I. R. O.; SALLES, L. M. F. Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudos de Psicologia**, vol. 28, n. 3, pp. 353-362, 2011.

SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicologia e Sociedade**, vol.23, n.esp. pp. 12-21, 2011.

SILVA, M. R. S., LUNARDI, V. L., LUNARDI FILHO, W. D. & TAVAREZ, K. O. Resiliência e promoção de saúde. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2005, 14 (Esp.), p. 95-102, 2005.

SILVA, N. P.; GRANER-ARAÚJO, R. C. O adolescente, tráfico de drogas e função paterna. **Revista Psicologia Política**, vol. 11, n. 21, 2011.

SILVA, R. A.; ARAUJO, S. M. B. A representação da função paterna para instituições de auxílio a adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia Clínica**, vol. 25, n. 1, pp. 37-52, 2013.

SILVA, R. G. S. **A complexidade do fazer pedagógico: aprender na vivência das relações entre escola e comunidade**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

SHARABI, A.; LEVI, U.; MARGALIT, M. Children's loneliness, sense of coherence, family climate, and hope: developmental risk and protective factors. **The Journal of Psychology**, vol., 146, vol. 1, pp. 61 -83, 2012.

SHOOK, J. J.; VAUGHN, M. G.; SALAS-WRIGHT, C. P. Exploring the Variation in Drug Selling Among Adolescents in the United States. **Journal of Criminal Justice**, vol. 41, n. 6, pp. 365-374, 2013.

SNYDER, C. R. **Positive psychology: the scientific and practical explorations of human strengths**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2007.

SPANO, R.; BOLLAND, J. Disentangling the effects of violent victimization, violent behavior, and gun carrying for minority inner-city youth living in extreme poverty. **Crime & Delinquency**, vol. 59, n. 2, pp.191-213, 2013.

SÓRIA, D. A. C., SOUZA, I. E. O., MOREIRA, M. C., SANTORO D. C. & MENEZES, M. F. B. **A resiliência como objeto de investigação na enfermagem e em outras áreas: uma revisão**. Revista de Enfermagem, 10 (3), p. 547-551, 2006.

SOUZA E. M.; SILVA-ABRÃO F. P.; OLIVEIRA-ALMEIDA, J. Desigualdade Social, Delinquencia e Depressão: Um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei. **Revista Salud Publica**, vol. 13, 1, pp. 13-26, 2011.

SOUZA, L. A.; COSTA, L. F. Aspectos institucionais na execução da medida socioeducativa de internação. **Revista Psicologia Política**, vol.12, n. 24, pp.231-245, 2012.

SOUZA, L. A.; COSTA, L. F. A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. **Psico-USF**, v. 18, n. 2, p. 277-288, 2013.

STEVENS, T.; MORASH, M.; PARK, S. Late-adolescent delinquency: risks and resilience for girls differing in risk at the start of adolescence. **Youth & Society**, vol. 43, n. 4, pp.1433-1458, 2011.

STROOPE, S. How culture shapes community: bible belief, theological unity, and a sense of belonging in religious congregations. **The Sociological Quarterly**, vol. 52, n. 4, pp.568-592, 2011.

TAVAREZ, J. **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

THERON, L. C.; MALINDI, M. J. Resilient street youth: a qualitative South African study. **Journal of Youth Studies**, vol. 13, n. 6, pp. 717-736, 2010.

THERON, L., CAMERON, A., LAU, C., DIDKOWSKY, N., UNGAR, M., & LIEBENBERG, L. A 'day in the lives' of four resilient youths: Cultural roots of resilience. **Youth and Society**, vol. 28, 2011.

TIMM, E. Z., MOSQUEIRA, J. J. M. & STOBÄUS, C. D. **Resiliência**: necessidade e possibilidade de problematização em contextos de docência. Educação, Porto Alegre, 31, p. 39-45, 2008.

TODD, N. Religious networking organizations and social justice: an ethnographic case study. **American Journal of Community Psychology**, vol.50, n. 1, pp.229-245, 2012.

TOL, W. A.; SONG, S.; JORDANS, M. J. D. Annual Research Review: Resilience and mental health in children and adolescents living in areas of armed conflict – a systematic review of findings in low- and middle-income countries. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, vol. 54, n. 4, pp. 445–460, 2013.

UNGAR, M. **Nurturing hidden resilience: in troubled youth**. Toronto: University of Toronto Press, 2004a.

UNGAR, M. The peer pressure myth. **Relational Child and Youth Care Practice**, vol. 17, n. 1, pp. 11-17, 2004b.

UNGAR, M. Contextual and cultural aspects of resilience in child welfare settings. In I. Brown, F.Chaze, D.Fuchs, J. Lafrance, S. McKay & S. Thomas Prokp (Eds.), **Putting a human face on child welfare: Voices from the Prairies** (pp 1-23). Prairie Child Welfare Consortium / Centre of Excellence for Child, 2007.

_____. **Playing at being bad: the hidden resilience of troubled teens**. Toronto: Ontario Press, 2007.

UNGAR, M., BROWN, M., LIEBENBERG, L., OTHAMAN, R., KWONG, W.M., ARMSTRONG, M. & GILGUN, J. Unique pathways to resilience across cultures. **Adolescence**, 42(166), 287-310, 2007.

_____. **Too safe for their own good: how risk and responsibility help teens thrive.** Australia: Griffin Press, 2008.

UNGAR, M. & LIEBENBERG, L. **The child and youth resilience measure CYRM – User Manual.** International Resilience Project: Dalhousie University, Canada, 2008.

UNGAR, M. Families as navigators and negotiators: Facilitating culturally and contextually specific expressions of resilience. **Family Process**, vol. 49, n. 3, pp. 421-435, 2010.

UNGAR, M. The Social Ecology of Resilience: Addressing Contextual and Cultural Ambiguity of a Nascent Construct. **American Journal of Orthopsychiatry**, vol. 81, n. 1, pp. 1–17, 2011.

UNGAR, M.; LIEBENBERG, L. Assessing resilience across cultures using mixed methods: construction of the child and youth resilience measure. **Journal of Mixed Methods Research**, vol. 5, n. 2, pp. 126–149, 2011.

UNGAR, M. ; LIEBENBERG, L.; DUDDING, P.; ARMSTRONG, M.; VIJVER, F. J, R. V. Patterns of service use, individual and contextual risk factors, and resilience among adolescents using multiple psychosocial services. **Child Abuse & Neglect**, vol. 37, pp. 150–159, 2013.

VARGAS, A. C.; CHAVES, X. C. El rostro de la violencia social y estructural: la delincuencia y la pobreza como expresiones distintas de una vulnerabilidad común. **Revista Ciencias Sociales**, vol. 133, n. 34, pp. 113-124, 2011.

VIGOTSKI, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Editora Ícone, 1989.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28, n. 81, pp. 17-31, 2013.

ZAPPE, J. G.; MOURA JÚNIOR, J. F., DELL'AGLIO, D. D.; SARRIERA, J. C. Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. **Acta Colombiana de Psicología**, vol. 16, n. 1, pp. 91-100, 2013.

ZEITOUNE, C. M. **A clínica psicanalítica do ato infracional** - Os impasses da sexualização na adolescência. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 170f.

WALKER, R. L. Acculturation and acculturative stress as indicators for suicide risk among African Americans. **American Journal of Orthopsychiatry**, 77, p. 386-391, 2007.

WALSH, F. A family resilience framework: innovative practice application. **Family relations**, 51, p. 130-137, 2002.

_____. **Strengthening family resilience**. New York: Guilford Press, 2006.

WEARING, M. Strengthening youth citizenship and social inclusion practice — The Australian case: Towards rights based and inclusive practice in services for marginalized young people. **Children and Youth Services Review**, vol. 33, n. 4, pp. 534-540, 2011.

WERNER, E. & SMITH, R. S. **Overcoming the odds: high risk from birth to adulthood**. New York: Cornell University, 1992.

_____. **Journeys from childhood to midlife: risk, resilience, and recovery**. New York: Cornell University, 2001.

WICKRAMA, K.; O'NEAL, C.; LOTT, R. Early community contexts, race/ethnicity and young adult CVD risk factors: the protective role of education. **Journal of Community Health**, vol. 37, n. 4, pp. 781-790, 2012.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, 8, Esp., p. 75-84, 2003.

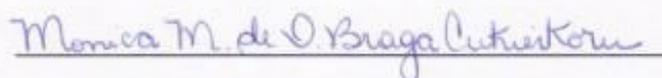
YUNES, M. A. M., MENDES, N. F. & ALBUQUERQUE, B. M. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 14 (Esp.), p. 24-31, 2005.

ANEXO A
AUTORIZAÇÕES E DOCUMENTOS
DO COMITÊ DE ÉTICA

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins que, ALEX SANDRO GOMES PESSOA foi autorizado a realizar a pesquisa intitulada *Adolescência e condutas anti-sociais: processos de desenvolvimento em situações não convencionais*, nos termos do Artigo 8º da Portaria Normativa nº 155/2008, no âmbito da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA-SP.

São Paulo, 08 de agosto de 2014.



Monica M. de O. Braga Cukierkorn
Diretora



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DER PRESIDENTE PRUDENTE / NAD PPR
Nº 0300 / 1071 / 2014
Em 17/03/2014 Servidor Alina B

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

AV. MANOEL GOULART, 2.651 PRESIDENTE PRUDENTE CEP 19060-000
FONE (18) 3226 - 3700 FAX (18) 3221-2158 E-Mail: depr@see.sp.gov.br

AUTORIZAÇÃO

Eu, **Naide Videira Braga**, na condição de Dirigente Regional de Ensino de Presidente Prudente, após analisar o projeto de pesquisa protocolado nessa instituição, autorizo o pesquisador **Alex Sandro Gomes Pessoa**, vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Proc. nº 2012/07418-8) e ao Programa de Pós Graduação de Educação da UNESP – Faculdade de Ciência e Tecnologia, a realizar sua pesquisa de doutoramento intitulada “**Adolescência e condutas anti-sociais: processos de desenvolvimento em situações não convencionais**” nas Escolas Estaduais: Francisco Pessoa, Miguel Omar Barreto e Professora Mirella Pesce Desidere pertencentes à Diretoria a qual sou responsável.

Ressalto que é de meu conhecimento que o estudo não é de caráter comercial, e que todo o conteúdo coletado e analisado deverá ser utilizado exclusivamente para fins científicos e pedagógicos. Nesse sentido, os dados provenientes da pesquisa deverão ser compartilhados com essa Diretoria, com o propósito de auxiliar no desenvolvimento de ações condizentes com as demandas apresentada pelos alunos que optarem participar voluntariamente da pesquisa.

Por fim, saliento que o pesquisador se compromete em apresentar uma cópia dessa autorização aos diretores das unidades escolares, que, após explanação completa dos procedimentos de pesquisa, poderão elaborar questões complementares relativas aos objetivos da investigação.

Sem mais para o momento,



NAIDE VIDEIRA BRAGA

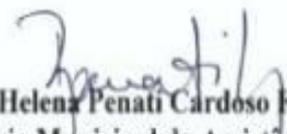
Dirigente Regional de Ensino de Presidente Prudente

Naide Videira Braga
RG. 4.765.184
DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Presidente Prudente, 11 de fevereiro de 2014

AUTORIZAÇÃO

Eu, Regina Helena Penati Cardoso Ferreira, na condição de Secretária Municipal de Assistência Social do município de Presidente Prudente / SP, autorizo o pesquisador / doutorando Alex Sandro Gomes Pessoa, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP – Campus de Presidente Prudente -, a realizar a pesquisa intitulada **Adolescência e Condutas Anti-sociais: processos de desenvolvimento em situações não convencionais**, nas instituições vinculadas a esta Secretaria, entre elas, o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), o Projeto Alerta e, por fim, o Projeto Aquarela, situado na região conhecida como Cidade das Crianças.


Regina Helena Penati Cardoso Ferreira.
Secretária Municipal da Assistência Social

Regina Helena Penati Cardoso Ferreira
Secretária Municipal da
Assistência Social

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

**JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
COMARCA DE MARÍLIA/SP**

Rua Lourival Freire, 110 - Bairro Fragata - Marília-SP -
CEP 17519-050 - CP 551 - TEL.(014)3433-2233 - R.210 - FAX
RAMAL 252 - E-mail:mariliainf@tj.sp.gov.br

Ofício nº.027/2014.

Marília, 15 de agosto de 2014.

Senhor Diretor,

Em atenção aos termos da carta de solicitação do Sr. Alex Sandro Gomes Pessoa, R.G. nº.40.494.868-6 e CPF nº.346.974.078-06, pesquisador vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e ao Programa de Pós Graduação de Educação da UNESP - Faculdade de Ciência e Tecnologia, comunico a Vossa Senhoria que foi deferida autorização para realizar pesquisa de doutorado na Fundação Casa de Semiliberdade de Marília-SP.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA NASCIMENTO
Juiz de Direito Corregedor Permanente

Ilmo.Senhor
Diretor da Fundação Casa Semiliberdade
Rua Alvares de Cabral, 466 centro
MARÍLIA-SP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

BAURU

LUIS FRANCISCO DA SILVA CARVALHO
JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL E ANEXO DA INFANCIA E JUVENTUDE
QUARTA VARA CRIMINAL E ANEXO DA INFANCIA E JUVENTUDE DE BAURU
Tel: 014 - 32321855 - e-mail: bauru4cr@tj.sp.gov.br

URGENTE

PROCEDIMENTO VERIFICATÓRIO N. 13/2014 – adm mrpg
Favor usar a referência

Bauru, 1 de Dezembro de 2014

Senhora Diretora:

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria que este juízo AUTORIZOU A REALIZAÇÃO DA PESQUISA JUNTO A CASA DE SEMILIBERDADE LOCAL, pelo Sr. Alex Sandro Gomes Pessoa – RG 40 494 868-6, de acordo com a documentação apresentada.

Atenciosamente.

UBIRAJARA MAINTINGUER
Juíza de Direito

A
ILMA. SRA.
Diretora da Unidade de Semi Liberdade da Fundação Casa
BAURU

02 DEZ 2014

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Adolescência e condutas anti-sociais: processos de desenvolvimento em situações não convencionais

Pesquisador: Alex Sandro Gomes Pessoa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26468714.0.0000.5402

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 607.012

Data da Relatoria: 04/04/2014

Apresentação do Projeto:

Em apertada síntese, a proposta da pesquisa consiste em compreender como comportamentos considerados anti-sociais podem se configurar como indicadores de proteção, reconhecimento e positividade pessoal em adolescentes. O estudo é de natureza quali-quantitativa, no qual participarão adolescentes, entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, que freqüentam regularmente instituições que atendem adolescentes que apresentam condutas anti-sociais (envolvimento no tráfico de drogas, na exploração sexual e indisciplina na escola).

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa apresenta objetivos primários e secundários a saber:

Objetivo Primário: Compreender em que medida comportamentos, atitudes e valores considerados antisociais podem se configurar como indicadores de proteção, reconhecimento e positividade pessoal em adolescentes, produzindo formas de Resiliência Oculta; e, como Objetivo Secundário: 1) Avaliar processos de Resiliência na adolescência articulados com as diferentes instituições destacadas na literatura como espaços de proteção. 2) Organizar um espaço de reflexão onde adolescentes possam exteriorizar as dificuldades encontradas em ambientes e situações adversas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No tocante aos benefícios, não restam dúvidas de que a pesquisa se mostra deveras relevante e

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305

Bairro: Centro Educacional

CEP: 19.060-900

UF: SP

Município: PRESIDENTE PRUDENTE

Telefone: (18)3229-5315

Fax: (18)3229-5353

E-mail: cep@fct.unesp.br

Continuação do Parecer: 607.012

pode contribuir em muito para o fim a que se destina.

Já no que pertine aos riscos, foram feitas algumas ressalvas, declaradas como pendências. São elas:

- a) O pesquisador deveria submeter todas as questões e o roteiro completo das entrevistas a serem aplicados aos menores pesquisados, a análise e prévia ciência dos pais e/ou responsáveis;
- b) O pesquisador deveria submeter todos os instrumentos de coleta a anterior análise do CEP; tais como aqueles indicadas no rodapé da Metodologia de Estudos I (questões serão adaptadas de acordo com as características da atividade, bem como serão complementadas de acordo com os dados fornecidos pelos participantes ao responderem ao questionário); bem como o inventário.
- c) O pesquisador resguardar as questões relacionadas a a segurança do material coletado, objeto de gravações (guarda, faixas de censuras nas gravações, período de guarda,entre outros);
- d)O pesquisador deveria apresentar apresentar formulário de responsabilidade (confidencialidade) dos denominados "juízes" indicados na pesquisa.
- e) O pesquisador deveria organizar os documentos do projeto, na medida em que o documento denominado "Pesquisa", estaria esparso, não sendo possível identificar a qual parte/questionário se refere, devendo o pesquisador esclarecer estas situações, trazendo as respectivas nomeações (Estudo I, Estudo II, etc) em cada qual.
- f) Incluir a qualificação completa dos pesquisados e de seus representantes legais no TCLE , bem como as informações de autorização e melhor esclarecimento sobre o uso de imagem a guarda do material coletado.

Em resposta o pesquisador apresentou uma Carta de Esclarecimento, onde em apertada síntese acatou as determinações das quais entende cabíveis, e impugnou outras, contudo, justificando-as com a devida fundamentação.

Nesta situação, considerando os termos ali apresentados bem como as correções por ele realizadas, entendo como sanadas as pendências oportunamente indicadas, ressalvas eventuais responsabilidades civis e criminais decorrentes da inobservação do que se comprometeu a desenvolver, observadas as orientações deste CEP.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há comentários ou considerações adicionais a serem feitas.

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305

Bairro: Centro Educacional

CEP: 19.060-900

UF: SP

Município: PRESIDENTE PRUDENTE

Telefone: (18)3229-5315

Fax: (18)3229-5353

E-mail: cep@fct.unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA - UNESP/
CAMPUS DE PRESIDENTE



Continuação do Parecer: 607.012

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há considerações complementares a se fazer acerca dos Termos de Apresentação Obrigatória satisfatoriamente apresentado, observado o disposto no item "Avaliação dos riscos e Benefícios" acima reproduzidos.

Recomendações:

Não há recomendações adicionais a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Por todo exposto, opino pela aprovação do presente projeto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 04.04.2014, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente, em concordância com o parecerista, considerou o relatório APROVADO.

Obs: Lembramos que ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) deverá apresentar o relatório final.

PRESIDENTE PRUDENTE, 07 de Abril de 2014

Assinador por:
Edna Maria do Carmo
(Coordenador)

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305

Bairro: Centro Educacional

CEP: 19.060-900

UF: SP

Município: PRESIDENTE PRUDENTE

Telefone: (18)3229-5315

Fax: (18)3229-5353

E-mail: cep@fct.unesp.br

ANEXO B

QUESTIONÁRIOS

Pesquisa: Processos de desenvolvimento em situações não convencionais

Obrigado por participar desta pesquisa. Você vai encontrar neste questionário questões sobre o que você pensa e sente quando se lembra de algumas pessoas, serviços e instituições que você conhece ou já usou (escola, família, projeto social, hospitais ou postos de saúde, sistema correcional e sobre o seu bairro). Não há respostas certas ou erradas. O mais importante é você responder honestamente de acordo com o que você acredita. Suas respostas podem nos ajudar a pensar como melhorar a vida de adolescentes e jovens que precisam de ajuda. Se você se sentir desconfortável, você tem o direito de parar de responder as questões a qualquer momento. É importante que você saiba também que ninguém verá suas respostas, apenas os pesquisadores que conversaram com você. Você está pronto? Então vamos nessa!

Data: ___ / ___ / _____ **Lugar que você está nesse momento:** _____

SEÇÃO 1

1. **Sexo:** Masculino Feminino Transgênero

2. **Data de Nascimento (dia/mês/ano):** ___ / ___ / _____

3. **Onde você nasceu? Por favor, escreva o nome da cidade e do estado.**

4. **Você é:**

a. Solteiro(a)

b. Casado(a)

c. Divorciado(a)

d. Viúvo(a)

e. Outro (por favor, descreva) _____

5. **Com quem você mora atualmente?(Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário)**

a. Eu moro sozinho(a)

b. Mãe

c. Pai

d. Padrasto

e. Madrasta

f. Irmãos e Irmãs

g. Avó

h. Avô

i. Pais adotivos

j. Companheiro(a)

k. Filho(s) / Filha(s)

l. Amigo(s)

m. Outro (por favor, descreva) _____

SEÇÃO 2: Falando sobre escola

Por favor, leia com atenção: Nesta seção, nós gostaríamos de saber a sua opinião sobre a escola. Não importa se você não frequenta uma atualmente. Tente se lembrar dos sentimentos que você tinha quando frequentava e responda as questões de acordo com o que você pensa sobre escola.

1. Você está frequentando uma escola atualmente?

- a. Sim (Vá para a questão 4)
- b. Não

2. Quanto tempo faz que você parou de estudar?

- a. Menos de um ano
- b. Um ano
- c. Dois anos
- d. Três anos
- e. Quatro anos
- f. Cinco anos ou mais

3. Porque você não frequenta mais uma escola? (Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário)

- a. Eu já terminei meus estudos
 - b. Eu fui expulso permanentemente
 - c. Eu não gostava de ir para a escola
 - d. Não existem escolas no meu bairro
 - e. Eu não conseguia passar de séries
 - f. Outras razões (Por favor, descreva) _____
- _____
- _____

4. Como você avalia a qualidade das escolas que você conhece? (Lembre-se, se você não está mais matriculado em uma escola, tente se lembrar de quando você frequentava uma).

- a. Muito ruim
- b. Ruim
- c. Razoável
- d. Boa
- e. Muito boa

5. Você já repetiu alguma série?

- a. Não.
- b. Sim. Por favor, escreva quantas vezes: _____

6. Você já foi expulso de alguma escola?

- a. Não.
- b. Sim. Quantas vezes? _____

Você poderia descrever o porquê de você ter sido expulso(a)? _____

7. Quantas vezes você levou uma suspensão na escola?

- a. Nunca
- b. Uma vez
- c. Entre duas e quatro vezes
- d. Cinco vezes ou mais

8. Quão importante a escola é na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

A ESCOLA é <u>nada</u> importante	Indiferente	A ESCOLA é <u>muito</u> importante
-5 -4 -3 -2 -1	0	1 2 3 4 5

9. Pensando na escola e em suas experiências lá, por favor circule um número em cada sentença que melhor descreve a sua percepção. (Lembre-se, se você não está mais matriculado em uma escola, tente se lembrar de quando você frequentava uma)

Falando sobre escola	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Eu me sinto feliz quando estou na escola.	1	2	3	4	5
b. A escola é um lugar onde eu aprendo coisas importantes para minha vida.	1	2	3	4	5
c. Eu me sinto capaz de resolver a maioria das atividades que eu tenho que fazer na escola.	1	2	3	4	5
d. Eu gosto de ir à escola porque eu encontro meus amigos lá.	1	2	3	4	5
e. Eu posso confiar nos meus professores quando eu tenho problemas.	1	2	3	4	5
f. As pessoas que trabalham na escola (diretor, inspetor de alunos, limpadores) me tratam com respeito.	1	2	3	4	5
g. As pessoas no meu bairro acreditam que é importante frequentar uma escola.	1	2	3	4	5
h. Pessoas no meu bairro participam de eventos e atividades que são realizadas na escola.	1	2	3	4	5
i. As pessoas no meu bairro ajudam a tomar decisões que são importantes para resolver os problemas na escola.	1	2	3	4	5
j. A escola é um lugar que todo mundo deveria frequentar.	1	2	3	4	5
k. A escola ajuda as pessoas a realizar seus objetivos na vida.	1	2	3	4	5
l. As pessoas que vão a escola têm posições importantes na sociedade.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 3: Falando sobre família

1. Qual o seu nível de confiança nas pessoas que estão logo abaixo?

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Eu não tenho essa pessoa na minha família
a. Mãe	[]	[]	[]	[]	[]
b. Pai	[]	[]	[]	[]	[]
c. Irmãos/Irmãs	[]	[]	[]	[]	[]
d. Avó	[]	[]	[]	[]	[]
e. Avô	[]	[]	[]	[]	[]
f. Tios/Tias	[]	[]	[]	[]	[]
h. Padrasto	[]	[]	[]	[]	[]
i. Madrasta	[]	[]	[]	[]	[]

2. Quão importante a família é na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

Minha FAMÍLIA é <u>nada</u> importante					Indiferente	Minha FAMÍLIA é <u>muito</u> importante				
-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5

3. Algumas pessoas podem ser tão importantes na nossa vida, que nós passamos a considerá-las como parte da nossa família. Existem outras pessoas que você considera como sua família? Se sim, por favor, descreva o tipo de relacionamento que você tem com essas pessoas (amigos, professores, vizinhos, profissionais que você conhece etc.). Por favor, escreva na ordem de importância dessas pessoas pra você, ou seja, no espaço da letra “a” você vai escrever quem é a pessoa mais importante, e assim por diante.

- | | |
|---|---|
| <p>a. _____</p> <p>b. _____</p> <p>c. _____</p> <p>d. _____</p> | <p>e. _____</p> <p>f. _____</p> <p>g. _____</p> <p>h. _____</p> |
|---|---|

4. Pensando em seus familiares e nas memórias que você sobre eles, por favor, circule um número em cada sentença que melhor descreve sua percepção sobre família.

Falando sobre família	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Eu sei que eu sou importante para a minha família.	1	2	3	4	5
b. Eu me sinto bem quando eu ajudo minha família de alguma forma.	1	2	3	4	5
c. As memórias que eu tenho com a minha família são situações que me deixam feliz.	1	2	3	4	5
d. As pessoas na minha família me tratam com carinho.	1	2	3	4	5
e. Quando eu estou com problemas eu sei que posso conseguir ajuda com alguém da minha família.	1	2	3	4	5
f. Minha família valoriza as coisas que eu sei fazer.	1	2	3	4	5
g. As famílias no lugar que moro estão sempre preocupadas com seus filhos.	1	2	3	4	5
h. Na minha vizinhança, as famílias sabem muito à respeito de seus filhos.	1	2	3	4	5
i. As famílias no meu bairro sabem onde encontrar ajuda quando elas têm problemas com seus filhos.	1	2	3	4	5
j. Família é algo mais importante que alguém pode ter.	1	2	3	4	5
k. As famílias são responsáveis pelo sucesso de crianças e jovens no futuro.	1	2	3	4	5
l. A maioria das famílias têm o que precisa pra ser feliz.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 4: Falando sobre igreja

1. Você normalmente frequenta alguma igreja ou templo religioso?

a. Sim

b. Não (*Vá para a questão número 5*)

2. Você poderia escrever o nome da sua religião ou o tipo de crença que você tem? _____

3. Com que frequência você vai à igreja?

a. Raramente

b. Ao menos uma vez na semana

c. Duas ou três vezes por semana

d. De quatro a 6 dias por semana

e. Todo dia

f. Somente quando eu tenho algum problema

4. Que tipo de ajuda você espera encontrar quando vai à igreja? (Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário)

a. Espiritual

b. Emocional

c. Material

d. Outra (por favor, descreva) _____

5. Quão importante a igreja é na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

**A IGREJA
é nada importante**

Indiferente

**A IGREJA
é muito importante**

-5 -4 -3 -2 -1 | 0 | 1 2 3 4 5

6. Mesmo que você não frequente igrejas ou templos religiosos, nós gostaríamos de saber a sua opinião sobre elas. Então, por favor, circule um número em cada sentença que melhor descreve a sua percepção.

Falando sobre igreja	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Participar em atividades na igreja tem sido importante para mim.	1	2	3	4	5
b. Quando eu tenho alguma coisa difícil para lidar, eu vou à igreja para me sentir mais forte.	1	2	3	4	5
c. Eu tenho sentimentos bons quando eu estou na igreja.	1	2	3	4	5
d. As pessoas que vão à igreja são afetuosas comigo.	1	2	3	4	5
e. Pessoas que vão à igreja se preocupam comigo.	1	2	3	4	5
f. Eu já encontrei pessoas da igreja que me ofereceram ajuda quando eu precisei.	1	2	3	4	5
g. As igrejas no meu bairro fazem atividades para ajudar resolver problemas que existem lá.	1	2	3	4	5
h. As igrejas no meu bairro ajudam as famílias quando elas têm problemas, dando o que elas precisam (comida, roupas, conselhos, etc).	1	2	3	4	5
i. As igrejas organizam eventos e outras atividades interessantes no bairro para crianças e jovens.	1	2	3	4	5
j. As igrejas podem ajudar a transformar o mundo em um lugar melhor.	1	2	3	4	5
k. Coisas boas acontecem no futuro das pessoas que vão à igreja.	1	2	3	4	5
l. Pessoas que têm muitos problemas e não sabem como resolvê-los devem procurar ajuda em alguma igreja.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 5: Falando sobre projetos sociais

Por favor, leia com atenção: Agora nós gostaríamos de saber a sua opinião sobre projetos sociais que talvez você já tenha frequentado. Isso pode incluir serviços ou instituições para adolescentes e jovens na sua comunidade que oferecem programas de profissionalização, atividades de lazer (esporte, música e teatro), treinamento para atividades mais específicas, clubes de leitura, etc. Mas lembre-se, não estamos falando nesse momento de aulas que você tem na escola.

1. Você já frequentou algum tipo de projeto social?

- a. Sim (*Vá para a questão número 3*)
 b. Não (*Se você marcou “Não”, por favor, responda apenas a próxima questão e depois vá para a Seção 6*)

2. Se você respondeu “Não” na questão anterior, poderia nos dizer por que você nunca frequentou um projeto social? (Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário). Lembre-se que você deve ir para a Seção 6 depois de responder essa questão.

- a. Eu nunca ouvi nada a respeito de projetos sociais
 b. Não há projetos sociais próximos a minha casa
 c. Eu não gosto das atividades que eles oferecem no projeto que eu conheço
 d. Eu tentei frequentar um projeto social mas eu não me senti confortável
 e. Outros (por favor, descreva) _____

3. Quanto tempo você participou das atividades desse projeto social?

- a. Menos de um ano
 b. Por um ano
 c. Entre dois e quatro anos
 d. Mais de cinco anos

4. Que tipo de atividades você encontrava / encontra no projeto social? (Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário)

- a. Aulas de música
 b. Teatro
 c. Programas de esportes
 d. Leitura por prazer
 e. Pintura
 f. Aulas de dança
 g. Ajuda das atividades da escola (por exemplo, com a tarefa de casa)
 h. Programas de profissionalização
 i. Abrigo
 j. Acesso à internet e/ou outras tecnologias
 k. Outros (por favor, descreva) _____

5. Quão importante o projeto social é na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

O PROJETO SOCIAL
é nada importante

Indiferente

O PROJETO SOCIAL
é muito importante

-5 -4 -3 -2 -1 | 0 | 1 2 3 4 5

6. Pensando no projeto social e nas suas experiências lá, por favor, circule um número em cada sentença que melhor descreve a sua percepção sobre essa instituição. (Lembre-se, se você não estiver frequentando o projeto social, tente se lembrar de quando você costumava ir).

Falando sobre o projeto social	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Eu gosto de participar do projeto social porque eu posso fazer atividades diferenciadas.	1	2	3	4	5
b. Quando eu vou para o projeto social, eu posso falar dos meus sentimentos, sonhos e até sobre meus medos.	1	2	3	4	5
c. O projeto social me mostra que eu posso aprender coisas novas na minha vida.	1	2	3	4	5
d. Eu gosto de ir ao projeto social porque eu encontro pessoas com uma história de vida parecida com a minha.	1	2	3	4	5
e. As pessoas que trabalham no projeto social me conhecem bem.	1	2	3	4	5
f. Há pessoas que trabalham no projeto social que me inspiram e que eu admiro muito.	1	2	3	4	5
g. Eu acho que os projetos sociais no meu bairro são importantes porque eles fazem coisas boas para aqueles que realmente precisam de ajuda.	1	2	3	4	5
h. Os projetos sociais são importantes porque eles ajudam adolescentes e jovens se afastarem de situações que podem prejudicá-los.	1	2	3	4	5
i. Eu conheço pessoas no meu bairro que se tornaram pessoas melhores depois que começaram a frequentar um projeto social.	1	2	3	4	5
j. Em geral, pessoas que participam de projetos sociais têm a oportunidade de fazer coisas úteis em suas vidas.	1	2	3	4	5
k. Os projetos sociais podem mudar realidades porque eles entendem as dificuldades que as pessoas precisam enfrentar no dia a dia.	1	2	3	4	5
l. Projetos sociais podem ajudar adolescentes e jovens descobrirem coisas que eles podem fazer no futuro para se tornarem mais felizes.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 6: Falando sobre os serviços de saúde

Por favor, leia com atenção: Neste ponto do questionário, você poderá compartilhar suas experiências com hospitais e outros serviços de saúde que normalmente você procura quando está doente ou precisa de uma consulta com médicos, enfermeiros e outras pessoas que trabalham nesses lugares.

1. Você recebe tratamento médico adequado quando precisa?

- a. Não
 b. Sim

2. Você já precisou de algum atendimento hospitalar mas não conseguiu marcar a consulta?

- a. Eu não me lembro
 b. Não
 c. Sim. Você poderia descrever o porquê? _____

3. Quantas vezes, durante toda a sua vida, você recebeu tratamento ou consultas desses profissionais:

	Nunca	Uma vez	Duas vezes	3 vezes ou mais
a. Médicos	[]	[]	[]	[]
b. Dentistas	[]	[]	[]	[]
c. Psicólogos	[]	[]	[]	[]
d. Agentes de Saúde	[]	[]	[]	[]
e. Nutricionistas	[]	[]	[]	[]
f. Enfermeiros	[]	[]	[]	[]
g. Assistentes sociais	[]	[]	[]	[]

5. Quão importante os serviços de saúde são na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

OS SERVIÇOS DE SAÚDE
são nada importantes

Indiferente

OS SERVIÇOS DE SAÚDE
são muito importantes

-5 -4 -3 -2 -1 0 1 2 3 4 5

6. Pensando nos serviços de saúde e nas suas experiências nessas instituições, por favor, circule um número em cada sentença que melhor descreve sua percepção sobre esse serviço.

Falando sobre serviços de saúde	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Eu sou tratado com respeito quando eu preciso usar os hospitais e outros serviços de saúde.	1	2	3	4	5
b. Eu me sinto seguro(a) quando eu preciso de tratamento médico ou alguma ajuda de emergência, porque eu sei que vou receber o suporte necessário.	1	2	3	4	5
c. Eu sei onde eu posso encontrar ajuda se eu precisar de algum tratamento médico.	1	2	3	4	5
d. Eu recebo cuidados adequados de profissionais que trabalham no serviço de saúde..	1	2	3	4	5
e. Eu confiaria em um profissional da saúde para falar sobre alguma coisa difícil de conversar com outras pessoas.	1	2	3	4	5
f. Pessoas que trabalham em hospitais dão atenção as necessidades da pessoas, incluindo as minhas.	1	2	3	4	5
g. Os serviços de saúde no meu bairro aconselham pessoas sobre como elas deveriam agir para viver de forma mais saudável.	1	2	3	4	5
h. Os tratamentos oferecidos no meu bairro ajudam a resolver os problemas de saúde que costumam aparecer.	1	2	3	4	5
i. Há profissionais da saúde que trabalham perto da minha casa que são preocupados como lidar com os problemas na comunidade.	1	2	3	4	5
j. Em geral, pessoas doentes são tratadas com cuidado e respeito quando elas precisam de um serviço de saúde.	1	2	3	4	5
k. Pessoas no meu país recebem tratamento apropriado para suas doenças.	1	2	3	4	5
l. A sociedade, os políticos e as pessoas em geral estão preocupados como melhorar o sistema de serviços na área da saúde.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 7: Falando sobre medidas socioeducativas

Por favor, leia com atenção: Existem algumas instituições que são responsáveis em criar medidas socioeducativas para adolescentes que se envolveram em atividades contra a lei. Nesta Seção, nós queremos ouvir a sua opinião sobre os profissionais que trabalham lá, bem como o seu nível de confiança neles e na instituição. Mesmo que você não tenha tido problemas com a justiça, queremos compreender como você enxerga esses serviços.

1. Você já teve problemas com a polícia?

- a. Sim
 b. Não

2. Você já teve problemas com a justiça?

- a. Sim
 b. Não

3. Com quais das atividades abaixo você já esteve de alguma maneira envolvido(a)? (Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário)

- a. Consumo de drogas
 b. Tráfico de drogas
 c. Roubo
 d. Brigas
 e. Porte de Arma
 f. Homicídio
 g. Cometi violência sexual
 h. Outras (por favor, descreva) _____
 i. Nenhuma das listadas acima

4. Por favor, descreva quantas vezes as situações listadas abaixo já aconteceram na sua vida?

	Nunca	Uma vez	Duas vezes	3 vezes ou mais
a. Eu fui para o tribunal por conta de alguma coisa que eu fiz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Eu fui questionado pela polícia (batida policial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Eu já fiquei preso numa instituição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Realizei serviços na comunidade por causa de alguma coisa que eu fiz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Fui encaminhando para algum programa de medidas alternativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Qual o seu nível de confiança nos profissionais listados abaixo?

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Eu não sei ao certo o que esse profissional faz
a. Polícia	<input type="checkbox"/>				
b. Advogados	<input type="checkbox"/>				
c. Promotores	<input type="checkbox"/>				
d. Juízes	<input type="checkbox"/>				

6. Quão importante os serviços de medidas socioeducativas são na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

Esses SERVIÇOS são nada importantes		Indiferente								Esses SERVIÇOS são muito importantes
-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5

7. Mesmo que você não tenha usado os serviços do sistema correcional anteriormente, nós gostaríamos de saber a sua opinião sobre isso. Responda as sentenças de acordo com suas percepções. Então, por favor, circule apenas um número em cada sentença que melhor descreva a sua percepção.

Falando sobre o sistema correcional	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Eu me sinto respeitado por profissionais que trabalham no sistema de aplicação de medidas sócio-educativas (polícia, advogados, promotores e juízes).	1	2	3	4	5
b. Eu acredito que polícia, os advogados, promotores e juízes entendem a forma como eu me sinto.	1	2	3	4	5
c. Sinto que os meus direitos são respeitados pelas pessoas que trabalham com medidas socioeducativas (polícia, advogados, promotores e juízes).	1	2	3	4	5
d. A polícia é confiável porque trata a juventude de forma justa.	1	2	3	4	5
e. Eu acredito que as pessoas que trabalham nos tribunais (incluindo juízes, promotores e advogados) são capazes de tomar decisões que ajudam adolescentes e jovens.	1	2	3	4	5
f. Profissionais que trabalham com medidas socioeducativas (polícia, advogados, promotores e juízes) ajudam adolescentes e jovens com problemas.	1	2	3	4	5
g. Jovens e adolescentes que tiveram problemas com a polícia são tratados de maneira justa e não são julgados nos lugares em que moram.	1	2	3	4	5
h. Jovens e adolescentes com problemas com a justiça podem encontrar em seus bairros atividades interessantes (esporte, atividades de arte, praças para encontrar amigos, etc.).	1	2	3	4	5
i. Existem projetos nos bairros que ajudam adolescentes e jovens que tiveram problemas com a justiça ficarem longe de problemas.	1	2	3	4	5
j. Adolescentes e jovens que tiveram problemas com a justiça são tratados pela sociedade da mesma forma que outros jovens.	1	2	3	4	5
k. Existem leis no meu país que ajudam a proteger adolescentes e jovens que tiveram problemas com a justiça.	1	2	3	4	5
l. Pessoas que precisam morar em uma instituição de medida sócio-educativa recebem ajuda e suporte necessário para terem um futuro melhor.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 8: Falando sobre comunidade

Por favor, leia atentamente: Nós normalmente usamos a palavra comunidade para nos referirmos a pessoas que moram em uma mesma área e que precisam discutir em grupo como resolver os problemas que aparecem. Enquanto você responde as questões que estão nesta Seção, tente se lembrar das pessoas que moram na sua vizinhança e em situações que eles tiveram que conversar uns com os outros para tomar decisões.

1. Como você descreve a segurança na sua comunidade?

- a. Muito insegura
- b. Insegura
- c. Mais ou menos segura
- d. Segura
- e. Muito segura

2. Quais situações listadas abaixo você encontra em sua comunidade? (Você pode marcar mais de uma resposta, se necessário)

- a. Tráfico de drogas
- b. Batidas policiais
- c. Roubo
- d. Tiroteios
- e. Outros (por favor, descreva) _____
- f. Nenhuma das anteriores

3. Se uma criança ou adolescente está sendo vítima de violência, qual a probabilidade dos vizinhos fazerem uma denúncia?

- a. Muito provável
- b. Provável
- c. Improvável
- d. Nem um pouco provável
- e. Não sei ao certo

4. Quão importante a comunidade tem sido na sua vida? Por favor, circule apenas uma resposta.

A COMUNIDADE é <u>nada</u> importante					Indiferente	A COMUNIDADE é <u>muito</u> importante				
-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5

5. Pensando na sua comunidade e nas suas experiências lá, por favor, circule apenas um número em cada sentença que melhor descreve a sua opinião.

Falando sobre comunidade	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. Eu tenho orgulho de morar no meu bairro.	1	2	3	4	5
b. Meu bairro é um lugar seguro para se morar.	1	2	3	4	5
c. Eu sinto que eu pertencço ao meu bairro e a minha comunidade.	1	2	3	4	5
d. Eu confio nas pessoas que moram no meu bairro.	1	2	3	4	5
e. Eu gosto de conversar com as pessoas que moram perto de casa.	1	2	3	4	5
f. Eu tenho um bom relacionamento com os meus vizinhos.	1	2	3	4	5
g. Eu acredito que as pessoas no meu bairro ajudam umas as outras quando é necessário.	1	2	3	4	5
h. Em meu bairro as pessoas discutem os problemas que existem na comunidade.	1	2	3	4	5
i. Existem algumas festas e eventos tradicionais no meu bairro onde as pessoas se divertem.	1	2	3	4	5
j. Viver em comunidade é importante na vida das pessoas.	1	2	3	4	5
k. As pessoas são tratadas de forma justa, independentemente do lugar que elas moram.	1	2	3	4	5
l. No meu país, as comunidades são bons lugares para crescer.	1	2	3	4	5

**Instrumeto 2: CYRM – Medida de Resiliência em Crianças e Jovens
(Adaptado de Ungar e colaboradores – International Resilience Project, 2007)**

Orientações: Abaixo há várias questões sobre você, sua família, sua comunidade e seus relacionamentos com outras pessoas. Essas questões foram feitas para podermos compreender como você lida com as dificuldades de seu cotidiano e para sabermos sobre o papel das pessoas a sua volta quanto você tem de enfrentar desafios em sua vida. Por favor, leia atentamente as questões e responda de acordo com a sua opinião.

1) As pessoas geralmente são descritas pelo seu pertencimento a um grupo racial e étnico. A qual dos grupos você pertence? (o que melhor descreve você em sua opinião)

- a. Negro
- b. Branco
- c. Pardo
- d. Oriental
- e. Indígena
- f. Outro. Qual? _____
- g. Mistura de Etnias/Raças. Quais? _____

SEÇÃO 1

Leia com atenção: Nesta Seção, queremos saber a sua opinião sobre o comércio de drogas. Circule os números nas sentenças de acordo com a sua percepção sobre isso. Lembre-se, ninguém terá acesso a suas respostas, apenas os pesquisadores que você conheceu.

	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
a. A venda de drogas pode ajudar pessoas a melhorar de condição de vida.	1	2	3	4	5
b. Algumas pessoas que vendem drogas ajudam outras famílias que não tem dinheiro a comprar comida ou remédios.	1	2	3	4	5
c. Algumas pessoas que vendem drogas ganham respeito e admiração no lugar onde elas moram.	1	2	3	4	5
d. As notícias na TV, jornais e revistas mostram uma imagem errada sobre as pessoas que vendem drogas.	1	2	3	4	5
e. Vender drogas deveria ser visto como uma forma digna de trabalho.	1	2	3	4	5
f. Algumas pessoas preferem vender drogas ao invés de ir para a escola.	1	2	3	4	5
g. Vender drogas pode ser mais divertido do que outras formas de trabalho.	1	2	3	4	5
h. Vender drogas pode ser uma forma de sair da condição de pobreza.	1	2	3	4	5

SEÇÃO 2

Em que medida as afirmações/frases abaixo descrevem VOCÊ? Circule o número que mais se aproxima do que você pensa.

	Discordo Totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo Fortemente
1) Na minha vida tem pessoas a minha volta que são modelos para mim, que eu admiro.	1	2	3	4	5
2) Eu ajudo e coopero com pessoas a minha volta.	1	2	3	4	5
3) O estudo é importante para mim.	1	2	3	4	5
4) Eu sei me comportar em diferentes situações, por exemplo, na escola, nos projetos que participo, quando vou a festas, quando vou com alguém em lojas, bancos etc.	1	2	3	4	5
5) Sinto que meus pais/ responsáveis tomam conta de mim atentamente.	1	2	3	4	5
6) Eu sinto que meus pais/ responsáveis sabem bastante coisas sobre mim.	1	2	3	4	5
7) Eu como ou me alimento o suficiente na maioria dos dias.	1	2	3	4	5
8) Eu me esforço para terminar aquilo que começo.	1	2	3	4	5
9) Minhas crenças espirituais são uma fonte de força/fortalecimento para mim.	1	2	3	4	5
10) Eu tenho orgulho de minha raça/etnia.	1	2	3	4	5
11) Sou uma pessoa com a qual os outros gostam de conviver. Me acham divertido.	1	2	3	4	5
12) Eu converso com minha família sobre meus sentimentos.	1	2	3	4	5
13) Eu sou capaz de resolver meus problemas sem usar álcool ou drogas.	1	2	3	4	5
14) Meus amigos me apóiam.	1	2	3	4	5
15) Sei onde ir na minha comunidade para conseguir ajuda.	1	2	3	4	5
16) Tenho um sentimento de pertencer a escola, sinto que é um lugar para mim, que sou parte dela, pois ela me recebe e me apóia.	1	2	3	4	5
17) Eu acho que minha família sempre estará de meu lado em momentos difíceis de minha vida.	1	2	3	4	5
18) Eu acho que meus amigos sempre estarão ao meu lado em momentos difíceis de minha vida.	1	2	3	4	5
19) Eu acho que minha comunidade me trata de forma justa.	1	2	3	4	5
20) Eu tenho oportunidade de mostrar aos outros que estou crescendo e que posso agir com responsabilidade.	1	2	3	4	5
21) Eu tenho consciência de minha força pessoal.	1	2	3	4	5
22) Eu participo de atividades religiosas em igrejas/templos (instituições religiosas).	1	2	3	4	5

23) Eu acho importante eu ajudar/trabalhar/servir para minha comunidade.	1	2	3	4	5
24) Eu me sinto seguro quando estou com minha família.	1	2	3	4	5
25) Eu tenho oportunidades de desenvolver habilidades de trabalho que servirão para minha vida no futuro.	1	2	3	4	5
26) Eu gosto das tradições de minha família, por exemplo, das festas que costumam fazer, das comemorações, dos seus hábitos.	1	2	3	4	5
27) Eu gosto das tradições de minha comunidade (festas que costumam fazer, das comemorações, dos seus hábitos).	1	2	3	4	5
28) Eu tenho orgulho de ser brasileiro.	1	2	3	4	5

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

ANEXO C
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Temática	Questões
Família	<p>Quem são as pessoas que você considera da sua família? Como você descreveria a relação que você tem com essas pessoas? Existem outras pessoas que você considera da sua família? Quem são elas e o que as tornam especial? Você pode me falar / se lembra de uma situação de alegria / tristeza que vocês passaram? Como foi isso?</p>
Escolarização	<p>Você está estudando atualmente? Como você descreve as suas experiências na escola? Qual a importância dos estudos na sua vida?</p>
Projetos Sociais e serviços de atendimento	<p>Quais os projetos sociais que você já frequentou? Como você avalia os serviços para adolescentes e jovens que conhece ou já frequentou? O que você mais gosta de fazer no seu tempo livre?</p>
Sentidos e significados do engajamento no ato infracional	<p>Como foi o início dessa atividade para você? O que essa atividade representa / representou para você? Qual a melhor e a pior parte dessa atividade?</p>
Justiça Social	<p>Quais situações de injustiça você acredita que existam em nossa sociedade? Você pode usar exemplos, se quiser. Você já sofreu experiências de injustiça? Como foi isso? Como você se sentiu? O que você faz ou pensa em fazer quando percebe que alguma forma de injustiça está acontecendo ao seu redor?</p>
Projetos Futuro	<p>O que você mais deseja na vida? (sonhos, desejos, etc) Quem são as pessoas que mais te ajudam para conquistar seus objetivos? Quais são os maiores desafios para a realização dos seus sonhos?</p>